



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 072

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 97^a SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nós 103, 104 e 105/84 (nós 194, 195 e 196/84, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 105/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a tornar expresso que o pagamento por horas extras e por gratificações tacitamente ajustadas integram o salário, desde que habituais.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Nota assinada pelos Governadores da Oposição, reunidos ontem em São Paulo, a respeito do momento político nacional.

SENADOR ROBERTO SATURNINO, como Líder — Negociação da dívida externa brasileira.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, como Líder — Esclarecimentos relativos aos financiamentos da Região nordestina feitos à Itaipu Binacional, a propósito do discurso do Sr. Fábio Lucena sobre o assunto.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Ofício dirigido pela Associação Comercial do Estado do Piauí ao presidente do Banco do Brasil, solicitando o restabelecimento dos índices de aplicação que vinham sendo feitos pelo Banco naquele Estado.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Maceió-AL, de voto de ao Dr. Aureliano Chaves.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Defesa da brevidade da inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 36/84, de autoria de S. Ext^a, que isenta do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, a comercialização de leite in natura.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 106/84, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que autoriza a admissão pela Caixa Econômica Federal dos empregados das sociedades de crédito imobiliário e das instituições financeiras privadas em situação de liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil.

— Projeto de Lei do Senado nº 107/84, de autoria do Sr. Senador Gastão Müller, que proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Mensagem nº 68/84 (nº 107/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado Federal para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa contratar operação de crédito de Cr\$ 2.948.745.000,00. Aprovada nos termos do Projeto de Resolução nº 36/84, após pareceres das comissões competentes. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 36/84, em regime de urgência. Aprovada, à promulgação.

— Mensagem nº 72/84 (nº 111/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que o Departamento de

Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica. Aprovada, nos termos do Projeto de Resolução nº 37/84, após pareceres das comissões competentes, tendo usado da palavra na discussão da matéria o Sr. Itamar Franco. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 37/84, em regime de urgência. Aprovada, à promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem) alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na casa de origem) que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem) que autoriza a alie-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

nação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 senadores e 11 deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 104/84, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 840/83, de autoria do Senador Humberto Lucena, propondo a inserção em Ata, de um voto de aplauso aos termos da Carta com que o ex-Ministro Hélio Beltrão se demitiu, e um voto de louvor pela sua eficiente gestão nos Ministérios da Previdência e Assistência Social e Extraordinário para Desburocratização. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 145/81, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 76/83, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da inden

zação dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARCELO MIRANDA — Problemas que atingem a agropecuária brasileira.

SENADOR ALBERTO SILVA — Problemas que as populações dos grandes centros irão enfrentar, com o próximo aumento dos preços dos combustíveis.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo às autoridades da SEPLAN, em favor de medidas que viabilizem o reinício das atividades da indústria Nova América, sediada no Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Relatório das atividades desenvolvidas pela TELERGIPE no ano de 1983.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Homenagem de pesar pelo falecimento do escritor João Benvio. Telex enviado por S. Ex^a ao Senhor Presidente da República, em favor da continuação das obras de construção das eclusas de Tucuruí e de Santa Isabel, respectivamente, nos rios Tocantins e Araguaia.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Documento elaborado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a respeito da situação em que se encontram os estabelecimentos de ensino superior do País.

SENADOR MARCO MACIEL — Presença do Brasil na OEA.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 98^a SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

— Nº 122/84, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 10/84-DF, que dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

2.2.2 — Apreciação de matérias

— Redações finais dos Projetos de Resolução nºs 20 e 21, de 1984. **Aprovadas**, nos termos dos Requerimentos nºs 123 e 124, de 1984. À promulgação.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/83 (nº 16/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assembléia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de 1979, que instituiu emenda à Convenção Internacional sobre linhas de carga de 1966. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 36/83 (nº 26/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 10/84-DF, em regime de urgência. **Aprovado**, após pareceres das comissões competentes. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 10/84-DF, em regime de urgência. **Aprovada**. À sanção.

2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SSESSES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Jaison Barreto, proferido na sessão de 7-6-84.

— Do Sr. Senador Almir Pinto, proferido na sessão de 18-6-84.

— Do Sr. Senador Henrique Santillo, proferido na sessão de 19-6-84.

— Do Sr. Senador Almir Pinto, proferido na sessão de 19-6-84.

4 — COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

— Ata de reunião da Comissão Mista.

— Normas e Instruções sobre os trabalhos da Comissão no corrente ano.

— Portarias nºs 1 a 3/84, do Sr. Presidente.

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 97ª Sessão, em 20 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Almir Pinto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Safrapaio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 103/84 (nº 194/84, na origem), de 19 de junho do corrente ano, referente ao Projeto de Lei nº 2/84-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, crédito especial até o limite de Cr\$ 3.816.400.000,00 (três bilhões, oitocentos e dezesseis milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para o fim que especifica.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.198, de 19 de junho de 1984.)

Nº 104/84 (nº 195/84, na origem), de 19 de junho do corrente ano, referente ao Projeto de Lei nº 3/84-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, crédito especial até o limite de Cr\$ 1.358.678.000,00 (um bilhão, trezentos e cinqüenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil cruzeiros) para o fim que especifica.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.199, de 19 de junho de 1984.)

Nº 105/84 (nº 196/84, na origem), de 19 de junho do corrente ano, referente ao Projeto de Lei nº 4/84-CN, que acresce os efetivos da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.200, de 19 de junho de 1984.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 1984

Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a tornar expresso que o pagamento por horas extras e por gratificações tacitamente ajustadas integrem o salário, desde que habituals.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescido de um parágrafo sob nº 4º, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 457.
§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

....
§ 4º Integram ainda o salário a remuneração por horas extras e as gratificações expressas ou tacitamente ajustadas, desde que pagas com habitualidade, assim entendido o pagamento por lapso de tempo superior a dois anos.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Cuida o presente projeto de alterar a redação do art. 457, CLT, inclusive acrescentando-lhe um parágrafo sob nº 4º, para a finalidade específica de determinar a incorporação ao salário da remuneração por horas extras e das gratificações (mesmo as tacitamente ajustadas), desde que pagas com habitualidade superior a dois anos.

Na verdade, a questão já se acha dirimida na jurisprudência dos tribunais trabalhistas do País, mas o fato de não constar expressamente da lei tem propiciado a repetição de incontáveis reclamações judiciais a respeito.

Vejam-se dentre outras, as decisões a seguir reproduzidas:

“Gratificação, concedida por lapso razoável de tempo, integra-se ao orçamento doméstico, não

mais podendo ser suprimida. Ac. TRT 1º Região. — 3ª Turma (Processo RO 2.328).”

“Horas extras e gratificações percebidas ao longo dos anos incorporam-se ao salário obreiro, não mais podendo ser suprimidas. Ac. TRT 1º Região. — 3ª Turma — (Processo RO 7.493/79), Relator José Levy e Silva, proferido em 24-9-80.”

“A gratificação ajustada, tácita ou expressamente, é salário e, como tal incorpora-se ao cômputo da natalina. Acórdão TST — (Processo RR 02539/76), Relator Ministro Coqueijo Costa.”

“Gratificação semestral habitual, que se torna contratual, incorpora-se ao salário para efeito do pagamento da natalina. Acórdão TST (Processo RR 05022/75), Relator Ministro Coqueijo Costa.”

“Os prêmios têm regime jurídico semelhante ao das gratificações (Gerard Lyon Cahen) e se incorporam aos salários por serem um adicional convencionado de modo expresso ou tácito, dada a sua habitualidade (Victor Nunes Leal). Acórdão TST (Processo RR 02279/77), Relator Coqueijo Costa.”

“Comprovada a habitualidade do pagamento da gratificação semestral do bancário, a mesma incorpora-se ao salário e não mais pode ser suprimida sob alegação de ter sido concedida por mero ato de liberalidade. Acórdão TST (Processo RR 01439/77), Relator Ministro Alves de Almeida.”

“Gratificação de férias: incorporada ao salário... Gratificação de férias e de farmácia; em face de sua habitualidade, periodicidade e uniformidade, estão inclusas na expectativa de ganho do trabalho e, assim, devem integrar o salário, na razão de um duodécimo por mês, para cômputo do décimo terceiro salário.” Acórdão TST (Processo RR 02348/77) Relator Ministro Orlando Coutinho.”

“Horas extras prestadas a longos anos têm o seu valor incorporado ao salário para o cálculo das gratificações semestrais. Acórdão TST (Processo 03255/77) Relator Ministro Hildebrando Bisaglia.”

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho

CAPÍTULO II Da Remuneração

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador.

— V. Súmulas TST ns. 78, 79, 84, 91 e 101.

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de cinqüenta por cento do salário percebido pelo empregado.

— Redação do **caput** e dos §§ 1º e 2º dada pela Lei nº 1.999, de 1 de outubro de 1953 (D.O. 7-10-1953).

— V. Súmula TST nº 101.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, eminente Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: os Governadores da Oposição, reunidos ontem, na capital paulista, durante algumas horas, emitiram seguinte documento:

DECLARAÇÃO DOS GOVERNADORES.

Os Governadores do PMDB e do PDT, reunidos em São Paulo, para o exame conjunto da situação nacional, deliberaram:

II — Reafirmar a importância histórica das eleições diretas para Presidente da República e empenhar todos os esforços no plano parlamentar e popular, pela aprovação da Emenda Constitucional que devolva ao povo brasileiro o direito de escolher seu Presidente.

II — Para essa aprovação, consideram de importância decisiva a apresentação de um candidato único das forças democráticas, que ofereça ao País a segurança de uma transição pacífica e à execução de um programa de mudanças fundamentais que a Nação exige.

III — Propor à sociedade civil, aos partidos de oposição e às demais correntes democráticas do País que promovam já o lançamento de seu candidato único às eleições diretas para Presidente da República, comprometido com o programa básico.

IV — Sugerir os seguintes pontos para o programa básico, que terá como pressupostos a moralidade da administração e austeridade nos negócios do Estado:

I. Eleições diretas já e poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1986.

2. Novo tratamento da dívida externa, de modo a permitir a reativação da economia e o fim da recessão.

3. Fortalecimento do mercado interno e programa de emergência contra a fome e o desemprego.

4. Autonomia sindical e fim da política de achatamento de salários.

5. Reforma tributária que fortaleça financeiramente os Estados e Municípios, com a União assumindo e viabilizando o resgate de suas dívidas.

6. Acesso à terra, apoio à produção agropecuária e melhoria das condições de vida das populações rurais.

V. Caminhar unidos em torno de seu candidato único até as eleições diretas.

São Paulo, 19 de junho de 1984. — Acre Nabor Júnior — Amazonas — Gilberto Mestrinho — Espírito Santo — Gerson Camata — Goiás — Iris Rezende — Mato Grosso do Sul — Wilson Martins — Minas Gerais — Tancredo Neves — Pará — Jarder Barbalho — Paraná — José Richa — Rio de Janeiro — Leonel Brizola — São Paulo — Franco Montoro.

Como se vê, os Governadores da Oposição ficaram rigorosamente dentro das linhas mestras dos seus respectivos programas partidários, que prevêem, como pedras basculares para a redemocratização do País, o restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidente da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1986; para podermos recompor a ordem jurídica nacional em torno de um novo pacto social que possa refletir os verdadeiros anseios populares no campo institucional, no campo econômico-financeira, no campo social e no campo cultural.

Neste sentido, é o comportamento dos partidos de oposição neste instante histórico que atravessamos no Congresso Nacional.

Temos mantido vários entendimentos entre os presidentes, e as lideranças do PMDB, do PDT e do PT e do Grupo Pró-Diretas do PDS que tanto nos ajudou na votação da Emenda Dante de Oliveira, infelizmente rejeitada pelo Congresso Nacional, no sentido de esgotarmos todos os instrumentos regimentais a nossa disposição, por ocasião da próxima apreciação pelo Congresso Nacional da proposta do Senhor Presidente da República, para possibilitar o reexame pelo Congresso Nacional, em primeiro plano, da restauração das eleições diretas, já agora na sucessão do Presidente João Figueiredo. No nosso entendimento, esse é o grande objetivo da sociedade brasileira que não só se mobilizou antes da apreciação pelo Congresso da Emenda Dante de Oliveira, como continua atentar aos acontecimentos e fiel a sua aspiração maior que é a de conseguir do Congresso Nacional esse direito sagrado de escolher nas urnas o futuro Chefe da Nação.

Somente assim, através dessa grande alteração no texto constitucional, que seria mais um passo marcante no processo de redemocratização do País, é que terfamos condições, como temos dito e repetido nesta Casa, de operar no Brasil as grandes mudanças no plano institucional, no plano econômico-financeira, no plano social e no campo cultura. Do contrário continuaremos no imobilismo total, o País entregue à cerca de 20 pessoas que há vinte anos governam a Nação sem que possamos ter a mínima condição de transformar o que quer que seja. É evidente, e ninguém a esta altura pode contestar, o absoluto fracasso da atual política econômico-financeira do Governo, que levou o País a patamares nunca vistos de inflação e ao endividamento externo e interno crescentes, que até agora, apesar de todos os métodos utilizados pelos atuais gestores da política econômica, não foram sequer controlados.

Neste momento, com a tomada de posição de alguns países da América Latina e agora, em termos de grupo a

que se juntou o Brasil por via diplomática, começa a se ensaiar alguma mudança numa tentativa de renegociação, em outros termos, do endividamento externo. Temos aí, a declaração que foi assinada em conjunto pelos Presidentes do Brasil, Argentina, México, Venezuela, Colômbia e Equador e proximamente teremos uma reunião dos chanceleres desses países, que será da mais alta importância, para que possamos formalizar melhor o nosso protesto contra as constantes altas dos juros no mercado financeiro internacional, que agravam consideravelmente o problema do serviço de nossa dívida externa, de tal modo que toda a economia que possamos fazer anualmente, de divisas, não dá sequer para pagá-lo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, só um governo com respaldo popular, só um governo eleito diretamente nas urnas poderia realmente, como está acontecendo, inclusive, na Argentina, ter autoridade maior para falar aos organismos internacionais, inclusive ao Fundo Monetário Internacional, procurando, sem perda de tempo, no mínimo a revisão desses acordos que foram feitos e que estão levando internamente os países do Terceiro Mundo, particularmente os da América Latina, como o Brasil, a uma situação de verdadeiro desespero, por que não dizer, até de pré-convulsão social, com a asfixia em que se encontram os assalariados diante dessa política salarial que nos foi imposta de fora para dentro do País e que, ao invés de fazer com que baixassem os índices de inflação, tem contribuído para a perda do poder aquisitivo do povo brasileiro e, por via de consequência, para o retrairo do mercado interno, aumentando consideravelmente o processo recessivo de nossa economia.

Com estas considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar aqui registrada, portanto, mais uma vez, a posição intransigente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, creio, de todos os partidos de oposição que nos acompanham nesta luta pelo restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Salientamos, para terminar estas palavras, que se faz mister, como aludem os Srs. Governadores da Oposição, a união de todos os segmentos da oposição brasileira em torno de um candidato único, que possa representar realmente os anseios populares em torno de um programa mínimo, cujo postulado básico está enunciado na declaração que acabei de ler.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Virgílio Távora — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Informo a V. Ex^e que já se inscreveu como Líder anteriormente o nobre Senador Roberto Saturnino. Em seguida, V. Ex^e terá a palavra.

O Sr. Virgílio Távora — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão sucessória tem de tal maneira polarizado as atenções do País e do Congresso que de certa forma colocamos (e lamentavelmente) em segundo plano, a discussão dos angustiantes problemas econômicos do País.

A recente elevação das taxas de juros internacionais trouxe, contudo, a questão da dívida externa de volta às manchetes. E a importância da reunião de Cartagena, que se abre amanhã, me traz novamente à tribuna para avançar em relação à opiniões que aqui já apresentei.

Começo por lembrar que elevações dos juros mais dolorosas que a atual já haviam ocorrido no passado. To-

dos nós nos recordamos que as taxas de juros externos ultrapassaram os 20% a.a., afora spreads, mais comissões, em 1981.

Àquela época, ainda estavam, muitos dos que agora levantam seus clamores, vivendo a ilusão de que a dívida estava sendo bem administrada, de que aquelas elevações decorriam de fatores meramente conjunturais, do livre e espontâneo funcionamento das forças do mercado, e àquela época, o déficit do tesouro americano já ultrapassava os US\$ 100 bilhões.

Por que, então, este clamor tardio? certamente porque acaba de ficar claro que nem mesmo as elites dirigentes, responsáveis pela crise em que lançaram o País, poderão sobreviver diante do atual estado de coisas. A continuar como estamos, os únicos beneficiários serão os associados brasileiros dos interesses internacionais, os chamados "testas-de-ferro". De qualquer forma, é bom que o assunto tenha voltado ao primeiro plano das discussões, agora com dois desdobramentos importantes: o primeiro foi o comunicado conjunto assinado em Bogotá, no último dia 16 de maio, pelos governos da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México; o segundo, foi a resposta dada há poucos dias pelos 7 países industrializados, os 7 ricos, às reivindicações formalmente a eles dirigidas pelos governos de 7 países latino-americanos — os 4 do 1º comunicado e mais os da Venezuela, do Peru e do Equador.

Do comunicado de Bogotá, provocado pela chancelaria argentina e liderado pelo Itamaraty, há que se destacar 4 aspectos:

1) Pela primeira vez, desde que a crise assumiu contornos nítidos, o Governo brasileiro abandonou a postura passiva e servilista diante dos credores externos, para afirmar que as exigências estão ultrapassando os limites do suportável. Limites, claro, de parte das élites, porque o povo há muito já vinha sofrendo além do suportável.

2) Pela primeira vez, também, o Governo brasileiro admitiu publicamente aquilo que a opinião pública já havia entendido: as taxas de juros internacionais estão sendo manipuladas. Não decorrem do simples funcionamento das forças de mercado, mas da ação de políticas monetárias e fiscais levadas a cabo pelo Governo norte-americano. Consequentemente, não podemos aceitar continuarmos à mercê dessas manipulações.

3) Aventou o comunicado, finalmente, a possibilidade de o Brasil unir-se a outros parceiros do Terceiro Mundo, para renegociar em bloco as condições de pagamento de sua dívida externa. A esse respeito caminhamos bastante; propostas desta natureza, partidas da Oposição, eram até pouco tempo atrás ironizadas e consideradas irresponsáveis. Como se preconizássemos, então, o calote, a OPEP dos caloteiros, dos pobres, dos malversadores do dinheiro alheio.

4) Mais importante, ainda foi que ficou implícita no comunicado a disposição que setores importantes do Governo estão demonstrando no sentido de rever em profundidade os termos que estão condicionando o nosso relacionamento econômico externo, disposição que deve ser saudada e estimulada, pois que aqui também temos ainda muito a caminhar.

A despeito desses aspectos positivos, estou convencido de que os termos do comunicado do Itamaraty de maio ainda são tímidos, além de deixar intocada uma série de questões importantes. Redemos que as taxas de juros sejam fixadas em termos nominais, para que não continuemos a ser arbitrária, indevida e unilateralmente expatriados. Mas isto é pouco, conforme procurarei demonstrar. E para tanto, convém referir ao comunicado dos 7 grandes e procurar dar à Sra. Margaret Thatcher uma resposta adequada.

Numa clara resposta ao comunicado dos países latino-americanos, o documento dos 7 grandes afirmou basicamente o seguinte:

a) As discussões relacionadas com a dívida externa do Terceiro Mundo devem ater-se aos aspectos eminentes

técnicos. Não serão aceitas tentativas de "politicizar a questão".

b) A situação difere de país para país devedor. As respectivas condições econômicas internas são diferentes, bem como a estrutura de suas dívidas externas. Consequentemente, não se admitirá a negociação em bloco. Cada caso será tratado isoladamente.

c) O FMI continuará desempenhando o seu papel de auditor e fiscalizador, zelando pela liquidez externa e pelos programas de ajustamento interno impostos aos devedores.

d) Institui-se o regime de prêmio-castigo, na aferição dos resultados pelo FMI. Os devedores bem comportados obterão certos e dosados privilégios; dos demais, exigir-se-á o cumprimento integral do programa do FMI.

e) Não se admitirá discussão relativa à fixação ou corte dos juros. Este assunto é da alçada do mercado, cujo livre funcionamento deve ser preservado.

f) Finalmente, e extra-oficialmente, o comunicado dos 7 grandes conclui com uma declaração direta e objetiva, ou "curta e grossa", como diz o povo da Primeira-Ministra Margaret Thatcher: "Os endividados podem pagar suas dívidas no prazo contratado e a juros de mercado. Os grandes devedores são ricos de recursos econômicos. Que tratem de pagar com suas terras, com seus minérios, com seus grãos, com suas fábricas, com a abertura de seus mercados. Se aplicaram mal, sem retorno, o dinheiro que nos tomaram emprestado, o problema não é nosso. Queremos receber de volta o que nos pediram de joelhos.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Com muito prazer, pedindo que V. Ex^e seja breve porque o meu tempo é limitado e o meu pronunciamento é longo.

O Sr. Luiz Cavalcante — Serei brevíssimo. Apenas para lembrar que em recente conferência na Escola Superior de Guerra o Ministro Delfim Netto disse que a inflação brasileira é "indecente". Ora, eminente colega, a inflação é simplesmente filha da política econômica. Então será que essa indecência não é simplesmente hereditária? Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu que agradeço, sobre Senador. Conclusão evidente: a inflação é indecente porque a política econômica é indecente.

Continuo, Sr. Presidente:

O documento expedido pelos 7 grandes foi bastante claro. Não obstante, merece uma tradução ainda mais clara. Em linguagem mais simples e direta, eles estão afirmando que: a) Assuntos relativos à grande política internacional são assuntos da alçada dos ricos. Nós, latino-americanos e outros parceiros do Terceiro Mundo, deveremos nos ater a questões meramente técnicas, segundo, evidentemente, pressupostos econômicos concebidos por eles. b) Devemos, cada qual, cada um dos países devedores, enfrentar separadamente o conjunto dos banqueiros, mais o FMI, mais os governos dos 7 grandes, que, detendo o controle dos organismos internacionais, usam combinadamente organismos, principalmente o FMI, como biombo para suas intervenções brancas nos países do Terceiro Mundo. c) O FMI continuará zelando para que a recessão, o desemprego e a fome continuem a ser utilizados como remédio para o mal que eles diagnosticaram: malversação do dinheiro que pedimos a eles de joelhos. Todos nós: a Argentina, auto-suficiente em petróleo; o Brasil dependente; o México, grande exportador desse combustível; a Polônia, país socialista, todos malversadores, na sua diversidade. d) Fica instituído, oficialmente — vejam Srs. Senadores — o regime da palmatória internacional. Um tablete de açúcar será colocado na boca do devedor bem comportado; um puxão de orelhas, talvez umas chineladas,

naqueles que forem mal comportados. e) Juros são uma questão para ser resolvida na órbita estrita no mercado: mercado cartelizado do lado dos bancos e não cartelizado ou pulverizado do lado dos devedores. f) Finalmente, a dama-de-ferro deixou claras suas intenções: querem o controle total dos nossos recursos: naturais, físicos e humanos. Querem apertar ainda mais as amarras do colonialismo moderno, transformando-nos definitivamente num entreposto onde vêm buscar, aos preços que ditam, os recursos que necessitam para manter o elevado padrão de vida dos seus povos.

Temos, até hoje, pregado uma atitude eminentemente conciliatória para o tratamento da questão de nossa dívida externa. Queríamos a moratória, como instrumento de negociação, e como elemento indispensável para abrir ao País espaço para crescer. E já há muito tempo víhamos clamando por um tratamento mais adequado no que tange aos juros.

O comunicado dos 7 grandes obriga-nos, contudo, a certas revisões. Pontos de vista que já haviam sido esboçadas em pronunciamentos anteriores, mas que não julgávamos oportuno expressar de maneira explícita enquanto não receberemos o tratamento referido. Obriganos também a uma análise mais objetiva do documento do Itamaraty o qual, queremos logo adiantar, nos parece ultrapassado face aos últimos acontecimentos. No plano político, não há dúvidas de que o pronunciamento da Sra Margaret Thatcher está a exigir uma tréplica, uma resposta à altura, sob pena de ficarmos desmoralizados como Nação que, ao apresentar um pleito grave, recebe a recusa nos termos comentados. E se recolhe em estado de humilhação. É essa tréplica o desdobramento que se espera da reunião de Cartagena, que se inicia amanhã.

E no plano econômico, a base para a revisão é a constatação simples de que as taxas de juros, de câmbio, as relações de troca e todos os outros parâmetros que emergem no contexto da atual ordem internacional não refletem, nem de longe, a atuação pura das forças de mercado, como defendem pseudo liberais. Refletem sim, ao lado dessa atuação, a natureza e a intervenção das atuais instituições internacionais sobre os mercados mundiais; instituições estas que, como sabemos, são antes de tudo políticas, e completamente dominadas pelas nações ricas.

Em outras palavras, estamos submetidos não a forças livres de mercado, mas a forças de mercado dirigidas por essas instituições e dirigidas contra nós; submetidos que estamos a um processo de espoliação que não será de forma alguma resolvido mediante enfoque isolado das várias questões que nos afligem, digam elas respeito ao problemas de ajustamento interno de nossas economias; ao redirecionamento do nosso atual modelo econômico (cuja fragilidade acaba de ficar exposta aos olhos de todos); à questão salarial; ao problema dos juros externos; às relações de troca; ao protecionismo.

E é por isso que o documento liberado pelo Itamaraty, conquanto e auspicioso, tornou-se insuficiente, carecendo de ampliação e aperfeiçoamento, indo bem além de um mero pedido de juros suportáveis e espeço para respirar. Falta, num novo documento, a compreensão de que jamais resolveremos nossos problemas se não rompermos com a atual ordem internacional e se não partirmos imediatamente para o questionamento da legitimidade de grande parte da dívida que aí está contabilizada.

A característica fundamental do atual sistema financeiro internacional reside na capacidade de países centrais para emitirem, a seu bel-prazer, moeda — reserva sem lastro —, para com ela adquirirem, sem qualquer esforço, nossos produtos. Um conhecido banqueiro, em depoimento prestado no ano passado à CPI da dívida externa, afirmou que nos últimos 10 anos mais de 2 trilhões de dólares foram emitidos, tanto pelo Federal Reserve, como pelo sistema do Eurodólar.

Já discorri mais detalhadamente, em outro pronunciamento, sobre os mecanismos mediante os quais o exercício deste poder serve de base para a expropriação dos recursos do Terceiro Mundo. Não quero repisar os mesmos detalhes outra vez; contudo, é importante ressaltar que essas emissões não transferem recursos reais; servem, sim, para capturar recursos reais. Para que os atuais credores estivessem transferindo recursos reais para os devedores, seria necessário que estivessem incorrendo em superávits orçamentários, isto é, que estivessem comprimindo os seus investimentos internos e o seu padrão de consumo, para nos emprestarem os frutos dessa compressão. O que assistimos é o contrário: os EUA incorrendo agora nos maiores déficits fiscais de sua História, capturando recursos econômicos de todo o mundo para financiar seu próprio programa armamentista e para continuar adquirindo nossos produtos. Além disso, com os juros que estão recebendo do mundo endividado, podem tranquilamente financeirar os seus mecanismos previdenciários, seus seguros-desemprego, mantendo a sua força de trabalho num rico e incomprimido padrão de vida.

O processo mais evidente de espoliação e aparentemente mais danoso, ao qual estamos submetidos, resulta da manipulação das taxas de juros internacionais, que transfere para nós, arbitrariamente, parcelas dos juros que americanos teriam que pagar uns aos outros, e ao resto do mundo, por conta da dívida contraída pelo seu próprio Tesouro, que induz, artificialmente, agentes financeiros internacionais a transformarem parte de seus investimentos em francos suíços, libras esterlinas, marcos alemães ienes — papões etc., em depósitos e outros ativos expressos em dólares, a fim de que possam auferir essas novas taxas, mais favoráveis, — isto é, manipulações que aumentam artificialmente a procura e o valor de troca dos dólares, fazendo consequentemente com que o seu estoque em circulação possa extrair mais dos nossos recursos humanos e materiais, por um passe de mágica.

Este processo é devastador, sem dúvida, mas configura apenas um aspecto, a ponta do iceberg do moderno sistema financeiro colonial. E a alternância de juros ora elevados, ora mais baixos, reflete apenas o funcionamento de uma das engrenagens básicas do atual sistema financeiro internacional. A outra é o emissionismo de crédito e moeda-reserva sem lastro, que precisa ser trazida à baila para que o processo completo de espoliação internacional, ao qual estamos submetidos, possa ser compreendido. Ambas produzem, articuladamente, a dança macabra a que estamos assistindo desde o início da crise do petróleo: emissões desenfreadas de crédito internacional sem lastro, acompanhadas de juros baixos, e inflação mundial, seguidas de elevações de juros, acompanhadas de uma queda do ritmo dessas emissões, visando a diminuir as pressões inflacionárias no âmbito das economias emissoras. Em qualquer das etapas da dança, que atuam concertadamente, somos irremediavelmente espoliados. Ou por trocarmos nossos recursos por expansões de crédito que não têm por correspondência a diminuição do crédito interno dos Países centrais, e que, portanto, não nos podem transferir recursos reais, ou por sofrermos expropriações diretamente associadas às elevações de juros externos.

Claro está, não adianta tratarmos da ação de apenas uma dessas engrenagens — os juros externos. A sua manipulação decorre da outra manipulação: a das emissões sem lastro.

Além disso, estamos convencidos de que o processo de transferência da renda mundial engendrado pela manipulação desses elementos é mais sutil e mais completo do que se apresenta à primeira vista.

Pois observem os Srs. Senadores o seguinte: o poder de emitir crédito e moeda-reserva sem lastro — aos tri-

lhões de dólares — e de manipular as taxas de juros internacionais, têm em última instância, o efeito de reduzir o esforço efetivo de exportação que os 7 grandes precisariam fazer para importar de nós as matérias-primas que necessitam para alimentar a voracidade de suas indústrias.

Ora, se parte do que cedemos nos mercados internacionais é trocado por crédito emitido sem lastro — isto é, a custo zero para os emissores — ou decorre em manipulações de juros associadas a essas emissões, fica claro que estamos pagando mais do que devíamos por nossas próprias importações e fica claro também que as relações de troca que aparecem a nível de mercado têm, em última instância, que refletir a atuação desses fatores de perturbação.

Em síntese: estamos convencidos de que a queda de relações de trocas, que aflige cronicamente os países do Terceiro Mundo, está intimamente relacionada com o exercício do poder de emitir moeda-reserva sem lastro por parte das nações ricas, poder este que foi exacerbado do decurso dos 10 últimos anos. Nesse contexto, feito o cômputo final do movimento de mercadorias e serviços — sem o registro da parte que cedemos a custo zero — as estatísticas não têm outra alternativa: só podem registrar friamente que as nossas relações de troca, continua e monotonamente, se deterioram; que nunca conseguimos exportar o suficiente para saldar os compromissos externos, a despeito da falta de comida para milhões de brasileiros; que o cruzeiro continua teimosamente supervalorizado, apesar de todas as maxi e minidesvalorizações cambiais; que as empresas nacionais são ineficientes; que a produtividade de nossos trabalhadores, em termos internacionais, é sempre muito baixa. E assim continuará a ser enquanto estivermos submetidos aos efeitos destas engrenagens.

O Sr. Virgílio Távora — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Ouço, com prazer, o aparte do Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador Roberto Saturnino, a análise que V. Ex^e fez do comportamento dos chamados sete ricos, em relação ao Terceiro Mundo, os países em desenvolvimento, nós, praticamente, a subscriveríamos em gênero, número e grau. V. Ex^e não está contente com a manifestação que cognomina aqui de o pronunciamento do Itamaraty; é um pronunciamento do Brasil. Mas diríamos a V. Ex^e que este é o primeiro passo, e com a frieza que sempre deve caracterizar as nossas discussões — sempre assim o foram — a situação em termos de 1982 para uma outra em termos de fins deste ano, face aos nossos devedores é completamente diferente. Nunca se pode, quando se está negociando realmente, expor toda a nossa fraqueza, senão maior ainda são as exigências. Mas, veja bem, o tempo em que as nossas reservas eram negativas, em que, para um consumo aparente de mais de um milhão de barris diários, produzíamos pouco mais de 200 mil. Compare-o com o que será no fim deste ano, agora, daqui a meses, em que a nossa produção se aproximará já dos 600 mil barris, para um consumo aparente de 960.000 portanto, dando-nos já uma relativa folga, ou quase que uma independência, não à custa de racionamento drástico como seria em 1982 e 1983. Compare a inexistência de reservas internacionais com que estimaremos estar em 4 e 5 bilhões de dólares, fim deste ano justamente aquilo necessário para termos aquela independência dos 3 meses mínimos de importação, regra que V. Ex^e conhece melhor do que todos nós. Agora nós podemos falar alto, seguindo o caminho que o Itamaraty nos indicou. Temos já cacife, o que não possuímos naquela época. Era o que queríamos dizer a V. Ex^e.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Nobre Senador Virgílio Távora, está parecendo que vamos, hoje, concordar muito mais do que discordar. V. Ex^e concordou com a minha análise, e eu não discordo em nada do que V. Ex^e disse. Talvez tenha sido mal-entendido, eu não quis dizer que estava descontente com o comunicado do Itamaraty, ao contrário, acho que ele foi um passo muito importante, muito auspicioso. O que estou achando é que, diante da resposta dos sete grandes, daquela frieza, daquelas expressões que beiram ao cinismo, é preciso ter...

O Sr. Virgílio Távora — Agora nós podemos começar a endurecer, Ex^e Temos cacife para isso. Não tínhamos.

O SR. ROBERTO SATURNINO — É o que nós esperamos e é o que eu estou fazendo hoje, desta tribuna. V. Ex^e há de reparar que eu mesmo estou avançando, como disse, em relação a pontos de vista expressos anteriormente, porque acho que há condições de avançar e nós temos, nós da oposição, ainda mais do que V. Ex^es do Governo, temos por obrigação avançar nessas questões.

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Estou angustiado pelo tempo que o Presidente já me cobra e o meu discurso ainda não foi concluído, mas eu ouviré V. Ex^e

O Sr. Severo Gomes — V. Ex^e, Senador Roberto Saturnino, abordou com muita propriedade essas questões todas. O que surpreende a todo mundo é que esse conhecimento cada vez mais se aprofunda e há muito tempo que nós vamos consolidando essa visão de exploração nacional que nestes últimos anos tomou um caráter grotesco de empobrecimento do País. O mercado a que V. Ex^e se refere, como se a mão invisível Adams Smith estivesse regendo essa orquestra, na verdade essa mão invisível de Adam Smith é hoje a batedora da carteira, da magra carteira dos países pobres. Mas eu queria trazer uma contribuição a respeito, vamos dizer, do ambiente hoje mais favorável para uma atitude do Governo brasileiro; gostaria de lembrar que a exploração mais profunda começou a ocorrer em 1974, na medida em que os países industrializados realizaram grandes déficits com os árabes, empurraram esses déficits para os países pobres, já sobrecarregados com o crescimento do preço do petróleo. Tivemos uma segunda crise do petróleo, tivemos o choque das taxas de juros. E ainda queremos lembrar que, em 1978, nós tínhamos reservas muito mais altas que as de hoje. Quer dizer, a oportunidade para desenvolver um projeto nacional baseado no interesse do povo e na defesa da nossa soberania, sempre existiu em condições muito mais favoráveis no passado do que temos até hoje. A questão é: qual a articulação de forças que conduzia essa política? Qual é a articulação de forças que ainda mantém essa política? Eu diria a V. Ex^e que nós só daremos os verdadeiros passos se formos articular as forças sociais e políticas do País, se formos para as ruas, como fomos na defesa das eleições diretas, mobilizar o povo para que esses grilhões sejam cortados, para que se enxergue que nós não estamos com pulseiras, mas com algemas nos pulsos. Esta é no meu entender, a questão fundamental, e não assistirmos declarações do Sr. Ministro da Fazenda de que está tudo bem, que vamos acertar, que vamos capitalizar os juros e nós temos a impressão de que quem está a negociar isto, hoje, é o agente funcional da economia brasileira. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Agradeço o aparte de V. Ex^e que muito acrescenta, lembrando muito bem os pontos nodais, os pontos cruciais de todas essas questões e a importância da articulação política interna, do pacto político interno, que fez, por exemplo, a Bolívia

ao adotar a solução da moratória e que está fazendo o governo argentino chamar os peronistas para um entendimento, que deveríamos ter entre nós articulado, a fim de assumir posição mais afirmativa dos interesses nacionais.

Continuo, Sr. Presidente, dizendo que estamos, pois, sendo expropriados e continuaremos a ser, se não reagirmos, compreendendo o que está ocorrendo. Uma nova divisão de trabalho e de recursos naturais está ocorrendo em escala mundial. E a ousadia do pronunciamento da Sra Thatcher a este respeito só veio confirmar o que alguns já estavam compreendendo e dizendo, alertando a Nação: querem nossas fábricas, nossos recursos minerais, nossas terras, nosso trabalho. E quem ainda não compreendeu estes fatos, precisa refletir sobre eles. A dívida que aí está não é mesmo para ser paga. É para ser mantida indefinidamente, como elemento gerador de transferência de recursos reais, ou como instrumento de pressão e de chantagem.

Agora mesmo, o Ministro Ernane Galvães acabou de reconhecer, na ESG., que a dívida não será paga. Longe, contudo de demonstrar qualquer entendimento mais aprofundado desta afeita questão, o que veio ele fazer? Apenas reafirmar a velha e desgastada teoria da rolagem. Sem perceber que o seu corolário básico é a submissão da nossa Política Econômica aos ditames do "Sistema Internacional".

Em suma, temos que fazer um esforço para encontrar soluções globais e duradouras para nossos problemas internos e externos, em vez de continuarmos a discutir fórmulas de caráter paliativo e transitório. Nesse sentido, precisamos compreender que no contexto da atual engrenagem internacional não é bastante negociarmos juros. Não que esta seja uma questão irrelevante. Não. Mas porque qualquer concessão feita apenas nesta área — a dos juros — poderá ser imediatamente contrabalançada por uma queda maior, arbitrariamente induzida, das nossas relações de troca.

Além disso — é intuitivo — qualquer economia submetida a essas pressões terá, periodicamente, que se sujeitar as desvalorizações corretivas da sua moeda. E aqueles que ainda não perceberam a gravidade da questão cambial, e que estão por aí a clamor por novas maxidesvalorizações do cruzeiro, destinadas a aprofundar mais ainda o atual modelo exportador, devem refletir sobre o seguinte: maxidesvalorizações aumentam em termos reais o valor da dívida externa e dos seus juros. E à mercê de maxidesvalorizações suficientemente grandes, acabaríamos vendendo o País todo por alguns bilhões de dólares!

Assim, ou nos livramos da engrenagem total, ou sucumbiremos como Nação. Por isso, a discussão centrada exclusivamente na questão dos juros é pobre, e desvia as atenções da compreensão global do sistema. O que se encontra em jogo é a nossa soberania, é a nossa existência enquanto Nação.

A Argentina (com a Bolívia e a República Dominicana) procura justamente preservar sua soberania, repudiar qualquer tipo de intromissão. Procura outros caminhos, que não o da submissão humilhante e inútil. E o que fará o Brasil em Cartagena? Reforçará a atitude Argentina ou irá pressionar o país vizinho a se render como o Governo Brasileiro se rendeu? E se a Argentina tiver êxito, como ficarão as autoridades, os ministros brasileiros, que sustentaram, garantiram à Nação que a submissão, ainda que vergonhosa, era necessária sob pena de irmos ao caos?

A saída não se encontra portanto na apreciação de aspectos isolados dos problemas que enfrentamos. As soluções devem ser globais, se bem que o ataque a aspectos particulares relevantes — como a questão dos juros — possa abrir caminho para toda a reestruturação necessária. Além disso é necessário articular claramente os objetivos externos e internos.

A nível mundial, defrontamo-nos com um conjunto concertado de processos desestabilizadores, dentre os quais o problema dos juros constitui uma das facetas, aquela mais visível. O problema contudo, é que os governos dos países ricos tudo farão para manter o elevado padrão de vida de seus povos. Teremos portanto que lidar com toda essa questão, com os nossos próprios meios, cientes de que no âmbito do atual sistema financeiro internacional existem apenas interesses concretos e concessões ilusórias.

Mas não se trata apenas de problemas externos. Não podemos nos descurar da revisão interna deste modelo econômico suicida, que acabou por nos empurrar para a beira da explosão social, e de redirecioná-lo para o atendimento das necessidades básicas do povo brasileiro. A ruptura com a ordem internacional tem que representar, antes de tudo, a ruptura com o estado de injustiça interna onde a maioria é colocada à margem do processo econômico, perpetuando-se em condições miseráveis.

Se ficou claro que as condições de livre funcionamento dos mercados não prevalecem — o que prevalece são os mecanismos de espoliação internacional, fica também claro que:

1) Não nos interessam falsas concessões de qualquer natureza. Queremos, sim, o direito inalienável, de gerir nossos próprios assuntos internos;

2) Não nos interessam pseudofacilidades alfandegárias, para a comercialização internacional de nossos produtos. Os EUA estão agora mesmo incorrendo num gigantesco déficit comercial, da ordem de US\$ 120 bilhões, equivalente à nossa dívida externa. Isto é, estão capturando recursos incomensuráveis do resto do mundo, para alimentar sua própria economia. E está por aí o FMI ingerindo nos seus assuntos internos, obrigando o seu governo a promover uma recessão interna para estancar tão desproporcional déficit? Não está porque não é preciso. Porque boa parte dele será pago a custo zero, pelo funcionamento das rotativas de Washington, que imprimirão papel moeda ou títulos do governo americano. Outra parte, certamente, será paga com a elevação arbitrária das taxas de juros internacionais. E outra ainda, pelas quedas das nossas relações de troca, que continuarão a ser induzidas ao longo desse processo;

3) Não aceitamos nós a afirmação da Sra Margaret Thatcher de que fomos lá pedir de joelhos o seu dinheiro. A maioria das ditaduras latino-americanas que coexistiram, por covardia, por corrupção, incompetência ou falta de visão, o processo de espoliação ao qual fomos submetidos, tiveram o beneplácito de Washington e dos outros grandes centros. O povo, a Nação, nada teve que ver com isto, e o que tiver que ser pago agora, que paguem os que se beneficiaram, nunca o povo;

4) Contestamos também a legitimidade de grande parte desta dívida que está hoje contabilizada. Agora, mais do que nunca, está claro e transparente que ela é fruto de muitas manipulações, de mudanças das regras do jogo, às quais não temos que nos submeter se não por medo ou falta de visão;

5) E estamos convictos de que o modo como está sendo posta a discussão sobre taxas de juros não passa de outro movimento diversionista, comandado de fora, para desviar nossas atenções dos temas importantes. A proposta de capitalização parcial ou total dos juros, por algum tempo, é extremamente deletéria. Se for concretizada, levar-nos-á, imediatamente, à ilusão de uma nova ilha de tranquilidade dentro de uma espiral mais larga de endividamento. A juros de 15% ao ano, a dívida externa brasileira dobrará sozinha, mesmo que não mais ocorram déficits em transações correntes, em menos de 5 anos, e aí não haverá exportação, ou modelo exportador, capaz de responder aos compromissos dos juros de 30 ou mais bilhões de dólares a cada ano. Ou seja, não podemos postergar a solução deste problema, como posterga-

mos a solução do problema energético quando a crise do petróleo eclodiu. De falsas soluções, de soluções paliativas, que escondem do povo as verdadeiras dimensões da crise, já estamos saturados, de tanto "rolarmos" acabamos sendo rolados para esse atoleiro.

E o que queremos então no plano externo? Queremos a decretação imediata de moratória unilateral, como ato de soberania nacional e como instrumento de rompimento com a atual ordem internacional. Grande parte da dívida que aí está é fruto de manipulações. É preciso, portanto, separar do total o resultado dessas manipulações, que é indevido. Mas isso ainda não é tudo. Antes que qualquer processo de pagamento seja acordado é necessária a estruturação de um novo pacto social interno para definir-se a distribuição justa dos custos de qualquer resarcimento. Se beneficiários do endividamento existem, não se encontram certamente entre os homens do povo. Não se justifica, portanto, que a maior parte do ônus do ajustamento recaia sobre esse povo, seja na forma de redução de salários, seja na forma de elevação dos preços de produtos essenciais, pressionados para cima pelo modelo de exportação a qualquer custo; queremos, ademais, que qualquer parte da dívida, a ser paga, o seja com a manutenção em nível justo e estável dos preços internacionais dos nossos produtos de exportação. Não podemos nos submeter a manipulações das nossas relações de troca, da mesma forma que não podemos aceitar as interferências nas taxas de juros; e queremos, ainda para romper definitivamente com a atual ordem internacional, a implantação de uma política cambial independente. Esta, exatamente esta que os países industrializados adotam e que os estatutos do FMI impedem que apliquemos. Deve esta nova política cambial satisfazer 3 condições:

1) Promover o equilíbrio sistemático da nossa balança de transações correntes, num mundo onde o valor das moedas-reserva, emitidas sem lastro, podem ser manipulado em benefício das nações emissoras, não podemos nos dar ao luxo de incorrer em qualquer tipo de desequilíbrio crônico, seja negativo ou positivo. Temos que estar sempre razoavelmente equilibrados. Ou seja, o modelo de crescimento baseado no uso de "Poupança externa" — tem que ser definitivamente abandonado;

2) servir de sistema de alerta contra expropriações brancas decorrentes de emissões de moeda-reserva sem lastro, por parte dos países industrializados. Nesse sentido, o nosso sistema atual é um retumbante fracasso. É absolutamente incapaz de distinguir entre uma transferência efetiva de crédito dos países ricos de uma pseudo-transferência efetiva de crédito dos países ricos de uma pseudo-transferência, fundamentada no exercício do poder unilateral de emitir e, portanto, de criar, sem esforço, poder adicional de compra. No primeiro caso, as transações comerciais poderiam, sem prejuízos para quaisquer das partes, continuar a se processar às mesmas taxas de câmbio anteriormente vigentes entre os países intervenientes no processo. No segundo caso, o valor de troca da moeda emitida, vis-a-vis nossos produtos, deveria cair para refletir o emissionismo. Paradoxalmente, fazemos, precisamente, o contrário. Os americanos emitem 2 trilhões de dólares e nós desvalorizamos o cruzeiro;

3) Queremos um sistema cambial com taxas múltiplas de câmbio utilizadas livremente, sem ingerências, para a defesa do mercado interno para os trabalhadores e empresários nacionais; para a manutenção, enfim, do nível de emprego interno. Aqui, a política cambial é indispensável para acelerar-se a substituição do petróleo por fontes alternativas de energia. Como é muito importante, também, para a proteção da nossa incipiente indústria de informática, tão assediada ainda nos primeiros passos.

Passando ao Plano Interno:

Queremos estancar a política das "Exportações a qualquer custo". Não interessa que o coeficiente de ex-

portações/PIB seja baixo em comparação com o que ocorre em outros países, em particular com países que nada têm em comum com o nosso, como Taiwan, Coreia, Singapura, Hong-Kong e outros. Esses coeficientes nada dizem. No caso brasileiro, onde a fome grassa internamente, onde exportamos grãos para manter a dependência energética ao petróleo, o custo do atual modelo é o genocídio, a perda de milhares de brasileiros que morrem antes de completar um ano de idade. Além disso, este coeficiente é baixo não porque exportemos pouco, mas porque os preços dos nossos produtos estão sendo sistematicamente aviltados. O minério de ferro é sistematicamente exportado a um preço que não cobre sequer os custos internos de extração, de transporte e do capital investido, as siderúrgicas brasileiras estão sendo descapitalizadas, enquanto. A contenção dos preços dos seus produtos opera como vultoso subsídio cumulativo, transferido para a indústria automobilística e para os mercados externos, sem se falar de muitos outros casos importantes, como o da energia de Tucuruí, que céderemos praticamente de graça para a alegria das multinacionais que se apropriaram das nossas jazidas de bauxita. Enfim, o critério para as exportações não pode ser, de forma alguma, um simples número, um simples coeficiente, frio e seco, que nada informa. O único critério possível é o interesse do nosso povo. Exportações "a qualquer custo" são, no fundo, eufemismo para a manutenção do modelo dependente de petróleo importado e de tecnologia externa, que queremos substituir. Modelo concentrador de renda e consumista que desejamos aposentar. Enquanto houver uma única criança brasileira passando fome em nosso País, temos que aplicar nossa produção de grãos para a satisfação dessa necessidade;

Queremos, por conseguinte, o redirecionamento dos recursos, que hoje estão sendo desperdiçados, para a agricultura de alimentos, para a construção civil, para o saneamento básico, grandes absorvedores de mão-de-obra; e para a educação de um povo, para o desenvolvimento de uma tecnologia. Queremos o fim da recessão e da política de arrocho salarial, queremos o controle total dos nossos negócios internos; queremos o avanço do Proalcool, como principal instrumento de movimentação dos nossos transportes de carga e coletivo, e não como mero apêndice da indústria automobilística;

Queremos que condições institucionais e de mercado sejam criadas internamente para que a energia oriunda da biomassa possa ser produzida descentralizadamente por todas as partes do Território Nacional, empregando a mão-de-obra e a terra hoje ociosas, estimulando a economia de mercado, e servindo de base para o florescimento de uma poderosa agroindústria energética, voltada para os interesses nacionais e não para satisfazer — uma vez mais — as necessidades dos países ricos, como muitos estão já pretendendo;

Queremos enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer a nossa política — com P maiúsculo — distinguindo as questões fundamentais, eminentemente políticas das outras, acessórias, de caráter técnico;

Queremos apoiar e reforçar a posição do Itamaraty, na convicção de que, amanhã, em Cartagena, estará desenvolvendo a política brasileira, desdobrando e avançando em relação à declaração anterior, desprezada pelos sete grandes, que nos vêm ainda como submissos e corruptos — submissos enquanto Nação e corruptos nas elites, nas minorias privilegiadas, associadas ao sistema espoliador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará como Líder do PDS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Hoje, usaremos a palavra para dar os esclarecimentos prometidos ao eminente Senador pelo Amazonas, Fábio Lucena, a respeito dos financiamentos feitos pela Região Nordestina, como S. Ex^e afirmava, à binacional de Itaipu, não sem antes bordar alguns comentários, os mais sintéticos possíveis, ao discurso do Senador Saturnino, porque S. Ex^e, pela profundidade do tema versado, pala força da argumentação apresentada e pela base em que vários dos seus tópicos tiveram na realidade, merece uma resposta mais demorada. Vamos aqui respirar algo sobre a oração que acabamos de ouvir.

Há coisas novas, idéias novas e velhas, que já ouvimos tantas vezes aqui repetir. Central das palavras que aqui serão proferidas, aquela mesma afirmação da diferença fundamental que existia entre o negociador de outubro, novembro é dezembro de 82 e aquele que se apresenta à mesa dos seus credores, no fim do ano, em 1984.

Lá, vamos repetir, tínhamos as nossas reservas internacionais reais negativas; tínhamos um consumo aparente de petróleo de 1 milhão e 140 mil barris por dia para uma produção pouco superior a 200 mil barris diários. Hoje, aproximando-se o fim deste ano ascendem as reservas a 4 e a 5 bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, estima-se para os primeiros meses do ano que vem já uma produção de 600 mil barris por dia, quer dizer, três vezes mais que na época citada deixando-nos um pequeno déficit (300 mil b/d) petróleo, que poderá ser coberto por fontes alternativas e por meios bem rígidos de controle do uso do combustível. Somos outra entidade. Temos o que dissemos há pouco a S. Ex^e; o cacoce necessário.

Quanto às afirmativas feitas da firmeza de nossa política externa que deve cada vez ser mais positiva, não temos a menor dúvida em dizer que S. Ex^e está coberto de todas as razões.

Não somos daqueles que acreditam piamente em cartéis de devedores. Cada país, com sua própria sistemática, com seus problemas, suas peculiaridades, vai procurar resolver sua situação interna.

Mas S. Ex^e, pronunciou e terá, uma vez lidos seus tópicos com vagar, a necessária resposta — não contradita, porque em muitos pontos estamos de acordo com S. Ex^e, a esta peça que achamos marca, justamente, o ano de 1984, neste Senado

Passamos, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à resposta prometida ao eminente Senador Fábio Lucena, que é muito mais informativa do que propriamente réplica, porque informações numéricas, baseadas em órgãos que cuidamos merecer toda a credibilidade de nossa parte e deste Senador, não pode sofrer, absolutamente, nenhuma contradita. Houve, aqui, a afirmativa, a dúvida, a interrogação, de que, realmente, faltando recursos para as regiões Norte e Nordeste, era estranho como esses bancos regionais, responsáveis pelo propulsionamento e desenvolvimento das áreas respectivas, iam, ainda, retirar esses parcos recursos dessas áreas para investir, para auxiliar a binacional Itaipu. À época, sem maiores dados, fruto apenas de uma ligação telefônica que tivemos com o responsável pelo Banco de Desenvolvimento da nossa terra — no caso o Banco do Nordeste — explicamos que o grosso desses recursos seria oriundo de financiamentos de equipamentos e serviços pelo FINAME, que não age diretamente e sim através de entidades bancárias. Logo após nosso pronunciamento tivemos uma primeira informação do Banco do Nordeste, a qual passaremos a ler. Esta não nos satisfazia, porque dizia respeito ao ano de 1984; solicitamos dados desde 1978, quando foram feitos os primeiros financiamentos à binacional aludida. Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o primeiro dos despachos citados tem a seguinte íntegra:

"Gapre-84/1058 — atendendo solicitação vossecia hoje, apraz-me informar Banco Nordeste (BNB) realizou último dia 24 abril operação valor Cr\$ 159,2 bilhões favor Itaipu Binacional. Referida operação, garan-

tida Tesouro Nacional, envolveram recursos exclusivamente Agência Especial Financiamento Industrial-FINAME, agindo BNB tão-somente como órgão repassador recursos federais, não comprometendo, dessa forma, qualquer parcela recursos próprios. Título remuneração repasse BNB receberam comissão 1,5 0/0 A.A sobre saldo devedor empréstimo, permitindo, assim, transferência recursos outras regiões para alocação empréstimos alto interesse Nordeste."

— justamente ao contrário do que foi afirmado —

Graças tais recursos, BNB mantém fundo desenvolvimento científico e tecnológico (FUNDECI) que presta colaboração financeira Universidades e Instituições Pesquisas tocante projetos pesquisas econômicas, agronômicas e tecnológicas, além treinamento pessoal áreas prioritárias, desenvolvimento regional, contribuindo sobretudo geração tecnológica que possibilitem aumento produtividade e estabilidade agropecuária semi-árido nordestino. Ressalte-se, ainda, caso BNB não agenciasse operação em lide, outros agentes o fariam e, destarte, esses recursos deixariam ser carreados esta região."

Não ficamos contentes com esses esclarecimentos porque julgávamos apenas que diziam eles respeito a 1984. Poderia nos exercícios anteriores ter havido operações de outras espécies, de outros montantes.

Recorrendo à mesma fonte, o eminente Presidente Camillo Calazans nos fez pôr em contato com o Sr. Gerente do BNB da agência de São Paulo, responsável por essas operações com Itaipu. Dele recebemos o despacho que incorporamos ao nosso pronunciamento.

Eminente Senador Alberto Silva, esclarecemos, de passagem, que avisei ao Senador Fábio Lucena que hoje iríamos dar as explicações. Lamentamos muito sua ausência, mas S. Ex^e há minutos estava no plenário e sabia que iríamos fazer este pronunciamento.

Diz o despacho:

Do: Banco do Nordeste do Brasil S/A — Agência São Paulo

Ao: Exm^r Senhor Senador
Virgílio de Morais Fernandes Távora
Brasília — Distrito Federal

Tlx. Gerência-84/004, de 23-5-84

Por incumbência do Dr. Camillo Calazans de Magalhães, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, informamos a V. Ex^e posições, nesta data, operações contratadas pelo BNB com Itaipu Binacional, conforme discriminação abaixo:

Recursos da Agência Especial de Financiamento — FINAME:

Data do Contrato	Valor Contratado Cr\$	Saldo Devedor Atual Cr\$
27-11-1978	19.158.876.685,75	139.133.268.914,84
17-12-1980	21.096.802.170,40	62.007.251.280,11
30-06-1981	7.462.174.524,00	14.044.740.029,13
28-04-1983	7.727.289.361,00	17.772.958.124,63
24-04-1984	159.270.640.000,00	16.533.999.278,48

Total 214.715.782.741,15 249.492.197.626,19

Recursos captados através de recibos de depósito bancário — RDB

Data do Contrato	Valor Contratado Cr\$	Saldo Devedor Atual Cr\$
24-08-1982	5.000.000.000,00	16.847.687.879,16

Obs.: Os recursos de RDB foram captados por esta agência junto às seguintes empresas:

— Fundação CESP

— Petros Fundação PETROBRAS de Seguridade Social

Cordialmente — Oliver Cunha Sampaio, Gerente BNB Ag. São Paulo.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, lamentando a ausência do eminente Senador Fábio Lucena, deixamos aqui bem expresso em números aquelas afirmativas que havíamos feito de uma maneira genérica, quando S. Ex^t percutiu o assunto. Lamentamos não poder trazer aqui os dados referentes ao BASA, Banco da Amazônia, mas, tão logo os mesmos em nosso poder, também por aqui desfilarão todos os números, nada sendo escondido, porque nós traçamos como norma, e vamos repetir, de que a melhor defesa do Governo é falar a verdade, apresentando seus erros e seus acertos. No caso, esses foram acertos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes, para uma breve comunicação.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É sempre com certo encabulamento, com justificado constrangimento, que venho a esta tribuna tratar de assuntos do interesse particular do meu Estado, sobretudo quando, em uma sessão como esta, os Senadores Saturnino Braga e Virgílio Távora versaram temas da mais alta conjuntura internacional e nacional.

Fala a força telúrica e sobretudo o dever que a representação do Piauí, como um todo, tem, de permanentemente utilizar as armas ao seu dispor para defender os interesses daquela unidade da Federação.

Começo esta rápida intervenção por dizer que infelizmente ainda persiste o entendimento de muitos, entendimento que eu não tenho dúvida nenhuma em taxar de idiota, de imbecil, de que o Piauí é inviável, pois, se não dizem diretamente, na prática os atos estão a demonstrar esse entendimento.

Eu me lembro, e faço uma referência ligeira ao fato, que na Presidência Castello Branco, cabendo àquele eminente nordestino decidir sobre se deveria ser construída ou não a Barragem da Boa Esperança, os tecnocratas sustentaram que aquele empreendimento seria inteiramente inviável, pois o Piauí e o Maranhão, em 20 anos, não teriam condições de utilizar a energia que seria produzida por aquela empresa.

O Presidente Castello Branco, como é natural, desprezou inteiramente os pareceres da burocracia, determinou a construção da Boa Esperança, que foi inaugurada em fevereiro de 1970 e dois anos após, a energia produzida pela Boa Esperança, já não atendia nem as necessidades do Piauí, quanto mais as do Piauí e do Maranhão juntas.

Sr. Presidente, ocupo hoje esta tribuna para comunicar à Casa que recebi, datado de 8 de maio deste ano, um ofício assinado pelo presidente e pelo 1º-secretário da Associação Comercial Piauiense, um órgão da maior tradição do meu Estado, entidade fundada em 23 de agosto de 1903, por conseguinte, com profícua existência de 81 anos e que pede que leve ao conhecimento desta Casa e faça chegar ao conhecimento geral do País o teor do ofício que aquela entidade dirigiu ao Exmº Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Oswaldo Collin.

O ofício tem o seguinte teor:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PIAUIENSE

tFundada em 23 de agosto de 1903 Órgão das classes produtoras
Of. ACP nº 058/84 Em 8 de maio de 1984

Ilmº Sr.
Dr. Oswaldo Collin
DD. Presidente do Banco do Brasil S/A
Brasília — DF

Senhor Presidente:

A 10 de fevereiro de 1983 dirigimos a V. S^t um pleito a fim de que as aplicações do Banco do Brasil no Piauí, que estavam no índice de 0,7% do total em

todo o País, tivessem um aumento gradativo de 0,8% imediatamente, 0,9% em 1984, atingindo 1% em 1985.

Justificávamos o nosso pleito pela necessidade do crescimento das empresas piauienses, com um maior desenvolvimento do Estado e que tem no Banco do Brasil o grande suporte do crédito nacional, principalmente no setor primário, onde o Piauí tem mais carência.

Agora nos chega ao conhecimento, uma informação ao Governo do Estado, declarando que a participação acima aludida caiu de 0,7% para 0,5%, medida desalentadora para os empresários piauienses.

Nesta oportunidade vimos reiterar a V. S^t que se restabeleça logo o valor da participação de 0,7%, mantendo o nosso pleito anterior do aumento anual de 0,1%, até atingir a participação de 1% solicitada anteriormente.

Esperando o atendimento do nosso pedido, aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. S^t nossos protestos de consideração e apreço.

João Batista Evangelista de Sá — 1º-Secretário

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que o ofício que acabo de ler não precisa de comentários, os números gritam, os números agredem. É preciso pôr cobro a essa situação, é preciso que se dê um tratamento mais condigno a uma das Unidades da Federação, ao meu Estado, ao Piauí. Vamos deixar de lado os aspectos negativos que são espalhados pelos eternos anunciantes do mal; vamos desprezar aquelas posições empedernidas daquelas que acham e entendem que, embora oferecendo todas as condições possíveis, os pequenos Estados, os Estados mais atrasados da Federação não devem ser contemplados com recursos indispensáveis para que possam acelerar a sua marcha ascensional.

Desta maneira, trazendo ao conhecimento desta Casa e, através desta tribuna levando o fato ao conhecimento do País inteiro, desejo reiterar ao Presidente do Banco do Brasil o apelo, no sentido de que essa solução seja imediatamente revista e que seja dado ao Piauí o tratamento que ele merece, pois que o Piauí precisa apenas de ajuda, de uma pequena alavanca para acelerar o seu processo de desenvolvimento.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^t um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Pois não.

O Sr. José Lins — Quero me solidarizar com V. Ex^t e dizer que não foi só o Piauí que teve a sua participação relativa reduzida, mas o Nordeste todo. E isto é lamentável.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Agradeço o aparte a V. Ex^t

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Cavalcante, para uma breve comunicação.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PDS — AL) Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo tão-somente dar conhecimento à Casa dos termos do seguinte ofício recebido da Câmara Municipal de Maceió:

ESTADO DE ALAGOAS
Câmara Municipal de Maceió
Gabinete do Presidente

CMM/GP/162

Maceió, 22 de maio de 1984.

Exmº Sr.

Senador Luiz Cavalcante

Senado Federal

Brasília-DF

DN/AMOP

Senhor Senador,

Temos a honra de encaminhar à apreciação de V. Ex^t cópia de requerimento do Senhor Vereador Virgílio Cavalcante Palmeira, protocolizado sob número 670/84, aprovado neste Poder Legislativo, em reunião realizada no dia 10 (dez) do mês em curso.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Ex^t os nossos protestos de estima e distinta consideração.

— Tito Guimarães, Presidente.

O requerimento do Vereador Virgílio Palmeira, por sua vez, está assim redigido:

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Maceió.

O Brasil vive momentos decisivos e que podem acarretar dificuldades futuras ou de normalização democrática, diante das investidas dos contratempos que virão inevitavelmente pela frente e que o país deve se preparar a fim de não sofrer os revéses de uma tempestade, cujas consequências cairão sobre as cabeças daquelas que não contribuíram para uma situação desagradável e impiedosa para ser suportada. São momentos que precisam ser enfrentados com dignidade e respeito pela normalização política brasileira. A questão das eleições diretas para a Presidência da República encontra-se posta à mesa e deve ser encarada com seriedade e nunca com o desdém de quem quer ultrapassá-las sem sequer considerá-las como importantíssimas aos anseios da sociedade brasileira, que não suporta mais os encargos impostos sobre suas costas e por quem nunca quis assumir o compromisso com essa mesma sociedade, dando-lhe satisfação e conhecimento de atos desastrosos e incomprensíveis. Estamos diante de um impasse cuja saída felizmente todos vislumbramos para que no amanhã não haja a desculpa de que ninguém apontou a necessária porta ao entendimento.

"Pelo exposto, requeiro à Mesa, após ouvir o plenário, seja endereçado ao Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves um voto de regozijo por sua posição política, e que deve levar a sua pregação em favor do voto livre e democrático até as últimas consequências revigorando ainda mais a campanha nacional pela escolha direta do Presidente da República ainda este ano. Sem isso, estaremos entregues possivelmente em mãos que nada representam para a solução dos problemas brasileiros, mas ao contrário, em mãos que apenas as locupletarão da situação reinante no país para amealhar vantagens pessoais sobre o sacrifício holocáustico da gente brasileira. Requeiro, ainda, que cópia desta proposição seja endereçada ao Senador Luiz Cavalcante, autêntico defensor da dignidade nacional".

S. S. da Câmara Municipal, de Maceió, em 14 de abril de 1984. — Virgílio Cavalcante Palmeira, Vereador.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez se confirma a veracidade do velho risco: "Diz-me com quem andas e te direi quem és." Bastaram umas poucas andanças políticas com Aureliano Chaves para eu ser elevado à condição de autêntico defensor da dignidade nacional.

Muito obrigado, Aureliano Chaves e muito obrigado, Vereador Virgílio Palmeira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Itamar Franco, para uma breve comunicação.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No momento em que se fala mais uma vez no aumento do leite, gostaria de lembrar à Casa que há um projeto de nossa autoria que isenta de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias "as operações de comercialização de leite in natura para consumo público em todo o País".

O nosso pedido hoje, particularmente à Liderança do Governo, é de que possa dar um andamento mais rápido a este projeto de alto alcance social.

Gostaria também, Srs. Senadores, pedindo licença ao Sr. Presidente, que a Mesa autorize a publicação de um estudo que nos foi enviado pelo Presidente Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, que, entre outras coisas, vale a pena recordar ao Senado da República, os seguintes dados publicados pela FAO, em relação ao leite para 1977. Os dados de 1977 não invalidam os do ano de 1984, porque essa situação praticamente não mudou em nosso País.

Os dados da FAO para o Brasil são os seguintes:

— Necessidade de leite fluido por habitante/ano — 81,7 litros.

— Disponibilidade de leite fluido por habitante/ano — 34,1 litros.

Segue o Sr. Flávio Teles, Sr. Presidente, demonstrando o problema do acesso da população ao leite in natura, e diferencia os diversos tipos de leite, num amplo estudo, que eu pediria a V. Ex^e que fosse publicado neste pronunciamento. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO:

**LEITE PARA CONSUMO "IN NATURA"
PROBLEMAS COM A TRIBUTAÇÃO DE ICM**

A importância do leite "in natura" e seu nível de consumo:

O leite in natura ou fluido constitui-se em fonte de proteína animal incomparável, sendo seu consumo recomendável para todas as idades e indispensável para a gestante e para a fase de desenvolvimento dos recém-nascidos e crianças.

Dados publicados pela FAO indicam a seguinte situação para o Brasil, no ano de 1977:

Necessidade de leite fluido por habitantes/ano — 81,7 litros

Disponibilidade de leite fluido por habitante/ano — 34,1 litros

Déficit de leite fluido por habitante/ano — 47,6 litros

Do ano de 1977 até esta data, embora não haja a disponibilidade de dados para o Brasil como um todo, algumas informações disponíveis indicam que o déficit apontado, vem aumentando. Este fato pode ser constatado na distribuição do leite fluido na Grande São Paulo, uma das regiões de maior crescimento demográfico e maior renda per capita do País.

**QUADRO I REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO
(EM 1.000 l).**

Ano	1980	1981	1982	1983
Total	607.937	632.937	635.869	614.224
Distribuído				

Acesso da população ao leite "in natura"

Nos centros urbanos de menor porte, o consumo é assegurado através da distribuição feita pelos próprios produtores, mediante entrega porta a porta em condições de higiene bastante precárias. Livre do ônus de impostos e custos necessários à manutenção de um padrão adequado de qualidade, esta atividade tem o mérito

de possibilitar um abastecimento a preços mais acessíveis.

Nos centros urbanos de maior porte, as usinas (cooperativas e empresas privadas) encarregam-se do abastecimento, assegurando-se melhores condições de higiene no processamento do leite dada a inspeção (Federal) a que o mesmo é submetido.

Para o consumidor dos grandes centros, o leite fluido torna-se disponível sob as seguintes formas: Leite C, Leite Especial, Leite B, Leite A e "Longa Vida".

O que diferencia os diversos tipos de leite.

O Leite A e o "Longa Vida" representam parcelas pouco expressivas de consumo, e dado seu preço elevado e características destinam-se aos segmentos de maior poder aquisitivo. O Leite A, é de se notar, é produzido e distribuído exclusivamente no Estado de São Paulo.

O Leite C e Especial diferenciam-se pelo teor de gordura — o primeiro deve apresentar um teor mínimo de 2% enquanto que o segundo de 3,2%. Esses dois tipos de leite são os de maior consumo nos grandes centros urbanos, destinando-se ao consumo dos segmentos de menor poder aquisitivo e, de forma crescente; à classe média.

O Leite B é consumido basicamente pela classe média, sendo disponível apenas nos Estados de São Paulo (75%), Rio de Janeiro e Minas Gerais. O que diferencia o Leite B dos tipos C e Especial é a qualidade superior do primeiro, a qual decorre dos seguintes pontos:

Ao produtor de Leite B são exigidos padrões mais rígidos quanto ao nível bacteriológico do produto, o que im-

plica na necessidade de instalações físicas rigorosamente higiénicas para sua produção, além de cuidados extremos quanto à sanidade do rebanho produtor.

Para a produção do Leite C e Especial, o nível de exigências é bem inferior, bastando para tanto que o produtor tenha um excesso de produção em sua propriedade e se disponha a fornecê-lo a uma usina.

A superior qualidade do Leite B evidencia-se também na estabilidade de seu fornecimento ao longo do ano, já que a sua produção não está sujeita à "entressafra", dada a maior tecnificação de seus produtores.

Inversamente, o consumidor do Leite C e Especial em virtude deste fator "entressafra", aliado a outros relativos ao processamento das usinas, sujeitam-se a consumir, ora o Leite Especial com 3,2% de gordura, ora o Leite C com apenas 2%, ora o Leite rehidratado (Leite em pó distribuído como leite fluido) e até Leite B, quando não é possível sua comercialização como tal.

Outra diferença é que o chamado Leite Especial é tabelado ao passo que o Leite B tem o seu preço livremente fixado mediante acordo entre produtores, usinas e distribuidores. Em alguns Estados do Norte o preço do Leite Especial já está liberado. Em outros Estados do Norte ele é tabelado a níveis superiores daqueles praticados no Centro-Sul.

O tabelamento do Leite Especial indiretamente fixa o preço do Leite B, já que a comparação de parte do consumidor é inevitável, como se pode verificar a seguir:

QUADRO II — PREÇO DO LEITE A CONSUMIDOR — SÃO PAULO

	Especial	Leite "B"	Dif %
a) Em 15-12-1983 (antes da aplicação do ICM)	Cr\$ 240,00	Cr\$ 350,00	+ 46
b) Em 20-3-1984 Após aplicação do ICM sobre o leite B e reajuste	Cr\$ 340,00	Cr\$ 600,00*	+ 76

* Neste preço inclui-se Cr\$ 102,00 de ICM.

Reflexos da tributação do ICM sobre o leite B

Do lado do consumo, a menor possibilidade de acesso do consumidor a um leite in natura de melhor qualidade. Este fato fica evidenciado nos dados abaixo:

QUADRO III — PARTICIPAÇÃO DO LEITE "B" NA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE LEITE NA GRANDE SÃO PAULO (EM 1.000 LITROS).

Mês	1983			1984		
	Total	B	%B	Total	B	%B
JAN	55.844	20.419	36,7%	51.368	13.130	25,6%
FEV	48.169	18.509	38,4%	50.204	13.430	26,8%
MAR	41.976	13.571	32,3%	54.713	13.875	25,4%

Fonte: SUNAB e ABPLB.

Do lado da Produção, a redução do consumo determinará uma menor remuneração do produtor já que em março/84 as usinas lhe pagariam um máximo de 68% de sua produção ao preço de Cr\$ 303,00/litro; o saldo lhe será pago a preços de leite especial ou seja Cr\$ 236,00/litro.

Uma menor remuneração do produtor do Leite B, não lhe possibilitará a manutenção de sua estrutura produtiva e a cobertura dos maiores custos exigidos pela maior qualidade de seu produto.

Em decorrência, se proliferarão os anúncios nos jornais de "liquidação de plantel" e com estes o investimen-

to feito durante anos por todo o povo brasileiro, na forma de juros subsidiados, para a construção de instalações fixas adequadas, formação de pessoal especializado, importação de matrizes e reprodutores, aquisição de equipamentos etc.

Situação da tributação de ICM sobre o leite para consumo "in natura"

A isenção ou cobrança do ICM sobre o leite, em função do artigo 1º da Lei Complementar nº 24 de 7-1-75, não é decisão que possa ser tomada unilateralmente pelo Governo de São Paulo, dependendo da celebração de Convênio no âmbito do CONFAZ (Conselho de Política Fazendária).

Até 31-12-83, estava em vigor o Convênio ICM-7/77 de 15-4-77, o qual —

a) possibilitava a cada unidade da Federação a isenção ou cobrança do ICM sobre o leite para consumo *in natura*; São Paulo e Rio de Janeiro e demais Estados, isentavam-no enquanto que Minas Gerais tributava-o;

b) determinava que as vendas de um Estado para outro, gerariam crédito para o Estado "exportador". Minas Gerais exporta boa parte de sua produção de leite em geral, e quase 100% da sua produção de leite B, respondendo por cerca de 35% do abastecimento de leite *in natura* da Grande São Paulo.

Ocorre que os créditos de ICM gerados pelas vendas para São Paulo, eram compensados por créditos originários da venda de outros produtos fornecidos por São Paulo a Minas Gerais. O mesmo não se dava com o Estado do Rio de Janeiro, cujos créditos vinham se acumulando, sem que ocorresse sua efetiva compensação ou pagamento. A insatisfação de Minas Gerais com esta situação, resultou na revisão do Convênio, em reunião do CONFAZ de outubro/83.

Através de novo Convênio (CONFAZ ICM 25/83 de 11-10-83), a situação passou a ser a seguinte:

a) as vendas de leite *in natura* a consumidor

Estado	Leite especial	Leite B
Isenta	17%	
Minas + Rio de Janeiro	8,5%	17%
Outros Estados	Isentam	*

* Não há comercialização

b) as vendas interestaduais continuam a gerar créditos para o Estado "exportador".

O pleito das entidades representativas do setor de produção, FAESP, Sociedade Rural Brasileira e especialmente Associação Brasileira dos Produtores de Leite "B" é a total isenção do ICM sobre o leite "B" em São Paulo, retornando-se portanto à situação vigente até 31-12-83, para que se evite a total inviabilização deste setor.

A Secretaria da Agricultura de São Paulo é totalmente favorável ao pleito e o Sr. Secretário da Fazenda já fez incluir a matéria na pauta da próxima reunião do CONFAZ, a realizar-se a 8-5-84. A posição do Sr. Secretário da Fazenda é tendente a conferir o crédito fiscal a Minas, isentando entretanto o consumidor paulista de Leite B, a exemplo do que já ocorre com o Leite Especial e C.

A disposição de São Paulo de isentar também o Leite "B" no entanto, depende da concordância dos demais Estados por força do exposto em 5.1., especialmente Rio de Janeiro e Minas que consomem este tipo de Leite.

Rio de Janeiro, ao que se sabe não oferecerá problemas à pretensão dos paulistas. Minas vem oferecendo resistência à mesma, provavelmente por razões políticas, uma vez que o fato de São Paulo isentar o Leite "B", não cria qualquer prejuízo econômico ao Estado vizinho. Ao contrário, esta isenção voltará a viabilizar a produção de Leite B noquele Estado igualmente prejudicado.

A razão política fica implícita na fórmula que já foi sugerida por Minas e que é provável que seja apresentada na reunião do CONFAZ: — Redução do ICM sobre o Leite B de 17% para 8,5%, tendo como contrapartida a tributação por São Paulo do Leite Especial (C) em 8,5%. Desta forma os preços a consumidor em um e outro Estado seriam iguais. Esta fórmula penaliza as populações mais carentes de São Paulo que consomem o Leite Especial, não resolve o problema do consumo de Leite B e de sua produção, além de criar ônus político para o Governo de São Paulo, na medida em que:

i. Todos os Estados brasileiros isentaram de ICM a venda a consumidor do Leite Especial (C), à exceção de Minas e Rio de Janeiro.

2. São Paulo voltaria atrás em sua decisão de isentar o Leite Especial (C), decisão esta que já mereceu o reconhecimento de toda a população.

São Paulo, 24 de abril de 1984.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 1984-COMPLEMENTAR

Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, a comercialização de leite *in natura*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, as operações de comercialização de leite *in natura* para consumo público em todo o País.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Vem repercutindo negativamente na imprensa e junto às organizações cooperativas que lidam com a distribuição de leite *in natura* a tributação que alguns Estados estão impondo à comercialização de leite, fato que, a rigor, implica em prejuízos manifestos para produtores e consumidores. Cremos desnecessário, pelo óbvio mesmo da situação, arrolar subsídios demonstradores do truismo de que o leite constitui alimento básico dos brasileiros, sobretudo das faixas etárias mais baixas. Desta sorte, é estranho que se estabeleça tributação sobre a produção e comercialização do leite *in natura* destinado ao consumo público, quando se sabe que essa tributação seria inteiramente destituída de qualquer finalidade social, pois, sem elevar sintomaticamente a renda tributária, só serviria para mais agravar a penúria das classes menos favorecidas de nossa sociedade.

A Constituição Federal atribui à União, o poder de regular os excessos que se verifiquem no estabelecimento da carga tributária imposta pelos Estados, facultando-lhe o estabelecimento de isenções mediante Lei Complementar, desde que sejam para atender a relevante interesse social ou econômico nacional. Ora, no caso do consumo do leite *in natura*, conforme analisamos, constata-se esse relevante interesse social e econômico, a justificar a edição de Lei Complementar, estabelecendo a isenção do ICM, em caráter nacional.

Sala das Sessões, 28 de março de 1984. — Itamar Franco.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Eunice Michiles — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — Almir Pinto — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Albano Franco — João Calmon — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 26 e 36, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 1984

Autoriza a admissão pela Caixa Econômica Federal dos empregados das sociedades de crédito imobiliário e das instituições financeiras privadas em situação de liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os empregados das extintas sociedades de crédito imobiliário, em situação de liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que, na data da referida liquidação, se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do trabalho e Legislação Complementar.

§ 1º As admissões de que trata este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal, bem assim aos critérios que vierem a ser fixados por Decreto do Poder Executivo, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º A Caixa Econômica federal não será responsável pelo pagamento de salário, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens e indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas em liquidação extrajudicial.

§ 3º O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal poderá instituir quadro de pessoal suplementar especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais.

Art. 3º Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, os empregados, nas condições do art. 1º, deverão:

I — apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II — apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III — comprovar o implemento da idade de 18 anos e a não integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Art. 4º Os empregados, admitidos na forma do art. 1º, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal, bem assim ao disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 266, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal formalizará as admissões autorizadas por esta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua publicação, desde que satisfeitas as exigências previstas no art. 3º.

Art. 6º Para vinculação à Fundação dos Economiários Federais FUNCEF, os empregados admitidos nas condições desta Lei deverão satisfazer as condições que vierem a ser fixadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A idéia consubstanciada no presente projeto consiste em materializar as inúmeras promessas do Governo relativamente ao aproveitamento do pessoal das sociedades de crédito imobiliário ou instituições financeiras sob in-

tervenção do Banco Central e, pois, em liquidação extrajudicial, tal como ocorreu com a Delfin, ou sejam, a Economisa, a Letra, a Haspa, a Colmeia, Apesp, Coroa e outras.

Sim, porque, se quanto aos depositantes em poupança a ação do Governo foi pronta e eficaz, com vistas naturalmente a devolver ao sistema a confiabilidade que ele já vinha perdendo, grande parte dos empregados dos grupos econômicos atrás citados ainda aguardam soluções concretas por parte das autoridades governamentais do setor que, todavia, nunca negaram a intenção de providenciar a sua absorção.

O nosso projeto autoriza expressamente tal aproveitamento, ao mesmo tempo que o disciplina, devendo, portanto, ser aprovado, quando menos para devolver a esses empregados e suas famílias a tranquilidade perdida.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — Humberto Lucena

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI Nº 6.024 DE 13 DE MARÇO DE 1974

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras provisões.

DECRETO-LEI Nº 759 DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras provisões.

Art. 5º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o resarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

DECRETO-LEI Nº 266 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais.

Art. 3º Fica vedada a sindicalização dos servidores das Caixas Econômicas Federais, não se lhes aplicando os dissídios coletivos salariais.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 1984

Proibe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuário em débito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam o Banco Nacional de Habitação — BNH e os demais estabelecimentos financeiros vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação proibidos de prestar ou fornecer informações sobre situação de mu-

tuários em débito com o referido Sistema, ainda que para fins de cadastro de entidades dedicadas à proteção ao crédito.

Parágrafo único. Em consequência do disposto neste artigo, a entidade de proteção ao crédito que encaminhar as suas consulentes ou afiliadas informações sobre débitos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, responderá pelos danos causados ao mutuário, sem prejuízo das seguintes sanções administrativas:

I — suspensão do funcionamento, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

II — cassação de funcionamento, se ocorrer reincidência.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem por fim impedir que, mutuários em débito com o Sistema Financeiro de Habitação, sejam prejudicados por informações prestadas pelas entidades de proteção ao crédito, reveladoras dessa ocasional situação de devedores inadimplentes. De fato, a inadimplência para com o SFH, não concretiza, na atual conjuntura, ato de desídia ou improbidade dos que hajam adquirido financiamento para aquisição de casa própria. Em verdade, o mais responsável por essa situação, que intranquiliza o mutuário, é o próprio sistema financeiro em que se fundamenta a correção das prestações referentes à amortização dos débitos. Em verdade, o mutuário do SFH é, em vez do réu da inadimplência, a verdadeira vítima desse sistema escorhante, que impossibilita o devedor de saldar o compromisso assumido com a entidade financeira. Ninguém, pois, nessa situação, pode ser encarado como devedor relapso, a ponto de ter seu nome bloqueado pelo comércio e pela indústria, à vista de informação recebida das organizações que atuam no âmbito da proteção ao crédito.

Além do mais, ainda que se tratasse de devedor desdioso, esta circunstância em nada afetaria o funcionamento do comércio, ainda porque o SFH conta com instrumentos capacitados a reagir na esfera de seus interesses, como, por exemplo, a retomada do imóvel financiado.

De qualquer sorte, essa prática danosa desserve, em última análise, à própria atividade comercial a que se propõe defender, pois, desacreditando o comprador, promove, em consequência, a retração dos atos de comércio.

Assim, com o presente projeto, pretendemos atender às reivindicações das categorias empresariais e aos justos apelos dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — Gastão Müller.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 59 Srs. Senadores. Há número para deliberação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MENSAGEM Nº 68, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Apreciação da Mensagem nº 68, de 1984 (nº 107/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa contratar operação de crédito de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros).

(Despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.)

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Economia que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 317 DE 1984

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 68, de 1984 (nº 107/84 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, seja autorizado o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Luiz Cavalcante.

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição) proposta no sentido de que seja o Governo do Estado do Espírito Santo autorizado a elevar em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operação de crédito, junto ao Banco do Estado do Espírito Santo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, valor correspondente a 500.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 5.897,45, em outubro de 1983, destinada à execução de obras e serviços para ampliação do sistema de abastecimento de água e melhorias urbanas em Porto Santana, componentes do subprojeto Aglomerado Urbano da Grande Vitória, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio.

2. Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 2.948.745.000,00 (correspondente a 500.000 UPC de Cr\$ 5.897,49, em out/83);

B — Prazos:

1 — de carência: 18, meses; 2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 4% a.a. para o BNH,
2 — correção monetária: conforme a variação da UPC,

3 — taxa do agente financeiro: 1% sobre o valor do financiamento,

4 — taxa de administração: 2% sobre o valor do financiamento;

D — Garantia: vinculação de quotas do Fundo de Participação dos Estados — FPÉ;

E — Destinação dos recursos: execução de obras e serviços para ampliação do sistema de abasteci-

mento de água e melhorias urbanas em Porto Santana, componentes do subprojeto Aglomerado Urbano da Grande Vitória, do Projeto Especial Cidades de Pórtico Médio."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financeiro — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A — BANDES, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei Estadual nº 3.566, de 4 de julho de 1983, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 41/84) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

I T E N S	Limites	Dívida Intra e extralímite. (pos. atual)	Operação sob Exame	Situação pos terior à con tratação.	Limites do artigo 2º da Resolu ção 62/76
I-	Montante global	28.704,9	2.948,7	31.653,6	64.109,6
II-	5.284,1	—	5.284,1	18.314,0	
III-	12.303,4	—	—	13.737,8	
IV-	Responsabilidade por títulos	12.591,3	—	12.591,3	32.054,8

7. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra = extralímite = operação sob exame) conforme demonstra o quadro acima verifica-se que ele permaneceria contido nos limites fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

8. Por outro lado, o dispêndio anual máximo fixado pelo art. 2º da Res. nº 62, de 1975 — Cr\$ 13.737,8 — apresenta valor bem superior ao dispêndio anual real máximo de toda a dívida consolidada interna no período de 1983 a 1990, conforme quadro anexo ao processado (Banco do Brasil).

9. Há, portanto, margem suficiente para que seja efetivada a operação em exame, razão porque, atendidas as exigências constantes nas normas vigentes e no Regimento Interno, opinamos favoravelmente ao pleito contido na Mensagem nº 68, de 1984, na forma do seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1984.

Autoriza o governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) — correspondente a 500.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 5.897,45 (cinco mil, oitocentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e cinco centavos), vigente em outubro de 1983 —, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto ao Banco do Estado do Espírito Santo S/A, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação BNH, destinada à execução de obras e serviços para ampliação do sistema de abastecimento de água e melhorias

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, favorável ao pleito.

5. Do estudo de viabilidade apresentado pelo Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes itens, para a análise da capacidade de pagamento da entidade:

5.1 — Dados relativos ao balanço de 1982:

	Valor: Cr\$ milhões
— Receita Total	48.555,8
— Operações de Crédito realizadas	2.077,7
— Receita líquida	46.478,1
— Índice de correção (set-83)	1.9705
— Receita líquida corrigida	91.585,1

5.2 — Limites Operacionais (art. 2º da Res. nº 62/75)

	Valor: Cr\$ milhões
— Montante global	64.109,6
— Crescimento real anual	18.317,0
— Dispêndio anual máximo	13.737,8
— Responsabilidade por Títulos	32.054,8

5.3 — Posição da Dívida consolidada Interna.

Em 30-9-83.

Valor: Cr\$ milhões

A — Intralímite	17.532,4
B — Extralímite	11.096,8
C — Operações autorizadas e não contratadas	75,7
D — Operação sob exame	2.948,7
E — Total Geral	31.653,6

6. Tendo em vista a orientação desta Comissão, para verificação da capacidade de pagamento do postulante, foi levada em conta a soma do endividamento intra e extralímite. Assim, teríamos a seguinte situação:

igua e melhorias urbanas em Porto de Santana, componentes do Subprojeto Aglomerado Urbano da Grande Vitória do Projeto Especial de Cidades e Pórtico Médio, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, que alterou a Resolução nº 62, de 1975, pois, sendo, os recursos provenientes do Banco Nacional da Habitação — BNH, o que a caracteriza como extralímite.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Lei Estadual nº 3.566, de 4 de julho de 1983, autorizadora da operação;

b) Exposições de Motivos (Emenda nº 41/84) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República, favorável;

c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o Projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93, de 1976) e, ainda, ao estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que é constitucional e jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer da Comissão de Economia conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queirão permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

**Da Comissão de redação
PARECER Nº 318, DE 1984**

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1984.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1984, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1984. — **Passos Pôrto**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Jorge Kalume**.

ANEXO AO PARECER Nº 318, DE 1984

Redação final do Projeto de Resolução nº , de 1984.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1984

Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), correspondentes a 500.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 5.897,45 (cinco mil, oitocentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e cinco centavos), vigente em outubro de 1983, junto ao Banco do Estado do Espírito Santo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução de obras e serviços para ampliação do sistema de abastecimento de água e melhorias urbanas em Porto de Santana, componentes do Subprojeto Aglomerado Urbano da Grande Vitória, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Achando-se em regime de urgência a proposição cuja redação final acaba de ser lida, deverá esta ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

MENSAGEM Nº 72, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Apreciação da Mensagem nº 72, de 1984 (nº 111/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente

da República solicita autorização do Senado para que o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica (despachada às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios).

Solicito ao Sr. Senador Severo Gomes o parecer da Comissão de Economia.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB — SP. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 2.195.848 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 4.554,05, vigente no 3º trimestre de 1983, destinada à execução do Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1984

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — (DAEE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — (DAEE), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), correspondentes a 2.195.848 UPC de Cr\$ 4.554,05, vigente no 3º trimestre de 1983, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à execução do Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer da Comissão de Economia conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 37, de 1984, autorizando o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo a contratar a operação de crédito no valor de dez bilhões de cruzeiros.

Solicito ao nobre Senador Hélio Gueiros o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem nº 72/84, do Senhor Presidente da República, autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), correspondentes a 2.195.848 UPC de Cr\$ 4.554,05, vigente no 3º trimestre de 1983, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à execução do Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo.

2. O pedido foi formulado nos termos do preceituado no artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no artigo 2º da Resolução nº 62, de 1975, também do Senado Federal.

3. Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para proferir parecer da Comissão de Município.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto de resolução sob exame, apresentado pela Comissão de Economia, como conclusão do seu parecer sobre a Mensagem nº 72/84, do Senhor Presidente da República, autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — (DAEE), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), correspondentes a 2.195.848 UPC de Cr\$ 4.554,05, vigente no 3º trimestre de 1983, junto ao Banco do Estado de São Pau-

lo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à execução do Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo.

2. A proposição mereceu a acolhida da douta Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

3. Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada proporcionará sensíveis melhorias no sistema de saneamento básico daquela cidade.

4. Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os pareceres são favoráveis.

Completa a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o Senador Itamar Franco, para discutir.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Verificando o projeto, fui despertado pelo parecer do nobre Senador Severo Gomes. Eu o tinha examinado e havia verificado que a inclusão dessa chamada operação extra-limite aumentaria a extrapolação do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo.

Mas o importante a destacar, em seguida, é que o orçamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, ao contrário do que nós pensávamos, do que ouvimos falar, prevê para o ano em curso a realização de receita de 242 milhões, (já deduzidas as operações de crédito) “e sua margem de poupança mostra-se superior ao maior dispêndio que a sua dívida consolidada interna apresentará após a realização da operação pretendida”.

Então, como se verifica o Departamento de São Paulo está apto a receber esse empréstimo. Evidentemente, o Governador do Estado de São Paulo não poderá, no futuro, dizer que não há recursos para proceder ao saneamento básico, sobretudo da grande São Paulo, razão pela qual vamos votar favorável, mas, na expectativa de que amanhã não se venha a dizer que esse departamento não tem recursos suficientes para realizar o programa a ele atribuído neste momento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesma, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 319, DE 1984 Da Comissão de Redação

edição final do Projeto de Resolução nº 37, de 1984.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1984, que autoriza o Departamento

de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

Sala das Comissões, 20 de junho de 1984. — **Passos Pôrto**, Presidente, — **Saldanha Derzi**, Relator — **Jorge Kalume**.

ANEXO AO PARECER Nº 319, DE 1984

Redação final do Projeto de Resolução nº , de 1984.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1984

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), correspondente a 2.195.848 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 4.554,05 (quatro mil, quinhentos e cinqüenta e quatro cruzeiros e cinco centavos), vigente no 3º trimestre de 1983, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à execução do Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Achando-se em regime de urgência a redação final que acabe de ser lida, esta deverá ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, Sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Gastão Müller — Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A solicitação de V. Ex^e será atendida.

De acordo com o Regimento Interno, suspenderemos a sessão durante alguns minutos, acionando as campainhas, para que os Srs. Senadores compareçam ao plenário para votação.

(Suspensa às 16 horas e 17 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de número em plenário, a Presidência se dispensa de proceder à verificação solicitada, ficando adiada a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 5/81, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs. 10/81, 44/81, 53/77 e 65/79; Requerimentos nºs. 784/83, 104/84 e 840/83; Projeto de Lei da Câmara nº 79/79; Projetos de Lei do Senado nºs. 145/81 e 76/83, todos em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Miranda.

O SR. MARCELO MIRANDA (PMDB — MS) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaríamos de abordar hoje assunto da maior importância, que, por constituir-se em objeto de preocupação de toda a sociedade brasileira, vem sendo freqüentemente discutido nesta Casa. Referimo-nos aos graves problemas que afetam a agropecuária brasileira.

Oriundos, como somos, de um Estado que extrai o essencial de sua riqueza da agropecuária, não podermos deixar de externar nossos pontos de vista sobre tema de tamanha importância.

Seria cômico, não fosse dramático, ouvir que nosso País, de quem já disse que seria celeiro do mundo, está-se convertendo, a passos largos, em importador de alimentos.

Foi com espanto que recebemos a notícia de que a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e o Ministério da Agricultura estão cogitando de importar, neste ano, arroz, feijão e carne, ingredientes básicos da dieta alimentar do brasileiro.

Mas, esta não passa de uma face do drama maior da agropecuária nacional. Outra expressão contundente tem sido o espetacular aumento dos preços agrícolas do segundo semestre do ano passado para cá.

Enquanto a inflação de 1983 foi de 211%, os preços dos produtos agrícolas aumentaram em cerca de 330%. Mais violentos foram os aumentos dos cereais e grãos, que se aproximaram dos 450%, e das raízes e tubérculos, que quase chegaram aos 600%.

Alimentos caros e escassos, provocando inflação, fila e desperdício de divisas estrangeiras — é assim que nossa agropecuária se rebela aos seus problemas estruturais e ao tratamento injusto e incorreto que vem recebendo das autoridades brasileiras.

Onde estão as “super-safras” que nos têm sido prometidas no discurso oficial desde que, em 1979, logo depois de assumir, o atual Governo estabeleceu a chamada “prioridade agrícola”? O que assistimos, em verdade, é a completa estagnação da produção agrícola, particularmente dos seus ramos voltados para o abastecimento interno. Coisa, aliás, que vem se arrastando desde o começo dos anos setenta.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MARCELO MIRANDA — Permito o aparte a V. Ex^e, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Agradeço a V. Ex^e nobre Senador Marcelo Miranda. Esse tem sido um dos grandes dilemas

da política brasileira, o de tentar satisfazer, de um lado, ao produtor rural oferecendo preços competitivos e capaz de incentivá-lo a produzir mais. Na medida em que o governo tira o subsídio e se restabelece a veracidade do preço, evidentemente, o aumento dos produtos agrícolas sofrerá, não só a influência da retirada desses subsídios, como a influência da inflação. Por outro lado, V. Ex^a tem inteira razão, porque esses gêneros servem de alimentos à população. A população, portanto, reclama esse aumento exagerado dos preços. E nessa fase de transição, em que combater a inflação pesa demais, realmente, acho difícil que os dois lados sejam compensados ao mesmo tempo. Há uma contradição, ou pelo menos, uma impossibilidade de se satisfazer às duas partes, porque o aumento de preços vai beneficiar não só o produtor de arroz, de feijão, como até da carne, e, evidentemente, vai prejudicar o consumidor.

O SR. MARCELO MIRANDA — Agradeço a V. Ex^a o aparte, e durante a minha modesta fala eu procurarei, inclusive com dados, dar alguma sugestão de como conciliar esse problema da agricultura brasileira.

O Sr. José Lins — V. Ex^a trará uma boa contribuição. Certamente, analisará a questão do mercado intermediário e da formação de estoques, que, me parecem está na raiz da solução do problema.

O SR. MARCELO MIRANDA — Durante a primeira metade daquela década, a produção de arroz se manteve em torno de 5 milhões de toneladas, a de milho nos 10 milhões, a de batata inglesa em 200 mil, a de cebola em 50 mil, a de tomate em 45 mil, a de feijão em 4 milhões, a de mandioca em 2 milhões, a de algodão em 4 milhões.

A estagnação persistiu até o fim da década de setenta, o que determinou enorme aumento dos preços agrícolas em 1980. Ao passo que o nível geral de preço na economia se elevou em 110%, os preços da agropecuária aumentaram em 138%.

Aquele é, aliás, o único ano que se pode falar, sem muito forçar, em "super-safra". A produção agrícola, excluindo o café, que sofreu importante queda, cresceu em 12,5%. Mas, com a queda do café e o baixo crescimento da produção animal, o crescimento da agropecuária não passou dos 6,3%.

Na realidade, o termo "super-safra" só se aplicaria, rigorosamente, naquele ano, ao arroz, que aumentou de 7,58 para 9,64 milhões de toneladas; ao milho, que aumentou de 16,51 para 20,21 milhões de toneladas; e a soja, que se elevou de 10,20 para 14,89 milhões. Os demais, ou mantiveram a produção do ano anterior, ou sofreram quedas na safra.

Mas o produtor rural não tem sorte: quando obtém boa safra, é "premiado" com a queda de preços. A "super-safra" de 1980 se converteu em enorme queda real de preço em 1981: diante de uma inflação de 95%, os preços agrícolas só aumentaram em 71%, sendo que os cereais e grãos ficaram na berlinda: apenas 39%.

O sonho da "super-safra" morreu no nascedouro, pois de lá para cá todas as previsões "ótimistas" do Ministério da Agricultura têm sido sistematicamente frustradas.

Em 1981, se excluirmos o café, houve queda da produção agrícola em 1%, parcialmente compensada pela recuperação da produção animal, que cresceu em 5,8%. Só houve melhoria na produção de feijão, de 1,90 para 2,41 milhões de toneladas, declinando drasticamente a de arroz e trigo e estancando a de soja e milho.

Em 1982, outra "super-safra" foi frustrada: o conjunto da produção agropecuária caiu em 2,5%, sendo que houve queda de 5% da parte agrícola. Ligeira melhora apenas no arroz e no feijão, caindo a produção dos demais produtos.

Para 1983, foram feitas várias previsões pela CFP. A de março estipulava 56 milhões de toneladas de grãos.

Os levantamentos feitos em junho pela fundação IBGE já davam conta de sensível queda da produção de importantes lavouras: arroz — 18%, feijão — 36%, mandioca — 7%, milho — 8%, batata inglesa — 20%, algodão — 9%, etc.

A queda, no entanto, foi mais drástica. Ao final do ano, por exemplo, a produção de arroz havia caído em 20% e a do feijão em 45%. A queda do conjunto da produção agrícola foi de 5,8% (excluindo café). Não fora o espetacular crescimento da produção cafeeira — 81% — e teria havido um colapso na agricultura.

A fixação de preços mínimos vantajosos em meados do ano passado e o estouro dos preços de mercado desde aquela época — levaram o Governo a prometer, mais uma vez, que, desta vez sim, a "super-safra" viria em 1984. No entanto, até agora, só se tem como seguro o aumento da área plantada de soja e milho. A tendência é de queda da safra de arroz, feijão e algodão.

O certo é que, a essa altura, depois da previsão frustrada de 56 milhões de toneladas de grãos em 1983, a CFP divulga estimativa de apenas — e tão-somente — 51 milhões para este ano.

Assim, a produção agropecuária ou tem caído ou estagnado nos últimos anos. Não bastasse isso, ainda se adota a política de exportar a qualquer custo. Exportar para pagar os escorchantes juros da dívida externa.

O comércio exterior faz parte, sem dúvida, das relações entre os povos. Não é estranho exportar o que se produz em excesso para garantir a importação do que não se produz ou se produz em quantidade insuficiente. No entanto, exportar o que se produz com escassez para importar o que não se necessita ou pagar juros elevados arbitrariamente pelos credores — é política cuja lógica só é compreensível nos manuais dos que não tem qualquer compromisso com a nacionalidade.

Mas é precisamente isso que se está realizando em nosso País. Exporta-se o alimento que falta no lar do povo brasileiro para encher os cofres dos banqueiros internacionais. E, ironicamente, agora se anuncia que, em virtude das exportações haverem superado as expectativas, se autorizarão importações de produtos dos quais já existe similar nacional, no valor de 2,5 bilhões de dólares.

São contradições como essa que infestam a política econômica que se vem praticando em nosso país.

A produção de alimentos escasseia; a produção escassa é exportada. Enquanto isso, a população brasileira cresce a uma taxa de 2,5% ao ano. Como alimentar as bocas que aumentam sem cessar? Há os que apregoam que temos que reduzir as bocas, por arbitrários controles de natalidade. Seria triste termos que adotar tal política num país que dispõe do potencial produtivo do Brasil.

O "ajuste" tem sido feito, não pelo aumento da produção ou pelo controle das exportações de alimentos básicos, mas sim pela elevação dos preços. Tal processo vem somar-se ao "arrocho salarial", para eliminar do mercado parcela ponderável da população. E, então, a fome se alastrá pelos lares pobres, fazendo com que o índice de mortalidade infantil do Brasil seja um dos maiores do mundo — 81 óbitos até um ano de idade por mil crianças nascidas vivas. Ganhamos até do Paraguai, onde o índice é de 46.

É esse o preço que pagamos por não havermos resolvido os problemas históricos da agricultura brasileira e por convivermos com uma política agrícola que não leva em conta o interesse nacional e as necessidades reais do agricultor.

Que se poderia esperar de uma atividade que ou tem sido abandonada ou explicitamente prejudicada pela política governamental? O ministério da agricultura testemunha essa afirmação, ao divulgar que, só entre 1981 e 1982, a renda agrícola caiu em cerca de 30%.

A queda da renda se deve tanto às quebras de safras quanto à política de preços e crédito praticada. Até o segundo semestre de 1983, a política de preços vinha sendo totalmente desfavorável à agricultura. E assim foi que

entre 1977 e 1981, na relação de troca com a indústria, aquela atividade perdeu 40%. Em termos reais, os preços recebidos pelos agricultores caíram 46% de 1977 a 1982 e seguiram caindo no primeiro semestre de 1983.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO MIRANDA — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Nobre Senador, quero esclarecer a V. Ex^a que estamos nos retirando de plenário, devido a uma reunião que vamos ter, da Bancada, o que para nós é uma grande pena. Peço desculpas a V. Ex^a. Oportunamente, procurei ler o discurso de V. Ex^a, que é rico de informações e merece ser conhecido.

O SR. MARCELO MIRANDA — Muito obrigado pela atenção.

Continuo, Sr. Presidente.

Não tem sido diferente a política de crédito agrícola. Na segunda metade dos anos setenta, se o crédito não crescia em termos reais, pelo menos permanecia no mesmo nível. Entre 1971 e 1976, em termos reais, cresceu 143%, contra uma expansão de apenas 35% da produção agrícola. Porém, precisamente depois de 1979, quando se decidiu pela "prioridade agrícola", passou a ocorrer forte declínio do crédito à agricultura.

Senão, vejamos: em 1980, para uma inflação de 100,2%, o crédito agrícola só aumentou em 91,5%; em 1981, 109,9% contra 82%; em 1982, 95,4% contra 89,3%; em 1983, 211% contra 78%; em 1984, para uma inflação que teima em não baixar da casa dos 230%, a previsão é de uma expansão de apenas 58% do crédito agrícola.

Além de reduzirem o crédito, elevaram seus custos, sintomaticamente também depois de 1979. Parece que sempre devemos esperar que ocorra o contrário do que afirmam as autoridades governamentais. Ainda bem que já estamos acostumados, ainda que não conformados, a essa triste realidade.

A taxa de juros do custeio agrícola, que se manteve em 15% ao longo da década de setenta, aumentou para 33% em 1980 e 45% em 1981. Agravando essa situação, as determinações do Fundo Monetário Internacional implicam a anulação crescente de todo e qualquer subsídio ao crédito agrícola.

Em meados do ano passado, o Conselho Monetário Nacional aprovou medida que vincula o custo desse crédito à evolução do INPC, acrescida de 5% de juros. Para o Centro-Sul a correção seria de 70% deste índice e para o Norte-Nordeste, de 55%.

Disseram que a redução do subsídio seria compensada pela elevação dos preços. De fato, tal compensação está sendo realizada, mas o resultado tem sido o aumento espetacular dos preços e o consequente recrudescimento inflacionário. Aliviou-se um pouco a penúria do agricultor para matar de fome a população urbana.

O recrudescimento dos preços não leva a outra coisa senão à redução da demanda de alimentos. E, de fato, em São Paulo, no primeiro trimestre de 1984, as vendas de alimentação caíram, em termos reais, em 18,5%. É o índice da fome do paulista, um símbolo da fome de todo o brasileiro.

A queda do mercado de alimentos terminará por repercutir desfavoravelmente na agricultura. O aumento da renda em decorrência de aumento de preços não passa, pois, de ilusão passageira.

A situação se agrava porque, além dessa política conjuntural desfavorável à agricultura, o setor padece de problemas crônicos que vêm-se acumulando ao longo dos anos.

Essa colocação suscita o exame do verdadeiro papel que a agricultura deve cumprir numa economia como a nossa.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO MIRANDA — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^e está focalizando um assunto muito importante, e que para nós, no Acre, é muito presente. Agora mesmo estamos visitando os vários setores ministeriais do Governo, com uma comissão de miniagricultores do Acre para, junto a esses órgãos, a SEPLAN, os Ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura junto ao Banco Central e ao Banco do Brasil, achar uma solução para cerca de 6 mil pequenos agricultores, que estão assentados em projetos federais, projetos da União, projetos de assentamento de colonização no meu Estado, e que ficaram inadimplentes para com o Banco do Brasil, porque a política governamental é uma política desastrosa, como V. Ex^e acaba de colocar em evidência, fora da realidade da produção agrícola brasileira. O agricultor não tem incentivo de espécie alguma, atualmente, e os nossos pequenos agricultores do Acre estão todos carentes e abandonando as glebas que, recentemente, receberam do INCRA; portanto, tornando fracassada a própria política de colonização do Governo. De modo que V. Ex^e enfoca, com muita propriedade, um dos problemas cruciais por que passa a economia brasileira, principalmente a economia do campo. Continuo ouvindo com muita atenção V. Ex^e.

O SR. MARCELO MIRANDA — Agradeço o aparte de V. Ex^e que, realmente, acrescenta meu discurso, dando-lhe subsídio e tratando desse problema em sua região, o Acre, problema que não é diferente do da nossa região, nem de nenhum Estado brasileiro, dentre os que temos tido conhecimento e acompanhado.

Continuo, Sr. Presidente.

Há quem queira ressuscitar a tese de que a salvação do país está na agricultura. Essa tese, aliás, foi defendida até os anos 50 por Eugenio Gudin e outros que, chocando-se com Roberto Simonsen, advogava, a existência de uma "vocação agrícola" para o Brasil.

Ora, mesmo no passado, quando a agricultura predominava e determinava a dinâmica do conjunto da economia, não era justa a defesa de tal "vocação agrícola". Um país só poderá atender às necessidades de seu povo e concretizar-se como nação independente se realizar sua industrialização.

Foi esse o caminho, que, justamente, seguiu nosso país, apesar de contrariar interesses ou posições teóricas de muitos. E a agricultura contribuiu muito para que chegássemos até aqui. O problema é que não se aproveitou para remover todos os obstáculos a que, junto com a industrialização, também se realizasse o desenvolvimento agropecuário.

Hoje, quando a atividade agropecuária se reduz a 10% da economia nacional, enquanto a indústria contribui com cerca de 40%, seria impossível converter aquela em carro-chefe da economia. Além disso, nossa economia não pode depender centralmente de uma atividade que, ademais de condicionada por fatores climáticos, depende grandemente de preços que oscilam com a conjuntura mundial.

Na realidade atual, a atividade agrícola terá, necessariamente, que complementar a atividade industrial. No entanto, para fazê-lo bem, de forma a desenvolvêrmos plenamente todo o nosso potencial, torna-se indispensável corrigir seus defeitos e tratá-la com a devida importância.

A agricultura brasileira foi moldada pelo modelo econômico que se desenvolve no país desde a segunda metade da década de cinqüenta, mas, mais aceleradamente, depois de 1964. Trata-se de uma economia que se caracteriza por produzir internamente bens de consumo — boa parte dos quais sob controle estrangeiro — e importar bens de produção, principalmente máquinas, equipamentos e insumos básicos.

Na sua infância, recorreu largamente à dívida externa, mas esta cresceu devido, principalmente, à elevação unilateral dos juros e à queda dos nossos termos de troca no exterior. Foi o próprio Ministro da Indústria e do Comércio que declarou: caso permanecessem os juros e os

termos de troca de 1978, nossa dívida se reduziria à metade. Cairia mais ainda se a situação fosse a de 1972, antes do aumento do preço do petróleo e do início da escalada dos juros internacionais.

Ora, para pagar os serviços da dívida crescente, os lucros do capital estrangeiro instalado no país e os bens de produção importados, não resta outra alternativa senão exportar cada vez mais. Exportar ou morrer — é o lema desse modelo econômico.

Como a indústria nascente não possuía competitividade de externa, a obtenção de divisas só podia se dar através da exportação de produtos agrícolas. Mesmo hoje, apesar do aumento das exportações industriais, as exportações agrícolas seguem tendo papel destacado. E muitos dos produtos industriais exportados não passam de bens agrícolas beneficiados.

Essa produção para exportação tem sido feita basicamente nas grandes propriedades, que recebiam assistência financeira e técnica do Governo, além de outros estímulos. Era esse o seu privilégio por garantir a política de exportação.

Sua participação no crédito agrícola aumentou, por exemplo, de 20% em 1966 para 53% em 1976. Quanto a assistência técnica, a EMBRATER previa, em 1977, o atendimento de 36% das grandes propriedades. Enquanto se expandia, a produção exportadora se modernizava. O número de tratores no campo aumentou de 63.493 em 1960 para 323.113 em 1975. As vendas, só da indústria instalada no país, aumentaram de 33.928 unidades em 1972 para 69.481 em 1980.

A expansão e modernização da agricultura de exportação foi crescentemente esmagando a agricultura de mercado interno, praticada, quase sempre, na pequena e média propriedade. Em 1978 44% dos produtos básicos de alimentação provinham dos pequenos produtores; no Nordeste, tinha essa origem 74% do milho, 70% do feijão, 79% do arroz e 82% da mandioca.

A pequena produção não tem contado com qualquer estímulo. Sua participação no crédito agrícola baixou de 34% em 1966 para 11% em 1976. O programa de assistência técnica da EMBRAPA, de 1977, só previa o atendimento de 4% dos minifundiários.

Apesar disso, essa pequena agricultura tem podido, historicamente, fornecer seu produto a preço relativamente baixo, portanto compatível com o "arrocho salarial". Isso porque, além de não se basear na busca do lucro, é mais facilmente controlada pela política de preços do Governo.

Se é invadida pela moderna produção exportadora, essa pequena agricultura tem sido também estrangulada pelo crescimento do latifúndio improdutivo e muitas vezes especulativo, dados de 1972 do Incra mostram que apenas a metade das terras dos latifúndios era explorada.

Mesmo no estado de São Paulo, onde a agricultura é mais desenvolvida, os proprietários declararam, em 1976, que haviam 2,6 milhões de hectares considerados aproveitáveis que não estavam sendo explorados.

A expressão desse processo é o avanço gigantesco da concentração fundiária, por um lado, e por outro a formação dos contingentes de "bóias-frias".

As propriedades com menos de 10 hectares somavam, em 1967, 36% dos imóveis e ocupavam 2% da área cadastrada, mas baixaram, em 1978, para 28% dos imóveis e 1% da área: enquanto isso, as de 10 mil hectares para cima, representando apenas 0,1% dos imóveis, passaram de 16% para 25% da área.

O outro lado da moeda são os trabalhadores volantes, que hoje somam cerca de dez milhões, perambulando pelas estradas em verdadeira procissão de miséria.

Terras ociosas de um lado; trabalhadores desempregados de outro. Estímulo à produção exportadora de um lado; esmagamento da produção de mercado interno de outro. São os termos da contradição que promove a escassez e o encarecimento dos alimentos, de um lado, e o alastramento da fome, de outro.

Triste sinal para um país tão rico como o nosso!

Tão rico, mas tão pobre!

A agricultura exportadora antes contribuiu para a morte da agricultura de mercado interno. Mas também ela mergulha agora em profunda crise.

Ainda que atenuada pela melhoria dos preços internacionais desde o fim do ano passado, a tendência dos últimos anos tem sido a queda desses preços. De 1978 a 1982, o Brasil perdeu cerca de 40% em suas relações de troca com o exterior, devido principalmente à queda dos preços agrícolas.

Essa situação se agrava com a retirada do subsídio do crédito agrícola, que tem sido a base da modernização da agricultura. Não foi à toa que as vendas de tratores caíram de 60.481 em 1980 para 37.949 em 1982, devendo ter caído mais ainda em 1983.

É uma verdadeira crise agrária e agrícola que se instaura no País, para fazer companhia à profunda recessão industrial que se desenvolve desde fins de 1980.

As duas crises, em verdade, se auto-determinam e se auto-estimulam. O aumento dos preços agrícolas e a escassez de matérias primas prejudicam a indústria. A elevação dos preços dos insumos agrícolas de origem industrial e a queda da demanda urbana afetam negativamente a agricultura.

A crise agrícola se expressa na estagnação da produção particularmente para o mercado interno e no encarecimento dos produtos agrícolas. A crise agrária se expressa na intensificação dos conflitos de terra.

A explosão ocorrida em Guariba, estado de São Paulo, e a ocupação da gleba Santa Idalina, em Ivinhema, Mato Grosso do Sul, não são mais do que os sintomas agudos dessa crise.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MARCELO MIRANDA — Concedo o aparte a V. Ex^e, nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, é uma pena que um discurso tão profundo, com uma análise tão bem feita da conjuntura agrícola do nosso País, apanhe o Senado hoje com poucas pessoas, inclusive os nossos companheiros do PDS não se encontrando presentes. Mas, nós estamos assistindo e ouvindo com a maior atenção a análise que V. Ex^e faz. Confirmado tudo o que V. Ex^e diz, solidário ao seu discurso, eu entendo ser ele a expressão da verdade. Quero apenas lembrar que nos países que atingiram o estado de enriquecimento, por exemplo, como nos Estados Unidos, a opção não foi pela indústria. A indústria foi consequência da opção pela agricultura. Se fizermos uma análise de um país-potência, como aquele que fabrica artefatos que vão à lua, veremos que o setor industrial é apoiado numa agricultura que rende três vezes mais do que a indústria; e ali a renda do país é aplicada para bancar a agricultura, o Governo dos Estados Unidos banca a agricultura. Isso nos faz lembrar os 30 trilhões de cruzeiros da economia do povo brasileiro, que estão depositados em cadernetas de poupança. Se 10% desse dinheiro fosse aplicado para bancar a agricultura haveria preços para os produtores agrícolas, por conseguinte eles ganhariam no preço, não haveria aumento de preços cá fora, para os que necessitam consumir e ainda sobrariam grãos para a exportação. Na verdade, o que se faz desse dinheiro da poupança eu não sei, V. Ex^e não sabe, mas a gente tem a impressão de que ele é utilizado para o pagamento do débito interno do País. Mas, se ele fosse aplicado para produzir, até a inflação ia abaixar. Como bem disse aqui o nosso eminente companheiro Cid Sampaio, esta nossa inflação não é de excesso de dinheiro; ao contrário, se ela fosse de excesso de dinheiro, com as medidas de enxugamento, já teria baixado a inflação. Mas, parece que o remédio faz bem à inflação e ela sobe. Eu creio que o que V. Ex^e diz é exatamente a realidade brasileira. Nós precisávamos aplicar os nossos recursos, não para pagar os juros que não de-

vemos, mas para produzir mais, e estocar, garantido pelo Governo. Se ele não tem dinheiro, use o dinheiro do povo, o da poupança, e o aplique na agricultura, que o País sairá da crise, eu penso. Parabéns a V. Ex*

O SR. MARCELO MIRANDA — Agradeço o aparte tão importante para o meu pronunciamento, que V. Ex* acaba de me conceder.

Em 1982, a CONTAG registrou 185 conflitos, em 17 estados, envolvendo 45.408 famílias.

Certamente, dentro de um programa geral de reconstrução nacional, devem ser adotadas medidas para superar a crise agrária e agrícola, e que tenham capacidade de levar a agricultura a cumprir seu verdadeiro papel de alimentar a população brasileira e produzir matérias primas baratas para a indústria, além, obviamente, de garantir emprego e sustento para o abandonado homem do campo.

Acabar com a ociosidade da terra; extirpar o desemprego do trabalhador rural; conceder assistência financeira, técnica e comercial ao produtor rural — devem ser objetivos imprescindíveis de qualquer política séria para a agropecuária brasileira.

O meu estado, o Mato Grosso do Sul, assim como o Centro-Oeste e grande parte dos Estados brasileiros expressam com violência o drama do meio rural brasileiro. Um estado onde quase 60% da produção se origina da agropecuária corre o risco de transformar-se, em breve, em importador de alimentos.

Não que a agropecuária não tenha se expandido. Ao contrário, enquanto a área plantada com lavouras cresceu 143% de 1973 a 1982, o rebanho bovino — 4º maior do país — cresceu 40% de 1978 a 1983, e as pastagens aumentaram 43% de 1975 a 1980.

De 1977 para cá, a produção de amendoim caiu 84% — refiro-me aos dados de Mato Grosso do Sul — a de arroz 60%, a de feijão 56%, a de mandioca 34%. Enquanto isso, a de soja aumentou 486% e a de cana-de-açúcar para o PROALCOOL, em 1.552%.

Neste ano de 1984, estamos assistindo ao emblemático crescimento de plantio de grãos, pois o preço de comercialização praticado não está permitindo a um grande número de médios e pequenos agricultores arcar com sua parcela de recursos próprios no custo da próxima safra, mesmo porque grande parcela da atual produção se encontra nas mãos de arrendatários e parceleiros.

E quem ainda se anima em plantar fica exposto a questões tão básicas, e ao mesmo tempo tão prejudiciais, como a qualidade da semente plantada. Neste ano, ela foi a grande responsável pela queda ou frustração da safra. Uma semente considerada boa, com certificado de germinação de 80%, já merece uma análise quanto à perda de 20% que não nascem. Em Mato Grosso do Sul, plantamos 2 milhões de sacas, o que vale dizer que perdemos 400.000 sacas, sem qualquer aproveitamento produtivo, além dos prejuízos da perda do ICM tão importante para a Receita do Estado.

A alocação de recursos imediatos para a produção de sementes certificadas (EGF sementes) é necessidade imperiosa, já que produzimos apenas 1,2 milhão de sacas das 2 milhões que necessitamos para a prática de uma agricultura rentável, com insumos adequados.

Já temos perfeitamente identificados os reais motivos da queda da produção que meu estado, como o restante do Brasil, registra. É a absoluta falta de crédito, o complicador maior dessa redução, trazendo consigo o incorreto preparo do solo, o alto custo, a má qualidade das sementes utilizadas e a aplicação insuficiente de fertilizantes.

É aí, em último lugar, que aparecem então as consequências das condições climáticas, faltas vezes apontadas como os grandes causadores das diminuições das safras.

E, agora, a crise toma conta da agricultura do meu estado, ameaçando as próximas safras. Denúncia do Presidente do Sindicato Rural de Dourados, Cícero Irajá Kurtz, dá conta de que 30% dos produtores da região es-

tão sendo protestados por não conseguirem pagar as despesas de plantio e os empréstimos bancários.

Concentração e modernização trazem como corolário a expulsão do homem do campo para a cidade. É assim que nosso estado, ainda que basicamente agrário, tem sua população majoritariamente vivendo nas cidades — cerca de 70% do total. Mas morando em condições cada vez mais precárias.

Redução da produção no campo e explosão populacional na cidade não poderiam resultar noutra coisa senão no estouro dos preços. Levantamento realizado em supermercados de Campo Grande revela que, entre 6 de janeiro de 1983 e 16 de maio deste ano, o menor aumento de preço foi o do arroz agulhinha — 380%, a carne acém aumentou 583%, o óleo de soja 738%, o feijão carioquiña 1.833%, a banha 1.525%, a cebola 900%, a batata 425%, etc...

Não há dúvida que os problemas do campo têm que ser resolvidos — promovendo programa de regularização fundiária, estimulando a produção de alimentos, prestando assistência de todos os tipos ao homem do campo.

E, já, podem começar a ser resolvidos com as medidas que agora propomos:

a) alocação de recursos suficientes para a produção de sementes (EGF sementes), com a imediata revogação da circular do Banco Central que permite a utilização de qualquer tipo de sementes e desobriga a fiscalização de outros insumos;

b) incentivo à aquisição antecipada de fertilidade;

c) incentivo à correção da acidez do solo (aplicação de calcário);

d) correção de fertilizante do solo (adubação intensiva com fósforo);

Mas o "inchamento" das cidades só será sanado definitivamente quando a industrialização tornar-se realidade em nosso estado. Industrialização que transforme a matéria-prima local, que absorva nossa mão-de-obra e se volte para o mercado regional.

Devemos acabar com a exportação de produtos agrícolas "in natura", agregando-lhes pouco ou nenhum valor, para depois importá-los industrializados.

Minha cidade, Paranaíba, é exemplo vivo desse paradoxo: somos uma das maiores bacias leiteiras do estado, mas nosso povo está "proibido" de tomar leite "in natura", pois as multinacionais do alimento compram toda a produção local, industrializam e exportam para São Paulo, de onde temos que reimpor.

O enorme potencial de nosso estado haverá de ser plenamente aproveitado.

A solução do Brasil está em desindexar sua dependência externa para, reconquistada a soberania nacional e popular, podermos desenvolver toda a nossa disponibilidade de recursos para o atendimento das necessidades da população.

Poucos países contam, como nós, com amplas possibilidades em recursos naturais, energéticos, terras férteis, capacidade de tecnológica, mão-de-obra laboriosa, infra-estrutura, parque industrial desenvolvido e amplo mercado interno.

Seu pleno aproveitamento será nossa redenção.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, por cessão do nobre Senador Pedro Simon.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Seria até abusar da paciência dos nossos companheiros que ainda se encontram no Plenário, falar com uma pequena assistência. Mas este assunto, em virtude de tantas sessões que nós vamos ter aqui pela frente, não deve ficar mais para outra ocasião. Eu aproveito e peço desculpas aos meus três companheiros que estão aqui, mas eu acho que é importante abordar este tema, agora.

Mais de uma vez tenho ocupado esta Tribuna para tratar de assuntos ligados a combustíveis alternativos.

Agora, com mais razão, volto ao tema, para trazer ao conhecimento de meus nobres pares o drama que as populações dos grandes centros irão viver, a partir do próximo aumento dos combustíveis.

Em conversa com o Governador Tancredo Neves, ele chamava a atenção para o fato de que, cada vez que os combustíveis sobem, e de maneira arbitrária como agora, os preços das passagens dos coletivos têm que subir também, e a população inconformada, apela para soluções extremas como o quebra-quebra, condenável sem dúvida, mas que reflete o estado de espírito do povo.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Governo, ao autorizar os aumentos dos combustíveis da maneira como vem acontecendo, não atenta para o fato de que a população não suporta mais um acréscimo de despesa neste item, referente aos transportes, sem falar no custo de vida, que sobe desenfreadamente após cada aumento no custo dos combustíveis.

Com efeito, quando tive a honra de implantar a EBTU e dirigi-la durante três anos, a nossa preocupação era fazer tudo para que o item transporte não ultrapassasse o limite de 10% do salário dos trabalhadores de todas as categorias.

Para isto, adotamos várias medidas de ajuda às empresas de transporte coletivo, para que elas pudessem desempenhar o seu papel a contento.

Estas medidas iam desde a execução de projetos de engenharia de tráfego (fato inédito no País) e que criavam vias expressas para acelerar a velocidade comercial dos veículos, até a instituição de um Fundo para renovação da frota de veículos, medidas estas que ajudaram as empresas a manterem suas tarifas dentro de um limite razoável.

Quero aproveitar esta oportunidade para lembrar que, nessa ocasião, o grande Prefeito de Campo Grande, o nosso emblemático companheiro Senador Marcelo Miranda, aproveitou esses estímulos da EBTU para resolver problemas de transporte coletivo na sua cidade, hoje capital do Estado.

Além disso, a EBTU ajudou a restabelecer o serviço de ônibus elétricos de Recife, Santos, São Paulo e Araraquara, elaborando, ao mesmo tempo, um projeto de implantação deste tipo de transporte em várias cidades brasileiras, como forma de economizar combustíveis e oferecer serviços com tarifas reais a baixo custo.

Para Brasília, elaboramos um excelente projeto de transportes urbanos, desde os ônibus articulados, que ainda hoje estão aí, que fariam os percursos de longa distância, e no Plano Piloto microônibus a bateria substituiriam durante a semana, a utilização do automóvel particular.

Para justificar o projeto dos microônibus elétricos a bateria, fizemos um levantamento, cujo resultado é quase alarmante: Brasília foi projetada para que o transporte principal fosse o automóvel.

No Plano Piloto existem mais de 300.000 automóveis para uma população de 500.000 habitantes. Projeção idêntica a esta só a cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos.

Não é de admirar pois que o consumo *per capita* de gasolina em Brasília seja o mais alto do País.

O que deixa perplexos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que naquela ocasião fizemos um convênio com a ENGEISA, com interveniência do CNPq, para que fosse construído um protótipo desses microônibus.

Por incrível que pareça, aquela extraordinária empresa de Engenharia do País construiu o microônibus funcionando com baterias convencionais. O veículo veio para Brasília, para ser submetido a testes pela EBTU.

Os resultados foram simplesmente revolucionários: com uma carga de bateria, o microônibus andou 100 Km.

Faço um parêntese aqui. Se nos postos de gasolina a ELETROBRÁS instalasse postos de fornecimento de energia elétrica para um veículo desse tipo — das 22:00 horas até o amanhecer do dia, a energia das hidrelétricas é totalmente desperdiçada, não há consumo para ela — se se engarrafasse essa energia em baterias, a custo zero, os microônibus poderiam oferecer uma tarifa compatível com o preço do combustível, que é muito baixo.

No projeto da EBTU, 150 desses microônibus deveriam substituir os automóveis particulares no Plano Piloto, durante a semana.

Suas linhas atendiam todos os usuários, desde levar crianças aos colégios, até as donas de casa, funcionários públicos, autarquias e comerciários.

Esses microônibus, segundo o estudo da EBTU, circulariam nos eixos W-I e L-I, justamente esses eixos que são interrompidos cada quadra, segundo se diz, para evitar ruídos indesejáveis aos moradores daquelas quadras.

Mas, por incrível que pareça, a população mora é ali. Se o transporte coletivo desses microônibus passasse ali, até da janela do seu apartamento se veria quando o microônibus iria passar.

No entretanto, usam-se os microônibus no eixinho, cá embaixo, a uma enorme distância dos possíveis usuários, que são os que possuem automóveis.

Para tornar efetiva a utilização dos eixos, nós fizemos um estudo para fazer uma abertura naqueles obstáculos e colocar algo parecido com esses obstáculos "quebramola" para deixar passar só o microônibus e não o automóvel e nem o ônibus. Não se tornaria uma faixa de utilização.

Como os microônibus eram elétricos e extremamente silenciosos, estava assegurada a inexistência de ruído nas entrequadras, ou seja, nos eixos W-I e L-I.

No projeto estava prevista a construção de abrigos para os passageiros desses microônibus, onde seriam colocados pontos de revistas e jornais, telefones públicos, caixas do correio etc.

Como tudo neste País, apesar da excelência do veículo, o projeto parou com minha saída da EBTU, e estou informado de que o microônibus elétrico a bateria foi dado a uma universidade de São Paulo.

Em lugar desse projeto criteriosamente elaborado para dar uma folga aos automóveis particulares durante toda a semana, com reais benefícios para todos, principalmente para as donas de casa, além da enorme economia de combustível resultante, em lugar disso, repito, instalaram em Brasília um arremedo do projeto, que se denominou Transporte de Vizinhança.

É tão sem lógica o projeto, este, o de Transporte de Vizinhança, que já estão pensando em desativar estes microônibus, que cobram tarifas elevadas e circulam completamente vazios porque instalados no lugar errado, não obedeceu a nenhum projeto sério.

Voltando ao assunto objeto deste pronunciamento: o próximo aumento de combustíveis vem por ai, e nenhuma medida foi tomada pelo Governo para que os efeitos do novo aumento não se façam sentir diretamente sobre os transportes públicos coletivos.

Como dissemos, hoje, o item transporte já se avizinha do item aluguel nas despesas dos assalariados brasileiros, e como os salários não cobrem sequer os itens alimentação, vestuário, educação, como vão poder eles pagar aumentos no transporte coletivo? O resultado é como diz o Governador Tancredo Neves: "no próximo aumento dos combustíveis, que aparece sempre sem aviso prévio, o quebra-quebra vai ser quase inevitável nos grandes centros urbanos".

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a solução seria simples se, realmente, tivesse alguém no Governo que se interessasse pela sorte do povo: bastaria que os ônibus urbanos destinados ao transporte coletivo fossem movidos a gás natural ou o chamado gás de cozinha.

O Sr. Marcelo Miranda — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA — Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Marcelo Miranda — Nobre Senador Alberto Silva, em primeiro lugar eu quero testemunhar o brilhante desempenho e a capacidade com que V. Ex^e, à frente da EBTU, conduziu aquele órgão, quando tivemos o privilégio de ser Prefeito de Campo Grande e, principalmente, de conhecê-lo com esta capacidade que, hoje, nós vimos comprovar, nesta amizade que nós temos no dia-a-dia aqui no Senado. O trabalho executado na EBTU, transmitido para o Brasil inteiro, os programas que foram estabelecidos naquela época, só não tiveram e não têm melhor resultado, hoje, por terem sido realmente paralisados. Hoje, talvez o Brasil vá pagar um preço muito caro, porque se relacionarmos o nosso País com tantos outros países como a Alemanha e qualquer outro país, nós vemos que o transporte é sempre subsidiado. Esse transporte, tanto o metrô como o ônibus, nos demais países do mundo, são todos eles subsidiados. Aqui no Brasil, em cada aumento de combustível, temos visto um peso muito grande ser inserido na passagem de cada um daqueles que usam esses transportes. Eu temo, realmente, como no discurso que acabei de fazer, que o homem do interior, o homem da terra, não sendo dadas a ele as condições de permanecer nessa terra e de trabalhá-la, tem criado conflitos na área rural e nós possamos ter os conflitos que já são iminentes na área urbana, devido ao preço do transporte urbano, que vai ser muito grande e pesar muito no minguado salário do trabalhador brasileiro. Quero parabenizá-lo por este pronunciamento importante. É pena, mas uma vez, que o Senado esteja com tão pouca presença hoje, porque este pronunciamento deveria ser cuidadosamente observado, analisado e levado ao Governo, porque a partir de agora os aumentos dos transportes urbanos incidirão violentamente no bolso do trabalhador brasileiro e talvez a repercussão seja uma reação desastrosa para o nosso País.

O SR. ALBERTO SILVA — Agradeço ao nobre Senador Marcelo Miranda, dizendo que também o seu excelente discurso de hoje merecia mais audiência.

Agradeço as referências honrosas e repito e saliento que um dos executivos que melhor soube aproveitar aquele trabalho que tivemos a honra de realizar na EBTU foi, realmente, V. Ex^e, quando era o grande prefeito de Campo Grande e que soube usar e levar para os seus concidadãos a elementar vantagem de um projeto de transporte urbano feito e aplicado como naquele tempo.

Muito obrigado a V. Ex^e

Se levarmos em consideração que hoje são gastos mais de 3 bilhões de litros de óleo diesel por ano, com os transportes urbanos é lógico, é intuitivo, é racional que de há muito o Governo Federal deveria ter orientado o Ministério dos Transportes para, através da EBTU, que foi criada para este fim, providenciar uma modificação nos combustíveis dos ônibus urbanos, para não ficarem sujeitos a estes aumentos geradores de intransqüilidade para o povo.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo diz que tem que aumentar os preços dos combustíveis porque, com a desvalorização periódica de nossa moeda, necessita fazer uma compensação em cruzeiros, para poder pagar os dólares necessários à importação do petróleo.

Mas se o combustível dos ônibus for gás natural não importado, não está sujeito a estes aumentos, e neste caso os usuários dos coletivos irão se beneficiar com uma medida que, há muito, já devia ter sido tomada.

Por outro lado, em todas as plataformas da PETROBRÁS e suas refinarias, aquela enorme chama que se exerga à distância é originária da queima deste precioso combustível.

Se, em lugar de queimado, fosse recolhido e liquefeito para uso exclusivo no transporte coletivo urbano, terí-

mos os custos deste transporte reduzidos significativamente, com reais benefícios para todos.

Corroborando o que acabo de dizer, lemos nos jornais e assistimos na televisão que, nas plataformas da PETROBRÁS no Ceará, o gás natural, em vez de queimado, como vem acontecendo, vai ser bombeado para terra, através de um gasoduto a ser construído. Mas, diz a notícia que a PETROBRÁS não sabe bem, ainda, o que vai fazer com este gás.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há melhor oportunidade do que esta para que medidas sejam imediatamente adotadas, no sentido do aproveitamento do gás do Ceará para o transporte urbano nos Estados do Nordeste, como Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que podem receber este gás em carros-tanques da RFFSA.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA — Com o maior prazer, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Alberto Silva, quero parabenizar V. Ex^e e também o Senador Marcelo Miranda pelo brilhante discurso que pronunciaram. Ouvi, do meu gabinete, o pronunciamento do Senador Marcelo Miranda, com grande conteúdo, que era do interesse desta Casa que todos os homens públicos deste País tomassem conhecimento. Sobre a exposição de V. Ex^e, não me admiro que esteja pronunciando tão oportuno e brilhante discurso.

O SR. ALBERTO SILVA — Obrigado.

O Sr. João Lobo — Somos velhos conhecidos e ninguém mais do que eu conhece a criatividade, a sinceridade e a inteligência de V. Ex^e.

O SR. ALBERTO SILVA — Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. João Lobo — Quando Governador do meu Estado, V. Ex^e deu provas de uma imaginação e de uma criatividade que nos deixava perplexo, ante a simplicidade das soluções apresentadas. Realmente, é uma grande idéia ésta de usar o gás natural, o gás que é desperdiçado, queimado ou jogado fora, nos poços de petróleo. Queria só dizer a V. Ex^e que era uma solução quase intuitiva, porque no meu Estado, no Estado do Piauí, no Estado de V. Ex^e, nas cidades interioranas, todas as caminhonetes, todas as pick-ups, foram transformadas para gás butano, usam como combustível o gás de cozinha.

O SR. ALBERTO SILVA — E presas...

O Sr. João Lobo — Presas ou não, nós sempre temos dado um jeito, para que essas caminhonetes não sejam presas e nem detidas, porque é um absurdo, quando uma caminhonete, ou uma C-10, ou uma pick-up pode rodar 120km com um bujão de gás de 13 kilos, custando em torno de mil cruzeiros. Para rodar 120 km, com gasolina, uma caminhonete precisaria, no mínimo, 20 litros de gasolina, que, a 800 cruzeiros, seriam quase 16 mil cruzeiros, três vezes mais do que eles gastam com gás butano. Então, quero parabenizar V. Ex^e pela idéia que acaba de expor, e que espero e confio, porque V. Ex^e sabe que nós parlamentares não falamos para o Plenário desta Casa, nós falamos para o Plenário da Nação, e esperamos que os discursos de V. Ex^es, atinjam os homens públicos deste País e Abram-lhes a mente para o exemplo, para a idéia de homens como V. Ex^e e como o Senador Marcelo Miranda trazem para esta Casa.

O SR. ALBERTO SILVA — Apenas, eu gostaria de, agradecendo as palavras do nobre Senador João Lobo, dizer a S. Ex^es, que nós, naquela ocasião, e eu particularmente, ao retribuir essas honrosas palavras com que S. Ex^e me distingue nesta tarde, dizer que o nobre Senador

João Lobo, como engenheiro que é, também, muito me ajudou, porque, sendo um homem de raciocínio cartesiano e lógico, pela nossa própria formação, muito das ideias e muito das execuções dela, eu devo ao Senador João Lobo, pelo fato de ser o meu Líder e um companheiro de toda a hora, tendo nos estimulado, trazendo-nos as ideias de homem prático, de homem comerciante, de um grande empresário. S. Ex^a tem aquela facilidade do viver, do dia-a-dia. Muito a S. Ex^a devemos também o êxito do Governo, naquela ocasião.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA — Concedo, com maior prazer, o aparte ao Senador José Fragelli.

O Sr. José Fragelli — Meu prezado amigo, Senador Alberto Silva, o meu aparte é apenas para atestar a minha ignorância. Eu, francamente, não sabia, até este momento, que aquela chama que sempre eu vi queimando nas refinarias, principalmente na do Rio de Janeiro, onde se passa e ilumina, fosse de gás...

O SR. ALBERTO SILVA — Gás natural.

O Sr. José Fragelli ... de gás natural, que está assim transformado em nada...

O SR. ALBERTO SILVA — Em fogo.

O Sr. José Fragelli — ... em vez de ser aproveitado. Não podia. Isso prova não só o atestado da minha ignorância, mas agora da minha completa surpresa. Como é que se perde um combustível como esse?

O SR. ALBERTO SILVA — Exatamente.

O Sr. José Fragelli — Quando o gás de cozinha, que V. Ex^a referiu, vem de tantos anos para cá...

O SR. ALBERTO SILVA — Exatamente.

O Sr. José Fragelli — ... crescendo no seu preço, e que atinge, sobretudo, as populações urbanas mais desfavorecidas.

O SR. ALBERTO SILVA — Exatamente.

O Sr. José Fragelli — Francamente, para mim é uma surpresa completa. Eu não sabia do fato, e sabendo, eu caio das nuvens. Eu não sei como não foram tomadas providências, até agora, para aproveitar esse gás que é queimado, e que deve ser queimado em grandes quantidades.

O SR. ALBERTO SILVA — Exatamente.

O Sr. José Fragelli — Hoje temos muitas refinarias?

O SR. ALBERTO SILVA — Inúmeras.

O Sr. José Fragelli — Inúmeras refinarias. Quando isso poderia, não só pôr à disposição do povo uma quantidade maior e, por isso mesmo, em melhores condições de preço. Para mim, a revelação de V. Ex^a, que para mim é uma revelação, devia ser realmente registrada de uma maneira toda especial, toda particular, para que se tomem providências a respeito. Eu não sei qual seria a técnica a ser empregada para o aproveitamento do gás natural, ao invés de ser queimado. Mas, sejam quais forem os meios e os equipamentos de que se tenha de lançar mão, no final, eles hão de ser altamente proveitosos no sentido de uma grande economia. Eu me congratulo com V. Ex^a e também com o pronunciamento, hoje, notável do meu companheiro, Senador Marcelo Miranda, que eu não parti porque não estava a par de nenhum dos dados por S. Ex^a referidos. Mas, hoje o Senado está ouvindo dois pronunciamentos de real valor, de valor prático, útil. E é isso que nós precisamos, porque os pronunciamentos puramente formais e teóricos aqui, muitas vezes,

são apresentados e não com esse sentido prático de trazer alguma coisa altamente proveitosa, sobretudo para a economia popular. V. Ex^a, como muito bem disse o Senador João Lobo, não nos surpreende, porque os seus conhecimentos já revelados aqui por V. Ex^a nesse setor de aproveitamento de combustível, desde o estudo que V. Ex^a fez sobre o aproveitamento que iria fazer da madeira, das florestas e tudo mais, têm sido aqui por todos nós admirados. Pena que as autoridades competentes não passem do lado simplesmente discursivo para o prático e aproveitável. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA — Muito obrigado, nobre Senador. E, realmente, é possível que se diga que o aproveitamento desse gás que se queima, não só nas refinarias, mas, também, nas próprias plataformas, seja oneroso. Se atentarmos, por exemplo, quando a televisão mostra aquelas plataformas de Campos, V. Ex^a pode ver a chama ao lado, porque junto com o óleo vem o gás. Mas temos o exemplo agora de Fortaleza, onde o volume de gás é tão grande que eles estão pensando que talvez seja econômico. V. Ex^a disse muito bem: qualquer que seja o investimento para o aproveitamento desse gás, pela utilização que ele tem, pelo bem-estar que ele proporciona às populações menos favorecidas e que, cada vez, possuem menos poder aquisitivo, é evidente que qualquer que fosse o trabalho nesse sentido melhoraria, diminuiria enormemente o custo, vamos dizer, do fazer comida no dia-a-dia de cada família.

O Sr. José Fragelli — Nem que fosse a título de subsídio, como muito bem se referiu o Senador Marcelo Miranda.

O SR. ALBERTO SILVA — Exato. Como muito bem disse o nosso companheiro, engenheiro Marcelo Miranda, em qualquer país do mundo, o transporte coletivo é subsidiado. Como, no tempo da EBTU, nós não tínhamos condições de conseguir esta idéia do Governo, porque, até agora, não se resolveu a pensar nesse tipo, que tem de ser subsidiado, nós inventávamos aqueles auxílios por meio do Fundo de Renovação de Frota, ou alguma coisa melhorando o rendimento dos veículos, mas aquilo tinha um limite.

Agora, chegou a hora de uma providência mais séria, mais eficiente, para diminuir ou não fazer com que o aumento do combustível afete o bolso já tão diminuído do consumidor brasileiro.

Eu queria, apenas, completar. Além disso, sabemos que vários poços abertos pela PETROBRAS, em várias partes do País, foram fechados, porque forneceram apenas o gás natural. Um dos exemplos mais típicos é o de Barreirinha, no Maranhão, onde os poços foram fechados, mas nós estamos seguramente informados que eles são grandes produtores de gás.

Agora, vemos nos jornais notícia de que uma subsidiária da Sell descobriu uma enorme jazida de gás natural, se não me engano, na Bacia de Campos.

Como disse, está na hora de o Governo Federal olhar para esse item. Há tantos itens, como o da alimentação, do vestuário, dos remédios, que já tornam um inferno a vida do assalariado brasileiro, mas o transporte coletivo está chegando a um limite que eles não vão poder mais, porque ninguém trabalha sem se transportar, é elemental. Tem que sair de casa e apanhar a condução, seja ela qual for. Eu tiro pelo motorista que trabalha, no nosso bloco. Ele está pagando, para vir de uma cidade satélite para cá seiscentos cruzeiros por dia. Isto representa uma parcela bastante elevada do seu salário que, ainda que receba seu salário mínimo, é um grande peso. E cada aumento do preço do combustível o preço do transporte vai lá para cima. Seria insuportável.

Quero concluir este pronunciamento fazendo um apelo para o Ministro dos Transportes, que é um técnico. Ao tempo em que nós dirigímos com muita honra a EBTU, por várias vezes tivemos a oportunidade de discutir

sobre a conveniência de veículos mais econômicos, como esses árticulados que estão aqui, que foram o resultado dessa época, que podem transportar em condições ótimas 200 pessoas e, ao mesmo tempo, com um consumo de combustível equivalente a apenas 10% mais do que o motor do ônibus convencional. Infelizmente, só conseguimos colocar em circulação, no País, 10 ou 12 desses ônibus, principalmente aqui em Brasília. Medidas dessa natureza, que o Ministro dos Transportes tome a frente e determine à EBTU, ou entre em entendimento com a PETROBRAS, para que sejam deflagradas no País. A Mercedes Benz tem estudos completos e acabados sobre a utilização dos seus motores utilizando gás. Chegou a hora de o Governo fazer alguma coisa.

Agradecendo os apartes dos nobres companheiros, e fazendo esse apelo ao Ministro dos Transportes, quero encerrar as minhas palavras neste modesto pronunciamento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Benedito Ferreira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Hélio Guicciro. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O setor industrial brasileiro é o que mais se vem ressentido, em nosso panorama econômico, do quadro recessivo instalado com o recrudescimento da inflação, multiplicando-se o número das empresas de porte médio que cerraram as suas portas ou se incorporaram a outras maiores, por não suportar mais o agravamento da sua situação deficitária, tanto pela redução do consumo, como pela majoração dos insumos e pela impossibilidade de cumprir as obrigações salariais.

O setor têxtil é o mais atingido pela crise, havendo empresas tradicionais que recorrem à concordata, pela impossibilidade total de superar as dificuldades crescentes, com os juros cada vez mais altos, sendo impraticável a obtenção de créditos.

O Estado do Rio de Janeiro, o segundo mais industrializado do País, vem sendo afetado por essa conjuntura e, mais recentemente, a indústria Nova América, uma das mais tradicionais do parque manufatureiro fluminense, declarou sua própria situação de insolvência.

Acontece que são milhares de empregados que, fechada a fábrica, ficarão sem meios de subsistência. Por isso, as autoridades financeiras federais procuraram mobilizar-se, a fim de que aquela fábrica continue em funcionamento.

Já se encontra na SEPLAN uma minuta, com três hipóteses de solução do problema da Nova América, apresentadas pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Senhor Jorge Lins Freire: à desapropriação das ações da empresa; a elevação do capital, com os credores assumindo mais de cinqüenta e um por cento do capital, reduzida a participação dos atuais acionários e a conversão dos créditos do BNDES (trinta milhões de dólares) e do Banco do Brasil (15 milhões de dólares), que representam mais de dois terços do capital, em participação acionária, com a tomada de controle da empresa.

O líder dos empregados da Nova América ouviu do Sr. Lins Freire que essa terceira hipótese é a de efetivação mais remota, esclarecendo-se, nesse entendimento, que a solução do problema ocorrerá dentro de quarenta e cinco dias, voltando a empresa a operar.

Esperamos que a promessa do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se efetive, fazendo um apelo à SEPLAN no sentido de que se solucione com a máxima urgência o problema da Nova América, para que esta prestigiosa indústria volte a funcionar e que, devolvida as suas atividades normais,

voltar a reinar a tranquilidade nos lares dos seus operários.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A TELERGIPE, como uma das mais eficientes empresas do sistema TELEBRÁS, está divulgando o Relatório da Administração relativo ao ano de 1983, pelo qual se pode comprovar sua inegável eficiência operacional.

Em obediência às disposições legais e estatutárias que disciplinam o funcionamento da TELERGIPE, foram anexados ao documento indicadores estatísticos e gráficos para análise e conhecimento dos seus acionistas e usuários, bem como do Ministério das Comunicações, da TELEBRÁS, do Governo do Estado, das prefeituras municipais de Sergipe, da SUDENE e dos órgãos governamentais e empresas com as quais mantém intenso e permanente relacionamento.

Destacam-se, no Relatório da TELERGIPE os anexos correspondentes à avaliação do desempenho econômico, ao fluxo financeiro global da empresa, e às demonstrações financeiras (balanço patrimonial, resultados obtidos, mutações do patrimônio líquido, origens e aplicações dos recursos, notas explicativas, os pareceres dos Auditores independentes e do Conselho Fiscal).

Além de dar andamento a todos os seus projetos, ampliando a gama dos serviços prestados à população, a TELERGIPE instalou, no decorrer de 1983, 45.130 telefones, crescendo 11,3% em relação ao ano anterior, e promoveu a execução de vários programas, tais como popularização dos telefones; interiorização das telecomunicações; suporte aos negócios, e desburocratização.

As tarifas telefônicas em 1983 sofreram reajuste inferior em 45,4 pontos percentuais à taxa de inflação, fato que teria contribuído para que numa economia em fase de recessão, o tráfego telefônico continuasse a crescer, apresentando uma taxa de 35,8% nas chamadas do serviço interurbano e 6% no serviço local em relação ao ano de 1982.

Os investimentos foram realizados com recursos próprios, de forma a permitir a redução gradativa do endividamento. A taxa de remuneração do investimento foi de 3,7%, apurada segundo a Resolução nº 43/66 do CONTEL e Portaria 1.381/78, do Ministério das Comunicações, que regulam o regime da exploração econômica do serviço público de telecomunicações.

O lucro líquido ascendeu à casa de Cr\$ 1.139.500.000,00 (um bilhão cento e trinta e nove milhões e quinhentos mil cruzeiros), cuja proposta de destinação foi submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras da Sociedade.

Desnecessário se torna transcrever as estatísticas e gráficos constantes do Relatório da TELERGIPE.

O importante é assinalar as dimensões dos êxitos obtidos pela sua Diretoria, tanto nos planos administrativo e financeiro, como no tocante à eficiência operacional e boa qualidade dos serviços prestados à população.

Os resultados positivos que a Empresa logrou conseguir bem como a expansão e permanente aprimoramento das suas atividades, demonstram a alta categoria e a indiscutível capacidade dos seus gerentes e empregados.

Felícto, por conseguinte, a operosa Diretoria da TELERGIPE e seus dedicados funcionários, por intermédio do ilustre Diretor Geral Franz Ludwig Rode, ao mesmo tempo em que tenho a satisfação de realçar a importante e decisiva contribuição da Empresa para o desenvolvimento econômico-social de Sergipe e o crescente bem-estar de seu povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trazem-me à tribuna dois assuntos. O primeiro deles refere-se a um voto de pesar que desejo registrar.

Goiás e o Brasil perderam, há três dias, o ator, cineasta, dramaturgo e escritor João Bônnio. Faleceu dia 17 último, em Goiânia, vítima de câncer, este expoente de nossa cultura.

Nascido em Mutum, Minas Gerais, a 11 de abril de 1927, desde que aportou a Goiás, no ano de 1955, João Bônnio empreendeu uma árdua luta pelo desenvolvimento da cultura em Goiás, sobretudo no teatro e no cinema.

Em 1964, a mão da ditadura alcançou-o e levou-o à prisão. A repressão impossibilitou-o de continuar em Goiás, só voltando em 1969.

O teatro sempre foi sua grande paixão, com participações soberbas em peças como "A Ópera de Três Vintêns", de Berthold Brecht, e o "O Noviço", de Martins Pena.

Retomando a sua carreira de cineasta, que começara com sua participação no filme "Candinho", João Bônnio fez o filme "O Diabo Mora no Sangue", inteiramente rodado na Ilha do Bananal, dirigido por Cecil Thiré, considerado até os dias atuais um dos grandes filmes nacionais. Fez, a seguir, "Tempo de Violência", rodado no Rio de Janeiro, e tendo como tema a violência urbana.

"Simeão, o Boêmio", inteiramente rodado na cidade histórica de Pirenópolis, considerado também uma grande produção nacional. Seu último filme em Goiás foi o "O Azarento".

Sua vida, portanto, foi toda ela marcada por acendendo idealismo e amor às causas justas. Por isso mesmo, Goiás sentiu sua morte. Em nome do povo goiano, consigno este voto de pesar, modesta homenagem póstuma a quem muito amou o Brasil e fez muito pela cultura de meu Estado. (Pausa.)

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o outro assunto que me traz à tribuna do Senado, nesta tarde, é a surpreendente atitude do Governo Federal, representado neste nefasto episódio pelo Ministério dos Transportes.

Trata-se das eclusas de Tucuruí e de Santa Isabel, nos rios Isabel, nos rios Tocantins e Araguaia, respectivamente, antiga aspiração das populações dos Estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, principalmente, do meu Estado, o sofrido Estado de Goiás, cujas obras não terão andamento, se prevalecer o argumento esdrúxulo de que "a grave conjuntura nacional não o permite".

O descaso com que aquele Ministério, juntamente com as autoridades financeiras do País, vem tratando o assunto, merece de todos nós, homens públicos que têm responsabilidade com os destinos do nosso Povo, o mais veemente repúdio.

É inconcebível que se considere inoportuno o prosseguimento das obras dessas eclusas neste século, conforme opinião externada oficialmente pelo Ministério dirigido pelo Doutor Cloraldino Severo.

As autoridades do setor de transportes deste País não é lícito desconhecer os benefícios imediatos para aqueles quatro Estados da Federação e o consequente retorno dos investimentos aplicados nesse projeto, que se constitui de grande importância para a região que está se transformando, rapidamente, na nova fronteira agrícola e grande celeiro para a Nação e para o Mundo, além de província mineral de potencial extraordinário.

As obras das eclusas, que possibilitarão a navegabilidade normal de grandes embarcações através daqueles dois rios, se executadas concomitantemente com as das Hidroelétricas de Tucuruí, teriam seus custos minimizados. Isto é fato comprovado tecnicamente, pois seria utilizado o mesmo parque de obras e os recursos representariam pouco mais de 5%.

Dispensável se torna tecer considerações sobre o barateamento dos transportes de grandes volumes de mercadorias utilizadas na região, notadamente os indispensáveis à produção agrícola, combustíveis etc., e para o escoamento da sua produção rural e mineral, inclusive da área do Grande Carajás, hoje feito através de rodovias, de custo bastante elevado. Esses motivos, por si só justificam posicionamento favorável do Governo que, sem dúvida, aceleraria o desenvolvimento sócio-econômico da região, historicamente relegada a um segundo plano.

Se vencedor o ponto de vista do Ministério dos Transportes estará confirmado mais uma grosseira traição do Governo Federal, marginalizando a população que habita aquela parte do território brasileiro do processo de desenvolvimento e integração nacional.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de lançar, nesta oportunidade, à Casa e à Nação, o protesto formal do Povo do meu Estado e a total discordância com as ações daquele Ministério que prejudicam imensamente a nossa capacidade de desenvolvimento econômico e social.

Enviei, ontem, por isso mesmo, ao Sr. Presidente da República telex vazado nos seguintes termos:

"Transmito Vossa Excelência veemente apelo povo goiano que tenho a honra de representar Senado Federal, sentido tratamento prioritário pelo governo federal ao projeto construção eclusas Tucuruí, concomitante construção hidroelétrica, possibilitando navegação normal via fluvial curso mais dois mil quilômetros. Medida considerada grande importância população eixo Tocantins-Araguaia e impõe-se como fator de difusão desenvolvimento econômico-social extensa região com reflexos toda nação. Confiante espírito público Vossa Excelência, povo de Goiás, Pará e Mato Grosso espera contar apoio imprescindível essa justa reivindicação."

Espero, em nome do bom senso e do amor ao Brasil, que haja sensibilidade para o atendimento a esse apelo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com real satisfação que assinalo a publicação de um sério documento do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. A data da edição do mesmo é o dia 13 do corrente.

Melhor do que eu, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fala o Conselho, sobre a situação calamitosa das Universidades deste nosso Brasil. A prova desse descalabro se faz notar pelos números, e estes não mentem.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que afirma a Mensagem:

"A análise revela que as verbas para manutenção das Universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr\$ 100,00 que as Universidades federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr\$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a doação já fixada pelo Ministro da Educação e Cultura, Cr\$ 22,08, ou Cr\$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extra-teto (Quadro anexo)."

Propõe ainda o Conselho o seguinte:

1. reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;

2. consignação, no orçamento de 1985, de doação em valor real equivalente à do orçamento de 1981."

O que se estranha, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a informação, que se sabe é a rotineira do Poder Executivo, ou seja, não há dinheiro. Como "não há dinheiro", se faz pouco tempo, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional de iniciativa do nobre Senador João Calmon que estabeleceu, constitucionalmente, a exigência de se aplicar na educação uma porcentagem razoável, não ideal do Orçamento da União, na Educação. O que não se pode é continuar a viver a base de informações inválidas, mas sim estribada na realidade pura e simples, isto é no que já disse, comprovado pelos números.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que conste nos Anais desta Casa, o referido documento bem como o Quadro anexo:

O CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O CONSELHO DE REITORES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior vêm dando o melhor de si na tentativa de corresponderem às exigências de uma sociedade moderna.

De parte da União, registram-se substanciais aplicações em construção, em aperfeiçoamento de pessoal docente, na consolidação do regime de dedicação exclusiva e no apoio à pesquisa.

De parte das Instituições de Ensino Superior, impõe-se destacar a cotidiana preocupação com a qualidade do ensino, a expansão progressiva e sólida da pós-graduação, a integração mais ampla com a sociedade através de programas de extensão, o desenvolvimento acentuado e qualitativamente mais significativo das atividades de pesquisa.

Estado e Universidade, cada um a sua maneira e complementando-se nos esforços para garantir uma adequada formação de recursos humanos de alto nível e para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, acabaram por consolidar um parque universitário já respeitável e com imenso potencial de serviço ao País.

Esse parque universitário é um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso mesmo, os dirigentes das diferentes instituições universitárias sentem-se no dever de reiterar, ainda uma vez, aos responsáveis pelo Governo — autoridades do Executivo e representantes do povo no Congresso Nacional — a advertência de que esse patrimônio está seriamente ameaçado.

Sem rememorar as razões, queremos mostrar a todos que a advertência não é infundada. E como, para tanto, é preciso ser rigorosamente objetivo, analisemos os dados do orçamento do Tesouro para a educação superior nos anos desta década.

"A análise revela que as verbas para manutenção das Universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr\$ 100,00 que as Universidades federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr\$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a dotação já fixada pelo Ministério da Educação e Cultura, Cr\$ 22,08, ou Cr\$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extra-teto (Quadro anexo)."

Em consequência, nossas Universidades não têm como renovar e reparar seus equipamentos de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações, manter o nível de suas aulas práticas, operar seus hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transporte, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio.

Como nos parece inadmissível comprometer todo o investimento já realizado pelo governo e pe-

las Instituições de Ensino Superior propomos, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais:

1. reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;

2. consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981."

Sem a adoção imediata dessas medidas mínimas, será impossível sustar o processo de deterioração física e de queda de qualidade do ensino que vem afetando nossas Universidades.

Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira.

Consideramos também que os vencimentos pagos aos professores e funcionários técnico-administrativos das autarquias vêm sofrendo, ao longo dos anos, um achatamento que torna afigurativa suas condições de vida. De janeiro de 1979 a abril de 1984, houve uma perda salarial de 167,60% para os servidores e de 103,00% para os docentes, tomando-se como referência a evolução do INPC. No mesmo período, o pessoal das Fundações tem recebido uma remuneração mais justa. Prestando serviços idênticos e sendo ambas mantidas pelo Estado, Autarquias e Fundações pertencem ao mesmo sistema de ensino. Por conseguinte, é de justiça que se venham

a compatibilizar as escalas salariais das instituições autárquicas e das fundacionais mantidas pela União, mediante legislação própria, formulada a partir de estudos aprofundados, em que se considerem e se equilibrem, na melhor medida possível, as diversas variáveis envolvidas.

No entanto, a complexidade do problema, e a evidência de que sua solução definitiva demandará um processo gradativo, manifestam que essa proposta, ainda que de logo endossada pelas autoridades competentes, não pode, isoladamente, sem grande equívoco, ser entendida como medida eficaz para debelar a crise ora instalada.

Impõe-se, portanto, uma solução concomitante, emergencial, sob a forma de reajuste salarial específico que permita, de pronto, minorar a difícil situação dos docentes e servidores técnico-administrativos das autarquias de ensino.

De há muito vimos buscando e oferecendo sugestões de caráter básico, preventivo, certos de que a crise de hoje, como a de ontem, tem origens profundas, de natureza conceitual e estrutural.

Os signatários deste documento concluem, finalmente, que somente através da solução imediata e definitiva do problema orçamentário e da pronta recuperação da justiça salarial será possível restabelecer o clima de normalidade nas Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, desde 1980, anualmente afetado por essas duas questões.

Dado em Brasília, no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, aos 13 de junho de 1984.

MEC/SESU — EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO Recursos do Tesouro — Cr\$ mil

Período	Taxa de Deflator	Orçamento		Índice <i>1980 = 100</i>
		Inflação	Valor Corrente	
1980	—	1,00	6.372.955	6.372.955 100,00
1981	106,80	2,07	14.912.087	7.203.906 113,03
1982	100,00	4,14	25.910.548	6.258.586 98,20
1983	211,00	12,87	42.402.440	3.294.672 51,69
1984	170,00	34,75	65.874.000	2.410.318 37,82
1984	170,00	34,75	93.875.250 (1)	2.701.446 42,38
1985	170,00	93,82	132.044.200	1.407.421 22,08
1985	170,00	93,82	198.678.700 (1)	2.117.658 33,22

(1) Suplementação de Cr\$ 28 bilhões

(2) Inclusive extra-teto

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É lugar comum dizer-se que a vontade e a ação dos organismos internacionais decorrem daquilo que pensam e desejam seus países-membros. São eles, assim, a soma ou, melhor dizendo, a síntese desses desejos, pensamentos, e até mesmo idiossincrasias, virtudes e preconceitos das partes independentes que os constituem. Ganham, porém, esses organismos força e efetividade quando têm em sua direção homens de talento, coerência e imaginação.

Tais considerações ocorrem-me no momento em que um brasileiro de nossa geração, um diplomata que pela sua carreira e formação profissional pode ser considerado, sem favor algum, como símbolo das melhores tra-

dições da Casa de Rio Branco, assume — e pela primeira vez na história deste País — a direção de um organismo internacional de primeira linha — a Organização dos Estados Americanos.

Refiro-me ao Embaixador João Clemente Baena Soares, cuja escolha para o cargo de Secretário-Geral da OEA, por aclamação dos representantes de todos os países-membros, em memorável Assembléia Geral em abril passado, representou motivo de extremo orgulho para todos nós brasileiros.

Permitam-me ler, Sr. Presidente, Srs. Senadores, breves trechos de seu expressivo *curriculum*:

Nasceu em Belém do Pará, em 14 de maio de 1931, diplomou-se pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1953) e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1955). Fez estágios de aperfeiçoamento na ONU e na OEA.

É Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (1953). Fez o Curso de Doutorado em Direito Público na Faculdade Nacional de Direito, do Rio de Janeiro, (1962).

Foi Chefe da Divisão da África (do Departamento da Europa e África) do Ministério das Relações Exteriores em 1962 e do Departamento de Organismos Internacionais, 1974/1977 e foi Secretário Especial de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Multilateral, 1977/1979, do Ministério das Relações Exteriores.

Desde 15 de março de 1979 exerce a função de Secretário-Geral das Relações Exteriores, tendo ocupado por diversas vezes desde aquela data, em caráter interino, a pasta das Relações Exteriores.

Serviu, como Secretário, nas Embaixadas em Asuncão, Lisboa, Guatemala (Encarregado de Negócios) e Bruxelas; Cônsul em Florença e Conselheiro na Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Participou, como membro da Delegação do Brasil, da XX, XXIII, XXIV, XXVI, XXIX, XXX, XXXI e XXXII Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas. Integrou a Delegação do Brasil à I Reunião da UNCTAD (1964) e a XLVIII Sessão do ECOSOC (1970).

Representou o Brasil na Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados, em Lima (1975) e Belgrado (1978); e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados (1976) em Colombo.

Chefiou a Delegação do Brasil aos IX, X e XII Períodos Ordinários de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (1979, 1980 e 1982).

Representou o Ministério das Relações Exteriores na Comissão Interministerial para Recursos do Mar, no Conselho Diretor Nacional da Cruz Vermelha, no Conselho Consultivo do Meio Ambiente e na Comissão Brasileira de Atividades Espaciais.

Não podemos deixar de assinalar que a extraordinária competência deste diplomata — que já exerceu inúmeras vezes, em momentos de extrema dificuldade e delicadeza, as funções de Ministro das Relações Exteriores — tornou-se ainda mais patente e amplamente reconhecida pelos governos do continente no marcante episódio da atuação dos países "garantes" (Brasil, Estados Unidos, Argentina e Chile) na solução dos conflitos de fronteira havidos entre o Equador e o Peru no limiar de 1982. É unânime o depoimento dos representantes diplomáticos envolvidos nessas difíceis negociações sobre o magnífico desempenho do Embaixador Baena Soares como coordenador seguro, imaginoso e eficaz ao longo de todo o processo conciliatório que teve lugar em Brasília.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a América Latina, já teve muitos nomes. Para Simón Bolívar, que primeiramente sonhou com sua unidade, chamava-se simplesmente América Meridional, e em nenhum momento propôs-se o Libertador separar a América do Norte e o Brasil da União-Pan-Americana quando preconizou, pela primeira vez, a grande fraternidade que deveria unir esses povos, sendo de lembrar-se que fez questão de convidar os governos do Rio de Janeiro e Washington para o que denominou Congresso Antifictício do Panamá, em 1826, evocando a liga das cidades marítimas gregas.

Se a alguém se devesse conferir a láurea de precursor do pan-americanismo, esta iria sem dúvida para Bolívar, que chegou a classificar os povos do continente como "um pequeno gênero humano", com suas tradições, características e esperança de futuro próprio.

Outros líderes dariam seguimento a esses ideais, e o Brasil incorporou-se à corrente pan-americana quando José Inácio de Abreu e Lima pugnou junto a Simón Bolívar em sua cruzada libertária, tornando-se o único General brasileiro do Libertador. Igualmente destacada fo-

ram as posições assumidas por Oliveira Lima, que reformulou suas visões do continente a partir de sua estada como representante do Brasil em Caracas. Imediatamente após a intervenção estrangeira para cobrança de dívida, em 1902, Ruy Barbosa, exilado em Buenos Aires, lançou dali opiniões marcantes em seu itinerário político. E não se esqueça, evidentemente, o Barão do Rio Branco, em seu trabalho de dirimir dúvidas existentes em fronteiras do País, removendo potencial de conflito e hostilidade entre irmãos.

O tempo gerou mudança de enfoque, para conviver com situações novas que não se previam ao tempo de Bolívar: hoje as vozes mais lúcidas defendem a prática de um latino-americanismo dentro do pan-americanismo, não com o fito de gerar desavenças e sub-blocos, porém para articular parcelas desiguais, em renda e poder, no todo continental.

Já não se pode dividir o mundo em primeiro, segundo e terceiro, da acepção de Georges Balandier, tornada clássica. Hoje tal repartição ressentir-se-ia de demasiado simplismo. Povoam o planeta entidades como a Liga Árabe, a Organização dos Estados Africanos, a Organização dos Estados Americanos — a partir de hoje confiada à liderança hábil e esclarecida de nosso embaixador Baena Soares — bem como agrupamentos menos formalizados, criados para enfrentar situações determinadas, como o "Grupô dos 77" e o "Grupo de Contadora". E dentro de cada grupo formam-se outros mais, motivados por questões sejam ideológicas, sejam regionais ou econômicas.

As relações interamericanas têm, para o Brasil, posição especial dentro desse quadro. Somos amostra representativa das complexidades mundiais. Aqui viceja, de um lado, a grande corrente comercial Norte-Sul, entre Estados Unidos e nações latinas; a par disso prosperam, dia a dia, as trocas na escala Sul-Sul, repetindo o que ocorre no mundo em geral.

O Brasil, atualmente, importa da América Latina quase tanto quanto dos Estados Unidos — cerca de 3,1 bilhões de dólares contra 3,5 bilhões, respectivamente — e exporta para os países latino-americanos soma equivalente às vendas para aquela Nação — cerca de 4,2 bilhões de dólares. Importamos da Argentina, no ano passado, aproximadamente 900 milhões de dólares, e exportamos algo em torno de um bilhão de dólares para a Venezuela, números que crescem em importância se considerarmos que só umas poucas Nações — os próprios Estados Unidos, Arábia Saudita, República Federal da Alemanha e Japão — mantêm consenso intercâmbio superior.

Esses números revelam mudanças importantes em nossa política e intercâmbio externos, e inserem-se em quadro mais amplo de relações igualmente mais intensas com os países em desenvolvimento. Note-se, a propósito, que as trocas brasileiras com a Nigéria são hoje superiores às realizadas com a Grã-Bretanha, e que a República Popular da China desponta como parceiro de importância crescente.

A propósito, no âmbito de nossa América Latina, é mister ter em conta que pan-americanismo não pode mais restringir-se a relações bilaterais dos Estados Unidos com cada uma das nações do subcontinente. Isolados pouco somos; unidos, sem propostas antagonistas, resguardando em nossa diversidade cultural a marca indelével da latinidade neo-ibérica, ganhamos em importância econômica e geopolítica.

O Brasil desfruta do privilégio de limitar-se com o maior número de países latino-americanos; estamos presentes da bacia do Prata à Amazônica. Somos parte atuante da mais importante organização econômica a unir as nações do continente, dada à luz pelo Tratado de Montevideu.

Não poderia, pois, ser mais acertada a posição adotada pelo Brasil de dar ênfase ao diálogo, em todos os campos, com as nações latino-americanas, no contexto de

uma política externa aberta e universalista. Torna-se cada vez mais urgente rever e revalorizar as equações de poder econômico e político internacional, como corretamente ponderou, em sua histórica intervenção nas Nações Unidas, o Presidente Figueiredo. Remédios que servem a uns não se prestam a outros, receitas que outrora foram úteis agora se revelam perversas, e sua aplicação indiscriminada gera desassossego e instabilidade entre os povos.

Vale lembrar, como exemplo, as medidas que o Fundo Monetário Internacional prescreveu para o Brasil e outros países devedores atingidos em cheio pela crise financeira internacional. Até há pouco incontestados como forma de atender às necessidades de ricos e pobres, em que pesem os benefícios que possam ter oferecido, no passado, a outras nações, encontram hoje grande resistência interna dos pacientes a que se aplicam. Expressam elas, geralmente, visão monetarista e unilateral dos fatos econômicos, que se tem revelado inadequada aos males dos macrosistemas sociais latino-americanos ao ignorar, na prática, os fatores sociais indissoluvelmente ligados à economia; em outras palavras, incorre essa visão no gravíssimo equívoco de subestimar o preço político a ser pago pelas correções impostas às economias de nossos países, no cotidiano das populações submetidas à chamada "estagflação", ou seja, estagnação com inflação.

Cabe citar aqui as palavras do Chanceler Saraiva Guerreiro, em reunião de Chanceleres em Cartagena, Colômbia, em 1983:

"Não podemos aceitar a suposição de que a questão do endividamento se resolva por força unicamente da implementação de políticas de contenção pelos países em desenvolvimento. Nenhum de nós negará a necessidade de medidas de austeridade nas presentes circunstâncias. É preciso ter em mente, contudo, que se nos países desenvolvidos tais medidas se fazem sentir em termos de redução do consumo por uma população de alto nível de renda, nos países em desenvolvimento o que se reduz é muitas vezes a própria margem de sobrevivência de amplas camadas sociais já de ordinário duramente atingidas pela miséria e pelo subemprego. Nos países desenvolvidos reduz-se o reinvestimento para o aperfeiçoamento de estruturas já consolidadas; nos países em desenvolvimento, ao contrário, sacrificam-se investimentos urgentes e essenciais para a própria construção da infra-estrutura física e social da Nação. Não é lícito, pois, exigir dos países em desenvolvimento, como solução de médio ou longo prazo, o recurso a rígidas políticas de austeridade que possam vir a destruir a sua própria base econômica."

Claro está que devemos reconhecer o caráter irrecorável dos compromissos financeiros que, acertadamente ou não, assumimos no exterior. E dispomos-nos a honrá-los, como sempre fizemos, desde que atualizados por processos realistas e justos.

A propósito, vale transcrever trecho do discurso do Presidente João Figueiredo, ao saudar, anteontem, no Itamaraty, o presidente peruano Belaúnde Terry:

"É preciso que a solidariedade internacional e o bom senso prevaleçam sobre a visão parcial e imediatista, incapaz de discernir os problemas na sua complexidade e na sua magnitude.

Os países devedores necessitam de condições realistas para poder cumprir com suas obrigações e compromissos, a que, de resto, nunca se furtaram".

A par disso, não há como ignorar o perigoso paradoxo configurado no fato de uma das regiões mais pobres do mundo, e que maiores dificuldades enfrenta em balanços de pagamentos crescentemente deficitários — de resto agravados por restrições também crescentes às suas ex-

portações para os países industrializados — ser grande exportadora líquida de capitais, representados pelos dólares anualmente remetidos a título de serviço de amortização de suas dívidas externas.

Reconheceu o brasilianista americano Riordan Roett, em artigo na Revista Foreign Affairs:

"De fato, a América Latina transformou-se em exportadora de capital. O volume de dinheiro que ela paga a cada ano pelo serviço da dívida é maior que o conjunto de recursos que flui para a região."

Eis o paradoxo. Perigoso paradoxo!

Vozes de bom senso, de condecorados da realidade latino-americana, advertem para a responsabilidade das administrações das nações credoras em relação à preservação das instituições democráticas que se vêm, a duras penas, restabelecendo no hemisfério. É preciso resguardar os êxitos obtidos, defender a florescente democracia, aquela "plantinha tenra e frágil" a que se referia Octávio Mangabeira, e isto não se faz exacerbando injustiças sociais, usando o desemprego como arma antiinflacionária, relegando regiões inteiras à pobreza, à ausência de perspectivas.

Contra isso levantaram-se corajosamente as nações do Grupo de Contadora — com as quais o Brasil oficialmente se solidariza — propondo medidas econômicas de desenvolvimento. Sentiram essas nações, como sentiu o Brasil, a aproximação de ventos ameaçadores na região. A paz é fruto da justiça, como já proclamava Pio XII. A injustiça é má conselheira das paixões.

Cabe aqui observar que o Brasil não pode dar-se ao luxo de utilizar escassamente, como a meu ver vem fazendo, a extraordinária experiência e alto nível de competência acumulados em seu Ministério das Relações Exteriores. Afirmar que o utilizá pouco decorre da constatação de que não está tão presente quanto deveria na condução daquele que é hoje o principal problema brasileiro, localizado no setor externo: a negociação da dívida. Reconhecendo na questão o componente técnico-financeiro e econômico portanto a requerer ações provenientes das esferas do poder público afetas a esses setores —, não se pode descurar de seu relevante componente político, a exigir intervenção decidida de nossos diplomatas. A dívida negocia-se com as instituições privadas credoras do Brasil, e isto está a cargo das áreas técnicas; mas nela devem interferir também esferas governamentais, e neste nível é insubstituível a atuação do Itamaraty.

É mister observar que cada país deve, sozinho, enfrenta duras provas para entender-se com seus poderosos credores. É, pois, necessário ampliar, através de adequada ação diplomática, os contatos com nossos vizinhos,

em defesa de interesses comuns. E fazê-lo com tranqüila objetividade, sem dramaticidade inútil, senão contraprodutiva.

Condição fundamental para este crescente entrelaçamento é o incremento, que se deve acentuar, das trocas comerciais entre os vizinhos hemisféricos. Existem complementariedades evidentes que precisam ser exploradas; existe, inclusive, oportunidade para que o Brasil e seus parceiros prossigam no caminho aberto entre nosso País e o México, e aprofundado recentemente quando nos honrou com sua visita o Presidente De La Madrid — qual seja, a troca direta de mercadorias, sem interveniência das divisas que escassejam tanto aqui como lá.

Há poucos dias ainda, numa breve porém significativa visita a Brasília, o Chanceler do novo governo da Argentina, Dante Caputo, lançou enérgico apelo à união de esforços entre os países da região para enfrentar os problemas gerados pela "elevação irresponsável" das taxas de juros no mercado financeiro internacional. Trata-se, evidentemente, de um apelo que não pode ser ignorado.

Em síntese, os pontos cardeais da política interamericana do Brasil situam-se na exploração das complementariedades econômicas. E, valha a ressalva, isto nada tem a ver com alegados distanciamentos em relação aos Estados Unidos; antes, significa colocar a variada gama de intercâmbio latino-americano com os Estados Unidos em termos corretos de parceria entre povos livres e soberanos, cujos interesses comuns são numerosos e duradouros.

Esse é o verdadeiro pan-americanismo, o novo e correto pan-americanismo; novo, embora remontando ao pensamento bolivariano, porque significa efetivamente que as Américas pertencem aos americanos, a todos os americanos — do Norte, do centro e do Sul; brancos, pretos, ameríndios e mestiços; latinos, anglo-saxões e que outras origens se mesclam na admirável convivência que nós, ibero-americanos sobretudo, estamos sabendo construir.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é dentro desse quadro que, sob fundadas esperanças, assume a Secretaria-Geral da OEA o eficiente e lúcido Embaixador Baena Soares. Sua habilitação profissional, aliada à aguda percepção dos problemas que nos afligem, é garantia de êxito e motivo de justificadas esperanças para nosso País.

O instante está a exigir política externa mais dinâmica e afirmativa no âmbito americano e, dentro desse quadro, que se busquem deslocar para o fórum político da região — que é, indubitavelmente, a OEA — as momentosas questões que desafiam o Brasil e países irmãos, mormente as relativas à crise financeira internacional e as suas repercussões.

E esta é uma ocasião para que meditemos e ajamos em conjunto, com unidade de propósitos, visando a incrementar a solidariedade pan-americana para que prosperrem, entre todos nós, relações mais justas; para que haja, enfim, desenvolvimento e paz.

E para isso muito pode contribuir a OEA, sob a lúcida liderança do Embaixador Baena Soares, desde que conte com decidido apoio de nosso governo e também das demais nações que integram aquela Organização Internacional.

Confiamos na ação do Embaixador Baena Soares — por saber que vocação e atributos não lhe faltam — e fazemos desta Tribuna os melhores votos de êxito em sua fascinante, porém desafiadora missão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária, das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1983 (nº 16/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assembléia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de 1979, que instituiu Emenda à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga de 1966, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs. 243 e 244, de 1984, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1983 (nº 26/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs. 150 e 151, de 1984, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

Ata da 98ª Sessão, em 20 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudiomir Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir

Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomano Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Seve-

ro Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.
Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 122, DE 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senador nº 10, de 1984 — DF, que dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — **Aloysio Charles — Humberto Lucena.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento que vem de ser lido será submetido ao Plenário após a Ordem do Dia nos termos do item II, do art. 375, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, redações finais que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

PARECER Nº 320, DE 1984 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1984.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapuava (PR) a elevar em Cr\$ 943.187.200,64 (novecentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, duzentos cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1984. — **João Lobo**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator, **Passos Pôrto**.

ANEXO AO PARECER Nº 320, DE 1984

Redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1984.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 943.187.200,64 (novecentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, duzentos cruzeiros e sessenta e quatro centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 943.187.200,64 (novecentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, duzentos cruzeiros e sessenta e quatro centavos), correspondente a 207.109,54 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 4.554,05 (quatro mil, quinhentos e cinqüenta e quatro cruzeiros e cinco centavos), vigente em julho de 1983, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à execução de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação asfáltica nas vias de acesso e ruas de núcleos habitacionais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 321, DE 1984 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1984.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapiranga (SC) a elevar em Cr\$ 38.838.851,10 (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1984. — **João Lobo**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Passos Pôrto**.

ANEXO AO PARECER Nº 321, DE 1984

Redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1984.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 38.838.851,10 (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um cruzeiros e dez centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 38.838.851,10 (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um cruzeiros e dez centavos), correspondente a 8.528,42 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 4.554,05 (quatro mil, quinhentos e cinqüenta e quatro cruzeiros e cinco centavos), vigente em julho de 1983, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água, daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As redações finais lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 123, DE 1984

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 943.187.200,64 (novecentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, duzentos cruzeiros e sessenta e quatro centavos).

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — **Almir Pinto**.

REQUERIMENTO Nº 124, DE 1984

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 21, de

1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 38.838.851,10 (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um cruzeiros e dez centavos).

Sala das Sessões, 20 de junho de 1984. — **Almir Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Aprovados os requerimentos, passa-se à apreciação das redações finais.

Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1984. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1983 (nº 16/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assembléia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de 1979, que instituiu emenda à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga de 1966, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 243 e 244, de 1984, das Comissões:

- De Relações Exteriores; e
- De Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 26, DE 1983

(Nº 16/83, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assembléia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de 1979, que instituiu Emenda à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assembléia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de

1979, que instituiu Emenda à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1983 (nº 26/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 150 e 151, de 1984, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e

— de Economia.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 36, DE 1983
(Nº 26/83, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Requerimento nº 122, de 1984, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1984 — DF.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1984 — DF, de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973 (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça do Distrito Federal).

Solicito ao nobre Sr. Senador José Ignácio Ferreira o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES) Profere o seguinte parecer.) — O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 79, de 1984, e acompanhada de Exposição de Motivos do Governador do Distrito Federal, submete à apreciação do

Senado, na forma do artigo 51, combinado com o artigo 42, item I, da Constituição, projeto de lei disposto sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, que estabeleceu as diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil do Distrito Federal e de suas autarquias.

A matéria, em síntese, procura disciplinar o instituto da progressão funcional na área do GDF, com o objetivo de harmonizá-lo com o Plano de Classificação de Cargos da União, e cuja uniformidade está estabelecida no art. 11 da citada Lei nº 5.920/73. Na espécie, pretende-se acompanhar providência do DASP com relação à questão de inexistência de vagas nas classes intermediárias e finais de inúmeras categorias, o que tem impedido a efetivação das progressões correspondentes, conforme expõe o Governador José Ornellas, nas suas razões.

Diante do exposto e como inexistem óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É este o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto, para proferir parecer pela Comissão do Distrito Federal.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE) Profere o seguinte parecer.) — Para efeito da progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, o correspondente regulamento disciplinará a mudança do servidor de uma para outra classe, com o respectivo cargo ou emprego.

É o que estabelece o projeto de lei que vem ao estudo deste Órgão técnico, oriundo do Poder Executivo.

A proposição trata, como se vê, de questão relacionada com a classificação de cargos do Serviço Civil do Distrito Federal e de suas autarquias. Foi submetida à deliberação do Senado Federal, pelo Presidente da República, nos termos do art. 51, combinado com o art. 42, V, da Constituição, e está fundamentada em fatos e fundamentos jurídicos expostos pelo Governador do Distrito Federal, na Exposição de Motivos nº 09/83-GAG.

O disciplinamento do instituto da progressão funcional, na área do Governo do Distrito Federal, ante a inexistência de vagas nas classes intermediárias e finais de inúmeras categorias é o objetivo precípua do projeto, que a Comissão de Constituição e Justiça considerou constitucional e jurídico.

Na realidade, os servidores do Distrito Federal sofrem dificuldades semelhantes às que atingiram o funcionalismo federal e que foram sanadas, mediante lei.

Opinamos, portanto, pela aprovação do presente projeto de lei que soluciona problema existente quanto à ascensão funcional dos servidores do GDF.

É este o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os pareceres são favoráveis.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesma, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 322, DE 1984

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1984-DF.

Relator: Senador Claudiomar Roriz

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1984-DF, que dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1984. — **João Lobo**, Presidente — **Claudiomar Roriz**, Relator — **Passos Pôrto**.

ANEXO AO PARECER Nº 322, DE 1984

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1984-DF. Dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Para efeito da progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, o correspondente regulamento disciplinará a mudança do servidor de uma para outra classe, com o respectivo cargo ou emprego.

Art. 2º O parágrafo único do art. 7º do Decreto-Lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

Parágrafo único. As referências que ultrapassarem o valor de vencimento ou salário, estabelecido para a classe final ou única de cada Categoria Funcional, corresponderão à Classe Especial.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Achando-se em regime de urgência a proposição cuja redação final acaba de ser lida, deverá esta ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando, para a de sexta-feira, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e
— de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anúários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Educação e Cultura.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;

— de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, e, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

7

Votação em turno único, do Requerimento nº 104, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, e, do Regimento

Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 840, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, propondo a inserção em Ata, de um voto de aplauso aos termos da carta com que o ex-Ministro Hélio Beltrão se demitiu, e um voto de louvor pela sua eficiente gestão nos Ministérios da Previdência e Assistência Social e Extraordinário para Desburocratização, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 302, da Comissão de Constituição e Justiça.

9

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1981, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta;

— de Agricultura, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça; e

— de Serviço Público Civil, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

11

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa, tendo

PARECERES, sob nºs 1.018 e 1.019, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, e no mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Helvídio Nunes e José Fragelli; e

— de Legislação Social, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JAISON BARRETO NA SESSÃO DE 7-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O tema do meu discurso diz respeito a conciliação, entendimento e aos riscos que a Oposição corre ao não definir uma estratégia global capaz de negociar bem em nome da Nação, lá fora.

No decorrer do discurso, após algumas colocações que faço sobre o enredo e o contexto em que se pretende garantir essas negociações, tentaremos costurar os posicionamentos que as Oposições vêm adotando, deixando clara uma estratégia global que transforma conciliação e entendimento em sinônimo de capitulação, num gesto de suicídio que as gerações futuras haverão de cobrar das lideranças maiores das Oposições brasileiras.

O Brasil se defronta com a mais profunda, complexa e grave crise de sua história. Crise político-institucional; econômico-financeira; social e — causa-primeira de todas — moral. Crise que o desgoverno Figueiredo aprofunda sempre mais, empurrando o País ao desespero e à revolta.

Acabo de aludir ao lugar-comum cotidianamente presente nos discursos parlamentares; no noticiário e nos comentários da imprensa, inclusive internacional; nos debates e pronunciamentos de todas as entidades representativas da sociedade e de homens da envergadura do falecido Teotônio Vilela e desse bravo patriota que é Sobral Pinto. E, lugar-comum emanado, sobretudo, do sentimento expresso, de todas as formas, pelo povo; tema que intransqüíliza os lares brasileiros!

Corolário desse quadro alarmante é a responsabilidade das oposições e, sobretudo, do PMDB. Como jamais em nossa história, a Oposição necessita de clarividência e firmeza, de coragem cívica e fidelidade a uma luta de 20 anos, durante a qual tantos tombaram. Isso para preservar o Brasil de desgraças que comprometeriam seu futuro por muitos anos!

Da firmeza das oposições dependerá impedir que a frustração popular, que vem de antes da renúncia de Jânio Quadros, vá ao extremo da revolta, da violência, vista como última forma de libertar-se da adversidade que nos esmaga há 20 anos e livrar-nos dos que vêm esbulhando o País!

Da coragem cívica das oposições dependerá a libertação imediata e pacífica do sistema militar que levou o Brasil à falência; submeteu-o à desordem; mergulhou-o na desesperança e na mais vasta corrupção de todos os tempos. E que feriu, profundo, a soberania nacional.

Sistema militar ditarorial que, mesmo após esbodegar-se na corrupção, em frangalhos pela repulsa da Nação, desmorolizado por tantos corifeus mergulhados na corrupção deslavada e impune, ainda quer preservar o poder em suas mãos. Para isso, pouco se importam seus chefes com o aniquilamento de instituições, mesmo militares. Nem com os riscos de nos lançar a convulsões que podem eclodir a qualquer instante, cujo desfecho e término são imprevisíveis num País de nossa extensão e com uma população que já atinge 120 milhões!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, traírmos a coerência de uma vida pública já longa, firmes convicções, compromissos assumidos com os que nos elegem se nos dessemos ao comodismo do silêncio ou à fácil compactuação com a impostura que tântas farsas tem formulado o mais inepto, corrupto e mentiroso período presidencial de nossa história.

Por duas vezes ocupamos, nestes dias, esta tribuna, para denúncias precisas e advertências necessárias. A rápidez com que se multiplicam as más obras deste desgoverno, enquanto o General Figueiredo passcia, se diverte e vai às compras no Extremo Oriente, nos impõe o dever

de aqui retornar para o esforço de análise do momento nacional, em termos francos e diretos, mesmo que aludindo apenas ao que se tornou, entre nós, o óbvio ululante.

Tão grande a repulsa ao continuísmo — mal de desmoralizadas republiquetas —, que a ditadura instalada no Brasil de imediato o repudiou, criando o slogan **CONTINUIDADE SEM CONTINUÍSMO**. Nenhum dos Generais premiados com a Presidência ousou ceder à tentação, por mais que esta os cercasse.

Mas, desde que o General Geisel logrou impor a candidatura forjada pela imaginação golberyana, decepcionando cabeças de generais e ministros, forçoso era temer que seu sucessor ousasse mais, sob o estímulo de seus comparsas. O medo da normalização democrática é bastante para inspirar a conspiração continuística, para salvaguarda da impunidade. Conspiração que marcou a própria candidatura Figueiredo, inventada pelo General Golbery para prolongar sua decisiva influência no poder.

Desde sempre o General Figueiredo cedeu ao continuísmo, o que explica tudo o que tem acontecido ou deixado de acontecer em seu governo.

Quando mero candidato, ao mesmo tempo que cuidava de adquirir novo visual para captar apoio popular, já brandia a ameaça de explodir e "entregar tudo ao Pires".

Esta ameaça é reiterada monotonamente até os dias de hoje. Agora, sabemos que nela nada há de afrontoso à Ministro do Exército, tal o desvelo deste em corresponder à confiança do amigo e chefe, mesmo em detrimento da compreensão do cargo que exerce.

Era e é a conspiração continuista, nella implícita sedutora promessa de continuísmo sem Figueiredo, in extremis.

A invocação do nome do Ministro do Exército é permanente, sobretudo em instantes como o da votação da Dante de Oliveira ou agora, no decorrer da farsa das negociações. Revela-nos ela a visão pretoriana das Forças Armadas, não apenas do General Figueiredo, como dos que o rodeiam, daqueles envoltos em escândalos.

Fruto da conspiração continuista é o atual esforço de conduzir o País ao impasse político, para o qual caminharemos inexoravelmente, a curto prazo, a não ser que as oposições tenham o discernimento necessário para que não se tornem instrumento das manipulações palacianas.

Mas, Sr. Presidente, o êxito sempre dá ânimo para novas aventuras.

O General Figueiredo pode rejubilar-se, ao lado dos Generais Medeiros, Venturini, Newton Cruz, desse pândego Ministro da Justiça, com o aniquilamento do Partido de que ainda é o presidente de honra. Arrancou do PDS a insólita delegação para coordenar sua própria sucessão. Com este instrumento, levou às profundezas a divisão interna do partido; desmoronou-o perante a opinião pública; submeteu a implacável processo de desgaste os presidenciáveis, não poupando sequer o velho companheiro Ministro Mário Andreazza. Em seguida, levou o PDS à derrubada da eleição direta, incompatibilizando-o com a Nação e forçando, pelo abuso do poder de pressão, numerosos parlamentares a votarem ou a se ausentarem, agindo contra suas convicções e a vontade expressa daqueles que os elegeram.

O continuísmo vem sendo há muito denunciado nas duas Casas do Congresso e na Imprensa. Poderia repetir aqui: No dia 2/5 pp o **Estado de S. Paulo**, no editorial "A pior solução para o País", denunciou marchas e contramarchas do Governo, trazendo-nos à lembrança as "escaramuças em que se envolveu o Sr. Getúlio Vargas, sempre que se tratava de escolher alguém que o substituisse no poder. O candidato de Getúlio era sempre um único: ele mesmo" — diz o **Estado de S. Paulo**. Estranha o órgão paulista a eficiência com que o Presidente impôs a derrubada da Emenda Dante de Oliveira e não ter, até agora, "esboçado um gesto para obter a aprovação da

emenda que assinou e remeteu ao Legislativo", expressando o temor de que surja "um novo Plano Cohen, verão 1984", após recordar que o Ministro Délia Jardim de Matos já proclamou que "o impasse aí está."

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. JAISON BARRETO — Pois não, nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Jaison Barreto, eu não tenho pouparei e faço questão de enfatizar a admiração que nutro por V. Ex^e, pela sua inteligência, pela sua lucidez e, sobretudo, pela sua habilidade política. Mas V. Ex^e vai relevar o seu humilde colega e permitir-lhe, democrata como é, o direito de divergir de algumas colocações que V. Ex^e vem fazendo. Veja bem que V. Ex^e termina, embora não seja seu propósito, sendo profundamente injusto, porque o Presidente João Figueiredo não poderia ter dado passo maior e mais largo do que quando Sua Excelência deu aquele verdadeiro passo de sete léguas, indo muito além da marca delimitada pelo próprio PMDB, no que diz respeito à anistia. Anistia que a incompreensão, o radicalismo, a intolerância das Oposições e, particularmente, do grande Partido dentro do qual V. Ex^e é um dos maiores, lamentavelmente não quis sequer votar essa anistia. O Presidente João Figueiredo, no seu gesto constante de mãos estendidas, envia uma emenda que, sem dúvida nenhuma, foi muito além das marcas que já vinham sendo delimitadas no tempo pelo posicionamento da maioria dos correligionários de V. Ex^e, no que diz respeito à reformulação constitucional. Sua Excelência manda para cá essa emenda...

O SR. JAISON BARRETO — E, aliás, não a conhecia muito bem, tanto é que reclamou quando descobriu que inserido estava o problema do candidato avulso, e coisas desse tipo. V. Ex^e há de reconhecer, porque...

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^e, que é realmente um homem tão dotado intelectualmente, vai me permitir que mesmo em o sentido, e legislando, por exemplo, sobre Direito Tributário, pois V. Ex^e é comandado a participar aqui nesta Casa desse tipo de legislação, eu o desafio a fazer a sua declaração de renda individual sem o auxílio de um expert na matéria. Isso porque eu, que tenho sido até generosamente identificado por alguns dos meus pares como entendido na matéria, me socorro do concurso dos especialistas. Logo, V. Ex^e há de entender que o Presidente Figueiredo não pode, como nenhum de nós aqui, se quisermos realmente ser fiéis à realidade, se arvorar em profundo, em mestre no Direito Constitucional. Logo, é normal que um Presidente da República, sobretudo um homem de uma formação que não é a de legislador, nem de constitucionalista, possa realmente ter subscrito um anteprojeto para submeter ao Congresso Nacional, com detalhes que tenham escapado ao seu entendimento.

Logo, não houve descaso, nem desconhecimento do Presidente, senão aqueles que são normais a quem subscreve um projeto de lei. Então, V. Ex^e está se revelando um tanto ou quanto intolerante, sobretudo ao negar — e quero voltar aí ao meu raciocínio — que haja da parte do Presidente Figueiredo, gestos objetivos e concretos no sentido de conciliar. Acho legítimo que V. Ex^e continue vindicando, embora se na realidade tivesse o PDS perdido o Colégio Eleitoral, nós não estaríamos em praças públicas como porta-estandartes das bandeiras vindicatórias da eleição direta, até alegando que fazia — como de fato faz — parte do programa do nosso Partido. Agora, o Presidente Figueiredo vai promover a abertura como está promovendo, em que pese, muitas vezes, indo além da marca estabelecida pelas Oposições, repito. Mas, ele vai fazê-la dentro daquilo que foi previamente estabelecido, não para atender aos anseios e à pressa de V. Ex^e, mas de maneira tal que nós venhamos ter, no

Brasil, um regime democrático, que a bem da verdade nós temos que proclamar, nunca o tivemos no Brasil; sempre tivemos caricatura de democracia e para fazê-la, agora, V. Ex^e, que é um homem experimentado sabe que todas as boas obras têm que ser iniciadas, desde a base até o ápice, dentro de equilíbrio, dentro do bom senso, e a pressa, nobre Senador, nunca foi boa conselheira. Daí porque a emenda Figueiredo foi ampla, e tenho certeza que alguns pares de V. Ex^e, na intimidade, confessariam que ela foi além das marcas preestabelecidas pela própria Oposição; agora V. Ex^e, cumpre o seu dever e o seu papel de pedir cada vez mais.

O SR. JAISON BARRETO — Intencionalmente, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu só queria que V. Ex^e, relesse essa minha divergência, porque eu sei que o propósito de V. Ex^e é ser justo. Muito obrigado.

O SR. JAISON BARRETO — Será anotado.

Nobre Senador Benedito Ferreira, o risco existia e era fácil prever que, no decorrer da descrição do contexto em que se está propondo a negociação, o debate surgisse, no meu entender, num momento inóportuno. V. Ex^e há de convir, logo adiante, que estou dando apenas o quadro em que se está propondo à Nação uma "falsa conciliação", um "falso entendimento" e definindo, no meu entender, porque este discurso — quero esclarecer a V. Ex^e — se volta muito mais para dentro do meu Partido e das Oposições do que propriamente para o Governo e o PDS. Mas, para mostrar que por falta de uma estratégia definida e clara as Oposições cometem equívocos lamentáveis e, sem costurar posicionamentos, acabam por transformar, e daí a grande descrença e o imobilismo, hoje, da campanha pelas diretas, frutos desses equívocos das lideranças partidárias, acabou por transformar, repito, conciliação em capitulação ao absurdo e ao suicídio. Por isto é que eu gostaria que V. Ex^e me perdoasse por não aprofundar, agora, quanto ao posicionamento atual do Presidente Figueiredo, porque V. Ex^e, no momento oportuno, haverá de mostrar as suas divergências e nós debateremos, para que não pareça romantismo meu, acreditar que apesar de algumas propostas, apesar de alguns oferecimentos do Presidente Figueiredo, esteja eu acreditando que Sua Excelência, realmente, está com o propósito de redemocratizar o País, porque, se há algum sentimento uniforme e unânime na Nação brasileira é o da urgência de eleições diretas já e não em 1988, e não todo este remédio, porque nem emenda é, de uma falsa Constituição imposta à Nação, cheia de casuismos, coisas lamentáveis como contencioso, um ensino bilingüe, a entrega à Mesa do Senado da regulamentação do Colégio Eleitoral, com o que se visa apenas protelar, ganhar tempo, empulhar e não decidir os problemas fundamentais que afligem a Nação inteira. Por isto, eu continuaria...

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JAISON BARRETO — Permita-me continuar, nobre Senador, porque, em função do tempo, e eu sei que o nobre Presidente é muito cioso disso, eu acabarei não entrando no fulcro, no ponto principal do meu discurso. Nós teremos oportunidade de debater.

Assim, naquele mesmo dia — do editorial do **O Estado de S. Paulo**, a **Folha de S. Paulo** publicou artigo assinado por Newton Rodrigues intitulado "Corcunda da Mistificação", corajosa análise do pronunciamento que então fizera o Presidente, através da cadeia de rádio-tv, dizendo:

"A fala do General faz parte de um plano geral de ação já em pleno desenvolvimento, pelo qual o Governo procura retomar, em larga escala, a iniciativa da ação que lhe fora arrebatada pelo apoio nacional à emenda Dante de Oliveira."

Coisa parecida o que está fazendo, agora, ao implodir o PDS com a proposta de uma primária que visa não só a tumultuar o PDS mas também arrastar o PMDB a uma discussão que não tem nada a ver com o comportamento e com a conduta que nós devemos ter. Isso porque o problema do PMDB e das Oposições não é com as candidaturas do PDS mas com eleições diretas já.

O continuísmo sempre foi e é pregado por figuras como o Ministro César Cals. Propiciou carreiras como as dos Deputados José Camargo e Franciscato. E quando é negado, como o fez recentemente pela televisão, o Líder Nelson Marchezan, vem a observação de que o Presidente não concorda e não aceita, mas, conforme o quadro que se delineie, evidentemente não fugirá à nova missão de uma prorrogação de mandatos.

O continuísmo está presente nas colunas de Carlos Castello Branco, que afirmou, no dia 11, que "já se viu que o presidente não quer falar do assunto (negociação). Ele manda recados, mas testada a autenticidade, ele recua, seja diretamente, seja por intermédio do Ministro Venturini, que o conhece bem por dentro e por fora." É a "Política de Ambigüidade", título do editorial da Folha de S. Paulo, do mesmo dia 11.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, está fora de dúvida: o General Figueiredo se apresenta incapaz para o exercício da verdadeira liderança inerente ao cargo que ocupa e não exerce, no qual foi posto em nome da distensão e para completar a redemocratização. Ele adota esta postura, faz dar essa impressão. É ele responsável pela vasta crise de autoridade que flagela o Brasil; pelo desgoverno vigorosamente condenado pela opinião pública, segundo exibem todas as pesquisas. Há muito seu Governo se tornou, como bem disse Fernando Pedreira, insuportável pesadelo do qual todos querem se ver livres.

A Nação está farta do menosprezo presidencial pelos problemas reais do País, que se agravam a cada dia; de seu viajar sem fim; de ver como se usufrui do poder; da cara amarrada e dos desaforados repentes do General Figueiredo, cujo mandato parece interminável, exceto para os Gazalis, e os que abusam de sua intimidade.

Não suporta mais que às dores e aflições de cada dia se some a ciclotimia presidencial, que oscila segundo oscila golpe continuista!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Palácio do Planalto há muito deixou de ser casa de trabalho e nem assim lá aparece o General Figueiredo, senão avaramente. Transformou-se em laboratório de intrigas, conchavos, marchas e contramarchas, lutas internas do pandemônio que gera confusão e busca o impasse artificial que permita ao Presidente o sacrifício de mais um mandato, mesmo que de dois anos apenas. Lá pontificam Medeiros e Venturini. Lá a matriz da vasta engrenagem totalitária do Serviço Nacional de Informações, a espalhar confusão pela guerra de informações e contra-informações. Ali se inventam e são destruídos presidenciáveis. De lá provém o vírus que a tantos infecta, perdendo-os na esperança de cada qual vir a ser o premiado com a quina da imensa loteria em que se tornou a sucessão, após o repugnante leilão entre presidenciáveis. Lá o General Medeiros manipula recursos inesgotáveis e ultra-secretos, detentor de segredos que lhe asseguraram, com tamanha antecedência, a promoção, à custa da burla à lei, como já se diz, acontecerá em favor do General Newton Cruz.

Usando o linguajar a que o Governo nos acostuma, Pires, Medeiros, Rubão, Leitão, Passarinho, Costa Cavallanti e tantos mais são nomes que surgem da conspiração continuista, na sugestão do misterioso quinto nome. Talvez aqui se possa identificar boa estratégia: repetido o sacrifício de Figueiredo, poderão nos impor o continuísmo sem Figueiredo.

Os frutos da concepção aética de Governo e administração pública, de que tanto se gabavam Delfim Netto e Golbery ai estão. Aí está a Nação também exangue de tantos escândalos que a levaram à miséria, cansada de homens que se eternizam nos mais altos cargos, como

barões feudais, do que é magnífico exemplar o General Oziel Almeida, a distribuir benesses entre parentes e amigos!

Sr. Presidente, Srs. Senadores: não tem fim o desatino deste período governamental. O Ministro do Exército comandou uma luta aética em torno da eleição no Clube Militar, utilizando processos lastimáveis, indo ao incrível gesto de votar em aberto, rodeado pela televisão, num ato que o Código Eleitoral classifica de criminoso e como tal o pune. Novamente, um oficial-general, do qual se pode discordar, mas de notória probidade, é exonerado por não mais aceitar a rapina do Brasil!

Com que melancolia a nação viu o comportamento do Governo face à derradeira vontade expressa pelo Marechal Teixeira Lott, morto aos 89 anos, ex-ministro do Exército, de honradez inatacável. Que contraste entre as palavras por ele ditas em sua última entrevista ao jornalista Pedro Rogério — oportunamente republicada pelo Correio Braziliense — e a conduta oficial. Quanta grandeza de um lado e quanta mesquinharia de outro!

Ao contrário de que se diz, é preciso ter coragem para enfrentar o tabu de que não se deve falar em Forças Armadas. Isso se impõe para engrandecimento dessas instituições e para exaltação de uma carreira que, como tem dito o General Andrada Serpa, não serve aos que buscam o enriquecimento, pois exige desprendimento, patriotismo e idealismo. Sobretudo respeito à lei, à Constituição livremente votada pelos representantes do povo, a que juram todos. O Exército não pode ser reduzido à condição de guarda pretoriana, no divórcio com a nação, para satisfação do interesse de alguns. Não pode ser degrau para obtenção de cargos ou posições políticas. E muito menos de instrumento para o enriquecimento ou o poder despótico de uma minoria!

A manipulação de promoções fere a dignidade da profissão e da vocação militar. Centenas, milhares de oficiais são alcançados pela lei e têm suas carreiras encerradas enquanto outros obtêm promoções impossíveis, pela burla da lei e, portanto, atos injustos que talvez cercem vocações autênticas. Quanta descrença e quanto mal disso há de decorrer em detrimento do interesse maior da Pátria!

É preciso questionar que Marinha, Aeronáutica e Exército gastem quantias vultosas no preparo técnico de oficiais, custeando-lhes sofisticados cursos no Exterior, logo vitimados pela expulsória, sem que possam retribuir à corporação a que pertencem o que aprenderam, servindo ao Brasil!

Acima de tudo, é preciso pôr a limpo se é exato que as Forças Armadas, especialmente o Exército, não admitem eleições diretas, que têm na conta de características dos povos livres; não permitem, o término do *statu quo*; não aceitam que o Legislativo delibre livremente sobre o que é de sua exclusiva competência; que impõem limitações diversas, sob pena de fechamento do Congresso ou adoção de outro Ato Institucional.

Em nada disso creio, pois estou convicto de que as Forças Armadas são tão vítimas quanto nós, políticos, e toda a nação, da manipulação hábil e inescrupulosa do poder por grupos de homens ambiciosos que têm logrado se aproveitar do movimento de 64 para sucessivos desdobramentos que nos impuseram o descaminho, para sua própria preservação no poder e na impunidade. São estes os responsáveis pela corrupção que inunda o País e pela ruína a que chegamos. Pela desmoralização interna que tão maléfica nos é.

Quem, Sr. Presidente, nas Forças Armadas, no Exército ameaça o General Figueiredo — como tão monotonia se diz e este dá a entender, ao aludir a suas limitações — caso proponha o pleito direto para sua sucessão? Quem está disposto a fechar o Congresso Nacional se este deliberar pelas eleições diretas já?

Que tudo isso seja esclarecido!

O Ministro Walter Pires tem sido rápido ao secundar posições políticas do General Medeiros. A imprensa o

aponta como dos mais bem informados sobre questões políticas. Por que, Chefe do Exército, não esclarece essas ameaças inaceitáveis? Ainda mais que seu nome é sempre invocado, a fim de dar a muitos a credibilidade desejada.

Se tais ameaças, notícias e incessantes rumores são autênticos, que se assuma a responsabilidade histórica de se opor à vontade nacional; de aniquilar o que nos resta de instituições, sob essa colcha-de-retalhos que uma Junta Militar nos impôs como Constituição e tantas vezes violada! Que se assuma, de vez, a responsabilidade histórica de sustentáculos da corrupção, da falência interna e externa; da alienação de nossa soberania e reduzam, se o puderem, este País imenso e rico à arcaica condição de republiquetas; submetam um povo que expressa com firmeza seus sentimentos à escravidão! Preferível isso à impostura sob a qual nos vêm empurrando para o desastre. Assumam as responsabilidades e, assim, as consequências da violência, pois cremos firmemente que o Brasil é muito melhor do que pensam os que o vêm destruindo!

A inerente insanidade que existe no continuísmo leva ao abandono dos problemas reais do País. Enquanto o Planalto conchava, custo de vida, recessão, escândalos, desemprego e fome vão gerando a subversão que poderá vir a tragarnos, pelo desespero popular.

Essa a grande preocupação de todos que têm responsabilidade e que já é nítida no Exterior, conforme exibe a imprensa internacional. Há algumas semanas, a revista *Senhor* transcreveu páginas do *The Economist*, órgão dos mais bem informados, condenando os "generais brasileiros" por sua teimosia em impedir eleições diretas, necessárias à legitimação do poder e, portanto, da autoridade. Verberando a cegueira com que pretendem que o mais poderoso e rico país da América Latina seja o único a não escolher livre e diretamente seus dirigentes. Condenando tudo isso, revela que os próprios banqueiros internacionais anseiam pela redemocratização, para que o Brasil readquirá credibilidade. Por que a essas acusações não respondem chefes militares tão rápidos ao ameaçar com processos autores de mínimas críticas?

Mas, enquanto isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Palácio do Planalto conspira, manipula e faz conchavos. Tão grande o pandemônio que os problemas brasileiros não têm vez para exame. Mais grave do que o endividamento externo talvez seja o endividamento interno; o desmoronamento do sistema financeiro do BNH, nele vinculado o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço de milhões de trabalhadores; a ruína da Previdência Social, consumindo recursos sempre maiores, extraídos dos assalariados e que ora se quer multiplicar com a exploração do vício, a que já se comprometeu o General Figueiredo, conforme declarou o Ministro Passarinho. Da próxima vez, ao jogo-do-bicho e aos cassinos se juntará a exploração do lenocínio e dos tóxicos!

Mais grave do que a dívida externa são os sinais de que a PETROBRAS, abandonando a pesquisa, vem aumentando a produção à custa de métodos semelhantes aos utilizados na gestão Janari Nunes, colocando em risco a segurança nacional, pelo esgotamento de reservas. Tudo isto sem contar a ação criminosa de setores de sua administração que, seja por sabotagem, seja por corrupção, despreza o controle de qualidade e coloca em risco a população que se agrupa em torno de suas tubulações urbanas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos sabemos que não há negociação, mas mera armadilha montada pelos que conspiram a reeleição. E nela não há de cair a Oposição.

Infelizmente, e falo referindo-me às Oposições, já surgiu episódios de indisciplina e dispersão, de clara infidelidade a uma luta de vinte anos. É a entrevista do Sr. Roberto Gusmão, em linguajar que nos recorda inclusive a extinta ARENA.

A farsa da negociação engambela alguns, ilude outros e agita a muitos nas oposições. São prenúncios de dispersão e divisão que precisam ser discutidos rápida e pro-

fundamente. Acredito que o governo não logrará êxito em sua pretensão de tornar o PMDB cenário para o que fez com seu próprio partido, adotando, e eu quero me referir, exatamente, à estratégia que muitos tentam impor às Oposições, ao não costurarem posicionamentos aos acontecimentos que o Governo vem trazendo, de vez em quando, para uma discussão que visa confundir sempre mais. Pretendo alinhá-las para mostrar o crime que as Oposições cometem se, ao invés de procurar o caminho que a população já determinou, acabarem aceitando esse entendimento a essa conciliação que, historicamente, neste País, nunca se fez em partes iguais, sempre foi imposta por setores de pôlos dominantes, cooptando setores até das camadas populares com lideranças, em troco de algumas benesses, fugindo de definições e de soluções definitivas para a maioria da população marginalizada.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^e me permite uma ligeira observação?

O SR. JAISON BARRETO — Rapidamente, porque agora que entro realmente no assunto.

O Sr. Benedito Ferreira — Vou ser muito breve. Eu perdiria a V. Ex^e que refluísse, desse último seu conceito, porque realmente não desejo para o Brasil, sobretudo agora que estamos marchando celeremente para chegarmos a um regime democrático efetivo no Brasil, que tenhamos no maior partido de Oposição, uma instituição que anda a reboque da opinião pública. V. Ex^e está dizendo que a população determinou ao partido; eu tenho a impressão, nobre Senador, salvo que tenha que rever meus conceitos sobre liderança, que líder não anda a reboque da opinião pública. Se ele conduz a opinião pública, ele anda na vanguarda daquilo que mais convém à opinião pública e não aos momentâneos anseios, muitas vezes objeto de manipulações espertas e inteligentes, como sói ser o caso das eleições diretas levadas a efeito pelo próprio partido de V. Ex^e, e agora V. Ex^e coloca já a reboque da vontade popular.

O SR. JAISON BARRETO — É uma discussão encantadora essa da concepção gestáltica de liderança, e numa outra oportunidade discutiria com V. Ex^e Mas o conceito de liderança de V. Ex^e está completamente equivocado. Isso é próprio de ditadores e predestinados, os que entendem que podem comandar, arranjar e escrever os destinos dos seus respectivos povos. Um partido político, que pretenda servir ao interesse maior da população, há que ouvi-la, por isso discordamos da proposta de V. Ex^e. Nunca as oposições estiveram tão identificadas com os destinos do País como quando aceitaram o que vai lá fora. Nunca estiveram tão identificadas com a sua aspiração, com seu sentimento, com o seu objetivo, como quando ouviram a Igreja, a Ordem dos Advogados, os sindicatos, todas as camadas da população fiamando por democracia.

O Sr. Benedito Ferreira — Não, mas a Igreja que V. Ex^e...

O SR. JAISON BARRETO — Por isso é que ao contrário de V. Ex^e, que acredita em iluminados e predestinados, evidentemente, a conduta é outra. Há que se fugir do que a sociedade propõe e procurar caminhos; só que, geralmente, e sempre definitivamente, esses caminhos não têm nada a ver com os interesses da maioria.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^e, mas é que a Igreja a que V. Ex^e se reporta é exatamente aquela igreja que não guia nem orienta, também que anda a reboque da opinião pública. Realmente a Igreja a que V. Ex^e se refere...

O SR. JAISON BARRETO — Refiro-me a todas as igrejas.

O Sr. Benedito Ferreira — ... a igreja de passeatas, essa igreja a que V. Ex^e se reporta realmente...

O SR. JAISON BARRETO — Há hoje unanimidade entre as igrejas.

O Sr. Benedito Ferreira — ... não é aquela igreja que se preocupa com o espiritual, mas sim com o temporal.

O SR. JAISON BARRETO — V. Ex^e está fazendo uma opção muito agradável em tempos anteriores, quando a Igreja se colocava a serviço da classe dominante.

O Sr. Benedito Ferreira — Não, Ex^t, não.

O SR. JAISON BARRETO — Como agora a Igreja está ajudando a libertar por dentro o homem brasileiro, V. Ex^e, evidentemente discorda e até a condena.

O Sr. Benedito Ferreira — Essa é a condenação injusta do progressismo.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Os Srs. Senadores que desejarem apartes devem solicitá-los e o orador os concederá ou não.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^e um breve aparte, nobre Senador?

O SR. JAISON BARRETO — Pois não, Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Quero apenas dizer que nós, da Oposição, nos orgulhamos de estar a reboque da opinião popular, porque no nosso Partido não existem ditadores, existem líderes, e os líderes traduzem a opinião popular, e não conduzem a opinião popular. Os líderes morrem pela vontade popular, e os ditadores fazem com que o povo morra pela sua vontade. Essa é a grande diferença.

O SR. JAISON BARRETO — Continuarei e, agora, entro exatamente, na análise de como, no meu entender, no meu enfoque, as Oposições acabam incorrendo em riscos, desencantando a opinião pública e não encontrando os caminhos capazes de tirar o País da crise e do impasse.

Para essa análise, é preciso que me coloque na posição de expectador ou, mais precisamente, de eleitor. Então deparamos com um universo de posições conflitantes que submetidas a uma ordenação racional nos indicaria uma estratégia, com adoção de táticas diversas com a finalidade de se alcançar a solução do complexo e difícil problema brasileiro.

A estratégia seria a conquista do poder. Ou em última hipótese o desmonte do regime ditatorial que perdura há vinte anos e se acha esgotado.

As táticas são diversas, apresentando flagrantes contradições. Tentemos enumerá-las:

Considerando que a origem de nossos males se situa na ilegitimidade do poder, o objetivo a alcançar é o das diretas já. Esta é a única forma segura e autêntica de se legitimar o poder, pois implica na transferência natural e direta ao povo brasileiro do direito de escolher seu dirigente máximo. Através das diretas já alcançaríamos, inequivocável e imediatamente a legitimidade e, com esta, aberto estaria o caminho para um governo com a necessária autoridade para enfrentar os incontáveis problemas brasileiros, inclusive, e talvez sobretudo, no tocante a negociações externas.

Mas, a partir da aceitação da impossibilidade das diretas já, "vetadas" pelo Presidente da República, sob o argumento de que seu "pano de fundo" não as admitem e não lhe permitem trilhar por esse rumo — surgem as negociações.

Setores diversos, que podem ser centralizados nos Governadores da Oposição, afirmam a necessidade de flexibilidade e realismo, de senso pragmático que nos permitem aceitar a limitação imposta ao próprio Presidente da

República — reconhecido por ele — e, assim, partir para negociações, à busca de um mínimo de entendimento em torno da sucessão presidencial.

Tudo com aparente precisão lógica.

Resta que do Governo venha clara, nítica, inofensível proposta de entendimento, em nome do qual surgiu a vasta emenda constitucional remetida ao Legislativo.

Verificamos aqui que o entendimento se divide em duas etapas:

Fixação de pontos mínimos, controversos que, alcançando algum consenso, possibilite a aprovação de substitutivo à emenda presidencial;

E o que é mais importante e decisivo: revelação do nome em torno do qual se armará o entendimento e conciliatório. Aqui o ponto mais obscuro de toda a operação, em torno do qual está estabelecida enorme confusão pela proliferação de nomes e o despertar de ambições, com a reserva ainda do misterioso quinto nome.

Esta etapa — que o noticiário da imprensa vem insinuando poderá vir a reduzir-se na disputa Aureliano x Maluf ou Tancredo x Maluf — constitui autêntica bolsa de apostas proposta aos políticos e ao povo.

Da tática das negociações decorre também a consciência de participar ou não do Colégio Eleitoral — um dilema dilacerante para as oposições.

É por demais notório que o Colégio Eleitoral é espúrio em sua origem e teve essa característica exacerbada pelo longo processo de Leitão em torno da sucessão e pelo envelhecimento desta invenção do último pacote do Governo Geisel.

Participar de um processo espúrio e já condenado pela Nação inteira, é a pergunta que todos nós fazemos. Evidente que a razão nos leva à conclusão de que as oposições não devem participar de jogo viciado e de mancha incontornável oriunda de sua própria origem.

Mas, há a "flexibilidade", o "bom senso", o "realismo" e coisas assemelhadas que não podem ser esquecidas pelos políticos. Portanto, advém a possibilidade da participação desse Colégio Eleitoral, condição necessária ao entendimento que permita solução aceitável para o País.

Aceita essa participação, ela se desdobra em dois novos dilemas:

Ir ao Colégio Eleitoral com candidato próprio, unidas as oposições e de forma a obter o mínimo necessário de aceitação no Partido do Governo; ou ir ao Colégio Eleitoral para convalidar a vitória de candidato situacionista.

Na hipótese de candidato próprio, surge a candidatura Tancredo Neves. Para a outra hipótese temos as candidaturas Maluf, Andreazza, Aureliano. Evidente a preferência pelo último, por ser um nome em torno do qual se poderá alcançar o mesmo mínimo de entendimento em nome do qual vem-nos a candidatura Tancredo Neves. A disputa já se limitaria à dupla Tancredo-Aureliano.

Mas esta simplificação é ainda perturbada, mortalmente, pelo fantasma do quinto nome. Em torno deste continua o mistério, mesmo que tantos nele venham identificando o General Figueiredo, capaz de decretar uma moratória, propor constituinte em 1986 e outras medidas, importantes e fundamentais, só na "aparência", pois no fundo são táticas de ibope, mas que, no entender dos estadistas, dos não puristas e dos não sonhadores, encontraria e permitiria uma saída para o povo brasileiro.

A negociação implica ainda na apreciação da solução mandato-tampão. Por mais inconveniente que seja a ideia, a começar pela fragilidade do Governo que assim se constituiria, a flexibilidade e o realismo de um lado e, de outro, a gravidade da situação brasileira novamente nos impõem admitir a hipótese.

Aceito o mandato-tampão haverá que decidir qual o nome a surgir para viabilizar esse entendimento. De logo a lógica impõe o nome do próprio General Figueiredo: Mas este foi agraciado pelo mais longo mandato presi-

dencial de nossa história e, por razões que não interessa apreciar, sofreu profundo desgaste de opinião pública. As pesquisas mostram ser ele repelido com energia. Mas, há que examinar a possibilidade de sua recuperação, desde que adote aquelas medidas a que há pouco me referi — mudanças na composição de seu desmoralizado Governo — e, sobretudo, adote decisões políticas de envergadura, como mudança no modelo econômico, a ser iniciada com a moratória para o pagamento de juros etc., de nossa dívida externa.

Tal recuperação não se dando, para o mandato-tampão teremos que procurar o candidato entre todos os nomes já ventilados. Sem fechar, porém, a possibilidade do surgimento de nome novo, pois este pode ser melhor do que todos os já ventilados. E assim continua a estratégia das Oposições.

Na hipótese de recuperação do General Figueiredo ou na de fracasso na busca de nome que o substitua, temos a solução mais repugnante, mas que o realismo político não deixa dúvidas ser a mais fácil, rápida e pacificadora: a prorrogação geral dos mandatos. Essa é a lógica que se situa em torno do próprio Presidente da República. No entanto, é preciso, mais uma vez, "flexibilidade" e "realismo" para admitir até mesmo a prorrogação com a eleição de outro presidente para o mandato-tampão. A fragilidade e até mesmo ilegitimidade inherentes à hipótese podem ser contornadas pelo entendimento político-partidário e pela adoção de uma plataforma mínima que assegurasse o mínimo de confiança necessária.

Desde que as Oposições disputam as eleições — diretamente ou indiretamente — há que considerar as possibilidades de derrota.

Derrotada em pleito direto, encontraria compensação suficiente na pregação que realizaria no decorrer da campanha, quando plantadas seriam sementes que frutificariam mais tarde.

Vencida em pleito indireto, a situação da Oposição seria mais difícil. Mas não se pode menosprezar a contribuição dada para imposição de nome mais digerível. E afinal o "terrorismo", a ameaça com o nome Paulo Salim Maluf. E abertas estariam as portas para um Governo de conciliação interpartidário.

Como ponto final dessa estratégia, há que apreciar as possibilidades das Oposições negociarem com os Srs. Maluf e Andrade.

A "flexibilidade" e o "realismo", palavras que são marteladas reiteradamente para que todo mundo aceite o diálogo e a conciliação sob pena de ser taxado de radical e intolerante, mais uma vez em instante tão grave como o que vivemos, impõe às oposições o dever de tudo fazer para que o governo Maluf ou Andreazza tenham condições para enfrentar, com um mínimo de acerto, os inúmeros problemas que sacrificam e já revoltam o povo, ameaçando o futuro brasileiro. Devemos, desde logo, dentro dessa ótica de capitulação em capitulação, cuidar da possibilidade de entendimento que nos permita participar do Governo Maluf ou Andreazza, a fim de que este não navegue à deriva. As Oposições não poderão deixar de ter o patriotismo necessário para explorar as possibilidades de um governo de conciliação chefiado por Maluf ou Andreazza e, assim, dar sua participação para a superação da ameaçadora crise que nos envolve.

Estratégia e táticas que, com habilidade e astúcia política, assegurarão às Oposições contribuir, em qualquer hipótese, para o bem-comum, a salvação do País — repudiado o radicalismo que poderia infelicitar o País, levando-o ao desconhecido!

Trágico! Mas tem sido esta a conduta das Oposições em nosso País, condicionadas pelos fatos que se sucedem. Fatos que são "criados" e jogados à discussão, para confundir a opinião pública, desmobilizar o povo, atrair os Partidos, para que se percam em projeções, conciliábulos que nada têm a ver com a real saída do impasse que a Nação atravessa.

O Sr. Fabio Lucena — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JAISON BARRETO — Permito o aparte a V. Ex^e.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Jaison Barreto, não quero eu posar de Zoilo, criticando Homero, em absoluto. Mas, há um trecho em seu discurso que parece mérerecedor de um pequeno reparo. Diz V. Ex^a: “tão grande a repulsa ao continuismo, que a ditadura instaurada no Brasil, de imediato, repudiou criando-se o slogan: ‘Continuidade sem continuismo’. Nenhum dos generais premiados com a Presidência ousou ceder à tentação, por mais que esta o cercasse”. Em realidade, já temos dois exemplos de aceitação da continuidade. O primeiro foi a prorrogação do mandato do Marechal Castello Branco. No dia 15 de abril de 1964, o Marechal Castello Branco declarou, em seu discurso de posse, que não passaria um só dia no Governo além do previsto pela Constituição. No entanto, o Marechal não só aceitou a prorrogação do seu mandato pelo período de um ano, como manipulou o Congresso Nacional, no sentido dessa prorrogação. O segundo exemplo é o do General Figueiredo. O General Figueiredo, nomeado para substituir o General Geisel, deveria dispor de um mandato de cinco anos, antes do “pacote de abril”. Mas, com o “pacote de abril”, o Presidente Geisel prorrogou, de cinco para seis anos, o mandato do General Figueiredo. Então, o General Figueiredo já é um continuista, já teve o mandato prorrogado e o que Sua Exceléncia pretende agora é a usurpação do poder. Quanto à alegação de S. Ex^a, o nobre Senador Benedito Ferreira, de que o povo brasileiro deu apoio ao PDS, com maioria no Colégio Eleitoral, temos um recente exemplo do apoio popular ao PDS; nas eleições realizadas em Santos, domingo passado, o PDS obteve 3% dos votos, menos do que os votos em branco que foram 4,1% e menos que os votos nulos, que foram 4,3%. Veja V. Ex^a quanto apoio popular tem esse Partido.

O SR. JAISON BARRETO — Lembra bem V. Ex^e erros cometidos no passado, que tendem a se repetir; a repulsa popular a esse tipo de manobra e a condenação formal ao Partido que até agora tem servido de sustentáculo político ao regime ditatorial.

Na verdade, Sr. Presidente, com esse quadro, que não é novo, que não inventei, e que apenas alinhavei para mostrar a sucessão de equívocos e a falta de segurança com que as oposições estão se posicionando perante os problemas brasileiros, é natural a perplexidade que corre, não só a sociedade brasileira, mas que invade as estruturas partidárias, por falta de entendimento real da crise nacional, dos desacertos cometidos e das causas geradoras de todo este infortúnio. Por isso é que trouxemos essas preocupações à tribuna do Senado, para, pelo menos, protestar e alertar os Governadores do meu Partido que, por mais atribulados que estejam pelas suas dificuldades na gestão da coisa pública, não podem e não devem tentar impor ao Partido soluções e orientações

que não competem a eles dar. Se há alguma coisa de pernicioso e de ruim, neste momento da vida brasileira, são os Governadores com atribuições e com preocupações outras que não a conduta das políticas que os Partidos devam assumir, porque cercados de alguma maneira, porque, de alguma maneira, impedidos de assumir atitudes que só os quadros partidários podem tomar, acabam induzindo as direções partidárias a negarem, por exemplo, aquilo que considero lamentável, que o nosso partido, que o PMDB não possa convocar uma convenção nacional para ouvir os seus militantes, para ouvir as suas bases partidárias, para ouvir a população, e assuma postura de avestruz, procurando protelar decisões que compete ao partido tomar e não aos governos estaduais, negando-se a discutir aquilo que no entender deles, possa dividir, mas que eu acho que acabará por unir, porque a verdade desune aqueles que têm ambições menores. A verdade e as necessidades acabarão por unir aqueles que

têm bons objetivos, respeitáveis e eticamente defensáveis.

Por isso é que nós fazemos um apelo que não fica só aos governadores do PMDB, mas às lideranças partidárias de todos os partidos, para que cumpram aquilo que a Nação está cobrando de nós: postura firme, resistência. Esse governo, depois de vinte anos, não mais existe; simplesmente, estertora ainda nos últimos miados de gato, à procura de se reciclar, ganhando tempo e protelando. Compete esse entendimento às lideranças partidárias, pois se o doloroso processo de reativação da mobilização popular, que só ficou limitada e diminuída, fruto, mais uma vez da debilidade do comportamento das lideranças partidárias e dos governadores de Estado que não cumpriram aquilo que nós dizíamos, já nos últimos dias da campanha pelas diretas, que a guerra não acabaria dia 25, mas que continuaria, posteriormente, porque isto é um desejo inquebrantável inalienável do povo brasileiro de ter as suas eleições "Diretas Já".

Por isso é que deveremos ter esse entendimento, repito, no que compete ao doloroso trabalho, à dura tarefa de reconquistar a credibilidade que perdemos todos nós. Quando começarmos tentar a negociar e negociar mal, nessa procura desenfreada dos palácios, nessa proposta que não são, eu sei, das lideranças melhores, mas de alguns afoitos que sempre negociaram em benefício próprio e que começaram a dar a entender, lá fora, que nós estávamos traíndo os anseios reais da população, de que estávamos por trás dos panos, ou por baixo dos panos, como diz a sabedoria popular, negociando coisas que não tinham nada a ver com os reais problemas da população.

O povo, repito, não está desmobilizado. Está perplexo, desorientado e abandonado por suas lideranças, e se não correspondermos à fé que sempre depositou em nossa legenda, nada lhe restará senão desespero e revolta, do qual tantos prenúncios vemos quase todo dia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, claro que estamos numa encruzilhada. Tornou-se evidente o dilema que o povo há muito identificou e cuja solução real exige. Teremos eleições diretas, como a Nação reclama ou permaneceremos no golpe. Ou se legitima o poder através do pleito direto, ou prosseguiremos no descaminho da ilegitimidade, geratriz da irresponsabilidade. Este o dilema que o povo quer romper e, não temos dúvidas, romperá de uma forma ou de outra. Estamos convicto de que ninguém, força alguma conseguirá manter o quadro atual de ilegalidade e, sobretudo, de miséria, em que crianças morrem de fome e a insegurança se estabeleceu nos lares da classe média, arruinada pela queda constante do salário real — uma das numerosas consequências de uma concepção de política econômico-financeira que desconhece o social e, por isso, resultou no imenso desastre atual, na ruína econômico-financeira. A mudança se impõe sem tardança, até mesmo por razões relativas à própria unidade nacional.

Nosso problema é o de prosseguir na luta. Nada temos com a confusão e a luta intestina dos donos do poder e que poderá se agravar, desde que o comedido e bem informado jornalista Carlos Castelo Branco, em sua coluna de dias atrás, desfez o mistério em torno do quinto nome, revelando ser ele, o próprio General Figueiredo. E, com isso, não surpreendeu a ninguém!

Não há porque esperar que dos atuais dirigentes do País possa vir qualquer gesto de grandeza, à busca sincera e honesta de entendimento que concilie e permita o imediato exame dos problemas que comprometem nosso futuro próximo. Nada há a esperar infelizmente, deste Governo, inclusive porque o General Figueiredo já se ocupa de novos passeios por países europeus, no seu insaciável afã turístico.

Sr. Presidente, abandonando, como fez, o juramento no qual o povo acreditou, pela invocação da memória de

seu pai, o General Figueiredo poderá gabar-se de muito. Mas a História lhe será implacável.

Ou assume Sua Excelência a responsabilidade do cargo que ocupa e convoca eleições diretas já, como sabe ser o mais vivo anseio da população, ou terá julgamento o mais severo da História, até mesmo ao confrontar-se seu Governo com a vida de seu pai.

Deixemos com o General Figueiredo o dilema de golpear ou não. De reeleição ou continuismo sem ele. Que desfrute do poder e mais agrida o povo.

Nós da Oposição, cuidemos de nossa luta, convocando o povo para a batalha decisiva, que nos proporcionará, a despeito de todos que manobram em contrário, a eleição direta já para escolha de um Presidente da República comprometido com a legitimidade e, assim, a reinstitucionalização democrática do Brasil. Outro não há de ser o futuro de um país que merece muito melhor sorte do que a que lhe vem sendo imposta por um sistema ditatorial corroído pela divisão e apodrecido pela corrupção!

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JAISON BARRETO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^e, nobre Senador Jaison Barreto, coloca o problema no seu exato lugar, faz um discurso, nesta tarde, da maior importância para todos os Partidos, mormente para nós, da Oposição, e chama a atenção para a seriedade do momento e com que seriedade de nós, da Oposição, devemos enfrentá-lo, porque nestes 20 anos, em que temos observado a implantação de um regime ditatorial autoritário, que não quer largar o Poder de jeito algum, e quer o continuismo, o que nós verificamos foi o estabelecimento do caos, econômico, do caos político e, agora, só falta o caos explícito, porque implicitamente esta Nação já está num estado caótico, ninguém mais se entende, ninguém mais sabe o que os homens deste Poder estão querendo fazer desta Nação. Portanto, congratulo-me com V. Ex^e quando defende o ponto de vista exato em que devem se colocar as Oposições. Não se trata de nomes, não se está contra nomes de pessoas, quer candidatos presidenciáveis, da Oposição ou da situação, através de acordos, de conchavos. Estamos coerentes com os nossos princípios que defendemos, há vinte anos, desde que se perpetrou o golpe político-militar, em 1964, nesta Nação, e que se apelidou de Revolução. Nós estamos contra todos aqueles princípios de exceção e os casuismos que foram estabelecidos, durante estes longos, anos, por este Sistema que aí está e que quer continuar. Portanto, nós estamos contrários a aqueles princípios que foram estabelecidos de eleger, à revelia do voto popular, os representantes máximos da Nação. Nós queremos que o povo volte a escolher, pela sua vontade livre, através do voto livre, direto e secreto, o Presidente da República. É uma questão ética, é uma questão moral das Oposições. Não podemos compactuar com um Colégio Eleitoral ilegítimo que aí está, fabricado de quatro em quatro anos, para eleger cada Presidente, desde 1964. Quando o Presidente Castello Branco foi eleito, pela primeira vez, da maneira indireta, não o foi pelo Congresso Nacional mas por um Colégio eleitoral adredeadamente preparado. Por quê? Porque muitos parlamentares, Deputados e Senadores que haviam sido eleitos, livre, direta e legítimamente pelo povo, foram cassados, sendo convocados suplentes de até 150 votos para eleger o Sr. Castello Branco. Portanto, não era o Congresso Nacional que estava elegendo, àquela época, o Sr. Castello Branco, era um Colégio Eleitoral espúrio, também, porque não representava a vontade expressa do povo nas urnas. Tinha sido uma vontade escamoteada pelo golpe que tinha sido dado na face da Nação. Com o Sr. Costa e Silva a mesma coisa, foi um Colégio Eleitoral e não foi o Congresso Nacional que o elegeu, porque nós, àquela é-

poca, estávamos na Câmara dos Deputados e não participamos da eleição. Nós nos recusamos a participar daquela farsa da eleição do Sr. Costa e Silva. Em 1968, fomos cassados e ficamos dez anos e mais quatro ausentes do Congresso Nacional. Portanto, ao voltar para o Congresso Nacional, agora para o Senado da República, mantemos a nossa coerência, porque o nosso ponto de vista é moral, um ponto de vista ético, e não pragmático. Não queremos ser puristas, absolutamente. Mas, é uma questão de princípio nobre Senador, e V. Ex^e defende com muita galhardia, nesta tribuna, o ponto de vista daqueles que não comparecerão, em hipótese alguma, ao Colégio Eleitoral. Não aceitamos a assertiva do Líder do Governo quando, num discurso, há alguns dias, a propósito da eleição, quando encaminhava a votação da Emenda Dante de Oliveira, insinuava que as Oposições estavam contra, agora, o Colégio Eleitoral, mas que depois as Oposições iriam comparecer ao Colégio Eleitoral, pois que eles tinham até candidatos para isso. Quero dizer que não falo em nome de toda a Oposição, mas em meu nome pessoal e em nome dos homens de vergonha da Oposição, que não comparecerão ao Colégio Eleitoral para legitimar candidato, porque, como dissemos, se o Colégio é espúrio, é ilegítimo para eleger Presidente da República, candidatos da Situação, do Governo, ele também é ilegítimo, é espúrio para eleger qualquer outro candidato. Portanto, a Oposição não tem que apresentar e nem negociar candidato para compactuar com essa irregularidade. Portanto, estou inteiramente de acordo e solidário com V. Ex^e, não compareceremos ao Colégio Eleitoral, em hipótese alguma, mesmo que custe o nosso mandato.

O SR. JAISON BARRETO — Agradeço, nobre Senador Mário Maia, as colocações de V. Ex^e que reforçam as preocupações que as Oposições...

O Sr. Mário Maia — O único Colégio Eleitoral legítimo que nós reconhecemos, é a vontade do povo brasileiro em eleições livres, diretas e secretas. Este é o Colégio Eleitoral que nós respeitamos, fora dele tudo será negociação espúria e que não poderemos acatar com o mínimo de princípio cívico que aprendemos ao longo de nossa existência.

O SR. JAISON BARRETO — V. Ex^e me ajuda a esclarecer o entendimento de que as Oposições não se negam a um entendimento, a uma conciliação que não tenha o ranço oportunista de outras conciliações que já foram feitas, neste País, e que acabam implicando em capitulação, em concessões ao interesse da classe dominante, que sempre insiste em nos oferecer saídas para eles próprios, menos para os graves problemas que afligem a Nação. Por isso, é preciso desmistificar este termo, esclarecê-lo, purificá-lo para que possamos ter um entendimento alto, mas respeitado lá fora, do Parlamento do Congresso Nacional. É inaceitável que as Oposições, equivocadamente, procuram associações ou alianças com setores que impedem mudanças neste País. As Oposições são mudancistas na essência; são 20 anos de pregação a favor de mudanças, e esse tipo de aliança que ela está procurando, através de setores que não representam senão o passado deste País, e os altos interesses de grupos financeiros, inclusive internacionais, levarão inexoravelmente as Oposições ao descrédito junto à opinião pública. Essa conciliação é excludente, no nosso entender. Se nós, do PMDB, nós, as Oposições, falamos em conciliação, se o Presidente, fala em conciliação, se a sociedade toda fala em conciliação por que não sai conciliação? Não sei, exatamente, porque a conciliação que a Nação entende necessária, para poder não continuar penalizando a população, penaliza os setores que se aproveitaram do regime autoritário nestes últimos 20 anos. E são muitos desses setores que se aproveitaram indevida-

mente de recursos da Nação, o que estão, de alguma maneira, reclamando do Governo porque, são agora atingidos por políticos que, de alguma maneira, é verdade, acabam por cortar privilégios. Mas, cabe às Oposições, com clarividência e com competência, fazer o único tipo de aliança que é eticamente defensável, com os setores democráticos do PDS, com homens realmente comprometidos com mudanças verdadeiras, que existem para felicidade desta Nação, para que se consiga a grande conciliação nacional sem aspas, essa sim, capaz de retomar o ritmo de desenvolvimento que a Nação está a exigir; solucionar problemas que estão implícitos a essa campanha de eleições "Diretas Já"; a vergonha do BNH, a necessária e absolutamente indispensável intervenção no setor financeiro, por isso mesmo excludente de apoio de banqueiros junto com essa frente que nós queremos para redemocratizar o País.

Com a imediata intervenção também na Previdência Social, que está falida, que é foco de intransqüilidade para a classe trabalhadora, e que está também vinculada ao problema das "Diretas Já", e que só sofrerá uma nova reorientação se os acertos e as alianças que as Oposições fizerem na negociação das diretas, forem feitos com os setores progressistas do PDS, e não com aqueles que acabaram por levar a Previdência Social à falência, pela politicagem, pela prática política partidária, pela convivência, pelo esbulho, pelas aposentadorias falsas e frias denunciadas pelo Ministro Jarbas Passarinho.

Por isso é que nós, da Oposição, que queremos o diálogo, queremos o entendimento e a conciliação, defendemos que não cabe às oposições participar do Colégio Eleitoral, e que as alianças necessárias, para permitir a redemocratização do País, se façam com os setores regenerados do PDS e da classe dominante, para não ficarmos desmoralizados.

O País agüenta tudo — nós temos já afirmado — agüenta o Governo Maluf, agüenta o Governo Andreazza, agüenta tudo, mas não agüentará um País sem uma Oposição respeitada, uma Oposição que ofereça uma alternativa, porque o Sr. Maluf, o Sr. Andreazza, ou quem quer que seja, nós encontraremos forças para ultrapassá-los, mas, sem perspectiva, é o caos e a convulsão social.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JAISON BARRETO — Concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Gastão Müller — Senador Jaison Barreto, na Liderança do PMDB, primeiramente quero me congratular com V. Ex^e pelo notável discurso que pronunciou esta tarde, como é de costume de V. Ex^e, e, em segundo lugar, que vou comunicar-me com o Senador Humberto Lucena, que é o Líder, de fato, de nossa Bancada, para que ele roube um tempo da sua atividade, que será muito útil, para que leia o seu discurso, porque o pronunciamento de V. Ex^e define posições, aliás quase todas conhecidas, mas que define posições e orientações para o nosso Partido. De modo que eu pediria ao Senador Humberto Lucena que lesse com atenção o discurso de V. Ex^e, porque ele não pôde ouvi-lo, como seria de seu desejo. Daí por que pediu-me que ficasse, aqui, na Liderança, como Vice-Líder em exercício. Fico, aqui, meio nervoso, quando vejo afirmações como a do meu amigo, Senador pelo Acre, Mário Maia. Nós não vamos ao Colégio Eleitoral; tudo bem. Então, fico pensando aqui comigo que se trata de uma posição pessoal. Mas aprendi, desde que entrei na política, em 1945, quando era jovem, esperançoso, que uma das coisas mais importantes da vida política é a disciplina partidária; e aprendi, também, que o poder soberano de um partido político chama-se a Convenção. Então, eu perguntaria ao meu caro Senador Mário Maia: se a Convenção do PMDB deliberar, por maioria, que se deve ir ao Colégio Eleitoral, qual a posição de S. Ex^e?

O SR. JAISON BARRETO — Eu entraria como intervidente, nessa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro ao ilustre orador que o tempo de S. Ex^a está esgotado.

O SR. JAISON BARRETO — ... e permitiria, evidentemente, até pelo chamamento que foi feito ao nobre companheiro, Senador Mário Maia, mas temos quase que certeza de que o Partido não cometerá esse suicídio. E por isso mesmo a nossa preocupação em alertar, não só aos bravos militantes do PMDB, os Senadores e Deputados, para essa discussão que vai se extravasar e percorrer todas as bases partidárias da Nação toda, e que vai nos deixar numa posição, realmente, de muitas dificuldades.

Então, ouvirei agora o colega, para encerrar, apelando ao nobre Presidente que o permita.

O Sr. Gastão Müller — Eu pediria permissão para que o Senador Mário Maia, então, desse uma explicação.

O Sr. Mário Maia — Então, com a permissão da Mesa e do orador...

O Sr. Gastão Müller — E peço a explicação para não ficarmos matutando, como diz o caipira de Mato Grosso, sobre essa posição.

O Sr. Mário Maia — ... responderei, com toda a elegância, com toda tranqüilidade, a pergunta. Eu me considero um disciplinado, e talvez por causa dessa disciplina, primeiramente não só com o meu Partido, mas principalmente com a minha consciência e coerência política, é que talvez eu tenha sido cassado em 1968. De modo que eu preferi ficar com a minha consciência a ficar intransquilo, porque como diz Guerra Junqueiro, no seu grande poema *A Caridade é a Justiça, a consciência é a espí^a de Deus dentro de nós*. Prefiro estar tranqüilo, com a minha consciência, do que, depois, intranqüilo com ela, e tranqüilo com as instituições que, às vezes, no momento, não corresponderam ao ideal que desejamos. Mesmo porque, nobre Senador Gastão Müller e acho que todos se consideram assim — nós não somos políticos profissionais, nós somos um profissional que faz política, faz política por ideal. E quando o ideal, de qualquer Partido que seja, não corresponde aos nossos princípios éticos e morais, nós preferimos ficar com os nossos princípios e abdicar daquelas benesses que o Partido possa oferecer, através de um mandato fortuito, porque a consciência é a espí^a de Deus, dentro de nós próprios; então, prefiro ficar com ela, neste instante, se o Partido cometer esse ato de suicídio; e não querendo que, com isso, os meus pares interpretem esta minha atitude como sendo de indisciplina, mas apenas uma atitude de coerência com os princípios fundamentais que escolhi, na vida para trilhar.

O SR. JAISON BARRETO — Agradeço a participação do nobre Senador Mário Maia, no meu discurso. Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para finalizar. Eu me sentia gratificado, e bastariam as declarações do meu nobre companheiro Senador Gastão Müller, que no exercício da Vice-Liderança disse da sua preocupação em valorizar, até, o meu discurso, propondo um debate mais amplo, mais aprofundado, que aliás é coisa que está faltando, não na Bancada do PMDB, aqui no Senado, mas entre todos os componentes dessa grande oposição brasileira.

Mas, Sr. Presidente, na certeza de que, neste momento sério da vida nacional, compete a nós cumprir com as nossas obrigações e com as nossas responsabilidades, eu diria, para finalizar que, denunciando esse falso estatismo, a Pátria não nos cobra incerteza, e, em nome da salvação, a Pátria não nos cobra indignade. Que nos

mantenhamos, isso sim, coerentes, erectos e de pé, porque este País só encontrará os seus verdadeiros caminhos quando todos os seus filhos entenderem que não é no servilismo e na subserviência que se constrói uma nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 18-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes do meu despretensioso discurso, eu desejaria fazer um registro fúnebre, prantear a morte de um velho amigo, jornalista, radialista, homem da televisão e do teatro, aquele que foi, no Ceará, um dos precursores da rádiodifusão, João Ramos.

Recebi, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com profunda tristeza a notícia da morte do estimado companheiro e amigo, João Ramos. Ainda moço, foi um daqueles que encorajou a rádiodifusão, ao tempo da PRE-9, lá no Ceará. Excelente locutor, excepcional animador de auditório, tinha o seu programa à parte.

No teatro, era um ótimo artista, com um desempenho que merecia aplausos das grandes platéias cearenses. Ele finou-se e com isto abriu um claro profundo na vida jornalística e artística do Ceará.

Quero, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer constar nos Anais do Senado Federal o meu mais comovido sentimento de pesames, extensivos à digníssima família de João Ramos, à Associação Cearense de Imprensa, ao Sindicato de Radialistas, porque João Ramos merece esta homenagem do Senado Federal. (Pausa.)

Sr. Presidente, outro assunto me traz à tribuna:

Em meio à efervescência política em busca de nomes para suceder o atual Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, não devemos dar as costas ao panorama que ora a Nação apresenta.

Para alegria nossa percebemos um fato altamente positivo para a nossa economia: estamos produzindo dentro do que esperávamos, vendendo mais e comprando menos, ou melhor — aumentam as nossas exportações e diminuem as importações, isto graças ao bom desempenho da agricultura, da indústria e do comércio.

A primeira, com excelente produção da matéria-prima; a segunda, transformando-a e a terceiro trocando-a, se bem que por preços ainda não os desejáveis.

O minério entra com significativa parcela nas exportações nacionais.

Com isso temos conseguido, dentro das dificuldades financeiras do momento, um bom saldo em dólares, para a nossa balança de pagamentos.

As previsões têm sido ultrapassadas, e os prognósticos futuros são os mais animadores possíveis!

De ruim mesmo é o peso pesado dos juros sobre a nossa dívida externa.

Os desalmados credores, principalmente os da praça de Nova-Iorque, seguindo uma orientação do governo que, para corrigir os déficits com as despesas públicas dos Estados Unidos da América do Norte, penalizam as Nações devedoras do Terceiro Mundo e das Nações em desenvolvimento, com pesados juros, que não permitirão que elas invistam em empreendimentos rentáveis para o cumprimento dos compromissos assumidos.

Com tal política econômica, de caráter escravagista, as nações se debatem dentro de uma camisa-de-força, para algo alcançar para a sua própria sobrevivência.

Não creio que os países ricos não atentem para uma ação de desespero, que possa advir diante de tamanhas pressões econômicas.

Sente-se que a comunidade devedora deseja saldar os seus débitos, mas não poderá fazê-lo diante da terrível e escorchante taxa de juros, que a leva a uma verdadeira inalação econômica.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Inegavelmente é, para nós brasileiros, uma preocupação permanente, o crescendo da dívida externa da Nação.

E, se devemos, teremos que pagar, porque o calote oficial, não faz parte da tradição de honradez do Brasil, no que concerne, principalmente, aos seus compromissos externos.

Os jornais de sexta-feira passada — 15 de junho, estampam nas suas primeiras páginas, uma frase atribuída ao Ministro da Fazenda Ernane Galvães, que, ao rasgar a fantasia, para mostrar a posição real na frente externa, afirmou: “Brasil não paga dívida”! atitude assumida quando pronunciava uma palestra na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

“Não vamos pagar dívida alguma, os banqueiros sabem disso e as instituições multilaterais também”!...

Como estamos na época do já, acredito que o Ministro Galvães deveria ter complementado a sua frase com este vocábulo: “Não vamos pagar dívida alguma... já”!...

Eu não creio, e é difícil crer-se, que os banqueiros nos tenham emprestado dinheiro, com o conhecimento prévio de que não iríamos pagar dívida alguma!

Assim, até eu iria procurar esses bancos, que se conformam apenas com o pagamento dos juros; e, quando o “apurado” não desse sequer para pagá-los, os mesmos banqueiros não me emprestariam mais dinheiro para continuar a lhes pagar juros... Até quando dispor desse saco sem fundo?

E para alegria minha, e penso, de todos os brasileiros, o titular da Fazenda, tranquiliza a Nação afirmando que o Brasil não tem que se preocupar em pagar a dívida externa, porque a dívida foi feita para ser administrada e não para ser paga.

Acho essa afirmativa uma força de expressão por parte do nosso Ministro.

O Sr. José Fragelli — Essas são palavras do próprio Ministro Galvães?

O SR. ALMIR PINTO — Perfeito, estou só transcrevendo aqui as suas declarações feitas numa conferência na ESG, conforme o jornal *Correio Braziliense*.

O Sr. José Fragelli — Mas não é possível!

O SR. ALMIR PINTO — Aliás, se V. Ex^a ler os jornais, *O Correio Braziliense* e o *Jornal de Brasília* de sexta-feira, estão na primeira página em cima: “O Brasil não paga nada...”

O Sr. José Fragelli — Eu estava ausente, não estava aqui, por isso é que não li. E por isso é que não estou acreditando que sejam palavras do Ministro”....

O SR. ALMIR PINTO — Julgo que pouca gente sabia disto.

Como ele mesmo afirmou que os próprios banqueiros estão certos de que apenas desejam receber os juros sobre o capital emprestado, para o nosso País parece ser uma boa!... mas o diabo é se os administradores da dívida externa não apurarem o dinheiro necessário ao seu pagamento, o Tesouro Nacional poderá chegar a um ponto de insolvência porque as obrigações com o pagamento de juros poderão chegar a um quantitativo igual ao do principal, ficando assim dobrado o débito da Nação!

Parece-me que marchamos para o infinito — ... uma rosca sem fim!

É certo, e creio que todos já perceberam que esta apreciação é fruto de um mero raciocínio de quem não é eco-

nomista, mas que tem algum senso na observação das coisas, mesmo aquelas afetas à área econômica.

Reconhecemos a autoridade do Ministro Ernane Galvães, mas no meu pensar, o bom mesmo é se encontrar um meio — e creio que isso de há muito esteja nas cogitações da área econômica do Governo, de como a Nação ir amortizando o seu débito, com um parcelamento da dívida, com juros fixos e razoáveis, com determinados anos de carência.

Essa história de se dizer que dívida externa não se paga — e sim — administra-se, é uma técnica econômica pouco convincente.

Não se discute que a dívida externa seja bem administrada, mas acredito que a condição primordial é a da escolha do modus faciendo de seu pagamento.

As afirmações do Sr. Ministro Ernane Galvães, deixa no espírito do público leigo, uma dúvida: O Brasil deve mas não paga? Será mesmo que os credores contentar-se-ão só com o pagamento dos juros?

Mas no fundo, no fundo mesmo, a solução não é tão simplista assim.

O pagamento de juros, é apenas uma faceta do problema, e nem poderia deixar de sê-lo.

Inegavelmente, para esclarecer melhor o seu pensamento, o titular da Fazenda afirma que tal procedimento é a forma bem razoável de conduzir o affaire da dívida externa, e não através de soluções, que ele fez questão de explicitar — como negociação de governo a governo, negociação coletiva, clube de devedores, moratória, suspensão de pagamento, desengajamento ou calote. Para ele, tais propostas de uma maneira geral, partem de pessoas sem responsabilidade com a realidade e que não conhecem nem a prática das negociações, nem como as negociações estão sendo realizadas. Esse é o grande problema; porque quando chegamos diante da afirmativa de que o Brasil não paga nada, e faltam todas as condições, que estão aqui numeradas, para que entendamos a política atual da área econômica fica difícil para o leigo entender; porque o Ministro o que diz mesmo é que são negociações que estão sendo realizadas e que não estão ao alcance de qualquer pessoa. Isso é o que me deixou, mais ou menos, a pensar.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Nós poderíamos fazer várias observações em torno dessa exposição e dessas afirmações do eminente Ministro da Fazenda. Mas, eu acho que essa perplexidade, de que me parece V. Ex^e está tomado, e que é a minha também, e penso que é de todos, mostra como as nossas constituições são — empreguemos o termo sábias — quando determinam que esses convênios, que esses tratados devam ser apresentados ao Congresso Nacional, para previamente autorizar o Governo a firmá-los. Nós chegamos a um ponto em que o Governo da República, diretamente, sem nenhuma interferência do Congresso Nacional, entra e conclui as negociações mais complexas, e podemos dizer, mais complicadas, sem nenhum conhecimento da Nação, e principalmente, através do órgão competente, ou melhor do poder competente, que é o Congresso para autorizar essas negociações. Chegamos então a esse resultado, do qual V. Ex^e nos dá notícia, resultado anunciado pelo Sr. Ministro da Fazenda. O Brasil não precisa pagar o principal, só precisa ir saldando os juros.

O SR. ALMIR PINTO — Administrar a dívida externa, com o pagamento dos juros.

O Sr. José Fragelli — A isso se deu novo nome, "administrar a dívida". Leio um pouco sobre finanças e, francamente, nunca vi isso nas partes em que a Ciências das Finanças estuda questão dos empréstimos, enfim todos os aspectos que os empréstimos podem apresentar: dívida consolidada, dívida flutuante, maneira de se nego-

ciar etc. Nunca ouvi, nunca li essas expressões: administrar uma dívida. Acho que isso não existe em nenhum compêndio de Ciências das Finanças. Parece-me que é um expressão, agora cunhada pelos administradores da área econômico-financeira do Brasil.

O SR. ALMIR PINTO — Quero dizer a V. Ex^e que, de uma feita, lendo uma reportagem dada a *Manchete*, pelo Ministro Delfim Netto, eu aprendi essa palavra, quando S. Ex^e dizia exatamente isto: a dívida — ele não dizia assim tão claro — mas afirmava que "a dívida não era para se pagar e sim administrar". Aliás, está expressão a li na revista *Manchete*, numa entrevista que ele concedeu ao importante magazine!

O Sr. José Fragelli — Mas nós todos, Srs. Senadores, permitam-me lembrar, já vimos isso inúmeras vezes. E quando se vangloriava, há uns dois anos atrás, um ano e pouco, antes daquele setembro negro, quando se dizia que não havia nenhuma dívida tão bem administrada como a dívida brasileira... Administrar a dívida brasileira, parece-me que o termo é um neologismo, pelo menos em finanças. O que eu desejo é ressaltar, Sr. Senador, justamente o seguinte: nós devíamos tomar — quando falo nós, refiro-me ao Congresso, — devíamos tomar uma medida absolutamente séria para que a questão das negociações em torno da dívida externa do Brasil, essas negociações viessem ao conhecimento e à decisão do Congresso Nacional, para cumprir a Constituição. Eu tenho dito mais de uma vez aqui, parece que é até risível, e lembro a lição de Pontes de Miranda, que essas negociações não podem ser concluídas, levadas a efeito sem prévia autorização do Congresso Nacional, sendo caso de impeachment do Presidente da República. Está lá, não me lembro bem agora qual é o artigo da Constituição, já o citei aqui várias vezes. Eu acho que o Congresso deveria retornar essa sua responsabilidade para que, daqui por diante, o Poder Executivo tivesse que submeter as negociações em torno da dívida ao Congresso Nacional, para saber, por exemplo, se o povo brasileiro, através dos seus representantes, está de acordo com isso, apenas pagar os juros, e que juros pagar, sem procurar saldar o principal. Como V. Ex^e, sabe eu acho que já ressaltou daí dessa tribuna e muito bem, se ficarmos no pagamento dos juros, apenas, não saldaremos jamais a dívida externa nacional, e ela só tenderá a crescer. Eu acho que sobre esse ponto o Congresso deveria tomar uma decisão, retomar a sua responsabilidade histórica de decidir sobre todos os tratados, contratos e atos, referentes à dívida externa do País.

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço o aparte de V. Ex^e e digo exatamente isto: estou inteiramente de acordo no que concerne àquela questão de o Congresso ser ouvido. Eu acho que, se não fosse a área econômica querer se tornar auto-suficiente, seria uma maneira de dividir as responsabilidades.

O Sr. José Fragelli — Muito bem!

O SR. ALMIR PINTO — Isso poderia ser feito. A área econômica, oficial, teria os seus planos, seus projetos, e mandaria para o Congresso para apreciá-los, porque, acredito que, sendo o número de Deputados quatrocentos e sessenta e nove e sessenta e nove Srs. Senadores, seriam muitos olhos e muitas cabeças a pensar. E quem sabe se isso não influiria para a modificação de algumas distorções. Sempre digo que gosto de ler, sobre economia, e trago aqui alguns jornais para que não se pense que estas palavras que estou usando são todas minhas, pelo contrário, e já darei o aparte ao Senador João Lobo. Mas, afirmo exatamente isso; apenas uso um pouco de senso.

O Sr. José Fragelli — As palavras de V. Ex^e, nobre Senador, são inteiramente autorizadas: V. Ex^e tem toda autoridade moral, não é preciso ter a palavra de outros. Bastaria que fosse de V. Ex^e.

O SR. ALMIR PINTO — Pois é. O que me assustou, e creio que assustou a quantos leram o jornal *Correio Braziliense* e o *Jornal do Brasil*, foi aquela frase do Ministro, dizendo que o Brasil não paga a dívida. Eu acho muito forte a afirmativa, daí pensar ser um reforço de expressão, que talvez não tenha a ressonância muito boa lá para o exterior, para os nossos credores.

O Sr. João Lobo — V. Ex^e me permite?

O SR. ALMIR PINTO — Ouço o nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Almir Pinto, eu agradeço o aparte que V. Ex^e me concede. Era apenas para corroborar o que V. Ex^e está dizendo nesta tarde. É verdade que o tema administrar dívida, o Brasil administra bem; rolar a dívida, é a dívida mais bem administrada. Isso tudo tem sido repetido, nestes últimos meses, nestes últimos anos, pela cúpula econômica do Governo, e fez escola. Tanto fez escola que o nosso Ministro Galvães está usando a mesma expressão, as mesmas frases do Sr. Delfim Netto. Eu também não acredito que o Brasil vá pagar a sua dívida. Mas o que eu queria pedir a esses Ministros era que ensinassem a nós, pobres mortais, a nós particulares, como é que nós devemos fazer para também administrarmos as nossas dívidas. As nossas dívidas nos bancos, no BNH, os mutuários do BNH, etc. Assim, é ao contrário do pensamento cartesiano que parte do particular para o geral, nós queríamos que S. Ex^e nos ensinasse a partir do geral, quer dizer do todo, da dívida da Nação, para a dívida do pequeno mutuário. Como é que o pequeno mutuário do BNH, como é que o pequeno empresário, o pequeno comerciante deve fazer para administrar bem as suas dívidas? Para não ser inadimplente, para conseguir sobreviver, sem a ficha suja no SPC, no DPC, enfim esses serviços que invalidam toda a vida da comunidade, que hoje, com o seu poder aquisitivo reduzidíssimo, está sem poder comprar nada à vista, a não ser, na base do crédito. Se não administrar bem a sua dívida, esse crédito vai marcado, e automaticamente ele fica cancelado das famosas compras à prestação ou à duplicatas, que, apenas a título de curiosidade, esclareço a V. Ex^e, é privilégio deste País. Eu não vi nos países por onde tenho andado as compras à prestação ou à duplicata. Isso é uma criação da imaginação brasileira. Então, eu gostaria é que V. Ex^e pedisse, através do seu brilhante pronunciamento, que o Sr. Ministro Ernane Galvães, que o Sr. Ministro Delfim Netto, que têm tanto talento e tanta imaginação, ensinassem a nós brasileiros, ao homem da classe média, como é que ele vai administrar a sua dívida no BNH, da casa própria, como é que vai administrar as suas dívidas das prestações.

O Sr. José Fragelli — Magnífico aparte de V. Ex^e.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^e, e passaria a ler uma parte, em que o nobre Ministro Ernane Galvães diz que ninguém pode desejar o céu, sem primeiro saber como sair do inferno. S. Ex^e diz isto, aqui, na sua entrevista. Então, não quer nos ensinar como nós deveremos administrar as nossas dívidas, como mutuários do BNH porque S. Ex^e estaria ensinando o caminho para se sair do inferno e não é muito desejável deles que cheguemos até às portas do céu!... Mas, eu quero dizer ao nobre Senador José Fragelli, que na conferência que o Ministro pronunciou na ESG, não fugiu à argumentação de que não enxerga qualquer cabimento para certas "fórmulas mágicas que sugerem moratória unilateral, suspensão de pagamento ou a renegociação soberana, por serem, segundo S. Ex^e, desvinculadas da realidade e de cunho nitidamente demagógico, ou até mesmo manifestações juvenis de bravata nacionalista"!

Moratória, confesso, nunca participei da idéia, porque sempre acreditei que esta não seria a melhor saída para o intrincado problema da nossa dívida externa.

O jornalista e comentarista econômico Joelmir Beting a classificou mui acertadamente de **Eutanásia**!

Mas, no meu pensar, que ao invés juvenil pode ser tido mesmo como **pueril**, sempre achei adequada a palavra renegociação (que só pode ser soberana), como um caminho, já não digo de irmos para o céu... mas quando nada começarmos a sair do inferno!

Não sei porque o Ministro Galvães não acredita ou não aceita a renegociação da nossa dívida externa, contrariando o professor Gouvêa de Bulhões, que recomenda uma renegociação radical. Eu não sei se há diferença entre renegociação radical ou soberana que S. Ex^a não aceita.

Ora, se não admitimos a **Moratória** e não aceitamos a renegociação soberana ou radical, o caminho me parece então fechado à uma solução mais agradável e ao mesmo tempo condigna com o nosso passado histórico de devedores conscientes.

É o próprio Joelmir Beting que, no seu artigo, de 15 do mês em curso, no **Jornal de Brasília**, intitulado a "Dívida Interna", ao apreciar o processo inflacionário, vislhou quatro tipos de tensão inflacionária amarrados entre si: a inflação energética, a inflação cambial, a inflação fiscal e a inflação financeira, para depois reconhecer que o Brasil não vacilou em garantir o suprimento dos tanques de energia do aparelho econômico, para depois descobrir-se ameaçado na sobrevivência física e na soberania política por um endividamento externo do tipo **rosca** sem fim, com cada dólar da dívida contraída funcionando como espantoso multiplicador de dólares na remessa de juros.

Essa apreciação do conceituado jornalista e comentarista econômico nos persuade de que não é coisa muito salutar a idéia simplista de administrar a dívida externa, com o pagamento de juros extorsivos que poderão levar o País a uma indesejada inanição econômica.

Nesta altura deste meu pronunciamento e para que nos situemos na conferência do Ministro Ernane Galvães, que não aceita a renegociação da dívida externa, transcreverei o pensamento de Carlos Longo, ao exibir o **nó cego da dívida**.

Assim diz Carlos Longo:

"O Brasil encontra-se numa situação onde o passivo financeiro externo, assumido na fase expansivista, multiplica-se de tal forma que hoje inviabiliza-se seu pagamento. A simples rolagem da dívida que cresce em termos reais leva ao aumento da vulnerabilidade dos Bancos no Brasil, hipótese que eles não mais aceitam, desde 1982.

Não será com o rígido controle monetário da economia, de caráter recessivo, que vamos fechar essa conta, agora que a própria alta dos juros internos decorre de pressões de serviço da dívida externa. Não se pode esperar que o cumprimento maoquista das metas auditadas pelo FMI — inverta o movimento autônomo de capitais a curto prazo, de fora para dentro.

Sem a **renegociação** — (atentem Sr. Senadores) radical da dívida externa, o Brasil vai continuar com o pé na cova, como exportador líquido de capitais."

Não sei se a renegociação radical difere da renegociação soberana condenada pelo Ministro Galvães. Questão de semântica? Não sei!

A verdade é que o próprio Conselheiro Acácio já aconselhava para casos idênticos ao do Brasil, uma solução política e por ela o povo está a esperar, na esperança de ver amenizadas as incertezas que lhe obscurecem o porvir!

Sr. Presidente, trouxe aqui excerto do Jornal **Correio Braziliense**, ontem, 17 de junho, em que o articulista Fernando de Mello Freire fala sobre "Descrença Generalizada".

Eu pediria, Sr. Presidente, permissão para ler alguns tópicos, para que os nobres colegas presentes ao plenário do Senado Federal nesta quase tarde-noite, pudessem assimilar melhor do que eu o pensamento do articulista. Escreve Fernando de Mello Freire:

É muito grave uma descrença quando se generaliza. E o que se pode facilmente constatar é que há uma descrença generalizada com relação à atual política econômica adotada pelo Brasil. Recessão com inflação é uma combinação perigosa que pode nos levar à uma convulsão social lastreada no desemprego, na alta desenfreada dos gêneros alimentícios e na falta de esperanças de mudanças eficazes. Frear bruscamente o desenvolvimento num país como o Brasil, com uma população predominantemente jovem e altos índices de natalidade, parece um convite ao desespero. Octávio Gouveia de Bulhões externou a apreensão de milhões de brasileiros quando afirmou: "A situação econômica piora diariamente e só favorece a especulação e o furto. Caminhamos para uma depressão, bem pior que a atual recessão (...). Já sinto no povo uma funda descrença diante da política econômica, e o meu temor é que o público perca a paciência e ocorra uma revolução social neste País". Ao ler essas palavras do mestre Gouveia de Bulhões, lembrei-me da antologia de conferências de Nelson Chaves, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco, sob o título **Fome Criança e Vida**. O grande nutricionista comeceia uma dessas conferências dizendo: "Certa vez, há mais de quarenta anos, o Abade Pierre, um sacerdote que sempre trabalhou pela solução dos problemas humanos, procurou o grande matemático Einstein para falar-lhe de suas preocupações sobre os perigos da bomba atômica". Respondeu-lhe o sábio: "Este não é o maior perigo, pois há dois maiores: o da fome mundial que chegará um dia e o esmagamento da personalidade, decorrente da própria fome".

Vejam só que Einstein já previa, naquela época, que a bomba atômica não seria tão perigosa como a fome que, mais cedo ou mais tarde, se abateria sobre todo o mundo. E, nós, no Brasil, principalmente no Nordeste, tivemos a infelicidade e o infortúnio de vermos isto, a fome grassar durante cinco anos de terríveis estiagens que assolaram aquela região.

Mais adiante, vamos encontrar estas palavras do Papa Paulo VI:

"Acredito, mais do que nunca, nas sábias palavras de Paulo VI: o desenvolvimento é o novo nome da paz. Impedir o desenvolvimento de uma nação jovem é o mesmo que impedir que uma criança cresça, o mesmo que deformar, criar um monstro."

Ao final diz Melo Freire:

"Não podemos viver com o único objetivo de pagar uma dívida impossível de ser paga nos prazos atuais."

Ao fazer esta referência, na verdade, aceita a renegociação, à maneira como pensa o Professor Bulhões, mas que ela seja feita de modo bem razoável, com período de carência e juros módicos, porque não podemos suportar juros que não sejam fixos, para não estarem pulando de 12% para 12,5%, no próprio instante em que o Governo dos Estados Unidos encontra dificuldade no seu déficit público.

Sr. Presidente, aproveitei este fim de tarde para fazer este modesto pronunciamento, porque fiquei um tanto confuso ao ouvir do principal mentor da dívida pública brasileira que o Brasil não paga suas dívidas. Acho que

isso não está certo, mesmo porque o Brasil não concordará com isso.

Acredito que o brasileiro, apesar das grandes dificuldades porque tem passado, não quer passar por um país caloteiro. Queremos um Brasil pagando o que deve, mas que as nações credoras dêem condições favoráveis, para que possamos produzir e apurar o necessário, não só para pagar a dívida, como para ficar, também, com algum recurso e poder empregá-lo em rendimentos outros que fortaleçam o Tesouro Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 19-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO). Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos vivendo um período muito importante da história deste país. Somos todos testemunhas oculares de um processo político que, felizmente, está chegando ao fim.

Somos mais do que testemunhas. Somos, cada um de nós, agentes do fim de uma época de autoritarismo, prepotência e, mais do que tudo, indiferença à realidade social de nosso povo.

Não tenho dúvidas de que estamos entrando em uma nova era onde a democracia e a justiça social serão pilares básicos que ninguém ousará tocar sem o repúdio imediato de nosso povo, que agora se organiza e que se recusa ao imobilismo.

Nesse quadro, um dos grandes dilemas que temos pela frente é saber discernir entre o que deve e o que não deve ser aproveitado do conjunto de políticas públicas que justificaram estes 20 anos de autoritarismo.

A simples observação do estado atual de nossa economia e da situação miserável em que vive nossa população, por sua esmagadora maioria, pode nos encaminhar para a crítica indiscriminada de todas as políticas estabelecidas pelos Governos do pós-64.

Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, em alguns casos esta atitude estaria nos tornando aliados daqueles que, não tendo interesse em sair desta situação, buscavam na verdade, perpetuá-la.

Não somos um pequeno país da América do Sul de importância reduzida. Ao contrário, temos enorme extensão territorial, riquezas naturais de importância vital para o mundo e de valor incalculável e um vastíssimo mercado consumidor. Somos a oitava economia capitalista do mundo e a verdade é que a importância que o Brasil tem para as nações avançadas tem sido o fator determinante dos rumos de nosso desenvolvimento, e é esse rumo do desenvolvimento brasileiro que levou o País a transformar-se em satélite dependente das nações desenvolvidas. Há, por conseguinte, de se lutar por princípios e conceitos que façam do Brasil um País soberano e independente.

A política industrial de informática é exemplo cristalino desta situação.

Nascida há 7 anos de dentro dos meios militares, mais especificamente da Marinha, esta política hoje conta com audiência de boa parte dos interesses sociais envolvidos diretamente no assunto e consegue um surpreendente apoio, mesmo dos setores mais combativos das Oposições.

Em termos gerais, é preciso que isto fique bem claro: a política industrial de informática baseia-se em um acordo, no qual, para as empresas de capital 100% brasileiro é reservado o mercado de mini e micro-computadores e seus periféricos e, em troca, estas empresas desenvolvem diretamente a tecnologia necessária para a fabricação de

seus produtos. Assumindo, a princípio, o pressuposto de que é necessária à existência de uma indústria brasileira de computadores, que independa da tecnologia estrangeira para seu crescimento e fixação, a solução adotada no Brasil é a melhor possível.

Somos, sabem bem os Senhores, carentes de capital. Todo o incentivo desta ordem concedido a setores do empresariado é pago pelo conjunto da população. É pago pela nossa sofrida classe trabalhadora e pelos não menos oprimidos setores médios da sociedade.

No caso da indústria de informática, quem paga o desenvolvimento desta tecnologia é o mercado, ou seja, aqueles que consomem computadores e seus periféricos, diretamente, e a sociedade, como um todo, indiretamente.

Partindo do zero em 1976, a indústria brasileira do setor ocupa hoje pouco mais de 40% do mercado, em termos de faturamento e tem vencido um a um os obstáculos, descredítos e ataques que periodicamente recebe de seus adversários externos e inimigos internos.

Nossa indústria apresenta resultados estimulantes em termos de nacionalização de seus produtos.

Nossos equipamentos mais importantes têm índices de nacionalização próximo aos 90%.

Em época onde o emprego é escasso, a indústria brasileira, que só fatura 40% do mercado, gera mais empregos que as multinacionais que operam no Brasil e, o que é mais importante, em áreas de desenvolvimento de hardware, e software e a manutenção, enquanto as multinacionais ocupam mais empregos entre os vendedores.

Nossa indústria, por força da reserva de mercado, trabalha exclusivamente com projetos nacionais. Por isso, importa do exterior, em média, 7,5% do valor de suas vendas, o que é extremamente baixo comparando-se com os 40% importados pelas multinacionais do setor.

A busca do mercado externo é a nota desse novo espaço da iniciativa nacional.

Buscando emular a indústria aeronáutica, a informática deverá apresentar resultados no campo do comércio exterior muito em breve.

Do mesmo modo como a bem sucedida EMBRAER, nossa indústria trabalha com tecnologia própria, baseia-se no mercado interno, produz para as necessidades do Brasil e detém produtos diferenciados, características necessárias para obter sucesso na colocação de nossos produtos no exterior.

No mercado interno, que sempre reagiu favoravelmente a qualidade do produto nacional, a indústria brasileira começa agora a vencer o obstáculo mais forte para a sua aceitação plena.

Segundo estudos do Professor Paulo Bastos Tigre, da UFRJ, nossa indústria apresentou reduções reais de 30% a 40% em seus preços entre janeiro de 82 a agosto de 83.

Quero informar ao Plenário desta Casa que inclusive o PRODASEN, empresa jurisdicionada ao Senado Federal, e por ele administrada, no corrente ano, também, encaminhou-se para o prestigiamento à indústria nacional adquirindo 50 micro-computadores da empresa ITAUTEC, 30 dos quais já entregues.

Essa é uma decisão da Comissão Diretora, no sentido de prestigiar a indústria nacional do setor, comissão que é presidida pelo eminentíssimo Senador Moacyr Dalla.

Além de todos os indícios de uma iniciativa nacional bem sucedida, mesmo tendo pela frente os gigantes da informática mundial, temos que convir que em qualquer hipótese teríamos de enfrentar o desafio de criar uma indústria brasileira de computadores, sob pena de colocarmos em risco a soberania da Nação.

Tivemos, para isso, que vencer a batalha ideológica contra aqueles que tentaram nos impingir que tecnologia era adestramento no uso de equipamentos e ferramentas — por mais sofisticados que fossem.

A Nação brasileira tem hoje consciência de que dominar tecnologia é conquistar a habilidade para transfor-

mar conhecimentos científicos em bens utilizáveis pela nossa população.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, por mais que insistam os defensores dos interesses estrangeiros em nossa terra, nós sabemos que habilidade não pode ser transferida e tampouco comercializada. Os países que pretendem ser soberanos devem desenvolver, então, os esforços para a difícil caminhada rumo à independência tecnológica, fundamentalmente em áreas de tão denso aspecto como é o caso da informática.

A Política Nacional de Informática é criticada pelos setores que defendem a escola conservadora de desenvolvimento porque ela quebra os princípios da ideologia da dominação.

A reserva de mercado tem a coragem de impedir o acesso à predação multinacional, não aceitando o princípio das livres forças de mercado, regra ilusória diante dos cartéis internacionais. E fazendo isso, ela acaba, de fato, por restaurar a livre competição entre os iguais. Impedindo o acesso das Nações desenvolvidas através das subsidiárias das transnacionais e das "joint-ventures", a reserva de mercados eliminou o monopólio estrangeiro e permitiu que surgisse mais de uma centena de empresas nacionais competindo nesse mercado. E empresas verdadeiramente competitivas.

A reserva de mercado teve também a ousadia de romper com o dogma da divisão internacional do trabalho. Existem, hoje, no Brasil, milhares de engenheiros e analistas brasileiros desenvolvendo novos produtos, apresentando novas soluções, criando a verdadeira tecnologia aplicável às necessidades brasileiras. É infâmia acusá-los de estarem promovendo o atraso tecnológico do País. Ao contrário, estão colocando a tecnologia a serviço dos interesses nacionais.

O atestado mais insuspeito dado a nosso atual estágio de desenvolvimento, fruto dos esforços desenvolvidos, parte da Sociedade Brasileira de Computação, organismo representativo da comunidade acadêmica do setor. Diz a SBC "... em pouco mais de 5 anos, os brasileiros, graças à política nacional de informática, atingiram um estágio de capacitação tecnológica jamais conseguido no País, mesmo durante os 20 anos em que as empresas estrangeiras transitavam livremente neste mercado". E, monopolizando; essa é que é a verdade.

Derrubamos assim o fantasma do atraso tecnológico com o qual, desrespeitosamente nos assustam, como se fôssemos ignorantes, de todo desde o Secretário norte-americano, George Schultz e o Ministro das Comunicações da Alemanha Federal, Schawartz Schilling, até empresários brasileiros com interesses econômicos vinculados ao fim da reserva de mercado.

A razão do sucesso da Política Nacional de Informática é sua fidelidade e firmeza para com seu objetivo central: o do desenvolvimento da tecnologia brasileira para o setor.

Tecnologia é conhecimento e habilidade que não se compra nem se transfere, aprende-se fazendo. Tecnologia é poder e, através dos mais diversos e diferentes mecanismos, as Nações do mundo procuram defender seus interesses, promovendo o desenvolvimento interno de sua tecnologia. Isso significa desenvolvimento independente. No caso da informática, por maiores razões ainda, a questão assume altas proporções devido a seu impacto na organização produtiva de qualquer Nação modernamente. Na verdade, modernamente, o domínio da tecnologia da informática é condição necessária para que uma Nação seja soberana nos dias atuais.

Reconhecendo-se que a tecnologia sendo poder que precisa ser conquistado para reduzir nossa dependência externa; sendo cultura que germina de um processo que envolve a Universidade, a indústria e o usuário, conclui-se que não se desenvolverá tecnologia alguma se o mercado interno for suprimido por produtos concebidos no exterior, ainda que existam elevados investimentos em laboratórios de pesquisa. É somente com a destinação

prática do trabalho que a técnica se desenvolverá de maneira útil e produtiva.

Não tenhamos dúvidas. A opção brasileira por uma política tão independente contraria as grandes indústrias internacionais de informática, que são poderosas e que gostariam de participar livremente do sétimo mercado internacional o setor que é o Brasil.

Não são, entretanto, somente esses os interesses contrariados.

O setor de telecomunicações, ocupado pelas empresas estrangeiras nacionalizadas com 51% do capital, mas tomando tecnologia externa, sente a inevitabilidade de mudar seu modelo para a necessária compatibilidade com o adotado para a informática. Afinal, estes setores apresentam uma grande convergência em relação às tecnologias adotadas em cada caso.

Enquanto na área de telecomunicações as "nacionalizadas" não desenvolvem seus produtos com projetos nacionais próprios, a informática tem modelo de favorecimento indiscutível à iniciativa do empresariado brasileiro.

A Nação deverá optar entre o sucesso da área de informática e os resultados obtidos pelo adestramento nacional, no uso dos equipamentos desenvolvidos pelas poderosas empresas estrangeiras do ramo de telecomunicações.

A reserva de mercado de mini e microcomputadores para indústrias genuinamente brasileiras revelou-se, afinal, um instrumento extremamente eficaz. Em 8 anos de existência, permitiu a criação de um parque industrial verdadeiramente nacional, com as seguintes características:

1. Com mais de uma centena de empresas;
2. Com 46% do mercado em 1983, sendo o 3º País no mundo capitalista em participação no próprio mercado, superado apenas pelo Japão — EUA;
3. Com quase 20 mil empregos diretos;
4. Com 2 mil engenheiros e analistas desenvolvendo nossos produtos;
5. Com a maioria dos produtos concebidos de acordo com exigências do mercado brasileiro;
6. E importando apenas 7% do que fatura.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Fiz até agora em meu pronunciamento a defesa de uma política implantada pelo arbítrio, o qual tenho combatido diretamente em minha carreira política.

Não estou fazendo concessão ou apresentando rendição frente a adversário insuprível.

Ao contrário, estou mostrando uma face do que poderá ser o País que merecemos, parodiando as palavras do Presidente eleito da Argentina, Raul Alfonsín.

Uma política desenvolvida com audiência da sociedade, onde os interesses envolvidos são considerados e têm condições de se expressar, pode atingir sucessos que o restante de nossas políticas públicas nem sonhem ser possíveis.

Insisto ainda, ao terminar, que me refiro tão-somente à política industrial de informática e não à política nacional deste setor.

A política nacional de que precisamos engloba a questão industrial, mas vai muito além. Trata dos direitos humanos, da privacidade do cidadão, do emprego, do fluxo transnacional de dados, da cultura brasileira, da formação de técnicos e cientistas e tantos outros assuntos.

Abro um parêntese para, mais uma vez — já é a terceira que o faço — desta tribuna colocar com veemência uma denúncia: a Imprensa volta a dizer-nos que os nossos telefones continuam grampeados, volta a informar-nos, Sr. Presidente, que os nossos telefones, dos políticos, dos parlamentares, dos homens públicos, nesta Capital, continuam grampeados. A política nacional de informática trata disto, do respeito ao direito à privacidade de nos meios de comunicação.

A política nacional de informática adotada pelo regime sofre a inarredável mácula do autoritarismo prepo-

tente que nos conduziu a esta situação lamentável, em que estamos.

Gerida pelo Conselho de Segurança Nacional, a política brasileira para a informática sofre mal de origem ao ser definida em *forum ilegítimo*.

A política de informática tem que ser, toda ela, discutida e referendada no Congresso Nacional, que representa a sociedade brasileira. Sua aplicação, esta sim, deve ser afeta ao Executivo e será bem executada quanto mais legítimo for este poder. O que quer dizer, em resumo, que a informática também é uma questão de democracia e reclama por diretas já para a Presidência da República e uma imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 19-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na verdade, não esperava que fosse chamado para discursar na sessão de hoje, do Senado Federal, uma vez que havia me inscrito apenas pelo costume e hábito que tenho de fazê-lo.

Mas, já que chegou a minha vez, aproveito para dizer que ontem estive na tribuna falando sobre um assunto mais ligado à parte econômica, sem ser "expert" no assunto, apenas como homem que gosta de ler assuntos econômicos. Logo que deixei a tribuna, a ela assomou o meu nobre colega Senador Helvídio Nunes tratando de um assunto muito interessante que dizia de perto à gente nordestina. Ao chegar em casa encontrei um jornal do Estado do Ceará, de Fortaleza, que falava mais ou menos sobre aquilo que o nobre Senador Helvídio Nunes havia comentado no seu discurso bem elaborado de ontem à tarde. O tema do jornal *O Povo* era justamente esse: perímetros irrigados. Mas o nobre Senador Helvídio Nunes começou exatamente o seu discurso fazendo um apelo às autoridades federais no sentido de que não cruzem os braços diante da situação presente do Nordeste.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Nordeste — no Ceará, quando nada, de que tenho conhecimento de perto — choveu e está chovendo ainda muito bem. Tudo indica que poderemos ter 2 safras de grãos alimentícios no Estado do Ceará. E isso demonstra, exuberantemente, o que é aquela terra, o que é o semi-árido nordestino! Por que, então, o Governo Federal, os órgãos competentes, o Ministério do Interior, o DNOCS de há muito não olharam para o problema maior da região, que é a irrigação?

O jornal *O Povo*, de ontem, no seu bem elaborado editorial, dizia uma coisa interessante que tenho a impressão que eu já havia dito aqui nesta Casa: o Ceará dispõe de 7 bilhões de metros cúbicos de água armazenadas. Por que, então, fazer-se o transplante do rio São Francisco para os rios do Nordeste? Acho que há grandes áreas a serem irrigadas na Bahia e não sei se, também, nas Alagoas pelo rio São Francisco.

Ontem, o nobre Senador Helvídio Nunes mostrou os rios quase que perenes, o Gurguéia, Parnaíba e outros tantos lá do Estado do Piauí e a riqueza hídrica do seu subsolo com aquíferos, que talvez sejam dos maiores do mundo, e por que não se faz a irrigação?

No Ceará temos o rio Jaguaribe considerado o maior rio seco do mundo, mas, hoje, o sabemos perene graças a uma válvula dispersora no Açude Orós que vem assegurando regular perenidade ao rio cearense. Mas, o que acontece é o seguinte — já disse e repito quando aquela válvula foi assentada, na barragem do Orós, para perenizar o rio Jaguaribe, não havia qualquer estrutura para aproveitamento das águas. O homem ribeirinho não dispunha de eletrobomba, motobomba, apenas aqueles um

pouquinho mais afortunados conseguiam fazer a sua irrigação rudimentar.

Também já afirmei, desta tribuna, o que uma Comissão do Senado viu em áreas irrigadas no meu Ceará, precisamente no projeto CURUPARAIPABA. Dos 9 mil hectares desapropriados, tinha apenas, naquela ocasião, 3 mil hectares plantados, com agricultores já bem de vista, aproveitando o precioso líquido dos açudes Pentecostes, General Sampaio, Caxitoré. Viámos exatamente uma coisa que desejávamos ver: um Nordeste, um Ceará todo florido, com plantio excelente, com abundância de gêneros alimentícios. O Governo do Estado deseja que o Governo Federal não cruze os braços e continue a grande obra de irrigação no Ceará e o Nordeste.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, V. Ex^e tem o aparte.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Almir Pinto, há poucos dias fiz um comentário sobre o resultado que se tem obtido nos projetos de irrigação no Nordeste. E citei como exemplo dois deles: o Projeto de Morada Nova e o Projeto Lima Campos. O projeto de Morada Nova, hoje, tem cerca de 2.500 hectares irrigados, contribui com 80% da renda do município, quando não representa 3% ou 4% da sua área. O Projeto de Lima Campos é a mesma coisa, com apenas 2.000 hectares produz quase 90% de toda a renda do município.

O SR. ALMIR PINTO — V. Ex^e sabe quanto produzirá na área irrigada do Ceará?

O Sr. José Lins — Eu li...

O SR. ALMIR PINTO — 130 mil toneladas de alimentos.

O Sr. José Lins — É verdade. Li exatamente esse resultado. Queria dizer a V. Ex^e que só nesses dois pequenos projetos poderemos produzir se quisermos, cerca de 5% de toda a safra de algodão da Região, não é só do Ceará. V. Ex^e chamou a atenção e perguntou por que o Departamento de Obras Contra as Secas não implementava esses projetos. V. Ex^e sabe que fui diretor deste departamento e que, naquela ocasião, consegui que o Presidente Geisel aprovasse um plano de irrigação para o Nordeste. E ele saiu exatamente no momento em que foi aprovado o Plano econômico de Integração Nacional. Pois bem, naquela época iniciamos trinta projetos em toda a Região, dos quais dez no Ceará. Infelizmente, nobre Senador, o Orós, que pode irrigar 50 mil hectares, apenas irriga 2 mil atualmente; o Banabuiú, que pode irrigar 15 mil, irriga somente 2.500. E torna-se urgente que consigamos que o Governo aprove um plano amplo. Só para que V. Ex^e tenha uma ideia, o Ceará pode irrigar 200 mil hectares de terra; esses 200 mil hectares equivalem a 4 milhões de hectares de área seca. E como o Ceará só planta 1 milhão e 200 mil, vê V. Ex^e que multiplicaríamos a nossa agricultura e tornariaímos totalmente independente da seca. Acho que é uma obrigação nossa defender um plano de Governo que preveja a irrigação no Nordeste. Sou contra água correndo em rio. Acredito que água tem que molhar a terra e produzir...

O SR. SENADOR ALMIR PINTO — Perfectamente.

O Sr. Senador José Lins... — porque não temos água para fazer rio cheio. V. Ex^e sabe disso. E é por isso mesmo, nobre Senador, que pensando que só um plano amplo, embasado numa decisão política, pode nos ajudar, ofereci agora uma subemenda à emenda do Presidente Figueiredo, no sentido de que a Constituição impõe que as regiões mais desfavorecidas do Brasil devem ser objeto de um plano de desenvolvimento integrado, econômico e social, — e que este plano deve ser aprovado

por lei e não ficar ao arbítrio de algumas áreas executivas que às vezes não têm acesso à decisão final e, portanto, podem prejudicar.

O SR. ALMIR PINTO — Nobre Senador José Lins, V. Ex^e, nesta tarde, presta-nos informações primorosíssimas ao nobre Senador Helvídio Nunes e a mim. O nobre Senador Helvídio Nunes e eu acreditamos, cada vez mais, que podemos dispensar exatamente a questão do transplante das águas do São Francisco, porque V. Ex^e acabou de nos dar uma aula sobre a questão do semi-árido, digamos, do Ceará. Ora, nobre Senador Helvídio Nunes, o Orós poderá irrigar 50 mil hectares, mas irriga apenas mil. Para que água do São Francisco? Banabuiú pode irrigar 15 mil hectares, mas irriga dois mil. Os Açudes de Pentecostes, General Sampaio, Caxitoré já irrigam uma área de 3 mil hectares, acredito que foi agora aumentada nessa fase da seca, talvez em mais uns mil...

Se o Governo olhasse com carinho o problema da irrigação do Nordeste e principalmente do Ceará, os Açudes Caxitoré, General Sampaio e Pentecostes poderiam irrigar 9 mil hectares, que é a parte desapropriada daquele região. Estive no Lima Campos com o Senador José Lins e com o Ministro Andrade, e já contei esta história do Projeto Sertanejo que foi iniciativa do nosso nobre colega Senador José Lins, quando Superintendente da SUDENE. O Projeto Lima Campos desapropriou cerca de 13 mil hectares, e essa gente vive muito bem em relação àqueles que não têm terras e que trabalham alugados. Então, o pequeno proprietário hoje não tem a situação igual àqueles que tiveram a sorte de serem levados para os perímetros irrigados do Ceará. Porque então não se irrigar os 50 mil hectares na área do Orós? O Açude Orós não sangrou porque o DNOCS fez questão de manter a perenização do rio Jaguaribe, e está sangrando permanentemente pela válvula dispersora. Segundo informações, está com 1,9 bilhão de metros cúbicos d'água armazenada.

Ora, por que essa água contemplativa, apenas servindo para a pesca? Talvez não concorde comigo o nobre Senador Passos Pôrto que, na verdade, é um entusiasmado pela questão do transplante das águas do São Francisco. Não posso deixar de sê-lo também, pois a água para nós é o bem mais necessário que o Nordeste poderá pensar possuir na vida.

Quando o nobre Senador Passos Pôrto falava da questão do transplante das águas, li uma entrevista do Instituto Sócio-Econômico da Bahia, Instituto Miguel Calmon, desaprovando o projeto, e em Fortaleza, dois meses depois, li uma entrevista de um dos diretores da CHESF, condenando também esse transplante, em que o Nordeste teria que optar por uma das duas coisas: água ou energia. Inclusive, em 1976, o rio São Francisco andou apresentando a sua espinha dorsal, e talvez não desse para as duas coisas ao mesmo tempo: energia e irrigação.

Não digo que seja um projeto inviável, mas, note-se bem, o País está com uma dívida de 100 bilhões de dólares. Mas 2 bilhões e 20 milhões em cima disso, é coisa que no momento poderia ser procrastinada. Ao invés de cogitarmos da transposição das águas do São Francisco, que fôssemos irrigar os 50 mil hectares do Orós, o restante das terras desapropriadas e outros projetos de irrigação. Teríamos para isso uma rentabilidade maior e, no futuro, talvez pudéssemos ajudar no transplante do rio São Francisco.

Não condono, em absoluto, mas acho que prioritariamente está o aproveitamento das águas existentes, como já disse aqui. O Ceará tem 7 bilhões de metros cúbicos d'água.

No momento, esses açudes públicos estão com 7 bilhões de metros cúbicos.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com prazer ouviréi o aparte do nobre Senador José Lins. Logo em seguida ouvirei o aparte do nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Almir Pinto, esse assunto é tanto mais importante quando se sabe que os rios estão transbordando. Os açudes estão sangrando e imensas massas d'água estão sendo conduzidas para o mar. Mas a seca vai voltar!

O SR. ALMIR PINTO — Para infelicidade nossa, parece que em 1992...

O Sr. José Lins — Deus me livre que V. Ex^e acerte.

O SR. ALMIR PINTO — Eu não quero acertar. São as previsões.

O Sr. José Lins — O assunto, no Ceará, é delicado. Temos no vale do Jaguaribe uma vazão regularizável de apenas 120 metros cúbicos por segundo. O rio São Francisco tem 3.500 metros cúbicos por segundo. Só Fortaleza precisa de 12,5 metros cúbicos por segundo, e recebe apenas 2,5 metros cúbicos por segundo. As cidades do interior do vale, que precisam mais 15 metros cúbicos por segundo, não recebem mais do que 2 metros cúbicos por segundo. Então, veja V. Ex^e que a água de que precisamos não é só para irrigação; precisamos, também, para abastecer as grandes cidades, para a indústria que vai surgir, inclusive com a irrigação, porque a agroindústria vai ser gerada ao mesmo tempo. Acho que V. Ex^e tem razão num ponto: vamos logo aproveitar a água que lá está, mas não deixemos de lado a idéia de tirar 10% da água do São Francisco, que vai duplicar a nossa possibilidade.

O SR. ALMIR PINTO — Se V. Ex^e a tentou, eu disse que não era contra.

O Sr. José Lins - V. Ex^e colocou o problema muito bem.

O SR. ALMIR PINTO — Ouço o aparte do nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Almir Pinto, quero inicialmente me solidarizar com V. Ex^e. Realmente, as obras complementares da aqüadagem no Nordeste é uma reclamação que não é de hoje, mas de muito mais de 30 anos. Guimarães Duque, o grande técnico da Inspetoria de Obras Contra as Secas no solo e água do polígono das secas, já reclamava porque só se fazia o represamento das águas no Nordeste e não se fazia as obras complementares, que eram as obras de irrigação. Fico admirado porque se discutiu isso. Agora, não há nenhuma incompatibilidade entre o aproveitamento das áreas úmidas dos perímetros dos açudes e a transposição das águas do São Francisco que, devo declarar a V. Ex^e, hoje está incorporada ao grande Projeto Nordeste, com o patrocínio do Banco Mundial, que mandou os seus técnicos internacionais examiná-las disponibilidades hídricas do São Francisco, tanto para o aproveitamento de energia, como também para a transposição. É de dizer a V. Ex^e de que não é só o São Francisco, é um grande sistema de conexão hídrica que teria de se fazer no Brasil, como se fez nos Estados Unidos, permitindo a perenização dos rios intermitentes do Nordeste brasileiro. Esta é a única solução que há de natureza técnica. Quanto a recursos, pouco importam, porque 2 ou 3 bilhões de dólares que fossem investidos numa obra como essa, de profundo sentido social, eu não diria nem econômico, porque o investimento é altamente rentável, valeriam a pena. V. Ex^e acabou de declarar, neste instante, de que só a produção, no perímetro irrigado desses açudes, já deu cento e tantas mil toneladas de alimentos. Avalie V. Ex^e de todos os açudes do Nordeste que tenham área irrigável, que se façam as obras complementares e que haja a perenização dos rios, inclusive do grande rio do Ceará, que é o Jagua-

ribe. Se todos esses rios receberem os astluxos do São Francisco e dos rios que poderão ajudar, o São Francisco, então, afim, não voltaremos mais a esta tribuna, o que temos feito ao longo deste século, a reclamar provisões do Governo Federal, quando a solução é viável sob o ponto de vista técnico, sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista financeiro. De modo que não há nenhuma incompatibilidade entre a reivindicação de V. Ex^e. O DNOCS, hoje não é mais a Inspetoria de Secas, é um órgão de recursos hidráulicos. Por que ele não se dedica às obras complementares e não faz logo essas obras complementares? Esse é o apelo que todos nós fazemos.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço a V. Ex^e e diria que o Governo Federal não poderia fazer melhor coisa, embora não fizesse mais nada, do que a irrigação no Nordeste.

Se o Governo aproveitasse as águas dos mananciais, dos rios do Nordeste, só se limitasse a isso, acredito que o Nordeste andaria com os seus próprios pés.

Ainda ontem, o nobre Senador Octávio Cardoso falava sobre o plantio de arroz, lá no seu querido Rio Grande do Sul, e só para o arroz do Rio Grande do Sul dispõe de 718 mil hectares irrigados!

Tenho a impressão de que o jornalista ouviu o discurso do nobre Senador e diz aqui no seu editorial:

"Paradoxalmente, o Rio Grande do Sul, um Estado que não conhece as secas periódicas, tem mais de duas vezes terras irrigadas que todo o Nordeste brasileiro."

Recordo-me, nobre Senador Helvídio Nunes, que quando V. Ex^e falava com muita propriedade e com maior autoridade ainda, já que foi Governador do seu Estado e conhece profundamente o problema da região nordestina, principalmente do Piauí, como eu penso que conheço um pouco o do Ceará, o nobre Senador Mauro Borges aparteava V. Ex^e dizendo o que viu no Leste europeu, o que nós vimos também; nós que participávamos da mesma delegação que visitava dois países do Leste europeu. Vimos uma floresta agropecuária, naqueles dois países do Leste europeu: na Bulgária e na Romênia.

Não irei fazer nenhum relatório porque na nossa delegação viajava o 3º Secretário do Senado, a quem coube a incumbência de apresentar um relatório sobre a viagem. Mas, lá é um semi-árido e podemos dizer que a Bulgária e a Romênia estão para o Danúbio como o Egito está para o Nilo. Além de ser bastante explorada a água do Rio Danúbio, eles também utilizam muito o subsolo. E que lavouras esplêndidas vimos na Romênia e na Bulgária!

É preciso que se saiba que os Estados Unidos da América cavaram o seu progresso justamente na agricultura. Quem assistiu ao Globo Rural de domingo viu aquela Califórnia, que foi sempre uma região árida, hoje graças a irrigação através do Rio Colorado, surge com uma agricultura modelo produzindo grãos para exportar e abastecer todos os Estados Unidos da América.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^e, nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Almir Pinto, tenho ouvido os apartes que V. Ex^e tem recebido no discurso que faz nesta tarde. Quero solidarizar-me com V. Ex^e pela tese que defende. Gostaria de lembrar o que já temos dito aqui várias vezes e V. Ex^e acaba de confirmar, que antes de mexermos nas águas do São Francisco — não somos contra, como V. Ex^e disse — por que razão não aproveitarmos exatamente começando pelo perímetro molhado dos açudes? Só no seu Estado, o Ceará, um ou dois açudes que conheço pessoalmente, como o Araras, Banabuiú e Orós, só na periferia desses açudes, V.

Ex^e colocaria mais de 8 mil famílias e não precisaria mais do que 2 hectares — 100 metros de frente, para a água, por 200 metros de fundo. Terra do Governo, não precisa desapropriar. V. Ex^e sabe que quando se desapropria área para um açude, é esta a condição: 200 metros da encheira máxima do açude para cima, pertence ao Governo. Então, não tem que se fazer reforma agrária alguma. A terra já é do Governo. Basta dar a cada família, criar condições de uma pequena estrada rodeando para acesso e eletricidade e V. Ex^e teria a produção sem nenhuma obra de irrigação. Basta plantar na vazante do açude, no verão, e no inverno plantar na parte alta. V. Ex^e conhece tanto quanto eu essa condição. Agora, voltando ao São Francisco, nobre Senador, V. Ex^e sabe que ao longo desse rio há três milhões de hectares de terra...

O SR. ALMIR PINTO — Não sei se V. Ex^e tinha chegado ao plenário, mas inicialmente dizia exatamente isto. Vamos irrigar as terras visinhas, digamos assim, do Rio São Francisco e dos grandes rios.

O Sr. Alberto Silva — Três milhões de hectares, sem necessidade de nenhuma obra especial porque as terras estão do lado do rio. Parece que o Brasil, quando quer resolver os seus problemas, complica as coisas. O Rio Parnaíba está lá. Se é por uma questão de um fio d'água de mil e quinhentos quilômetros de extensão, está lá o Rio Parnaíba.

O SR. ALMIR PINTO — Eu perguntaria a V. Ex^e: quantos mil hectares poderiam ser irrigados pelo Rio Parnaíba, cujas águas vão todas para o mar?

O Sr. Alberto Silva — Tanto no São Francisco como no Parnaíba, existe área irrigável sem nenhuma obra especial de canais, da ordem de 5 milhões de hectares. Outra coisa, nobre Senador, vamos agora concluir, o que chove no Nordeste é no mínimo 500 milímetros na pior seca, V. Ex^e sabe disso. Se tivermos esta água no Nordeste, através de barramentos de pequenos boqueirões de rios e riachos, teremos muito mais água do que os 10% que o Senador José Lins quer trazer do São Francisco para o Nordeste, a custo de altíssimo preço. Podemos realmente, V. Ex^e sabe, barrar as águas que caem no Nordeste em cada lugar porque o São Francisco vindo para o Nordeste, vem por uma linha, mas há lugares, por exemplo, Tauá e Crateus, podem receber água do São Francisco, que vier para o Nordeste? Não vão poder nunca. Então é muito melhor barrar lá o rio, vários rios que têm...

O SR. ALMIR PINTO — Que são afluentes do Jaguaribe.

O Sr. Alberto Silva — Exatamente. E aí teríamos o DNOCS naquela obra gigantesca, que V. Ex^e conhece e que, se não fossem essas obras, não sei o que teria sido do Nordeste nestes 5 anos de seca. V. Ex^e concorda?

O SR. ALMIR PINTO — Concordo.

O Sr. Alberto Silva — Então, não era preferível que o DNOCS recebesse recursos para continuar a reter mais águas? Ao invés de 8 bilhões e meio, teríamos 30 bilhões, 50 bilhões, de metros cúbicos de água no Nordeste. Parabéns a V. Ex^e pelo assunto que torna a levantar. Pode estar certo de que estarei ao seu lado na defesa do aproveitamento das águas, que já existem, antes de nos jogarmos numa aventura de trazer o São Francisco para o Nordeste.

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço o aparte de V. Ex^e.

Ainda ontem, o Senador Helvídio Nunes dizia uma coisa muito interessante quando se falava na questão do transplante das águas do São Francisco, S. Ex^e disse uma palavra que gravei e agora repito. O despistamento. É querer despistar uma realidade para fazer uma coisa que

ninguém sabe, ao certo quanto irá custar!... Isso em 10 anos. Se o Governo pegasse esses 2 bilhões e 200 milhões de dólares previstos para o transplante das águas do São Francisco, acredito que dentro desses 10 anos previstos para o transplante dessas águas, ele fazia talvez o maior serviço de irrigação que se pudesse imaginar em todo Nordeste brasileiro.

Por isso, eu afirmo: vamos esquecer um pouco essa questão das águas do São Francisco e pedir ao Governo Federal para que não cruze os braços diante desta situação presente do Nordeste, na verdade há uma certa fartura mas é, como disse o Senador Helvídio Nunes e, agora repetiu, as secas são periódicas. Hoje chove no Nordeste, amanhã choverá, ou não, ninguém sabe quando as águas cairão. É preciso preparar, nesses anos bonançosos, uma infra-estrutura agrícola para o Nordeste. Isto que é importante.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Concedo o aparte ao nobre Senador Helvídio Nunes, por mim já citado algumas vezes. Na verdade, ontem o seu discurso foi muito oportuno, principalmente quando advertiu o Governo para que não fosse muito pela falácia de que o Nordeste está muito bom, que tudo está às mil maravilhas. Não, na verdade, no momento está indo bem, mas é preciso aproveitar a situação presente, de alguns anos de fartura que possam vir, para firmar uma estrutura econômica para a nossa região.

O Sr. Helvídio Nunes — Nobre Senador Almir Pinto, fico muito satisfeito por V. Ex^e trazer, na tarde de hoje, alguns aspectos do problema, que é de todos nós porque é do Nordeste, e que foram por mim focalizados na tarde de ontem neste plenário. V. Ex^e presidia a sessão e lamentavelmente não pôde participar do debate.

O SR. ALMIR PINTO — É verdade.

O Sr. Helvídio Nunes — Nobre Senador Almir Pinto, eu acredito que nenhum nordestino defende ponto de vista contrário à interligação do São Francisco ao Paranaíba, ou de um rio da Amazônia

O SR. ALMIR PINTO — O Tocantins, por exemplo.

O Sr. Helvídio Nunes — Daí por que eu fico muito feliz em verificar que o eminente Senador Passos Pôrto está sonhando. Infelizmente, eu não tenho a ventura de sonhar, não tenho a capacidade de sonhar como tem o Senador Passos Pôrto. Um país pobre, que tem inúmeros tarefas a realizar, enormes encargos a enfrentar, nós pensarmos num projeto que, como tive a oportunidade de ler ontem na Folha de S. Paulo, foi tachado de faraônico, de mastodonte, por aquele matutino paulista. O que nós queremos, com os pés no chão, é aproveitar aquilo que nós já dispomos, é aquilo que nós já temos, aquilo com que nós já contamos. O Ceará tem 7 bilhões de metros cúbicos armazenados. Vamos aproveitar estes 7 bilhões de metros cúbicos. O Piauí tem o Paranaíba, tem o Uruçuí, tem o Piauí, tem o Guruguéia, tem o Longá, tem o Poty, tem uma rede fluvial extraordinária, e tem um dos maiores lençóis de água subterrânea do mundo. Por que então nós vamos sonhar? Direito de sonhar nós temos, mas, por que sonhar, quando a realidade está tão próxima de nós? Eu quero, neste instante, eminente Senador Almir Pinto, reafirmando os meus pontos de vista, dizer, com V. Ex^e: o que nós precisamos é, em termos de Nordeste, ficarmos atentos agora. Cobrarmos, não na época, mas cobrarmos antecipadamente as providências do Governo Federal no combate efetivo às secas do Nordeste, que virão. Estão previstas para 1992. Praça aos céus que sejam prorrogadas para o próximo milênio.

O SR. ALMIR PINTO — Que sejam até esquecidas.

O Sr. Helvídio Nunes — Mas, elas virão. E nós vamos nos limitar a cobrar do Governo aquelas providências

que são materializadas através daquele paternalismo, daquelas providências de ordem meramente social que são praticadas pelo Governo? Não, eu acho que a cada semana, a cada mês, nós, nordestinos, devemos estar aqui na tribuna cobrando do Governo Federal obras e realizações palpáveis, para que, na próxima seca, os nordestinos tenhamos as armas, os instrumentos para conviver com a seca...

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço o aparte de V. Ex^e. E desejo dizer que o Piauí tem um subsolo privilegiado. E até me recordo das citações que se fazem sobre Israel. Israel não tem quedas pluviométricas que mereçam menção especial, mas vai buscar toda a sua irrigação no subsolo. Se se aproveitasse o subsolo do Piauí, eu não queria nem que fosse muita coisa para o Ceará, isso porque, aproveitando todo aquele manancial e os aquíferos do vizinho Estado, talvez fosse o suficiente para abastecer todo o Nordeste com grãos alimentícios a preço razoável para o consumo dos mais pobres.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Concedo um aparte ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu tive receio que passasse a oportunidade, mas para não abordar extemporaneamente o capítulo do discurso de V. Ex^e que realmente vem-me preocupando. V. Ex^e, a exemplo do Senador Passos Pôrto, como outros tantos, preocupa-se com o problema do transplante nas águas. Levará o excedente que nós temos na Região Norte para Região Nordeste. Realmente, o problema é complexo, no Brasil. V. Ex^e deve estar lembrado da celeuma que se abateu sobre o Brasil no caso do famoso lago Hudson, projetado pelos técnicos na Região Amazônica. Mas, na verdade, o Governo naquele época, reservadamente, receoso que estava das agitações que se faziam em torno do problema, fez um estudo, estudo este concluído e que custou realmente muito dinheiro para o País, mas que, infelizmente, apesar da plena viabilidade econômica, tornou-se inviável em virtude do problema financeiro. Foi-lhe dada, segundo me consta, pelo Governo brasileiro de então, a denominação de Lago da Paz. Esse lago objetivava, aqui, o que se vem alcançando em Tucuruí: energia, com a barragem de 90 metros do Tapajós, mas que iria fazer com que a água do Tapajós refluisse pelo vale do Tapira-pés e essa água viria cair no Araguaia, elevando a sua lâmina de água em 4 metros, com o que nós afogaríamos todas as cachoeiras e todas as corredeiras, numa extensão de quase 2 mil quilômetros e passariam a ter navegação franca. Mas, afiria, também, o ideal de alimentar, com o excedente dessa água, o Tocantins, para que ele não só viesse a afogar muitas das suas corredeiras, principalmente as da região de Porto Nacional, que estaria mais ou menos na elevação da água que se obteria com Tapira-pés, e, em consequência, não haveria problema. Realmente, é uma obra que envolve uma soma de dinheiro muito grande mas que poderia ser feita, não fosse nós estarmos, neste último quartel do século XX, especialmente, muito apressados, o que falta ao povo brasileiro, e não sei se nos outros países também essa doença vem acometendo, mas há uma pressa em querer realizar tudo, é o tal imediatismo. Falta, talvez, em nós um pouco de paciência, um pouco de perseverança, porque essas obras realmente demandam muitos e muitos períodos de Governo. Se nós conseguíssemos inculcar nos nossos governos aquela filosofia de que todo mundo chupa jabuticaba, mas quase todo mundo que chupa jabuticaba nunca plantou jabuticaba porque não teve paciência de fazê-lo, é uma fruta que geralmente demora muito a produzir, talvez se nós conseguíssemos isso não houvesse essa preocupação constante dos partidos em alcançar e deter o poder, com o risco que essas obras de longo prazo envolvem houvesse menos pressão, menos egoísmo do povo da área urbana brasileira, principalmente das gran-

des metrópoles, que cada vez querem mais, não se conformam por exemplo, se um trem se atrasa 15 minutos e aí já se sentem justificados e autorizados a depredar e quebrar e incendiar, como se aquele dinheiro caísse do céu, não fosse fruto do sacrifício do nosso enxadeiro lá do Nordeste ou da esquecida Amazônia. Só que realmente eu acho difícil, sem um processo de reeducação, se nós não nos voltarmos mais para as nossas duras realidades, dificilmente obras desse vulto poderão ser realizadas pelas nossas gerações. Eu fico pesaroso com isso, e ainda na semana passada estive em Fortaleza; e indo a uma chácara, onde era oferecido um almoço para os Parlamentares cearenses, pude verificar, com muita tristeza, a falta de uma pesquisa objetiva, que induzisse a produzirmos variedades, espécimes de plantas, compatíveis com aquele meio, que temos naquela região. E lembra-me, àquele altura, conversando com meu menino, que hoje mora em Fortaleza, da tristeza que eu verifico no Brasil, quando o nosso homem comum, o homem brasileiro, vai comprar uma ação de uma empresa, a primeira coisa que ele olha é o lucro. Qual é o resultado de balanço? Quais são os filhos que aquela empresa está distribuindo? E a gente constata que, nos Estados Unidos da América do Norte, o americano sagaz, que pensa no amanhã, o investidor americano olha quanto aquela empresa está aplicando em pesquisa, para verificar a solidez e as perspectivas futuras quanto ao destino daquele empreendimento. Entretanto, nós que gostamos tanto de copiar, tanto de modismos, por que, meu Deus nós não trazemos um pouco do que existe de bom, lá fora? Mas não, temos que trazer para cá exatamente aquilo que os outros povos têm de negativo; é o que tem-se prestado como modelo de comportamento para nós brasileiros. Vê pois, V. Ex^e que o Nordeste, recebendo — e eu já tenho insistido nesse aspecto, aqui — recebendo esse apoio ocasional, emergencial, como tem recebido, em verdade, e a bem da grande e única verdade, do cidadão do Nordeste, mais do que uma parcela do muito que ele manda para cá, para o Centro-Sul do Brasil, não figura nas estatísticas econômicas, que é o homem qualificado, ou seja, é aquilo que o Nordeste tem de melhor, e que no exato instante em que esse melhor do Nordeste vai se incorporar à estatística de produção, quer dizer, depois de o homem pronto, acabado para produzir, o homem mais ambicioso, o homem mais arrojado, o homem capaz de enfrentar o desconhecido para empreender, esse homem vem para o Centro-Sul. De sorte que, realmente, acho que já é hora de haver uma tomada de consciência nacional, especialmente nós que hoje habitamos uma região mais bem privilegiada, mais bem aquinhonada. Mesmo nós, em Goiás, que ficamos como que esquecidos, século e meio, do restante do Brasil. Mas, com a presença abençoada de Brasília, Goiás vem dando passos de sete léguas, quase como que recuperando o tempo perdido. Mas a verdade é esta: se não houver uma disposição, uma tomada de consciência, de se dar solução para o maior problema brasileiro, que é o problema do Nordeste, de maneira efetiva, com essa disposição de concentrar recursos para compensar o Nordeste, e não esse círculo vicioso, que não progride porque tem o problema da seca, não desenvolve suas atividades econômicas quando tem chuva porque falta-lhe o melhor de empreender e de força de trabalho, porque já se deslocou para cá; e vamos levando, há séculos, como realmente nós temos notícias que a situação perdura lá, vamos como que tratando de um cardíaco com óleo canforado. V. Ex^e me desculpe eu ter estendido tanto, mas realmente o assunto é momento, é urgente, e eu não gostaria de ter deixado passar a oportunidade de registrar os meus aplausos à oportunidade e ao bom senso do seu equilibrado discurso.

O SR. ALMIR PINTO — Nobre Senador Benedito Ferreira, fiquei bem atento ao primoroso aparte de V. Ex^e; e senti que V. Ex^e se sente desolado, não só V. Ex^e, a nossa geração enfim, por não poder assistir grandes empreendimentos que o País estaria a exigir. Na verdade,

digo a V. Ex^t: o País, endividado como está, com o alto comprometimento externo, já nos dariamos, creio, por satisfeitos, se víssemos Itaipu terminada, Tucuruí também, a Ferrovia do Aço dando menos prejuízo, assim como a estrada de ferro que vai de Carajás a Itaqui. Isso feito, acredito que o País retiraria de suas despesas grandes gastos, e passaria então a produzir, divisas que irão minimizando os nossos compromissos externos.

Quanto ao meu Estado, na verdade, é um Estado pobre; falta-lhe exatamente aquilo que V. Ex^t sentiu, a pesquisa, a análise, uma educação mais aprofundada, principalmente naquilo que V. Ex^t observou, o seu artesanato; é na verdade um trabalho da inteligência do homem nordestino, que nasceu com aquela vocação, e vai produzindo aquele artesanato à sua maneira, como Deus lhe proporcionou a iniciativa.

Mas, como eu disse, sobre Senador Benedito Ferreira, o Nordeste ficaria muito satisfeito se o Presidente da República atual, com o seu mandato prestes a terminar, e o que venha a sucedê-lo, olhe para aquela região porque passados cinco anos de estiagem, de fome e de sede, agora as chuvas caíram neste 1984. E o perigo maior: parece que tudo está esquecido, e que nada aconteceu. Isso é ruim! Acredito que haverá um sentimento humano muito grande dos homens públicos deste País, para que não permitam mais que o Nordeste passe por aquela execração. Não é possível que aquilo que tanto o deprimiu, se repita, novamente, porque já veio desde 1559, quando aconteceu a primeira seca no Nordeste; ou seja, 59 anos depois do descobrimento do Brasil. Não é possível que com quatro séculos, estando hoje mais do que claro o problema da irrigação, não sendo mais portanto, coisa que se precise descobrir como salvar o Nordeste, não é possível que os governos porvindouros não olhem para a real situação da região com 33 milhões de habitantes, que deseja ardente prosperar, e trabalhar por este imenso País, dando-lhe meios para conseguir melhorar a sua situação econômica, como um todo.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Concedo o aparte a V. Ex^t, eminentíssimo Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Almir Pinto, eu não acredito em soluções meramente altruísticas ou altruístas, porque toda solução permanente, de caráter objetivo, tem que ter um embasamento econômico.

O SR. ALMIR PINTO — Perfeito.

O Sr. José Lins — Nenhum povo do mundo tem a menor condição de fazer mais, de aplicar mais que produz. Então, acho que o Governo não deve olhar o Nordeste apenas como um problema social. Nós não precisamos que o Governo invista no improdutivo.

O SR. ALMIR PINTO — Como praticamente o fez.

O Sr. José Lins — Sabe V. Ex^t, eu conheço a legislação da Itália, da Espanha, da França, de Israel, da Austrália, todos países com problemas de áreas secas e populosos, e não há nenhum deles que não subvençõe ou que não aplique, a fundo perdido, na recuperação da potencialidade do solo da sua pátria. Se aplicarmos recursos no Nordeste, nós seremos pagos — não há problema nenhum dessa natureza. Aliás, uma das justificativas, das alegativas que sempre dão para não irrigar o Nordeste é que a irrigação é cara. Irrigação não é cara! Qualquer investimento improdutivo é caro! Uma fábrica de automóveis é cara? Ninguém pergunta se esses investimentos requerem maior ou menor volume de dinheiro. O que se pergunta é se esse investimento é rentável, se ele dá resultado, se traz benefícios econômicos e sociais, os dois juntos. V. Ex^t sabe muito bem que qualquer dinheiro aplicado em irrigação no Nordeste é sobejamente pago, até em termos de retorno indireto pelos impostos, em

poucos anos. Podemos ter o Nordeste, aonde sobra luz e energia solar, três safras por ano. E cada safra, para que V. Ex^t tenha um termo de comparação, se plantarmos arroz, teremos seis a sete quilos por mil/hectares, por safra. Então, ainda que o Rio Grande do Sul produzisse seis mil quilos por hectare, em média, por ano, o Nordeste poderia produzir quinze toneladas de arroz por hectare/ano.

Vê V. Ex^t que a capacidade de pagamento desses investimentos é tremenda. O Governo não pode nunca alegar que irrigação é cara.

Alguns até alegam que determinadas obras requerem muito dinheiro. Ainda agora, V. Ex^t se referiu ao programa da transposição de águas do São Francisco e o colocou muito bem. Mas eu nunca vi, nobre Senador, ninguém do Nordeste reclamar pela aplicação de dinheiro da União na nossa Região. Então, acho que os objetivos são outros: uns desconhecem o problema, e outros pensam até na questão da desapropriação de algumas áreas, quando isso não tem o menor fundamento e nem traz qualquer problema para a região. Se o Governo aproveitar toda a água do Nordeste para irrigar o solo, ele não precisa desapropriar mais do que 4% ou 5% de toda a área regional, o resto é irrigação nas propriedades rurais. Então, não há nenhum impedimento e eu concordo com V. Ex^t: o que é preciso é que urgentemente o Governo, através de um plano efetivo, baseado em decisão política e legal, porque só acredita agora em coisa que venha com embasamento impositivo, por lei, cuide de verificar como deve conduzir o problema da rendição do Nordeste brasileiro para que não viva, não passe, não continue a levar esmolas para salvar vidas, porque quando o Governo faz isso há também os que alegam...

O SR. ALMIR PINTO — Isso seria a parte social.

O Sr. José Lins — O que esse dinheiro deixou na região?

O SR. ALMIR PINTO — Nada.

O Sr. José Lins — Nada, mas deixou vidas que são importantes. O que é preciso é que deixe vidas, mas em condições de subsistir e de produzir para esta Nação, pelo resto do tempo.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço, Sr. Presidente, e já vejo o sinal vermelho impedindo que eu vá à frente. Sou muito obediente ao Regimento da Casa, mas apenas para terminar este meu modesto pronunciamento, queria que o Governo Federal, as autoridades federais guardassem consigo, como eu guardei, este último aparte do Senador José Lins, Vice-Líder do PDS nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO 1^a Reunião, (Instalação) realizada em 14 de junho de 1984

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia quatorze de junho de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Jutahy Magalhães, Helvídio Nunes, Octávio Cardoso, José Lins, Virgílio Távora, Saldanha Derzi, Alberto Silva, Passos Porto, Jorge Kafume, Hélio Gueiros e os Srs. Deputados Antônio Gomes, Augusto Trein, João Alves, Josué de Souza, Nilson Gibson, Osvaldo Melo, Edison Lobão, Darcílio Ayres, Jairo Magalhães, José Carlos Fagundes, Jutahy Júnior, Álvaro Gaudêncio, Wilson Falcão, Alencar Furtado, Genésio de Barros, João Her-

cílio, Moysés Pimental, Randolphó Bittencourt, Chagas Vasconcelos, Eduardo Matarazzo Suplicy, Celso Carvalho, Wildy Vianna, Vicente Guabiroba e Nyder Barbosa, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento.

Verificada a existência de número regimental, o Sr. Deputado Antônio Gomes, na forma regimental, assume a presidência e declara abertos os trabalhos da Comissão e comunica que irá proceder à eleição para Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, é feita a apuração dos votos pelos escrutinadores, Senador Alberto Silva e o Deputado Nilson Gibson. Verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

— Deputado João Alves 34 votos

Para Vice-Presidente:

— Senador Saldanha Derzi 34 votos

São declarados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Sr. Deputado João Alves e o Sr. Senador Saldanha Derzi.

Assumindo a presidência, o Deputado João Alves agradece, sensibilizado, a honra com que o distinguiram os seus ilustres pares, prometendo não poupar esforços para o bom andamento desta importante Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Presidente agradece, também, ao Sr. Senador Saldanha Derzi, pela sua atuação na presidência que ora lhe transfere, na qual S. Ex^t procedeu de maneira irretocável, não apenas em relação aos trabalhos da Comissão, mas também na distribuição de recursos, no que se refere às cotas de Subvenções Sociais, aos Senhores Senadores e Deputados, feita de tal forma, que nenhum deles reclamou da falta de critério nessa distribuição.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente submete à deliberação da Comissão as Normas e Instruções que nortearão os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento durante o corrente ano. Na oportunidade, Sua Excelência esclarece que são as mesmas adotadas em 1983. Por unanimidade, são as mesmas aprovadas, indo à publicação em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

A Comissão Mista de Orçamento, tendo em vista o disposto no art. 95 da Resolução nº 1, de 1970, do Congresso Nacional resolve baixar as seguintes normas:

Art. 1º A tramitação, na Comissão Mista, do Projeto de Orçamento é regulada pelas Normas abaixo estabelecidas.

Art. 2º Recebido pela Comissão o Projeto, o Presidente, na forma do art. 91 da Resolução nº 1/70 (CN), o distribuirá entre Relatores por ele escolhidos, obedecidos os seguintes princípios:

I — O projeto será desdobrado em Anexo, Órgão ou Parte do Órgão, relatado por Deputado, num ano, o será, por Senador, no outro e vice-versa.

Art. 3º O Presidente poderá designar dois membros da Comissão, respectivamente, do Senado e da Câmara, para coordenação dos Relatórios referentes a Anexo, Órgãos ou Partes deferidas a cada uma das Casas.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão só podem ser abertos com a presença de, no mínimo, 20 membros.

Das emendas

Art. 5º As serão recebidas pela Comissão, dentro de 20 dias a contar da distribuição dos avulsos, e, ao fim deste prazo, despachadas pelo Presidente.

Parágrafo único. Do despacho que inadmitir emenda, poderá haver recurso do autor, para a Comissão, dentro de 24 horas.

Art. 6º Findo o prazo previsto no art. 5º, o Presidente da Comissão providenciará a publicação das emendas admitidas devidamente ordenadas e numeradas seqüencialmente.

§ 1º Não serão publicadas as justificativas das emendas, devendo, entretanto, serem presentes ao Relator como subsídio.

§ 2º As emendas não admitidas serão oportunamente publicadas em avulso especial.

§ 3º As emendas serão numeradas segundo a ordem dos Anexos, dos Órgãos e da classificação orçamentária adotada no projeto e sempre que necessário, por ordem alfabética do Estado do autor e por seu nome Parlamentar.

Art. 7º As emendas serão obrigatoriamente datilografadas em formulários próprios, distribuídos pela Comissão e devidamente classificadas e assinadas em todas as vias.

Parágrafo único — As emendas deverão estar rigorosamente classificadas por projeto ou por atividade, segundo o esquema adotado no projeto.

Art. 8º Não será aceita pelo Presidente da Comissão emenda que:

I — Contrarie o disposto no art. 65, § 1º da Constituição Federal, *verbis*: “Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objeto”.

II — Contrarie o disposto no art. 33 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, *verbis*: “Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que visem a:

a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta;

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.”

III — Seja constituída de várias partes que devam ser redigidas em emendas distintas.

IV — Contrarie o disposto nestas Normas.

Art. 9º As emendas se referirão sempre a um projeto ou a uma atividade.

§ 1º Cada emenda só conterá um item, assunto ou localidade relativa a apenas um projeto ou a uma atividade.

§ 2º Quando se tratar de emenda de interligação de localidade ou que façam referência a um trecho, só serão mencionadas, além do projeto ou atividade, as localidades onde se inicie e termine a interligação ou o trecho.

§ 3º Quando se tratar de emenda à prorrogação de uma Entidade Supervisionada, ela deverá sempre se referir ao projeto ou à atividade classificada no Anexo III da Proposta Orçamentária — Programação a cargo das Entidades Supervisionadas (À Conta de Recursos do Tesouro).

Art. 10. Nas dotações globais, sujeitas a regime de quotas, os Relatores apresentarão emendas substitutivas que reúnam as relações apresentadas pelos Congressistas.

Art. 11. Não poderão figurar nos Boletins de Subvenções Sociais as entidades que não estejam devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, ou averbadas, no caso das mantidas, exceto as do Poder Público.

Art. 12. Somente poderão ser vinculadas destinações para:

I — Bolsas de Estudos;

II — Assistência Social;

III — Assistência Educacional ou Cultural.

§ 1º As dotações destinadas às entidades educacionais deverão ser preferencialmente destinadas a Bolsas de Estudos.

§ 2º As dotações destinadas às Prefeituras Municipais deverão ser obrigatoriamente vinculadas.

§ 3º Só serão atribuídas cotas de subvenções sociais a Parlamentares no exercício pleno do mandato.

§ 4º O acesso às informações sobre Subvenções Sociais distribuídas pelos Parlamentares só será permitido ao próprio autor da destinação, ou mediante sua autorização expressa.

Art. 13. A Presidência deliberará sobre:

a) Prazo para entrega dos boletins de Subvenções emendas;

b) Fixação da cota de Subvenções Sociais dos parlamentares;

c) Fixação de quantitativos mínimos das Subvenções Sociais; e

d) Fixação de cotas para entidades do DF.

Parágrafo Único. A Presidência remanejará, no todo ou em parte, as cotas de parlamentares que não atendem os prazos e valores estabelecidos de acordo com o disposto nos incisos deste artigo.

Art. 14. A Presidência, na distribuição dos relatórios, poderá avocar total ou parte do Projeto.

Art. 15. O Relator apresentará seu parecer por escrito, até 24 horas antes da hora marcada para a reunião da Comissão destinada a apreciá-lo.

§ 1º A não observância do prazo de que trata este artigo importará na designação de um Relator Substituto, que, dentro de 3 (três) dias, apresentará o parecer.

Art. 2º O parecer do Relator deverá estar à disposição dos membros, antes da Comissão apreciá-lo.

Art. 16. O parecer do Relator constará de:

a) Relatório expositivo da matéria em exame;

b) voto conclusivo sobre a conveniência de aprovação ou rejeição total ou parcial, das proposições, sob exame, ou sobre a necessidade de se lhes dar Substitutivo.

Parágrafo Único. As emendas que tiverem o mesmo objetivo serão reunidas em ordem numérica e terão um só parecer.

Art. 17. As emendas serão submetidas à discussão e votação em bloco, conforme tenham: parecer favorável; favorável parcialmente; favorável nos termos de Substitutivos; e finalmente, as de parecer contrário.

Da Discussão e Votação

Art. 18. Lido o parecer do Relator, iniciar-se-á a discussão da matéria, obedecidos os seguintes princípios:

I — Nenhum dos membros da Comissão poderá falar mais de cinco minutos, prorrogáveis por mais de cinco, sobre as emendas, salvo o Relator, que falará por último, podendo fazê-lo pelo dobro do prazo;

II — O autor da emenda, se não for membro da Comissão, poderá falar pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

III — Não serão admitidos apartes em qualquer fase da discussão.

Art. 19. Não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda.

Art. 20. A critério do Presidente da Comissão, faltando três dias ou menos para o término do prazo de apresentação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciadas pela Comissão, sem discussão ou encaminhamento.

Art. 21. Encerrada a discussão, passar-se-á à votação.

Art. 22. As deliberações da Comissão Mista iniciarem-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará na rejeição da matéria.

Parágrafo Único. O Presidente terá somente o voto de desempate.

Art. 23. As emendas poderão ser destacadas para discussão e votação em separado, na Comissão.

§ 1º O destaque só poderá ser requerido com apoio de, pelo menos, 1/3 dos representantes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, na Comissão Mista.

§ 2º Somente poderão falar sobre os destaques, e pelo prazo de cinco minutos improrrogáveis, o autor do destaque e o Relator da matéria.

Art. 24. Os pedidos de verificação, durante a votação na Comissão, somente poderão ser feitos com o apoio de 1/3 dos representantes do Senado Federal, na Comissão Mista.

Art. 25. Os pareceres da Comissão sobre o projeto deverão estar definitivamente votados até 20 dias após o encerramento do prazo para a apresentação das emendas.

Art. 26. Rejeitado o parecer do Relator, o Presidente da Comissão designará um novo Relator para redigir o vencido.

Da Participação das Comissões Permanentes

Art. 27. A participação das Comissões Permanentes, no estudo da matéria orçamentária, obedecerá as normas estabelecidas no art. 90 do Regimento Comum (Res. 2/73 — CN).

Parágrafo único. A Comissão Permanente que apresentar parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária ou parte dele, deverá encaminhá-lo à Presidência da Comissão, dentro do prazo fixado no *caput* do art. 94 do Regimento Comum.

Da Redação Final

Art. 28. A Comissão terá 10 dias para a redação final do projeto, que nesta ocasião, será tratado como um todo.

Disposições Gerais

Art. 29. Os atos da Comissão Mista e de seu Presidente serão publicados no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II.

Art. 30. As reuniões da Comissão Mista realizar-se-ão preferencialmente no Senado Federal.

Art. 31. A Presidência da Comissão Mista designará um Assessor Geral, pertencente ao Quadro de Funcionários de uma das Casas do Congresso Nacional, um sistema de rodízio, para a direção dos trabalhos administrativos e um Coordenador-Geral da Assessoria da Comissão na outra Casa. A Presidência designará, também, funcionários para secretariar a Comissão.

Art. 32. A Comissão será assessorada por funcionários da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Subsecretaria de Orçamento da Assessoria do Senado Federal e secretariada por funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal, nos termos do art. 145 do Regimento Comum.

Art. 33. A Assessoria-Geral será subdividida em duas Assessorias; uma no Senado Federal e outra localizada na Câmara dos Deputados.

Art. 34. A Assessoria-Geral comunicará à Secretaria da Comissão, com o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas as matérias em condições de serem apreciadas.

Art. 35. As presentes Normas terão aplicação, no que couber, nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos.

Art. 36. Os casos omissos nas presentes Normas Instruções serão decididos pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Art. 37. As presentes Normas vigoram até que a Comissão Mista de Orçamento resolva alterá-las ou revogá-las, por decisão de sua maioria.

Congresso Nacional, 14 de junho de 1984. — Deputado João Alves, Presidente.

PORTRARIA Nº 01/84-CMO

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º do artigo 10, do Regimento Comum, designo o funcionário Luiz Vasconcelos, Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, para Assessor Geral da Comissão, na apreciação do Orçamento da União para o exercício financeiro de 1985.

Congresso Nacional, 14 de junho de 1984. — Deputado João Alves, Presidente.

PORTRARIA Nº 02/84-CMO

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º do artigo 10, do Regimento Comum, designo o funcionário José Pinto Carneiro Lacerda, Diretor da Subsecretaria de Orçamento da Assessoria do Senado Federal, para Coordenador da Comissão no Senado Federal, na apreciação do Orçamento da União para o exercício financeiro de 1985.

Congresso Nacional, 14 de junho de 1984. — Deputado João Alves, Presidente.

PORTRARIA Nº 03/84-CMO

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º do artigo 10, do Regimento Comum, designo, para secretariar a Comissão, os seguintes funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal:

Assistentes: Daniel Reis de Souza e Carlos Guilherme Fonseca; e,

Auxiliares: Luiz Fernando Lapagesse, Francisco Guilherme T. Ribeiro e Sérgio da Fonseca Braga.

Congresso Nacional, 14 de junho de 1984. — Deputado João Alves, Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA 13ª Reunião, realizada em 16 de maio de 1984

Às dez horas do dia dezenas de maio de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Jorge Kalume, Severo Gomes, Benedito Ferreira, José Fragelli, Jutahy Magalhães e os Srs. Deputados Augusto Franco e Hélio Daniels, reúne-se a Comissão de Economia. O Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, afirmando ter a honra de receber nesta Comissão, o Exmº Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, assim como o Sr. Euclides Quandt de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicação, que com suas presenças abrilhantam este ciclo de palestras sobre a política nacional de Informática. Fazendo uso da palavra o Sr. Ministro Camilo Penna desenvolve seu pronunciamento, recebendo interpelações dos Srs. Senadores Severo Gomes, Benedito Ferreira e Roberto Campos, que na oportunidade solicita ao Sr. Senador José Fragelli que ocupe a presidência dos trabalhos. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Sr. Senador Roberto Campos convida o Sr. Euclides Quandt de Oliveira a tomar lugar à Mesa, a fim de proferir sua palestra. Recebe, ao término, interpelações do Sr. Senador Benedito Ferreira. Para concluir, o Sr. Presidente agradece a presença dos ilustres conferencistas e determina, ainda, que as notas taquigráficas, tão

logo traduzidas, sejam anexadas à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1984, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO — PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES

COMISSÃO DE ECONOMIA

DEPOENTE: MINISTRO JOÃO CAMILO PENNA

**EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
REUNIÃO EM 16 DE MAIO DE 1984
ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS.**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Tenho a honra de receber na Comissão de Economia o prezado amigo e ilustre cidadão, Ministro João Camilo Penna, cuja cultura, não só econômica mas literária e filosófica, é bem conhecida.

É extremamente pertinente a vinda a esta Comissão do Ministro da Indústria e Comércio pela fundamental razão de que o Decreto-lei nº 200, que reestruturou a Administração brasileira indica, no art. 39, que competem ao Ministério da Indústria e do Comércio, segundo o item I, — "o desenvolvimento industrial e comercial", e, segundo o item VI "a pesquisa e a experimentação tecnológica."

As responsabilidades fundamentais, portanto, de promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico cabem especificamente, por estatuto legal não revogado, ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Tem a palavra o Ministro Camilo Penna.

O SR. CAMILO PENNA — Sr. Presidente Roberto Campos, Srs. Senadores, meus Srs.:

O Simpósio de Informática aqui realizado em junho de 1983 e este Seminário promovido pelo Senador Roberto Campos, na Comissão de Economia e cuja grande importância já pode ser aferida, dão a medida da amplitude da abertura política conduzida pelo Presidente João Figueiredo na vida brasileira, valorizam o pluralismo e o entre-choque das idéias e demonstram o vigor e o espírito contemporâneo com os tempos novos desta Câmara Alta.

As palestras e os debates aqui ocorridos, em junho de 83 e agora, cobriram diversos temas e pontos de vista. Verificou-se alto nível de competência e de brasiliade.

Colocações divergentes, muitas vezes, demonstrando a vitalidade e o pluralismo de uma sociedade que desabrocha moderna, e revelando níveis de informação diferentes, ora sob enfoques setoriais ou regionais, ora sob enfoques mercantis, ora com visão estratégica global de longo prazo, ora sob visão tática de curto prazo. Sempre, entretanto, pensando brasileiramente.

Quase tudo já foi aqui dito ou proposto; evitarei repetições, mas terei de fazê-las várias vezes para reforçar a proposição ou pensamento em questão. E acredito ter algo de novo ou de importante a dizer.

Seja pela vida, vivida e sofrida no meio industrial brasileiro, em experiência de empresa privada, de empresas mistas e de Governo Estadual e Federal, buscando entender a alma do empresário, com suas motivações que criam-lhe atributos específicos, e buscando entender o papel do governo em uma sociedade que se propõe neocapitalista de homens livres.

Seja pela experiência e responsabilidade decorrentes de minha função há 5 anos como Ministro da Indústria e do Comércio e como membro do Conselho de Segurança Nacional, onde vivo a busca do entendimento do conjunto dos problemas brasileiros, a fim de influir no adequado entrelaçamento dos setores e regiões do País entre si e no entrelaçamento do País com o Mundo.

Meus Senhores,

As diretrizes do Governo, estabelecidas pelo Presidente João Figueiredo, no início do seu Governo e válidas até hoje, incluirão:

"— As reformas políticas completar-se-ão com as modificações necessárias a estimular a liberdade de iniciativa das empresas e indivíduos;"

"— Sem desconhecer a importância dos recursos externos para o desenvolvimento brasileiro, este deverá financiar-se, basicamente, pela acumulação interna de poupanças;"

"— Consequência natural da abertura política é a diminuição do coeficiente de tutela do Estado sobre a sociedade, e sobre a vida econômica. O governo federal tomará medidas tendentes a:

(i) Simplificar os mecanismos de incentivo ao setor privado; desburocratizar seus trâmites; deixar maior amplitude ao jogo das forças de mercado.

(ii) Limitar a intervenção no domínio econômico, prevista na Constituição, ao estritamente indispensável a corrigir as imperfeições do mercado e a atender às exigências da Segurança Nacional;"

"— A máquina do Estado deverá ser modernizada, simplificando-se os procedimentos administrativos. A desburocratização das atividades estatais deve ser procurada por todos os meios."

"— A administração federal funcionará de maneira descentralizada. A ação ministerial caracterizar-se-á pela autonomia — dentro das diretrizes e prioridades presidenciais — e pela cooperação intersetorial."

"— A eficiência da máquina administrativa é incompatível com atribuições superpostas, indefinidas ou concorrentes. A compatibilização dos planos setoriais, sob a autoridade do Presidente, desqualifica os conflitos jurisdicionais ou programáticos. Como episódios burocráticos menores, esses incidentes são inaceitáveis, diante da dimensão da tarefa a executar."

As diretrizes estabelecidas para o MIC incluirão:

"— As grandes linhas de atuação do MIC manterão coerência com as diretrizes gerais de Governo estabelecidas."

"— São funções do MIC:

a) formulação e execução da política de desenvolvimento industrial e de comércio interno;

b) formulação e execução das políticas relativas à tecnologia, prioridade industrial, normalização, padronização e controle de qualidade."

Por sua vez, a Política Nacional de Informática estabelece: da política de informática.

"— O objetivo é a capacitação tecnológica do País no setor, para o melhor atendimento dos programas prioritários do desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento do Poder Nacional.

E, finalmente, como orientação básica da política de informática diz o Presidente:

"— O estímulo e a participação governamental se darão por medidas visando:

- coordenar atuação dos órgãos...
- conjugar esforços...
- incentivar iniciativas...
- estudar, ativar e coordenar mecanismos de controle e acompanhamento..."

Dentro destas orientações presidenciais, o MIC vem agindo, acompanhando e estudando os desdobramentos relativos à Informática no Brasil.

Convidado pela SEI, pronunciei palestras em julho de 1983, no I Congresso Nacional de Automação Industrial e, em outubro de 83, no XVI Congresso Nacional de In-

formática. Pela sua importância e pelo seu fato histórico, entregó à Mesa cópia destes dois pronunciamentos, onde eu firmava posições e estudava diversos temas:

- Centralização versus descentralização
 - Papel do governo e da iniciativa privada
 - Reserva de mercado e tarifas aduaneiras
 - Associações com capital estrangeiro
 - Hardware e software
 - Geração de tecnologia
 - Interesses dos usuários
 - Atendimentos ao mercado interno e exportação.
- Estes mesmos importantes temas continuam em debate.

Meus Senhores,

Vivi no MIC uma forte experiência de um programa de desenvolvimento, questionado e amplamente debatido, e que daí recebeu os necessários aperfeiçoamentos: o Programa Nacional do Álcool. Creio que este processo a que agora está sendo submetida a Política de Informática é importante fator para o seu enriquecimento.

A SEI tem promovido debates públicos, tem aceito questionamentos e tem organizado Grupos de Trabalho, interdisciplinares e inter-ministeriais. Por esta atitude dos homens e da instituição, acredito na receptividade a novas idéias e formulações.

Dentro desta convicção, eu venho, na linha já conhecida de meus pronunciamentos de julho e de outubro 83, trazer uma contribuição crítica que resulta da discussão no âmbito do MIC, e que pretende incorporar o que julgo ser o pensamento de ampla maioria do setor industrial brasileiro.

Analisando as palestras e as gravações dos debates aqui efetuados, e ao examinar as repercussões, nota-se que o tema palpitante é a reserva de mercado. Mas a reserva é um fato em si, ou é consequência de política e atitudes instituídas? Embora reconhecendo a relevância da reserva, considero-a como tema subsidiário dos temas principais, que são, a meu ver, o problema da centralização ou descentralização da formulação da política de Informática e da sua execução, e o exame das prioridades com a sua colocação temporal.

Enfocarei os demais temas sob estes dois ângulos:

Centralização e Tempo

Cabe, inicialmente, buscar a própria definição de Informática que, sendo tratamento de informação, tem fronteiras ainda cinzentas com diversas áreas de conhecimento e atividade do homem. Fronteiras a definir para trabalharmos em paz. O Brasil não definiu tão bem suas fronteiras territoriais? Por sua vez, a Informática é uma das novas fronteiras de aplicação do conhecimento. Tem assim muito de esperança, trabalho, audácia, aventura, especulação, determinação, sucessos, frustrações, fracassos... As estratégias adotadas deverão pois ser flexíveis suficientemente para permitir o avanço em campos desconhecidos, mas cautelosas suficientemente para aumentar os sucessos e reduzir as frustrações.

Pela própria abrangência e complexidade da Informática, creio adequada a colocação do Ministro Danilo Venturini, ao dizer nesta Comissão que a um órgão central para Informática deverá caber essencialmente a coordenação dos inúmeros agentes e instrumentos governamentais e privados, através dos quais a política de formulação e supervisão vai se materializar. Proposição de maior importância.

S. Ex^e informa, ainda, "pela razão da sua multifinalidade, considerar clara a intrínseca incompatibilidade das atividades de Informática com o esquema de condução apenas setorial." Cabe-me lembrar, a propósito, que o Ministério da Indústria e do Comércio vem tratando de setores extremamente complexos, desenvolvendo diferentes segmentos da atividade humana. Não me parece assim e devo dizer-lhe em breve parênteses — ,que o Ministério da Indústria e do Comércio, com abrangência em toda a área industrial e comercial, seja um órgão se-

torial. O MIC conduz ou participa diretamente de programas, inclusive os tecnológicos, na área da indústria de transportes, telecomunicação, metalurgia, química, agroindústria, energia, agricultura, exportação turismo, etc., além de uma ampla atividade do comércio.

O Brasil atingiu a posição, digamos, de oitavo parque industrial do mundo, com as políticas e estratégias descentralizadas conduzidas pelo MIC nos seus 24 anos de existência e experiência. Poderiam criticar a política adotada que foi mais pragmática e lógica do que ideológica. Mas a verdade é que, como aliás afinal acontece no Brasil, o pensar brasileiramente supera abordagens lógicas ou ideológicas, e foi isto o que aconteceu com a pragmática política industrial brasileira, vitoriosa.

Meus Senhores,

Entendo, pela experiência colhida e pela dinâmica da evolução natural das coisas, que se aceitará, dentro da definição dada pelo Ministro Danilo Venturini, uma revisão das funções da SEI que, além de formular e supervisionar, tendeu, em certa fase, a executar e não apenas a coordenar as diversas funções governamentais no setor, superpondo-se e substituindo órgãos existentes, ora com duplicações de funções, ora com atritos e consequente redução de eficiência na ação do governo e da empresa privada.

Pelo próprio caráter de multifinalidade e vitalidade da Informática, é necessária a descentralização da execução da política traçada pelo órgão central, O PROÁLCOOL, vitorioso, utilizou um pequeno grupo de formulação e coordenação e descentralizou a sua execução, entregando-a aos empresários. Claro que a Informática é muito mais abrangente do que o PROÁLCOOL. Mais necessária, pois, a sua descentralização. O Ministério da Indústria e do Comércio e outros ministérios, têm visto, antes da lei, funções superpostas, com desperdícios de utilização de instituições já existentes.

Pela minha experiência de governo, creio firmemente que o desabrochar e a maturação da Informática, permitindo a utilização das diversas experiências e competências, e buscando a vitalidade de uma sociedade jovem, exige a descentralização das atividades executivas, dentro do mesmo argumento que não recomendaria a sua coordenação por um órgão setorial.

De outro lado, quanto maior a centralização, tanto maior o risco de identificações e superposições sobre os papéis do governo e da iniciativa privada, inibindo e retardando o processo. A centralização levaria provavelmente, ou à formação de grandes grupos privados sob a tutela governamental, ou à formação de empresários inefficientes. Ambos os casos podem levar à indesejável estatização.

Qualquer compra de equipamento com componentes de informática por órgão ou empresa deve hoje ser aprovado pela SEI; qualquer importação de material de informática ou de insumos deve ser aprovada pela SEI, mesmo que não destinada à informática. Há, além da reserva, uma centralização que, no mínimo, retarda e prejudica todo o processo. Assim, há o poder de comando e controle do todo, através da parte, e há exemplos inúmeros de sérios problemas criados. É necessário maior descentralização e liberação sobre estes pontos.

Repto que o principal problema a ser agora equacionado é o da re-definição da formulação central da política e da estratégia. Entendo sua constituição como necessariamente interministerial e inter-disciplinar, com representantes da área privada dos produtores e usuários, e com descentralização da tática, dentro do governo e dentro da área privada. As execuções das diversas medidas governamentais correlatas, deverão utilizar legislações que atribuiram funções a órgãos já existentes, confirmando-as e, se for o caso, atualizando-as. A área privada responderá pela produção.

A SEI já vem, através de diversos grupos de trabalho, mostrando sua tendência neste rumo. É necessário, agora, uma definição maior.

Meus senhores,

Considero angustiante, em relação à Informática, a busca de resposta para a seguinte pergunta:

Temos tempo ou temos pressa?

Entendida a Segurança Nacional como intimamente relacionada com o estado de garantia que deve ser proporcionado ao País para a consecução dos objetivos nacionais, e conhecida a importância da Informática para isto, creio que ninguém, pensando brasileiramente, deixará de se preocupar com a pergunta. Estou convicto de que em um país como o nosso, com tantos desafios econômicos e sociais a superar, devemos ter pressa.

Mas, afinal, o que é "pressa"? Certamente não é o apressamento de definições não-coordenadas e a desordem da execução. O que chamo de pressa aqui é o estabelecimento de prioridades e prazos necessários a um programa nacional e, se for o caso, tornados mais curtos por estratégias e táticas que considerem as urgências envolvidas. Neste sentido, o problema não é de falta de tempo, mas de estabelecer prioridades e os seus programas. Comecemos pela busca da própria prioridade da Informática na vida brasileira. Não exageremos e nem nos descuidemos.

A Informática é importante, muito importante. Mas não é mais importante do que muitos outros setores da vida brasileira.

Dante disto, é necessário que se decida a sua prioridade, que julgo alta, na alocação de recursos necessários e, dentro dela, as suas prioridades, vistos os custos e os benefícios.

É necessário orçar, programar, e buscar visão plurianual, e criar recursos institucionais. Política sem programação seria razão sem ação.

Feitas estas colocações básicas, passo a estudar temas específicos.

A reserva de mercado é palpável. Difícil seria estabelecer uma indústria nacional nascente sem reserva ou proteção de mercado. Prática universal, foi e é usada no Brasil, com sucesso, em setores que são hoje vitoriosos internamente e competitivos externamente.

A novidade na área atual da Informática no Brasil é a forma como se pratica a reserva, com proibições diversas incluindo as de associações em joint-ventures, em atitudes ainda não conhecidas no Brasil.

Quero agora falar sobre obrigações que devem ser, direta ou indiretamente estabelecidas para uma empresa protegida, como contrapartida dos direitos concedidos.

Acredito que, definidos os prazos para os programas, qualquer proteção para reserva de mercado deva ser acompanhada de obrigações, tais como planos de nacionalização progressiva; desenvolvimento de tecnologia própria, expansão com reinversão de lucros; compromissos de exportação para obter, no mínimo, equilíbrio do balanço de divisas, política de preços para os usuários, proteção anti-dumping, etc... As contrapartidas estabelecidas é que darão a medida do "custo x benefício" da proteção concedida.

Entretanto, se temos o direito de praticar proteção e uma reserva interna de mercado, parece-me claro que, participes do mundo livre, devemos aceitar a reserva, também, para joint-ventures com controle nacional, nos termos, por exemplo, da definição adotada pelo Ministério das Comunicações ou a do Conselho de Desenvolvimento Industrial, que transcrevo:

"Indústria brasileira é aquela estabelecida no País, cuja maioria de capital com direito a voto seja de propriedade de brasileiros ou de estrangeiros radicados no País, e cujos estatutos, contratos de acionistas e de cooperação e de assistência técnica não contenham cláusula

restritiva ao pleno exercício das prerrogativas inerentes a essa maioria acionária."

Por que não autorizar, dentro de algumas regras, as atuais firmas detentoras de direitos de reserva a associarem-se, evidentemente a seu critério, com firmas estrangeiras de igual ou menor porte? Por que não autorizar, particularmente para a área de controle de processos e de produção de alguns componentes hoje importados, **joint-ventures** que permitam prazos mais curtos para nosso avanço no tempo? Por que não considerarmos um novo tipo de tripé, de grupo financeiro nacional com empresa brasileira de informática e com empresa estrangeira que queira transferir a tecnologia? O empresário nacional está maduro para essas associações e merece confiança.

É possível uma regulamentação que garanta os benefícios nacionais pretendidos, inclusive melhor acesso aos mercados externos. Acredito que o mecanismo de proteção de mercado para áreas específicas, condicionado a contrapartidas programadas no tempo, aceitando **joint-ventures** também condicionadas, será solução que atenderá aos objetivos de desenvolvimento e racionalização do setor de Informática.

Lembremos que a reserva hoje praticada não resolveu o problema da redução da vulnerabilidade, pois depende da importação de circuitos integrados. E nem se pense que o mercado brasileiro poderá ser fechado para futura produção nacional de circuitos integrados, uma vez que não há escala necessária e produziríamos, pois, a custos não competitivos. Seria este talvez um importante tema para **joint-ventures** compromissos de exportação, enquanto poder-se-ia pensar em termos mais nacionalizados para tecnologia e produção de **chips** dedicados a usos especializados.

Experiências anteriores de **joint-ventures** não teriam proporcionado a desejada transferência de tecnologia, o que é discutível em muitos casos. A experiência mostra como evitar que a Informática siga no mesmo caminho e como se corrigiria o processo, o que é possível. Lembro que a Informática é mais dinâmica e exige mais urgência. E se confiar traz riscos, não confiar trará risco maior, o risco das oportunidades perdidas.

O que importa é que há soluções para sucesso nacional de **joint-ventures**, e que elas podem ser aceitas dentro de uma política adequada.

Esta formulação, sendo, a meu ver, de grande importância direta, tem também importância indireta e poder de alavancagem fundamental. Significa, para os nossos parceiros do mundo, uma atitude de confiança em nós e uma demonstração de maturidade na parceria de nossas responsabilidades com o homem livre. Se o sistema brasileiro de informática, importando componentes e tecnologia, é obrigatoriamente internacionalizado, ele não deve isolar-se em firmas fechadas.

Meus Senhores,

As forças do mercado são poderosas, mas não creio que neste final do século XX, apenas a mão invisível de Adam Smith levará a melhor solução para os problemas nacionais. Governo existe para governar. Além da proteção à reserva de mercado, penso que o governo deverá, ainda, buscar estimular as prioridades dos diversos campos de trabalho, incentivando-os através de linhas especiais de crédito, de incentivos fiscais e creditícios e de programas de compra governamentais.

Subsídios e incentivos à área privada são mecanismos poderosos de governo, utilizados universalmente para orientação de prioridades e aceitáveis desde que provem de fontes não inflacionárias. Proponho que se programe o seu uso para adequada capacitação tecnológica, criação de mercados internos preferenciais, produção de software e hardware e geração de exportações. Este é um eficiente agente de mobilização dos valores pluralistas e vitais de uma sociedade que se quer de homens livres, e é um processo adequado para evitar estatização.

Compras governamentais são outro importante mecanismo que exigiria formulação plurianual. A ampliação do uso da Informática no Sistema Educacional e de Saúde é exemplo típico para um programa de compras governamentais. A indução de controle de processos em projetos financiados pelo governo é outra prioridade a ser considerada.

Não é necessário lembrar a informática nas Telecomunicações.

Definidos e incentivados setores e mercados prioritários, a produção de software para estes setores receberá, também, prioridade na alocação de recursos, incentivos e subsídios, precedendo, então, a programação de produção de hardware.

Se é fundamental aceitarmos a necessidade de proteção, incentivos e subsídios a uma indústria nascente; se é fundamental que haja ação governamental de indução e estímulo; é fundamental não perder de vista as prioridades.

Destaque-se a prioridade para tecnologia, deve ser ressaltado, entretanto, o fato de que a Tecnologia para Informática não é uma tecnologia estanque, isolada, própria. Ela depende da alta matemática, da física, da tecnologia de materiais, da metalurgia, da mecânica, da ótica, etc., etc...

Mais uma vez é fundamental a descentralização do processo e a melhor utilização e ampliação da infraestrutura de tecnologia existentes no País.

Atualmente, há no Brasil grande ociosidade de engenheiros, de firmas de engenharia, de cientistas e de laboratórios e, muitas vezes, os produtos da pesquisa não chegam à indústria e tornam-se em mais teses para as eruditas estantes universitárias. Poderia parecer que não temos um quadro em que há apenas no Brasil cerca de 200 engenheiros e cientistas envolvidos com pesquisa e desenvolvimento para cada milhão de habitantes, enquanto que nos países industrializados este número varia de 1.500 a 3.600 pesquisadores por cada milhão de habitantes.

No Brasil, estamos mesmo sem alocações de recursos para a tecnologia básica de metrologia, normas, padrões e controle de qualidade!

Devo reforçar o conceito de que a Informática não poderá progredir sozinha na Tecnologia, e que é necessário o incentivo ao avanço tecnológico geral, inclusive através da empresa privada, e programando uma ampla formação de recursos humanos, com maior interação entre universidade e empresa. Volto a dizer que o governo governa e não há contra-indicação ao ato de governar via indução à área privada por incentivos de origem não inflacionária. É necessário, a exemplo dos países desenvolvidos do mundo, que o Brasil conceda estímulos à produção de tecnologia pela empresa privada.

O MIC propôs ao governo um projeto de lei, anexo, neste sentido, cuja aprovação criará poderoso instrumento para a tecnologia industrial em geral, inclusive para a Informática. O projeto se caracteriza pela busca de geração de tecnologia pela própria empresa interessada, que é alavanca poderosa. Finalmente, é preciso lembrar que a tecnologia se encontra em grande parte na cabeça das pessoas, o que exige em política deliberada e programada de formação de pessoal e também uma ação "importação" de competências individuais.

Há indicação, de análises diversas, que os instrumentos de fomento mais eficazes para o desenvolvimento da tecnologia industrial se exercem via forças de mercado. No Brasil a experiência resultante da ação do FINAME, dinamizando o mercado de equipamentos de fabricação nacional, mostrou ser, aquele, um instrumento eficaz para a consolidação da indústria nacional de bens de consumo duráveis e bens de capital.

A informática necessita de um instrumento similar ao FINAME capaz de se tornar uma real alavanca para a indústria nacional, de modo que:

— Seja também contemplado o leasing e/ou locação de equipamentos de fabricação nacional (além do financiamento à compra como tradicionalmente é realizado).

— O software oferecido por fabricantes e empresas de software (System Houses e Softare Houses) seja incluído no mecanismo de financiamento, seja sob forma de leasing, locação ou mesmo compra.

Como proteção adicional, pode-se estabelecer uma hierarquia de incentivos para a tecnologia desenvolvida e para a tecnologia associada. Pode-se ainda exigir equipe técnica brasileira que possa assimilar a tecnologia externa, tanto no que se refere à fabricação como ao projeto. Pode-se exigir maiores compromissos de exportação e pode-se estabelecer mercados internos governamentais hierarquizados.

Nas **joint-ventures** poder-se-á exigir que a empresa estrangeira faça no Brasil investimentos em escala proporcional, necessária à produção de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, com brasileiros.

Estaremos com a multinacional dentro de casa, e não lá fora, onde nos incomoda, a meu ver, mais. Parece ser preferível termos capitais aqui do que dívida lá fora, e eu acredito ser mais fácil lidar com investidores do que banqueiros.

Meus Senhores,

Creio no Congresso Nacional como o Fórum adequado para este debate e creio que a discussão da Lei que aqui será aprovada para a Política de Informática estará amadurecida por estes encontros, e sei que mais uma vez se dará uma demonstração da nossa maturidade como Nação.

Finalmente, nesta altura dos acontecimentos, temos de ter atenção com o que se faz lá fora, dentro do que se chama uma reestruturação dos parques industriais do mundo. Há urgência.

É necessário, com urgência, a definição de programação para as prioridades da Informática. Atrevo-me a pedir desde já: acelerar a introdução do controle de processos na indústria brasileira, não tanto para reduzir mão-de-obra, mas para uniformizar e garantir qualidade e para baixar custos; assim a nossa indústria poderá permanecer competitiva no mercado mundial e terá preços acessíveis para o novo perfil de mercado interno.

Por sua vez, na indústria de produção de informática exemplos de vários países em dificuldades, como o México e a Espanha, e o exemplo de países ricos, como aqueles da comunidade Europeia, devem nos levar à profunda preocupação com o nosso futuro competitivo.

Então, resumindo muito rapidamente, eu insisto que os grandes problemas da informática agora são o problema da centralização e a programação. Surpreende-me, aliás, ver um amplo elenco de diretrizes políticas e nada sobre programação. E insisto que política sem programação é razão sem ação, e razão sem ação é omissão.

Deixo, pois, aos Srs. esse grande tema do debate da centralização e a grande resposta à pergunta se temos tempo ou se temos pressa, entendido pressa, não como apressamento de desordem, mas como programação de prioridade.

Senhores Senadores, meus Senhores:

Quero trazer o meu respeito aos pioneiros da Informática no Brasil, aos homens da SEI e das empresas privadas, que em fase difícil da vida nacional, com firmeza e civismo, tanto vêm trabalhando pelo êxito do setor e do País. Conheço-os e sei que são homens atentos e abertos a proposições que venham colaborar para a construção de uma nação mais rica, mais justa e mais livre. Por isto e para falar-lhes, a eles e ao Senado, é que vim hoje aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua luminosa e equilibrada

discussão do problema. Certamente V. Ex^e suscitou vários ângulos novos que merecerão dessa Comissão um detido exame.

O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Severo Gomes, a quem concedo a palavra.

O SR. SEVERO GOMES — Exm^o Sr. Ministro e meu prezado amigo João Camilo Penna, ouvi com muita atenção e com muito interesse a exposição extremamente rica para a nossa meditação nesta Comissão de Economia do Senado Federal. Estou, de uma certa maneira, me reabridando com as desconfianças que V. Ex^e tem com relação à mão invisível de Adam Smith. A nossa vida contemporânea tem mostrado que esta mão invisível que aumenta as taxas de juros e degrada as relações de troca, na verdade está se transformando numa batedora de carteiras. Exatamente, por isso, que essa desconfiança de que os mecanismos do mercado sejam suficientes para conduzir a nossa economia, questão que V. Ex^e está de acordo, é que eu gostaria de abordar algumas questões. A primeira delas é o problema das joint-ventures. V. Ex^e colocou, com bastante clareza, o seguinte: "Experiências anteriores de joint-ventures não teriam proporcionado a desejada transferência de tecnologia, o que é discutível em muitos casos".

Na verdade, nós temos uma experiência muito dolorosa com relação à transferência de tecnologia, com relação à joint-ventures, e mais ainda, embora nós podemos ter o conceito do que seja a empresa nacional, na verdade as joint-ventures, através do controle, vamos dizer, do parceiro que traz tecnologia e o parceiro nacional que, em muitos casos, estão despreparados, ou apenas é um instrumento para que essa empresa estrangeira venha se plantar dentro do território nacional, tem mostrado que, na verdade, é extremamente difícil ou impossível que nesse processo da joint-venture realmente nós nos capacitemos em termos de tecnologia e em termos do controle do processo produtivo.

V. Ex^e dirige um Ministério em que as experiências de joint-ventures são conhecidas. Através do controle do processo de fabricação, e através dos acordos de acionistas, que poderiam frustar diferentes modos de ação, mas o controle muitas vezes permanece até no grupo minoritário. V. Ex^e tem conhecimento do acordo de acionistas da Usina Siderúrgica de Tubarão, onde, na verdade, embora o País mantivesse mais de 51% das ações, pelo menos no passado, o real controle ou o direito de voto dos acionistas minoritários poderia impedir o desenvolvimento futuro dos trabalhos.

V. Ex^e se refere também, com muita propriedade, no meu entender, quando diz que a tecnologia está na cabeça das pessoas. É possível trazer recursos humanos capazes de, amanhã, proporcionarem um impulso maior ao nosso desenvolvimento tecnológico. Os americanos, quando quiseram fabricar foguetes, não foram pagar assistência técnica à Alemanha derrotada, mas, contrataram os seus técnicos para desenvolver, dentro do seu território, aquilo que era de fundamental interesse para a sua soberania.

Então, esta é a questão que eu coloco, Sr. Ministro. Quer dizer, os riscos que com essa joint-venture nós não estejamos diante daquela hesitação entre termos investidores e não banqueiros. O que acontece é que, muitas vezes, com as joint-venture os investimentos são feitos com capital nacional, a parcela que eventualmente poderia ser a do capital estrangeiro é devolvida imediatamente como assistência técnica ou programa de engenharia. V. Ex^e conhece melhor do que ninguém os acordos feitos com a Fiat em Minas Gerais, em que a parcela que a Fiat deveria investir foi cobrada como trabalho de engenharia, projetos e assistência técnica, quer dizer, no meu entender não é este o caminho. No meu entender, através das joint-venture, nós não teremos o controle, nós não teremos a transferência de tecnologia, como é a frustração de um sem-número de experiência. A experiência positi-

va qual é? É a da EMBRAER, que desenvolveu tecnologia para construção de um avião e por isso não teve restrições de mercado lá fora, porque aqueles que cedessem as patentes iriam ceder controlando e permitindo que os mercados tivessem...

V. Ex^e está sentindo-se mal, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu considero apenas a sua alocução repetitiva. Isso me constrange intelectualmente.

O SR. SEVERO GOMES — Eu pediria a V. Ex^e que assumisse uma posição de Presidente, corretamente, sem ficar fazendo caretas a respeito dos argumentos que são colocados. Respeite a palavra do Senador!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Numa nação democrática a gente tem o direito de fazer caretas ao absurdo.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex^e é o que mais reclama com relação àquilo que se poderia falar da boa lida entre os parlamentares nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não lhe fiz nenhuma des cortesia e espero ser respeitado. Não lhe fiz nenhuma des cortesia.

O SR. SEVERO GOMES — Não me aborreça!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não me aborreça o Senhor!..

O SR. SEVERO GOMES — Então, Sr. Ministro, eu estou colocando essas minhas desconfianças com relação à isso, numa questão que é de fundamental importância para o futuro do Brasil, das novas gerações, da nossa aspiração de independência e gostaria de comparar a experiência argentina, no caso nuclear, com a experiência brasileira no caso da informática. No caso argentino, eles foram mais devagar no processo nuclear, foram utilizando os seus recursos internos, foram utilizando a capacidade de seus técnicos e avançaram para uma posição invejável com relação a nossa. No caso contrário, ficaram hesitando em diferentes políticas no caso de informática e atingiram uma posição hoje extremamente distante daquilo que o Brasil avançou, mercê de um esforço onde certamente nós devemos corrigir em uma porção de aspectos mas extremamente meritório. Quer dizer, o Brasil deu um passo importante no caso da informática andando com suas próprias pernas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Com a palavra o Ministro Camillo Penna.

O SR. CAMILLO PENNA — Senador Severo Gomes, agradeço as suas colocações. Como sucessor de V. Ex^e no Ministério da Indústria e Comércio, tendo no intervalo o Ministro Ângelo Calmon de Sá, eu pude verificar nos arquivos daquele Ministério os seus trabalhos pela indústria nacional, os seus trabalhos ligados à transferência de tecnologia e todas as suas posições anteriores. Entretanto, Sr. Ministro, passam-se sete anos que V. Ex^e saiu do Ministério da Indústria e Comércio, se eu não me engano. O Ministro Calmon parece que ficou dois anos, eu já estou há cinco. Passam-se mais sete anos.

Sete anos aliás é um tempo bíblico, e em sete anos muitas coisas mudam. Parece-me que V. Ex^e está realmente baseado na experiência de resultados, práticas e consequência talvez daquela época. Hoje, parece-me que o quadro é bastante diferente. Certamente eu concordo com V. Ex^e que há experiência em que não se obteve o que se desejava em matéria de êxito de joint-venture. Entretanto há experiência, talvez mais recente e com mecanismos novos de associação e de controle pelo sócio brasileiro ou pelo Governo, que permitiram novos resultados.

O que é importante é que dispomos, agora, para a informática, dos dois tipos de experiências. Temos a experiência de erros cometidos e temos experiência de sucessos obtidos. Além disto, a própria experiência recente das práticas da SEI e o novo trato da própria política internacional hoje de transferência de tecnologia, os novos acordos, as novas convenções de Genebra, as novas portarias do INPI, começando pelo Ato Normativo nº 15, que V. Ex^e bem conhece, e um amplo e longo estudo que o Ministério da Indústria e do Comércio procedeu recentemente, utilizando inclusive uma ampla consultoria (...) Federal do Rio de Janeiro, conhecida por certas posições marcadamente nacionalistas, esse amplo estudo feito da joint-venture nos forneceu amplos elementos para proponos, se for o caso, as medidas necessárias, ao nosso ver, que garantam o sucesso das joint-ventures para os objetivos nacionais pretendidos. Eu tenho, inclusive, documentos sobre isso e posso fornecer a V. Ex^e os estudos mais recentes do tema e as proposições que temos sobre o tema em detalhes, para que V. Ex^e possa oportunamente manifestar-se sobre elas.

O convênio INPI-SEI sobre esse assunto, as novas atitudes sobre o trato do assunto pelo INPI e as novas proposições, que nós podemos detalhar e apresentar — e vou enviar a V. Ex^e uma cópia delas — acredito que lhe tranquilizarão bastante sobre esse tema.

De outro lado, é verdade que muitas das joint-ventures mais recentes fizeram transferência de tecnologia. Discute-se, por exemplo, a transferência de tecnologia, na joint-venture na área de telecomunicações. Eu tenho discutido longamente esse assunto com o Ministro Haroldo Corrêa, com o Dr. Rômulo Furtado, com o Dr. Salomão Wajnberg, Presidente do GEICOM e meu pessoal do MIC. Também, recentemente, visitei o Centro de Tecnologia e Telecomunicações da TELEBRAS em Campinas e, me parece, fora de qualquer dúvida, que pode se afirmar que os modelos de joint-ventures na telecomunicação trouxeram um enorme progresso tecnológico à vida brasileira. Um enorme, senão um ótimo pelo menos um bom progresso tecnológico.

V. Ex^e cita a experiência argentina com o seu sucesso relativo na transferência lenta de tecnologia nuclear. Talvez eu possa comentar que eles terão tido um sucesso lento na tecnologia nuclear, mas certamente eles não tiveram um sucesso na vida de conjunto da nação argentina, que é o que interessa. O que interessa não é o sucesso isolado, fragmentado, não interessa usinas nucleares no deserto. Interessa uma grande nação. Eu comentarei esse aspecto, basicamente, então, eu mandaria a V. Ex^e uma série de documentos novos sobre o tema que talvez lhe tranquilize. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O segundo orador inscrito é o Senador Benedito Ferreira, a quem concedo a palavra.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, Sr. Ministro Camillo Penna, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu acompanhei, com muito interesse, a exposição do Ministro Camillo Penna e pude destacar um tópico que, aliás, julgo o fulcro de todos os problemas que realmente nos aflige, seja no setor da própria informática, como de resto em toda essa angústia gratuita de há muito e cada vez mais vai dificultando a vida do povo brasileiro.

S. Ex^e cita aqui "No Brasil, estamos sem alocações de recursos para tecnologia básica de metrologia, normas, padrões e controle de qualidade!" Nós vamos ver que isso seria elementar. Seria quase que o primeiro passo para o povo como que possuído desgraçadamente por um preconceito mais do que idiota, que vem possuindo e cada vez mais dificultando a vida deste País, que é o preconceito contra a nossa vocação natural. Talvez porque, em verdade, os primeiros ocupantes do nosso território, os nossos ancestrais, pela facilidade de amealhar recursos que afloravam à superfície do nosso território e também em virtude da generalidade da nossa terra, confe-

guiram enriquecimento tão rápido e tais os privilégios da legislação, então vigentes aqui, que foi lhes dado cometer um sem números de abusos. E, a cidade, sem dúvida alguma, tinha que reagir, como de fato reagiu, contra os demandos da chamada e tristemente famosa nobreza rural brasileira. Mas, o culto a essa tradição de hospitalizar a principal vocação da nossa terra e da nossa gente que seria a agropecuária, o extrativismo e a mineração nos levam a números realmente espantosos. Evidentemente, sustentando tudo isso, o desgraçado de um preciosismo jurídico, com essa preocupação maior, em todos nós, de exibir lá fora, principalmente na velha Europa, foros de supercivilizados, ao ponto de criarmos aquela figura, parece muito enfatizada por Oliveira Viana, do Brasil real e o Brasil legal.

Nós vimos aqui, na última conferência, feita pelo Coronel Osiris, o qual chamaava a atenção para o espantilho legal na nossa legislação, que tem obscurado realmente o desenvolvimento e a aquisição de tecnologia, pelo povo brasileiro, pela nossa indústria, pelo nosso País, em virtude daquilo que eles fazem na prática, e nós fazemos no papel, porque, na realidade, existe o tal "jeitinho" brasileiro, que acaba, antes de consultar os verdadeiros interesses brasileiros, nos colocando naquela posição de um nacionalismo exaltado, que não conduz à coisa alguma, quando, na verdade, deveríamos estar mais preocupados com patriotismo, antes do nacionalismo.

E tanto é verdade, Ministro Camilo Penna, que V. Ex^e deve vir observando, nós que já fizemos 21 anos de idade, parece que V. Ex^e também os completou, já pôde observar, no curso da sua existência, tal é a nossa vocação para a agropecuária, que qualquer profissional liberal, com seu primeiro dinheirinho amealhado, após a conclusão de seu curso, e no início de sua prática profissional, vai comprar um pedaço de chão, vai comprar uma gleba. E, no entanto, com esta terra generosa, com este sol, com este clima, que nós dímos um **handicap** absolutamente diferenciado de todos os outros povos, de todos os outros países, nos privilegiá, realmente, de uma maneira excessiva, permitindo aquela heresia, em dizer que "Deus é brasileiro", tal o aquinhoamento de nossa terra.

E, no entanto, esse falso preconceito, essa ânsia de exhibir foros de povo industrializado, de povo moderno, continuadamente tem nos levado a um vexame, para passmo de outras civilizações, a de importar comida. Comida, porque nós insistimos em desprezar a pesquisa, em desenvolver tecnologia, em levar a sério, aquilo que seria, quase que por gravidade, a solução de nossos maiores problemas, se explorássemos, inteligentemente, aquilo que a natureza ou Deus, generosamente, nos concedeu, gratuitamente.

Eu, pesarosamente, há pouco tempo, aqui no Senado, pude interpelar os pares, e quero confessar, até de maneira desleal, porque eu tinha em mãos as informações escritas, e as ignorava até o dia anterior; eu interpelei todo o Plenário do Senado, se por acaso, alguém, com exceção de minha pessoa, evidentemente, saberia o nome desse cientista anônimo, desse pesquisador brasileiro, que tinha desenvolvido a soja tropical. Desgraçadamente, com exceção de minha pessoa repito, Ministro Camilo Penna, porque formulei a questão de forma desleal, porque tinha em mãos, a informação por escrito, porque no dia anterior também eu a ignorava, ninguém soube. Mas perguntei se, no plenário, além dos Senadores, não existiria, pelo menos o mais simplório e simples dos nossos contínuos, que não conhecesse o nome, a fisionomia, e até o nome da amante do assaltante do trem pagador, de Londres. Realmente todo mundo sabia e todos conheciam a sua fisionomia. Esse desapreço, esse nosso desasco para a pesquisa, esse nosso exibicionismo, tem realmente nos levado a esse tipo de situação, efetivamente vexatória.

Então, há poucos dias, eu pude ouvir uma crítica dolorosa de um adido agrícola do Canadá, que nos indagava

por que não saímos, não conseguímos nos demarrar desse patamar de 50 milhões de toneladas de grãos. Isso, aliás, nós temos visto desde o governo anterior, variando entre 48, indo até 54, voltando até 52, retornando a 49. E nesse ano, parece-me que não vamos sair dos 49 milhões de toneladas. E essa falta de preocupação do empresariado brasileiro, como podemos dizer, do próprio Governo brasileiro, e nós como governo, não podemos ser diferentes do todo, porque não somos de outro país, como governo, temos os mesmos efeitos, os mesmos vícios, as mesmas contradições e as mesmas franquezas do nosso povo, porque graças a Deus, brasileiros também. Mas, como um todo, dentro do esquema de dar um "jeitinho", nós sempre jogamos a culpa no Governo. E quando não dá certo jogar a culpa no Governo, jogamos a culpa em Deus: "Mas é o destino que Deus nos deu".

E esse "jeitinho", esse capítulo continuado, eu pude verificar, naquilo que tenho denominado, talvez com uma certa severidade, admito, como a anticultura brasileira, que são os nossos meios de comunicação, pude verificar no domingo próximo passado, nesse programa dos escândalos, que é o chamado "Fantástico", com muita tristeza pude verificar que o setor governamental, que deveria contar com recursos, ou pelo menos com um laboratório, para acompanhar a qualidade dos medicamentos, que estão sendo vendidos à nossa população, ele não é sequer dirigido por pessoas adequadas. É controlado por dois médicos, como todo mundo, com qualquer noção lógica da coisa, naturalmente, teria colocado lá dois farmacêuticos, para controlar a qualidade dos medicamentos. Mas tanto faz ser médico ou bacharel, ou de qualquer outra área da ciência, seja exata ou biológica, daria na mesma, porque eles não dispõem sequer de um laboratório para acompanhar a qualidade dos medicamentos.

Então, a Nação pôde constatar, estarrecida, que deve existir dois tipos de leucemia, uma norte-americana e uma brasileira; dois tipos de câncer, porque a dosagem do medicamento examinado nos Estados Unidos, porque não tínhamos meios de fazê-lo aqui, colidiu com a fórmula anunciada pelo laboratório, fabricante dos medicamentos. Ora, Dr. Camilo Penna, é um caso de se indagar: até quando continuaremos a ser tão preocupados com a parte formal e esquecidos de dar atenção a este tópico de V. Ex^e, que, com muita propriedade, traz no bojo, das suas preocupações para esta Casa do Congresso; até quando vamos continuar sem recursos, para, pelo menos, acompanhar a qualidade, aferir os padrões, enfim, ter um controle de qualidade, daquilo que fala tão de perto às nossas reais necessidades! Eu não tenho maiores considerações, porque, na realidade, a exposição de V. Ex^e é algo que se deve levar para casa, e debruçar-se sobre ela, como também, fazer uma reflexão e utilizá-la como um indicador, como um roteiro válido e indispensável mesmo, para que nós, no exercício dos nossos deveres maiores, possamos trazer alguma contribuição efetiva para tantos problemas que nos infelicitam e especialmente esta preocupação que, nesse momento, e sem dúvida alguma cada vez mais vai significar decisivamente para o futuro da humanidade. Resta-me a par desse atabalhoados e desataviados comentários congratular-me com o Presidente da nossa Comissão e agradecer a V. Ex^e pelo seu concurso, pelos esclarecimentos que nos traz nesta oportunidade. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. JÓAO CAMILO PENNA — Eu agradeço, Senador Benedito Ferreira, sua contribuição. Eu já o conheço há algum tempo e sei da sua preocupação com o campo da tecnologia, já temos falado sobre metrologia legal. De modo que as suas palavras fortaleceram muito esta causa, que eu acho decisiva no atraso brasileiro agora, nesse fim de século.

Eu tenho uma grande preocupação com tecnologia, tanto que eu sei o nome do homem da soja tropical, é o Sr. Romeu Quivog. Então V. Ex^e vê que eu não estou tão

fora assim. Agora, sou obrigado a lhe confessar que eu não sei o nome do assaltante do trem pagador, mas sei o nome dele o Sr. Biggs. Muito obrigado ao Sr. Talvez o Senador Roberto Campos saiba o nome da companheira do Sr. Biggs.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não sei exatamente. Confesso ignorância. Muito obrigado, Senador Benedito Ferreira. Eu gostaria de tecer alguns rápidos comentários sobre excelente palestra do Ministro Camilo Penna. Mas, pediria que o Senador Fragelli me substituisse na Presidência, para que eu possa voltar à planície e arguir a partir da planície.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Meu caro amigo, Ministro Camilo Penna. Gostaria de iniciar meus comentários expressando o apoio a várias de suas colocações de hoje. Em primeiro lugar, sua verificação oportuna e correta de que, na presente conjuntura política de informática, existe superposição de funções, duplicação de atividades e substituição de órgãos existentes. E insisto em lembrar que a competência legal, básica, para superintender a matéria é realmente do Ministério de Indústria e do Comércio, conforme disposto no art. 39, da Lei de Reforma Administrativa, Decreto-lei nº 200. No art. 39 consigna-se especificamente ao Ministério de Indústria e do Comércio a responsabilidade de "promover o desenvolvimento industrial e comercial e a pesquisa e experimentação tecnológica".

Meu segundo ponto de concordância é o apoio que dá V. Ex^e à admissão de joint-ventures, como uma forma válida para o Brasil ganhar tempo e acelerar a transferência de tecnologia. A fórmula de joint-venture já foi adotada com sucesso em vários outros setores. Na informática é que criou a inovação da empresa "etnicamente pura" com capital 100% nacional, considerando-se automaticamente "desnacionalizadas" pois que não mais seriam definidas como empresas genuinamente nacionais quaisquer empresas contaminadas em qualquer nível pela participação estrangeira, mesmo, que este nível seja apenas 1% do capital.

Como V. Ex^e bem indicou, a variável tempo é vital no caso. Não podemos perder tempo redescobrindo tecnologia. Devemos absorver o que já existe, e a partir daí, inovar. E uma das melhores maneiras de absorver a tecnologia já existente é exatamente a permissão de criação de joint-ventures. É com este sistema que outros países, relativamente primitivos industrialmente se comparados ao Brasil, e de mercado interno insuficiente, lograram avançar muito mais do que nós, na produção, no comércio e também na tecnologia da informática. Por exemplo, a Coréia já está exportando semicondutores de 64 k Rams, e ao fim deste ano estará exportando semicondutores de 256 K Rams, através de uma firma coreana em associação com empresas estrangeiras de alta tecnologia. Exporta para o Japão, para os Estados Unidos, e para a Europa. Essa mesma firma, um grande conglomerado coreano *samsung*, está investindo entre 400 e 500 milhões de dólares na produção de semicondutores, quantia respeitável em qualquer País, muito mais num país subdesenvolvido.

Por isso, Sr. Ministro, concordo plenamente com sua tese. Se a coordenação de tempo é importante, é necessário permitir joint-ventures.

V. Ex^e mencionou que isso seria particularmente importante no campo da microeletrônica. Sua observação é inteiramente correta. Infelizmente o mercado nacional é apenas 0,211% do mercado internacional de eletrônica. O meio mais curto de desenvolvêrmos a tecnologia e de atingirmos escala econômica de produção é exatamente mediante a associação com empresas que já tenham experiência no assunto, e que se disponham a nos transferir tecnologia e se disponham também, a nos dar assistência

mercadológica, quer dizer, ajudar-nos na colocação do produto no exterior através dos seus canais de comercialização. Há várias firmas que estariam dispostas a fazer isso, não só americanas, mas também japonesas, e diria também europeias, apesar de que a Europa já se sente hoje, ela própria, inferiorizada nesse setor e está procurando formar associações intra-europeias para poder enfrentar o passo do avanço tecnológico do Japão e dos Estados Unidos. São mais modestos que nós, pois nós consideramos que por nós mesmos podemos desenvolver uma tecnologia própria.

No campo da microeletrônica, a associação seria a única forma de atingirmos uma escala econômica de produção, complementando o parco mercado nacional com o mercado estrangeiro em explosivo crescimento. Nós poderemos sim, num mercado exclusivamente nacional desenvolver semicondutores de alfaiaaria, para usos específicos, *gate arrays*, por exemplo, para determinadas atividades. A grande produção de semicondutores para uso industrial e comercial generalizado exigiria uma escala de produção que só poderíamos atingir juntando mercados internos a externos. Que é impossível fazer isso, prova-o o exemplo de países bem mais subdesenvolvidos do que nós, como a Filipinas, por exemplo, que só no ano passado exportaram um bilhão de dólares de semicondutores, enquanto que toda a produção de informática do Brasil, de todos os itens somados, não atingia mais de 728 milhões de dólares.

Uma outra observação de V. Ex^e, com que concordo é a importância da implantação de controles de processo industrial como um passo essencial para a melhoria da produtividade industrial como um passo essencial para a melhoria da produtividade industrial. Tivemos um bizarro exemplo, na semana passada, relatado pelo Coronel Ozires Silva, da EMBRAER. Ele buscou fazer uma joint-venture em que a EMBRAER, através de sua subsidiária, a Engenárica, participaria majoritariamente na produção de controles de processos industriais, de tipo digital. Negociou com o sócio estrangeiro, a *foxboro*, compromisso de transferência de tecnologia para o Brasil, contentando-se a *foxboro* com uma posição minoritária; além disso, a *foxboro* reservaria para a produção brasileira de instrumentos de controle de processos todo o mercado latino-americano, cedendo portanto esse mercado à nossa empresa nacional; comprometer-se-ia ou-trrossim a enviar para o Brasil, perfilhando recomendação que V. Ex^e aqui fez, talentos individuais — dez pesquisadores experimentados, para aqui, em cooperação com os nossos técnicos, desenvolver produtos novos, visando à criação de novas tecnologias mais adaptadas às condições do mercado local e do mercado latino-americano.

Apesar de todas essas vantagens negociadas pelo Coronel Ozires Silva foi-lhe negada pela SEI permissão para se engajar uma joint-venture.

Trata-se, no caso, de uma empresa governamental, a EMBRAER, controlada por um militar, o Coronel Ozires Silva, trabalhando num ramo de segurança, visto que é fornecedora de aviões militares para as nossas Forças Armadas, o Tucano, avião de treinamento e o AMX um avião de combate. Chegou, portanto, a raias do absurdo a desconfiança da SEI em relação à capacidade do empresário brasileiro, privado ou estatal, de fazer uma associação decente, que traga benefícios para o Brasil. Aparentemente, o empresário brasileiro é considerado pela SEI uma espécie de órfão, que não pode caminhar sem muletas governamentais, misturado de inepto, porque não sabe escolher a tecnologia — esta tem que ser escolhida por um burocrata iluminado — e corrupto, porque se lhe for permitido associar-se, em qualquer grau, com uma empresa estrangeira, não defenderá os interesses nacionais e se comportará como miserável testa-de-ferro.

Esse grau de desprezo pelo empresário nacional parece-me totalmente inaceitável. Faria, agora, um comentário.

Ouvimos, nesta série de debates, o pronunciamento do Ministro de Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, que defendeu o sistema de *joint-ventures* que, a seu ver, está funcionando adequadamente no setor de telecomunicações. V. Ex^e acaba de confirmar que, realmente, está funcionando e tem sido um veículo útil, célebre e barato de transferência de tecnologia. V. Ex^e aqui ratificou essa posição governamental favorável ao sistema *joint-venture*.

V. Ex^es, ambos, Ministros e Membros do Conselho de Segurança Nacional, favorecem *joint-ventures*. Aqui ouvimos dizer que o "Conselho de Segurança Nacional" insiste no conceito de "empresas genuinamente nacionais", definição que não existe na Constituição, não existe na Lei de Sociedades Anônimas, não existe na Lei nº 4.131. Se V. Ex^e e o Ministro das Comunicações, Membros do Conselho de Segurança, opinam em sentido diametralmente oposto ao da Secretaria Geral do Conselho de Segurança, o que se configura é uma "usurpação de poder", a saber, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança está fazendo passar por política do Conselho Nacional de Segurança aquilo que é política da Secretaria Geral do Conselho de Segurança. Tanto isso é verdade que dois ilustres Ministros não só não foram ouvidos, como discordam, frontalmente, dessa política.

Muito obrigado Sr. Ministro.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Permite V. Ex^e uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Pois não.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ministro Camilo Penna, generosamente, vai-me permitir. É uma colocação que me escapou. Mas, ontem, tive uma notícia realmente alvíssareja. Gostaria que o Ministro nos informasse, porque diz respeito à sua área, é a respeito da associação, dada à tecnologia, que nós não detínhamos até há pouco tempo. Tive notícia, ontem, de que, graças a habilidade do nosso Diretor da CACEX, que nós teríamos conseguido no Uruguai uma vitória extraordinária em matéria de exportação de telefonia, teríamos obtido um contrato na ordem de 100 bilhões de dólares, competindo com outras firmas europeias e americanas. Apesar dessa competição, pela habilidade dos nossos negociadores e, evidentemente, pela qualidade do produto que estamos oferecendo, teríamos conseguido esta vitória espetacular aqui, com os nossos vizinhos uruguaios, que seria a venda de uma central, na ordem de 100 milhões de dólares. Parece-me que, se confirmado, vem realmente corroborar a vantagem de esquecermos um pouco a xenofobia ou o nacionalismo exaltado e continuarmos insistindo que, realmente, o que mais carecemos neste País é de patriotismo, de menos nacionalismo exaltado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Minha palavra final é apenas de agradecimento ao Ministro, pela sua excelente exposição.

Estando terminada a primeira parte dos debates, podermos passar à segunda com a exposição que será feita pelo Ministro Euclides Quandt de Oliveira.

Convido o Ministro da Indústria e Comércio, se isso for compatível com os seus inúmeros afazeres, para nós acompanhar nessa segunda metade da reunião, deixando-o, entretanto, livre, se outros deveres burocráticos o chamam.

O SR. MINISTRO CAMILO PENNA — Muito obrigado Senador, para mim foi um momento alto da minha vida pessoal e profissional estar hoje aqui com os Senhores. Ainda que houvesse outros afazeres, chamando-me eu os cancelaria, para ouvir o Ministro Quandt, que é um homem público da maior importância da vida brasi-

leira. Permanecerei, pois, aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Tem a palavra o Ministro Euclides Quandt de Oliveira.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Sr. Ministro Camilo Penna, muito obrigado pela sua permanência aqui, para assistir a minha simples apresentação.

Sr. Presidente, Senador Roberto Campos, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Farei uma apresentação mais ou menos simples, eventualmente deixando para os debates quaisquer dúvidas maiores sobre a minha apresentação, sobre as minhas idéias. No entanto, vou tentar ficar, pelo menos inicialmente, na parte política, mas na parte geral sobre a elaboração de uma política do que sobre detalhes específicos dessa política.

A elaboração de uma política industrial deve considerar: os objetivos a serem alcançados, a situação existente, os instrumentos já disponíveis e os que ainda devem ser criados ou implementados.

De uma forma geral, as políticas industriais referentes aos diversos setores do País devem ter o mesmo objetivo final, voltado para o interesse da Nação, como um todo, com pequenas variações na sua forma de execução, de correntes das peculiaridades do setor a que se referir.

a) Objetivo

Qualquer política industrial deve ter como objetivo tornar o país capaz de fabricar os produtos necessários à Nação brasileira e de criar a tecnologia correspondente, com o máximo emprego de recursos próprios, humanos e materiais, e o mínimo de externos ou importados. Caso houvesse necessidade de se dar alguma graduação entre os vários pontos desta definição, deveríamos colocar como mais importante "...fabricar os produtos necessários à Nação brasileira e criar a tecnologia correspondente..."

A capacidade de fabricar visa permitir que se usem os braços de nossa gente e que se possa produzir as manufaturas que nos são necessárias. Esse aspecto do objetivo industrial só deve ser considerado como realmente atingido, quando estiverem dentro do País o poder de decisão sobre o produto e sua engenharia.

A capacidade de criar novos produtos, que é a etapa de evolução que se segue normalmente à de fabricação, permite que se usem os cérebros e a inteligência de nossa gente, sem que a nossa fabricação fique na dependência de pagar a inteligência e a criatividade de estranhos, fixados e residentes no exterior. Essa capacidade de criação só pode ser atingida quando o pessoal e a organização já adquiriram experiência na engenharia de produção. Ela é facilitada quando ocorre um estágio intermediário de cópia ou adaptação de produtos já criados anteriormente por outrem. Ainda dentro do processo de capacitação à criatividade, temos como evolução natural: a criação de novas técnicas o que é de fundo mais acadêmico, e pode ter uma existência independente da criatividade industrial, mas que só pode ter aplicação efetiva quando realizada simultaneamente ou como um seguimento a ela.

Vale aqui mencionar que empreguei o termo "tecnologia" em sua acepção mais difundida, de que "é o conjunto de conhecimento necessários à execução de uma atividade", no nosso caso, necessário à fabricação de um equipamento, componente, insumo ou material. Os procedimentos de fabricação não constituem tecnologia, mas sim os conhecimentos que permitem elaborar tais procedimentos, a tecnologia é que permite elaborar tais conhecimentos. Em outras palavras, nós sendo uma nação que possui um grande volume de mão-de-obra, não podemos nos restringir a ser apenas utilizados como mão-de-obra da inteligência criada ou paga no exterior. E quando eu digo "paga" não estou usando o termo pejorativo. Temos que ter, nos é imprescindível, face ao mercado que nós somos, pela população que nós temos,

ainda que esse mercado seja incipiente face ao grande mercado mundial, nós temos necessidade de criar fundamentos não só para a utilização do braço, para utilização da cabeça, da inteligência. Procurei frisar a minha aproximação do termo "tecnologia", porque ele é usado, com tantas significações diferentes, que, na verdade, eu quis muito bem frisar o que quero dizer. Quando chamo de "tecnologia", alguém ter numa fábrica um conjunto de procedimentos, mediante o qual ele fabrica um certo produto, não quer dizer que ele tenha tecnologia. Para ele ter a tecnologia ele tem que ter um conhecimento para preparar esses procedimentos. Se ele tem procedimento e fabrica alguma coisa ele deverá ter conhecimento para modificar, para alterar aquilo que está sendo feito.

Dentro do objetivo geral, anteriormente mencionado, poderemos atingir o estágio de capacitação em tecnologia aprendendo de outros que já a tenham, estejam eles localizados no país ou no exterior. Em ambos os casos é necessário ter cuidado para que ocorram realmente as duas fases: o aprendizado e o domínio do conhecimento. Às vezes há compra e transferência de farta documentação industrial, mas a primeira fase não passa de uma cópia, sem intenção de "aprender e saber". Neste caso, quando há necessidade de alteração do produto ou sua substituição por outro, por obsolescência técnica, não existe o "conhecimento" dentro da organização que pretendemente "adquiriu a tecnologia" e ela, tem essa organização de recorrer novamente à compra e à cópia. O fato da frente detentora da tecnologia estar localizada no país ou no exterior pode facilitar ou dificultar o processo de aquisição do conhecimento, mas nunca substituir ou superar a real intenção do "aprendiz" em se manter sempre como um mero "copista" ou de realmente aprender.

Em outras palavras, a documentação industrial, em si, não é uma tecnologia, ela é um conjunto de conhecimento. Quem aprende aquela etapa inicial tem a base fundamental para seguir o estágio seguinte, que é o do conhecimento, o de dominar a tecnologia. Agora, só o fato de ele conhecer os procedimentos não significa que ele domina a tecnologia.

b) Instrumentos

Os instrumentos utilizados na implementação de uma política industrial podem ser restritivos ou de incentivos, conforme sua natureza e característica.

São restritivos os que estabelecem proibição, como de importação, de comercialização, de existência, ainda que parcial, de capital estrangeiro, e mesmo a reserva de mercado. São de incentivo os que oferecem vantagens, como as reduções e isenções de taxas e impostos, as facilidades de acesso a créditos, subsidiados ou não, o pagamento pelo Governo ou órgãos oficiais do desenvolvimento de produtos ou tecnologias, voltadas para a Defesa Nacional, que nela são utilizados em pequena escala, mas tem largo uso no mercado privado. Os instrumentos restritivos são mais vulneráveis a críticas e ataques dos opositores da política, enquanto os de incentivo são aceitos com mais facilidade. Embora não seja possível evitar o uso de instrumentos restritivos, eles devem ser evitados sempre que possível, dando-se preferência aos de incentivo.

c) Situação existente

Os setores de telecomunicações e de informática apresentam aspectos próprios, decorrentes do grau de conhecimento nas áreas técnica e industrial, que já é dominada por brasileiros, como indivíduos ou como organizações, como consequência do maior ou menor tempo da existência de indústrias desses tipos no país, e do tempo e do grau de apoio que lhes foi dado.

Essa é a nossa situação existente. No entanto é sempre bom lembrar que é difícil fazer uma definição de infor-

mática, porque informática é ciência. E a qualquer comparação com as telecomunicações torna-se mais difícil, porque telecomunicações é serviço, é uma prestação de serviço. Enquanto que a informática tem um aspecto completamente diverso, o termo provém praticamente de uma ciência, que teve uma ampliação do seu conceito. Por isso, em diversas ocasiões têm-se discutido a convergência, a divergência, as telecomunicações, a informática. Na realidade, quando se discute todos esses aspectos relacionados com telecomunicações e informática, sempre é preciso se tomar cuidado para ver esse aspecto fundamental e básico, a telecomunicação no serviço que é prestado ao público, enquanto que a informática é basicamente um processo. Ele provém de uma maneira de ser. As telecomunicações usam a técnica de informática, como a indústria da fabricação de relógios, como o serviço médico e todas as áreas da atividade humana vão sendo progressivamente mais automatizadas. A evolução técnica, nos setores de informática e telecomunicações, não tem ocorrido com a mesma rapidez e a destinação final de seus equipamentos é também diversa, de modo que o enfoque de sua política pode não ser idêntico, devendo ser analisados em separado.

Quero, então, fazer uma pequena análise sobre qual era a situação em telecomunicações e o que foi feito, para depois fazer o mesmo em informática, mostrando as coincidências e diferenças existentes de um caso e outro.

d) Situação em Telecomunicações

A indústria de telecomunicações já existe há longo tempo no Brasil, no início representada unicamente por empresas multinacionais, que aqui implantaram suas fábricas, onde nessas fábricas a mão-de-obra nacional pôde adquirir experiência em métodos e procedimentos industriais e na instalação de equipamento com elevado grau de conteúdo técnico.

Nós tivemos, então, nesse período, uma etapa inicial, em que todos os conhecimentos e toda a tecnologia vinham de fora, junto com o capital de fora permitiu que mãos-de-obra nacionais, pessoas, indivíduos, passassem a ter conhecimentos. Aqueles conhecimentos que já foram mencionados aqui então, em última análise, guardados na cabeça de cada um ou nos arquivos das organizações. Embora, os arquivos dessas organizações multinacionais não estivessem à disposição das outras organizações nacionais, os homens, as pessoas que lá trabalharam estiveram e estão à disposição e se disseminaram por toda a indústria brasileira.

A partir da promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, foi iniciado no País, o processo de implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações, visando atender às necessidades de sua economia em expansão, ávida por um mínimo de apoio de telecomunicações, comunicações essas que ainda eram insuficientes e de apoio também, a uma população cujos anseios individuais e sociais também estavam muito longe de serem atendidos. Houve uma preocupação para que os novos serviços viessem atender os setores de maior peso econômico, mas sem preterir as necessidades sociais.

Através do emprego de equipamentos que, de início, foram importados, em menor ou maior escala conforme a disponibilidade de produção nacional, foi possível fazer com que os engenheiros, técnicos e administradores existentes ou que passariam a ser formados em maior número, pudessem adquirir experiência básica na instalação, na operação e na gerência de um grande sistema de telecomunicações e de uma operação industrial.

Essa evolução do sistema de telecomunicações nós a temos, basicamente, como um marco inicial o Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117, sancionada em 1962.

Simultaneamente, foram estabelecidas normas e diretrizes técnicas que estabeleceram um padrão de operação, que forçou a compatibilização de todos os equipamentos, importados e produzidos no País, de modo que fosse construído um sistema harmônico e contínuo, de equipamentos compatíveis, dentro das mesmas características. Dessa forma a ampliação de qualquer área pode ser feita com equipamento de qualquer outro fabricante, evitando-se assim os "cartórios" e obtendo-se uma eficiência maior no uso dos recursos disponíveis. A operação das fábricas de capital estrangeiro, com pessoal na quase totalidade nacional criou um núcleo de conhecimento em engenharia industrial, que permitiu que o passo seguinte fosse adotado sem prejuízo ao usuário, em geral, e à qualidade do serviço.

Então, aqui está bem patente que o objetivo de atender à necessidade da Nação brasileira, de atender ao usuário brasileiro que precisar dar telecomunicações, esse objetivo foi considerado como fundamental e, simultaneamente, foram sendo tomadas as providências para que a capacitação industrial, a capacitação tecnológica, a capacitação de criação de novos conhecimentos tecnológicos fossem sendo constituídas, capacitação essa feita sem prejuízo do usuário final, que é o povo, que é a economia brasileira, que necessita de telecomunicações. E temos que manter sempre em mente que este é o objetivo. Não devemos ter como objetivo a organização de empresas 100% nacionais, como também não devemos ter como objetivo a organização e a aceitação de joint-ventures. O objetivo final deve ser sempre o atendimento às necessidades da Nação brasileira e os melhores meios para atender a Nação brasileira, e como a Nação brasileira, não é só a sua economia, todas as suas necessidades sociais têm que estar incluídas dentro desse objetivo e atendidas pelos processos que forem adotados, para lá se chegar.

Outro ponto, também, importante, para lembrar, é esse da compatibilização, embora se tivesse, naquela ocasião, no período a partir de 1962, até 1972, 1974, 1975, houvesse pouca ou quase nenhuma atividade industrial ou nacional no setor de telecomunicações, havia uma indústria estabelecida no País, que produzia equipamento e havia uma grande quantidade de equipamentos que eram importados. No entanto, através de uma normatização apropriada, de regras e de diretrizes, todos esses equipamentos foram tornados compatíveis, obrigatoriamente, ou não entrariam, não seriam implantados no País. O que fez, em consequências, que ninguém, nenhum fabricante, fosse ele nacional, multinacional, equipamento importado ou fabricado no País, tivesse o que eu chamo de um cartório. Se temos, em um certo lugar, um equipamento de um fabricante, a ampliação do sistema daquela localidade, dentro daquele país, pode ser, perfeitamente, efetuado por um outro fabricante e um outro sistema. Assim ninguém fica nas mãos ou na dependência de fabricantes de tecnologias, de técnicas ou de capitais, qualquer que seja a sua origem.

Um outro exemplo — e esse eu creio que é bastante frisante sobre essa situação e que é conhecido por raras pessoas — foi o problema da televisão a cores, que passou a relatar muito simplesmente, mas creio que é muito instrutivo.

Em 1965 o Conselho Nacional de Telecomunicações foi procurado por uma Nação estrangeira, pedindo o apoio do Brasil a uma certa técnica de televisão a cores que iria ser discutida em um congresso Mundial, que se realizaria em Oslo, no ano de 1966, sobre a padronização de um sistema de televisão a cores. O Conselho Nacional de Telecomunicações, o CONTEL, em um breve exame, chegou à conclusão de que ele não sabia nada sobre o assunto, procurou, então, organizar um pequeno grupo de especialistas sobre televisão e eletrônica nas universidades e nos centros de conhecimento, que fizeram uma

análise dos sistemas existentes e chegaram à conclusão de qual seria o melhor sistema, conclusão essa que foi mantida absolutamente sigilosa. Foram a essa conferência prontos para apoiar esse sistema, porque seria o mais adequado ao País, não houve decisão. Foi procurado o fabricante, o dono da tecnologia desse sistema, que era a Telefunken, foi o Sistema PAL. Ela, sem saber que já havia uma pré-escolha, assinou um documento que se o Brasil adotasse o Sistema PAL, ela abriria mão de todos os royalties, para qualquer fabricação de televisão a cores no sistema PAL, no Brasil. Voltou ao Brasil, e em 1966, foi baixada uma Portaria, aprovando o Sistema PAL no Brasil, com todas as suas características técnicas, deixando livre a iniciativa privada para implantar o sistema de televisão a cores, quando ele fosse implantado. Mas já estavam estabelecidas todas as normas e padrões. Quando ele foi implantado, cinco anos depois, já foi dentro daquele padrão e qualquer indústria estabelecida no Brasil pode fabricar, sem ter que pagar royalties ao detentor inicial da tecnologia. Isso é apenas um exemplo de como se pode prever, fazer compatibilização e decidir com antecedência.

Valendo-se da situação da TELEBRÁS como grande comprador, quase único, no setor de telecomunicações, o Ministério das Comunicações estabeleceu uma política de compras para o Sistema TELEBRÁS. Aqui quero, ainda, acrescentar, dentro dessa idéia geral, antes de estabelecer essa política de compra para o Sistema TELEBRÁS, o Ministério das Comunicações, em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio, estabeleceu um órgão comum aos dois Ministérios, o Grupo Executivo da Implantação de Componentes e Materiais, o GEICOM, que foi criado por uma portaria interministerial, Ministério das Comunicações e Ministério da Indústria e do Comércio que opera, funciona até hoje sob a égide dos dois Ministérios. Dentro dessa cobertura dos dois Ministérios, ele opera livremente dentro da área industrial, podendo assessorar os Ministérios nesses aspectos. Por quanto ao Ministério das Comunicações não lhe cabia fazer uma política industrial, ele estabelecia uma política de compras que foi discutida na ocasião com o Ministério da Indústria e do Comércio e que se constitui, de fato, na Política Industrial de Telecomunicações e com este termo vou, de agora em diante, citá-la. Essa política teve de considerar, como ponto de partida, a existência para quase todos os produtos, de indústrias multinacionais estabelecidas no País. A política estabelecida, quando digo indústrias nacionais, multinacionais, é porque já existiam indústrias no País. Se já tem uma indústria estabelecida no País, quando se estabelece uma política industrial, não se pode simplesmente estabelecer e dizer: bom, tudo que está aí agora, até logo, vou embora, desaparecer, se você quiser entra em falência, entre em concordata, mas vamos fazer uma política industrial que vai arrebentar com tudo. Não é possível isso. A política estabelecida dava preferência às indústrias nacionais nas áreas ainda não ocupadas pelas multinacionais e incentivava sua implantação não só nessas áreas como naquelas onde os investimentos básicos eram aceitáveis para os empresários.

Existem indústrias cujo volume de investimentos básicos era, e até hoje ainda é, inaceitável para um grupo financeiro nacional. Retomando o exemplo do setor de computação, que hoje tem uma política extremamente nacionalizante, na área dos grandes computadores, ele nem foi abordado. É o volume de investimentos necessários para a execução, a implantação e operação de uma indústria dessa natureza está acima das possibilidades do empresariado nacional.

Nas áreas que exigiam maior investimento e conhecimentos mais avançados foi forçada a nacionalização do controle acionário de algumas empresas existentes, o que foi seguido posteriormente por quase todas as outras. A

nacionalização do controle acionário das empresas multinacionais existentes teve como objetivo principal transferir para dentro do País o centro de decisões administrativas e gerenciais, o que teria como seguimento lógico a constituição de um centro local de criação e desenvolvimento de novos produtos, porque vamos dizer a realidade, porque até aquele momento as indústrias multinacionais de telecomunicações que existiam no País não tinham demonstrado interesse ou não tinham tido aprovação de suas casas-matrizes, para efetuar desenvolvimentos próprios no País. Esse fato foi confirmado, pois empresas que anteriormente não tinham demonstrado nenhum interesse em aqui efetuar desenvolvimentos passaram a fazê-lo e hoje existem vários produtos de indústrias essas que têm origem multinacional ou transnacional passaram a produzir, foram efetivamente criados no País, com a utilização da inteligência nacional, com a capacitação nacional do setor dentro dessa mesma indústria que já existia. Capacitação essa que foi sendo adquirida através, inicialmente, da aquisição dos procedimentos, da obtenção dos procedimentos, da aprendizagem e do conhecimento.

Creio que é salutar a existência, no mercado, de fabricantes sem nenhum vínculo tecnológico permanente com o exterior e de outros que tenham esse vínculo, desde que sejam tomadas precauções para evitar que as primeiras sejam sufocadas pelas últimas. A preferência dada a desenvolvimentos no País fará com que as empresas ligadas a grupos estrangeiros se esforcem para, também, efetuar tais desenvolvimentos. A vinda de tecnologia dos centros do exterior, impedirá que empresas que recebam tratamento preferencial no mercado se acomodem em relação a técnicas e a preços e se transformem em "cartórios".

Refiro-me aqui às empresas genuinamente nacionais, como são chamadas. Porque o fato de uma empresa ser genuinamente nacional e estar fabricando um produto não quer dizer que ela domine a tecnologia desse produto. No entanto, se simultaneamente com ela existe alguma que está sempre em evolução, ela tem tendência e será forçada a evoluir.

Ainda como parte dessa política de telecomunicações, foi dado apoio à criação de, pelo menos, uma empresa de capital 100% nacional para cada tipo de equipamento, de modo a que se criasse e crescesse o conhecimento nacional em todas as áreas. O ponto crítico de qualquer empresa brasileira autônoma, que atue no campo da eletrônica, é a grande velocidade de evolução que tem esse setor, fazendo com que rapidamente fiquem obsoletos e ultrapassados os equipamentos produzidos e a tecnologia dominada. Como obsoleto, considero aqueles equipamentos que continuam em uso, mas que não são mais adquiridos e, ultrapassados, aqueles equipamentos cujas técnicas já não se fabricam mais e que vale a pena serem substituídos por outros equipamentos novos, em virtude deles produzirem maior economicidade na operação e, em consequência, menores custos para os utilizadores do serviço.

Não sendo adotadas medidas especiais de apoio, a consequência natural é que essa empresa seccional, 100% nacional, fique em dependência tecnológica de outra, ao invés da dominação através do capital. Sem apoio inicial, a maioria das empresas nacionais seria forçada a adquirir no exterior procedimentos e processos de fabricação, não tecnologias, sem se capacitarem tecnologicamente. O que estaria ocorrendo, de fato, era a substituição da dependência administrativa, pela dependência financeira e depois pela técnica, o que, qualquer que seja a roupagem, significa, no final, falta de autonomia.

Falta de autonomia para tomar a decisão de lançar um novo produto, falta de autonomia para utilizar os seus conhecimentos, os conhecimentos do seu pessoal.

Devemos frisar que a simples compra de uma tecnologia por uma empresa não significa que ela não é autôno-

ma. Se possuir os conhecimentos básicos para criar um novo produto, por uma decisão empresarial pode optar por adquirir a tecnologia correspondente, se isso lhe for mais vantajoso. Hoje é praticamente impossível a uma empresa, em qualquer país, desenvolver todos os seus produtos. Ela sempre terá de recorrer à compra ou "cópia" de outros.

Agora, o importante é que ela tendo conhecimento, dominando a tecnologia, ela tem condições de ver se para ela é mais vantajoso fazer aquele desenvolvimento que ela tem capacidade para desenvolver ou se ela vai comprar ou no exterior, em outra empresa fora do País, porque se ela não souber, quem não sabe não adianta comprar procedimentos, porque não obtém tecnologia. Nós não podemos entregar a melhor fórmula de uma reação química na mão de um analfabeto, por exemplo, porque ele não poderá utilizá-las.

A única solução é a criação, dentro do próprio País, dos novos conhecimentos capazes de permitir o desenvolvimento de novos produtos, que, por sua vez, acompanhem a evolução técnica que hoje tem lugar. Enquanto as empresas aqui formadas não tiverem faturamento e lucros suficientes para aplicarem na busca de novos produtos e técnicas, é indispensável que o sistema ou as organizações interessadas, que possuam capacidade financeira, efetuam tal atividade de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, colocando à disposição das empresas nacionais o resultado de seu desenvolvimento. Dessa forma, elas podem manter a competição com suas concorrentes, que recebam do exterior o resultado da evolução tecnológica.

A transferência dessa tecnologia para as empresas, para ser então desenvolvida o produto industrial, também precisa ser financiado, porque, o desenvolvimento efetuado num centro de pesquisa e desenvolvimento, o resultado é um protótipo que não é industrial. Para ele ser transformado em produto industrial, ele precisa passar por um processo de desenvolvimento industrial. E esse processo de desenvolvimento industrial precisa ser financiado de uma ou de outra maneira.

Esta é a forma mais comum de incentivo, usado como política industrial nos países desenvolvidos, em especial Estados Unidos e Europa. A fim de evitar possíveis críticas ou "represálias" desses países, com os quais temos altos interesses de exportação, essa é a forma mais apropriada de incentivo, embora um pouco estranha aos nossos usos.

Algumas áreas, alguns setores, algumas empresas usam. Mais por exemplo, a indústria de microeletrônica americana, é fortemente subsidiada pelo Governo americano, através das encomendas que elas fazem de pequenos produtos que as vezes nem são utilizados em equipamentos e que são integralmente pagos pelo Governo americano, produtos ou componentes esses que são, na realidade, a base de toda a utilização no mercado privado, nas grandes vendas dessas indústrias.

Para atender à finalidade de apoio científico-técnico, agora vem qual foi a ação das comunicações para atender a esse problema do Brasil. Foi criado, inicialmente, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento na TELEBRÁS. Aliás, devemos até frisar que antes da criação desse Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento na TELEBRÁS, o próprio CONTEL, Conselho Nacional de Telecomunicações, fazia encomendas e apoios técnico-científicos a centros de pesquisas e de desenvolvimento de universidades do País.

Com o crescimento das atividades, ele foi transformado, posteriormente, em Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da mesma empresa TELEBRÁS. Nesse Centro estão sendo desenvolvidos novos produtos que, entregues às indústrias nacionais, permitem que elas entrem em setores anteriormente ocupados somente por multinacionais, sem ficarem em dependência técnica do exterior e, também, sem haver prejuízo para o usuário de te-

lecomunicações, mantendo sempre em mente o nosso objetivo final.

A engenharia e a inteligência nacionais, no campo das telecomunicações, recebem, assim apoio adequado, apoio esse que precisa ser complementado, corrigido a todos os momentos e a todos os instantes, porque a situação vigente no País é mutável. O que hoje ocorre não é o que ocorria há cinco anos, nem há dez ou quinze anos.

Hoje, praticamente, em todos os segmentos industriais existe pelo menos uma empresa de capital 100% nacional. Por outro lado, a permanência de empresas com vínculos com a tecnologia externa, como é o caso em vários segmentos, principalmente quando é muito o volume de recursos necessários para o desenvolvimento de novos produtos, permite que se tenha sempre um elemento de comparação com as técnicas, os preços e a qualidade que está sendo posta à disposição dos usuários de serviços de telecomunicações em países desenvolvidos. Evitem-se, assim, os cartórios e a estagnação técnica.

É indispensável, no entanto, que se mantenham instrumentos adequados e vigilância constantes, para que não venham a ocorrer manobras ou ações tendentes a sufocar as empresas nacionais. Uma parte do mercado, qualquer que seja o meio para tal fim utilizado, tem de ficar assegurado para essas empresas nacionais. Essa parte pode variar conforme o grau de técnica envolvida na fabricação, assim como do volume de investimentos necessários.

O mais importante é, no entanto, que se mantenha o objetivo de que a indústria nacional tenha capacitação técnica, própria ou interna no País, e que não se faça um simulacro de técnica, através de cópias contínuas, sem esforço real para capacitação tecnológica.

Sem um apoio interno na criação de tecnologia e desenvolvimento de novos produtos, as empresas nacionais acabam ficando sem condições de evoluir tecnologicamente.

À medida que as empresas nacionais forem se afirmando, e adquirirem autonomia técnica e financeira, pode-se e deve-se reduzir o incentivo interno que lhes é dado. Tal medida deve ser implementada com cuidado, para não desestabilizar a atividade, o que ocorreria em caso de medida prematura. A melhor indicação é a retração das empresas estrangeiras aqui localizadas.

Em vários setores onde existem apenas empresas nacionais, anteriormente e produção era por empresas multinacionais ou por importação. No entanto, a empresa nacional, como um centro de decisão localizada dentro do País, com muito maior flexibilidade de decisões, dominando efetivamente a tecnologia, quando ela atinge esse ponto tem perfeitas condições de concorrer com empresa que tenha vínculo com o exterior ou empresa multinacional.

A correção da política adotada para telecomunicações pode ser aferida pelos resultados colhidos: ao se iniciar o processo de desenvolvimento do Sistema Nacional de Telecomunicações, a participação da indústria nacional nos fornecimentos era praticamente nula. No momento ela é bastante grande na parte de equipamentos e total no tocante a serviços de engenharia e auxiliares. Quase todas as empresas estrangeiras foram nacionalizadas em menor ou maior grau e há vários grupos de engenharia de processo e de desenvolvimento de produtos, antes não existentes não só nas empresas nacionais, como nãs empresas que anteriormente eram apenas multinacionais.

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da TELBRÁS já realizou o desenvolvimento de vários produtos com técnicas atualizadas, mantendo intercâmbio com organizações de pesquisas e desenvolvimento do exterior, mas não ficando com dependência em relação nenhuma delas ou a qualquer organização industrial, nacional ou não. O conhecimento nacional no campo das telecomunicações está, assim, consolidado e tem todas as

condições de se estender progressivamente a outros segmentos ainda não cobertos.

Essa política pode não ser a ideal, ela não cobre todos os segmentos, mas é absolutamente irreal querer fazer-se tudo ao mesmo tempo. Tem que se fazer progressivamente e com uma base sólida. Sem uma base sólida não há possibilidade de evolução.

e) Situação na Área de Informática

A situação no campo da informática é muito diferente daquela que existia no início da aceleração das atividades de telecomunicações. Quando o BNDE tomou a iniciativa, em 1968, de procurar criar no País os conhecimentos básicos da técnica de computadores, eram raras as indústrias desse tipo existentes no País, as quais consistiam quase que unicamente na representação para a venda de produtos nacionais.

Nessa política, adotada pelo BNDE em 1968, baseou-se toda a possibilidade de crescimento e de aparecimento... O Senador Roberto Campos está retificando: foi em 1958.

Naquela ocasião, o BNDE tentou, sem sucesso, interessar empresas multinacionais a participarem desse projeto, o que não logrou êxito. Mesmo mais tarde, depois que foi se tornando evidente que havia a decisão de estabelecer uma política de nacionalização na área de computadores e periféricos, o que estava tendo êxito, ao que eu saiba, nenhum, propôs-se a implantar indústria que produzisse um sistema completo de processamento de dados, com todas as suas unidades componentes. Dessa forma pode-se e deve-se incentivar e defender a entrada e consolidação de empresas nacionais na produção de equipamentos de processamento de dados. Isso é feito em todos os países, inclusive naqueles onde a livre concorrência é levada às alturas, como nos Estados Unidos. Se a palavra "reserva de mercado" for inadequada ou puder criar problema, que se empregue outra, mas que o objetivo seja o mesmo. Mas enquanto se consolida a indústria em um segmento, os demais não devem sofrer restrições que possam vir a prejudicar os usuários dos sistemas de dados.

Nós devemos estabelecer uma política industrial de informática. Essa política, eu creio, deve ter um objetivo semelhante ao objetivo final, o mesmo objetivo final da de telecomunicações, que é a capacitação tecnológica, tanto na criação de novas tecnologias, como de novos produtos, mas deve ter, como objetivo, o atendimento das necessidades da Nação brasileira. Ela deve ser feita progressivamente, de modo a que essa grande necessidade, esse grande objetivo não seja afetado.

Outro aspecto a ser considerado, onde há grande diferença em relação às telecomunicações, é o da programação das máquinas. Estou usando um termo um pouco mais simples, mas para deixar bem claro. No global da indústria de telecomunicações, a máquina em si ainda é o principal elemento a ser considerado, enquanto que na informática o programa é o elemento mais importante, pois nele é que está contida a maior parte da inteligência do sistema, ou melhor, a maior parte da inteligência utilizada para criar o sistema. Com isso, eu não quero dizer que apenas o programa é importante. Eu quero dizer que o programa é tão e mais importante que a própria máquina, usando os termos hoje normalmente usados, o software é tão ou mais importante que o hardware. Eu quero frisar isso, porque vejo em todas as áreas muito pouca observação, muito pouca atenção a esse aspecto software. É preferível ser capaz de produzir os programas da máquina do que a própria máquina, em tese. Assim sendo, tem pouca significação copiarmos ou adaptarmos máquinas criadas no exterior, mesmo que essa operação tenha o título de "transferência de tecnologia", pois teríamos de usar integralmente os programas de máquina ou até de operação, de quem desenvolveu a máquina no exterior, como tanto acontece hoje entre nós. Por outro lado, não se deve igualar as políticas industriais de telecomunicações e de informática, pois os dois setores

que estavam em níveis diferentes de domínio técnico-industrial não podem ter tratamento igual. O que é adequado para um, não será forçosamente adequado para outro. São situações diferentes. Telecomunicações tinha uma situação, existia uma indústria implantada, que atendia em grande parte já os objetivos, as necessidades nacionais. Na área de processamento de dados, de computadores não existia praticamente nada implantado. Então as situações são diferentes. Os objetivos finais devem ser iguais. Agora, os instrumentos podem e devem ser diferentes. Além disso, precisa ser considerada a grande e fundamental importância dos semicondutores, não só para a parte de computadores, como para tudo. Hoje, os semicondutores estão entrando em qualquer atividade humana. E colocarmos semicondutores dentro de um guarda-chuva geral de informática, eu creio ser excessivo. Os relógios digitais, que hoje suportaram tudo, realmente não são um problema de informática, são problemas de semicondutor, e o semicondutor é fundamental. Sem um domínio, não de toda a gama de semicondutores, mas pelo menos daquelas que são mais necessárias ou indispensáveis à indústria brasileira, nós temos essa indústria fatalmente sendo reduzida com o tempo a uma condição de dependência cada vez maior, porque nos dias de hoje, quando se desenvolve um semicondutor novo, ao mesmo tempo se desenvolve um equipamento novo. Atualmente — não tenho condições de dizer — mas há 1 ano, enquanto aqueles, que queriam desenvolver e fabricar equipamentos no Brasil, só tinham acesso a memórias de dois, quatro, no máximo oito K, na mesma ocasião já estavam sendo lançados equipamentos com memória de 64 K, computadores. Mas quem queria aqui fabricar para amostras ou para desenvolver o seu novo equipamento, tinha condições, mesmo que trouxesse a tecnologia de fora.

f) Projetos de lei apresentados

São de meu conhecimento os projetos de lei da Deputada Cristina Tavares, e seu substitutivo, e dos Senadores Roberto Campos e Carlos Chiarelli. A sua discussão detalhada tomaria um tempo muito longo, assim como deveria ser feita através de uma análise comparativa entre eles, o que eu ainda não efetuei: apenas comecei em termos gerais. Por isso, deixarei os comentários sobre esses projetos de lei para o período de debates, que se deve suceder a esta apresentação.

g) Sugestões básicas para uma lei de informática

De uma forma geral, creio que a lei básica da informática deve ser debatida em profundidade, sendo ouvidos os vários setores por ela atingidos e todos os interessados no assunto. Uma das principais razões do sucesso que, creio, ser inquestionável, do setor de telecomunicações, foi o Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que foi longamente debatida no Congresso.

A Lei nº 4.117 foi a base real de toda a estrutura que hoje existe, não só em relação aos serviços públicos de telecomunicações, como à radiodifusão e aos serviços privados.

Como contribuição, passo a mencionar algumas sugestões em relação a alguns aspectos que considero da maior importância do assunto. As medidas devem ser aplicadas em empresas que estejam sob controle acionário nacional, e que se comprometam a capacitar-se para a criação de tecnologia. A verificação do não cumprimento dessa exigência deve provocar o cancelamento de todo incentivo e apoio. As medidas devem ter caráter temporário, mas sua duração tem de ser suficiente para a consolidação técnica e econômica das empresas. Em virtude do potencial industrial dos países desenvolvidos, há necessidade permanente de se manter proteção alfandegária à indústria localizada no País.

Essas sugestões que faço referem-se à aplicação em empresas que estejam sob controle acionário nacional. No entanto isso não significa que não devam existir, que

devam ser banidas do mercado as empresas que não tenham controle acionário nacional. Elas podem e devem ser mantidas dentro de uma certa limitação que permita o surgimento e crescimento das demais.

Quanto à proteção alfandegária eu apenas recordo que a indústria automobilística, que já tem quase vinte anos de implantada no País, que é uma indústria quase toda multinacional, ainda depende de uma forte proteção alfandegária.

Passemos às medidas gerais que eu sugiro, que eu faço, para essa lei básica, em termos bastante gerais:

1) Concessão de incentivos fiscais na compra dos insumos para a fabricação e a venda dos produtos (tarifas e taxas de importação, IOF, ICM, IPI, Imposto de Renda);

2) Facilidade de acesso a créditos especiais para investimento e capital de giro;

3) Encomenda, por órgãos da administração direta e indireta, de desenvolvimento de novos produtos, considerados de interesse geral para o País, mesmo que não sejam prioritários para o órgão contratante;

4) Estabelecimento de uma política de compras para os órgãos da administração direta e indireta, de apoio à política industrial estabelecida e coerente com ela;

Lembro que com relação a isso o By American Act dos Estados Unidos, por exemplo, em relação a compras em empresas americanas, que eram feitas por órgãos do Governo.

5) Apoio à pesquisa básica, em universidades e institutos de pesquisas, para a criação de novas técnicas e conhecimentos, que venham a ser usadas pelas indústrias na criação de novos produtos;

6) Estabelecimento de prioridade no apoio ao estabelecimento de uma indústria de insumos de microeletrônica, com capacitação tecnológica;

7) Aumento seletivo das tarifas alfandegárias com graduação entre equipamentos, insumos e matérias-primas;

Eu acrescentaria ainda que a lei básica de informática deveria considerar a criação de um órgão que fosse pluri-ministerial e tivesse a participação do empresariado. Esse órgão, que dever ser normativo e de fixação de política de informática, separando toda a parte de execução desse órgão normativo.

8) Redução total dos incentivos e parcial das proteções, depois de estar assegurada a consolidação técnica e econômica das empresas. O apoio citado nos itens 3, 4 e 5 deve ser mantidos permanente. (Encomenda, por órgãos da administração direta e indireta, de desenvolvimento de novos produtos; estabelecimento de uma política de compras para esses órgãos e apoio à pesquisa básica.)

h) Conclusão

A exposição que fiz foi resumida, procurando abordar apenas pontos essenciais. Antes de terminar quero dar ênfase a alguns pontos:

— O objetivo da política industrial é atender às necessidades da Nação;

— O apoio à indústria nacional não é um objetivo, mas um instrumento de apoio ao trabalho manual e intelectual do brasileiro;

— A empresa localizada no País, qualquer que seja a configuração do seu capital, contribui para a criação de riqueza, e de maiores possibilidades de trabalho no País;

— A implantação de uma política industrial não deve prejudicar os usuários dos equipamentos e serviços por ela afetados, até o nível das necessidades da Nação.

Muito obrigado a todos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Agradeço ao Ministro Euclides Quandt de Oliveira pela sua brilhante exposição.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, Sr. Ministro Camilo Penna, ilustre Ministro Euclides Quandt de Oliveira, eu gostaria de poder aqui enumerar — mas creio que seja até desnecessário dizer o quanto este País deve a este extraordinário homem público, que é o Ministro Quandt de Oliveira, pelo que realizou com a sua simplicidade, com o seu dinamismo, com a sua grandeza e humildade, em favor das telecomunicações.

Em realidade o Ministro Quandt de Oliveira continua prestando serviços ao Brasil, vindo aqui na nossa Comissão trazer a sua experiência, adquirida no dia-a-dia, nessas dificuldades que julgávamos quase que intransponíveis: fazer com que este País comece a se comunicar. Daí a minha alegria de estar aqui presente e de desfrutar desse raro privilégio que a Comissão de Economia vem proporcionando a seus membros, graças à diligência do nosso laborioso Presidente.

Ministro Quandt de Oliveira, eu pouco ou quase nada teria a assinalar, porque, na realidade, a sua abordagem foi bastante objetiva e colimou plenamente o objetivo desta Comissão, que é esclarecer os seus membros e nos dar subsídios para uma avaliação correta do problema das telecomunicações e de modo particular sobre a informática.

De minha parte constatei, salvo melhor juízo, que no que diz respeito às telecomunicações especificamente, foi adotado um critério que lamentavelmente não tem sido observado em outras áreas: o critério — que não seria de uma padronização, uniforme — mas que permite a conjuncão e a utilização de componentes de vários fabricantes para as ampliações futuras e a adoção das inovações que vão surgindo num setor tão dinâmico como é o caso do setor de telecomunicações.

No Brasil, por exemplo, parece que estamos, de certa forma, privilegiados, no que diz respeito à televisão. A nossa limitação de recursos, a nossa pobreza, nos impediou que adotássemos de imediato, a exemplo da maioria dos países ricos, o sistema de televisão. E isso nos propiciou com esse retardamento de entrada no setor que viéssemos a ter hoje, segundo estou informado, o que há de melhor, o que há de mais revolucionário, o que há de mais avançado e aqueles países pioneiros, aqueles que o adotaram de imediato, hoje têm dificuldades para obter o nível de televisão que nós temos, visto que a substituição dos equipamentos seria sumamente onerosa. Então, estamos nós lá na minha longínqua Araguaína, conhecida de V. Ex^e porque foi um homem incansável, não medi distâncias para conhecer as dificuldades do interior brasileiro, quando à frente do Ministério das Comunicações, hoje nós temos lá naquela pequenina Araguaiuna de ontem — hoje já é uma cidade com 200 mil habitantes, tendo uma imagem a cores, via satélite, e sem dúvida alguma vai negar esse crédito extraordinário ao seu trabalho à frente ao Ministério das Comunicações.

Em realidade temos áreas em que lamentavelmente não houve esse cuidado. É evidente que esses cuidados são frutos de experiência e de observações e o tempo, segundo o nosso sertanejo... é realmente um tempo de curar queijo, e não há mercê melhor do que a experiência, do que o tempo.

Temos, por exemplo, no caso de componentes elétricos, no caso, dos relés térmicos, dos disjuntores, hoje fabricados no Brasil, um verdadeiro desastre para a empresa nacional, visto que maliciosamente vêm fabricando — e aí vai um recadinho para o nosso ilustre Ministro Camilo Penna, antes de tudo um patriota — temos verificado que maliciosamente esses aparelhos, indispensáveis como protetores de máquinas e motores, estão sendo fabricados de maneira tal que não podem sofrer reparos. São fabricados de maneira tal que um simples componente, por mais insignificante que seja, já inutiliza a peça, essa peça, já não pode mais ser reparada.

Curioso é que muitos daqueles, como é o nosso caso, de modo particular, como empresário, como industrial, fizemos estoques de peças, hoje constatamos, por absur-

do que pareça, que um daqueles relés anteriores, que podiam ser reparados, substituindo-se peças, algumas platinas, peças de menor custo, hoje custam no mercado, embora considerados obsoletos, porque superados, porque há mais modernos à disposição dos consumidores, esses mais modernos são exatamente aqueles que não podem ser reparados. No entanto, para se manter o mesmo padrão, para continuar a ter aqueles抗igos que eram fabricados, e que podem ser reparados, há uma verdadeira extorsão no preço desses produtos no mercado. Custam mais do dobro, às vezes até o triplo, dos mais modernos que estão sendo fabricados. Só que os mais modernos são como a lâmpada elétrica: queimou, jogou fora.

Na área de telecomunicações — parece-me essas cautelas, esses cuidados que foram tomados quando da implantação e do incentivo à implantação desse setor industrial no Brasil, os resultados têm sido efetivamente positivos, porque não se tem notícia dessas dificuldades para o usuário.

Já fiz até comentário sobre reserva de mercado, e V. Ex^e aludi à indústria automobilística. Sou um homem realmente magoado com a indústria automobilística, magoado porque foi implantada de maneira muito atabalhoadas, às custas da agropecuária, mais especificamente da agricultura, e ainda continua desfrutando privilégios que não são dados sequer àquela que a sustentou, àquela que pagou para que se implantasse aqui, no Brasil, através das tristemente famosas operações de "sway". De qualquer forma, é uma situação de fato. A pretexto de assegurar algumas centenas de milhares de empregos mantidos por essa indústria automobilística, continuamos privilegiando-a de maneira realmente ofensiva àquela que lhe pagou a conta e continua pagando a sua conta — a agricultura.

Devido às proteções alfandegárias, a agricultura não pode importar máquinas e equipamentos, a pretexto de proteção, a não ser que se sujeitasse às tarifas infativas que viriam onerar essa importação. A agricultura tem-se que contentar com o que é produzido no Brasil, e muitas vezes de maneira abusiva. Cito como exemplo o custo de um par de casquinhos de uma só biela, de um motorzinho Agrale, esse motorzinho tão comum e tão útil à pequena prioridade rural. O fato é que esse par de bronzina ou casquinho, como também é conhecido, de uma só biela, de um motorzinho desses, custa mais do dobro do preço que se paga normalmente por um jogo de bronzina de um motor de 8 cilindros. No entanto, não se pode importar.

Este é o preço que pagamos pela chamada reserva de mercado ou de proteção a essa famosa "indústria brasileira".

O mais grave é que utilizamos realmente a regra de dois pesos e duas medidas. Já salientei aqui, anteriormente, esse preconceito, essa ojeriza que o brasileiro tem de ser conhecido como um povo agrícola. Precisamos ser conhecidos lá fora, mesmo passando fome, mesmo comprando comida fio e não podendo pagar, precisamos ser conhecidos lá fora como um país industrializado.

Esses pesquisadores nossos, sem maior amparo governamental e sem conseguir sequer a estima pública, porque ninguém sabe sequer da existência deles e muito menos de seus trabalhos, como é o caso do desenvolvimento da soja tropical, que nos colocou realmente como país privilegiado, capaz de exportar e de saciar grande parte da demanda insatisfeita, e cada vez maior, cada vez menos atendida no mercado mundial, quando o nosso agricultor começa a ter uma remuneração razoável, pelo seu esforço, graças às pesquisas nacionais, à tecnologia cabocla que vem desenvolvendo essa soja que está aí sombrando aqueles que vêm conhecer o nosso trabalho no campo, produzindo-se 3.000 kg por hectare no cerrado — e já temos coisa mais avançada, a EMBRAPA aqui em Brasília mesmo, já tem uma variedade de semente, que não me acode à memória nome que lhe foi dado

— sei que é o nome de um pesquisador japonês, parece que a pedido de um dos patrocinadores, o Dr. Paulo Yoko — essa variedade está dando 90 vagens por pé, equivalente a mais do dobro da famosa soja tropical, que já é altamente remuneradora, a realidade é que, quando se começa a exportar a soja, que não tem restrições, porque o Mundo inteiro tem fome, tem necessidade de soja, para se dar mais uma demonstração cabal da ojeriza que se tem à agricultura neste País, embargaram as exportações, a saca 60 kg de soja caiu de preço, em menos de 10 dias, de 32 mil cruzeiros para 22 mil cruzeiros.

Como realmente a coisa no Brasil anda difícil.

Estamos muito preocupados em criar empregos, em desenvolver tecnologia, em criar condições para importar tecnologia, porque realmente não há como pensar em desenvolvimento sem franquear, sem aproveitar a experiência alheia, porque realmente isto significa encurtar distância, mas não temos sequer a cautela de proteger aquilo que efetivamente é nosso.

O caso da soja é exemplo eloquente.

As dificuldades de crédito, criadas pelo próprio poder público, através de seus agentes financeiros, já que agora se acabou com o maldito juro subsidiado, que era o óleo canforado com o qual vinhamos matando o cardíaco, ou seja, dando juros subsidiados para uma minoria de produtores e sacrificando a grande maioria que produzia com recursos próprios, e com essa desculpa nós mantínhamos o preço da agricultura lá em baixo.

Pois bem: graças a Deus, conseguiu-se acabar com a hipocrisia do crédito subsidiado, com engodo, com óleo canforado, com que vinhamos matando o cardíaco.

Garantiu-se preço, garantiu-se liberdade de mercado. Mas, a liberdade, na realidade, está aí agora, com o fechamento das exportações, a pretexto de proteger o consumidor brasileiro. O curioso é que só pensam em proteger o consumidor brasileiro quando se trata de alimentação.

No caso que acabei de citar de um joguinho de casquinho, algumas gramas de metal, o desgraçado do agricultor que fundiu o seu motor vai pagar o equivalente a oito vezes, ou dez vezes o preço que já é absurdo, cobrado para iguais peças, só que aplicado num montante diferente. Aí não há tabelamento, aí não há embargos. Mas quando se fala daquilo que é realmente nosso, tipicamente nosso, como é o caso dos alimentos aqui produzidos, e de modo particular a soja, que tem mercado internacional franco, aí lembra-se do consumidor.

De qualquer forma não é a área, e V. Ex^a, hoje, que continua sendo Excelência para mim, apesar de um homem na iniciativa privada, tem os seus extraordinários serviços prestados ao Brasil, nem esses aspectos que eu estou aforando me dizem respeito, senão como empresário, hoje, como homem da livre empresa; mas diz respeito, afinal, a todos nós. É necessário, no Brasil, urgentemente, que tenhamos a coragem de admitir a realidade que procuramos camuflar, em termos uma legislação muito bonita para ser exibida no exterior, mas que não corresponde nem de longe à nossas reais necessidades.

Volto a enfatizar aqui aquilo que foi lembrado pelo Coronel Ozires, que me marcou profundamente. A nossa preocupação com o formalismo de espantar aqueles que poderiam nos ajudar, porque são mais experientes e detentores de capital, e, no entanto, têm dificuldades de vir aqui participar do nosso progresso, do nosso desenvolvimento. Evidentemente, com muita justiça, tendo em vista a remuneração do seu capital, o retorno dos investimentos que eles fazem nas pesquisas é extraordinário. No entanto, verificamos até que ponto chegam homens de bem, homens bem intencionados, mas tal a exaltação, tal o culto ao nacionalismo desvestido do verdadeiro patriotismo, em que pesem aos democratas arautos da democracia, chegam ao absurdo da intolerância de não permitir sequer que o seu par ou seu colega no Senado, sem uma manifestação oral, mas simplesmente fisionômica, como foi feito pelo nosso Presidente, verificamos

aqui uma cena que, tenho certeza que os Senhores, como os demais visitantes desta Comissão, hão de nos levar a entender que o nacionalismo exaltado tem levado aos povos infelicidades maiores do que essa que nos tem visitado, com cenas de indelicadeza, que não são próprias aqui do Senado. Temos um exemplo doloroso para lembrar que é o caso da Alemanha, até onde nacionalismo exaltado pode levar o povo. Graças a Deus, não é bem o caso brasileiro.

V. Ex^a recebeu de minha parte os meus agradecimentos pela sua presença e por essa contribuição váliosa que traz aos nossos trabalhos; e a todos quantos me elevaram me ouvindo nessa alongada observação as minhas escusas e o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Para encerrar a reunião, gostaria de fazer, além de um agradecimento ao Ministro Quandt de Oliveira, duas ou três perguntas apenas.

Durante vários trechos de sua locução ele falou em empresa sob controle acionário nacional. O que isso significa? É a definição do MIC, é a definição do Ministério das Comunicações ou é a definição da SEI?

São coisas diferentes. Empresa sob controle acionário nacional, segundo a definição do Ministério das Comunicações é a empresa que tem 51% de capital votante em mãos nacionais. Isso coincide também, aparentemente, com a definição do Ministério da Indústria e do Comércio, mas difere da definição da SEI, segundo a qual, aparentemente, empresa sob controle nacional é a empresa com 100% de capital nacional.

Qual das três definições?

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Controle nacional é 51% do capital votante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Então o Ministro favorece também na área de informática o instituto das joint ventures.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Em princípio, sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O Ministro se referiu várias vezes à capacitação nacional, ao treinamento de técnicos nacionais, coisa que todos nós ardentes desejamos. A minha pergunta específica é sobre o seguinte: Qual a diferença, em matéria de treinamento de técnicos nacionais, entre uma empresa 51% nacional, uma empresa 100% nacional e uma empresa 100% estrangeira ou mista. Em todos os casos que eu conheço — e verifiquei esse ponto cuidadosamente —, em todos esses tipos de empresas os técnicos que as tripulam e operam são brasileiros; mesmo nas multinacionais, quando existem técnicos estrangeiros, são geralmente ligados à área de finanças, porque há transações internacionais com bancos internacionais a concluir, ou na área de comércio exterior, onde se requerem conhecimentos e contatos no exterior, inclusive domínio linguístico. Na área propriamente técnica a quase totalidade, em alguns casos a totalidade, é de técnicos nacionais. Isso significa também uma adição ao conhecimento tecnológico nacional; isso também significa capacitação nacional. E alguns pretendem até que isso pode levar a uma capacitação nacional superior, no caso das multinacionais, porque seus técnicos são enviados para treinamento em laboratórios do exterior, com um grau de sofisticação tecnológica superior ao nosso. De muitos dos debates aqui se depreende a impressão de que se a empresa é de capitais mistos ou se é multinacional, ela treina menos a *inteligentzia* nacional do que a empresa de capital exclusivamente nacional. Às vezes, o contrário é verdadeiro: a empresa exclusivamente nacional, não tendo laboratórios adequados e experiência de treinamento, é obrigada a repousar sob técnicos estrangeiros importados. Não há conexão entre a forma de composição de capital

e capacidade de treinamento de pessoal. Gostaria que o Ministro dissesse alguma coisa a esse respeito.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — O problema que vejo nesse aspecto é o tipo de treinamento que ele adquire, qual é a aprendizagem que ele faz. Estou plenamente de acordo que um técnico brasileiro, um engenheiro brasileiro que trabalhar numa empresa multinacional vai ser melhor treinado naquela atividade que aquela empresa exerce aqui no País, do que se estiver numa empresa brasileira. No entanto, o que ocorre, aí vou discordar apenas de uma palavra que foi utilizada pelo Senador, que foi "laboratórios"; é raríssimo qualquer técnico ir para laboratório no exterior, por quanto essas empresas não fazem trabalhos de laboratórios no Brasil. Nós pegarmos, no setor de telecomunicações, as grandes empresas multinacionais ou com vinculação tecnológica com o exterior, indo a uma maneira mais simples de dizer, essas empresas, proporcionalmente, e algumas delas até em quantidade, têm um menor número de técnicos e engenheiros voltados para o desenvolvimento de novos produtos ou para o domínio da tecnologia, quer dizer, têm nos seus laboratórios menos gente do que em pequenas empresas nacionais. Dou o exemplo da empresa da qual faço parte, uma pequena empresa que fica no interior de São Paulo, que desenvolve novos produtos inclusive na área digital. Ela tem a parte de desenvolvimento de novos produtos cerca de 80 pessoas, para um grupo total que deve ter 300 pessoas no total da fabricação. Não existe nenhuma empresa de vinculação tecnológica no exterior que tenha essa proporção e talvez até essa quantidade; e mais, essas empresas só passaram a trabalhar nessa área de desenvolvimento próprio depois que foram forçadas à nacionalização; quando eu me refiro a nacionalização é ter um controle acionário nacional, por quanto o acionista brasileiro passou a ter interesse de que fossem criados maiores conhecimentos próprios aqui no País. Então, a realidade é que a existência dessas empresas, com a vinculação tecnológica do exterior, traz maiores afluxos de procedimentos novos, mas nem sempre traz afluxos de tecnologia dentro daquela idéia que eu fiz; procedimento é uma pilha de documentos que é seguida na fabricação, que pode ser seguida por técnicos, apenas por operários especializados; não precisa de engenheiros, ou de cientistas ou de físicos, que já têm conhecimento maior.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado. Eu teria certas discordâncias, mas não vou enfatizá-las agora.

Gostaria de indicar que uma das grandes empresas multinacionais, a IBM, tem quatrocentos científicos no exterior, 16 laboratórios de pesquisa e 53 técnicos brasileiros em rodízio continuamente em treinamento nesses centros científico e laboratórios. São 53 homens que se revezam no treinamento.

A terceira pergunta que eu faria é a seguinte: há uma propensão, no Brasil, de examinar-mos o nosso modelo, à luz apenas de nossas peculiaridades. Mas, em matéria de desenvolvimento informático temos que contemplar o panorama mundial à busca de ilustrações e exemplos. Eu tenho me dedicado muito ao estudo comparativo dos modelos. Descubro nos países industrializados, basicamente, 3 tipos de modelo e identifico também 3 variantes de política de informática nos países em desenvolvimento. Nos países industrializados mencionaria os seguintes modelos vigentes. Primeiro, o modelo competitivo externo e interno; é o modelo dos Estados Unidos, que pratica ampla competição externa e interna; trata-se de modelo muito bem-sucedido, de vez que o País é pioneiro em Informática. Um segundo tipo é o modelo competitivo interno, porém com limitações à concorrência externa. Esse é o modelo japonês, onde se fomenta acerba competição interna, mas se usam tarifas e outros artifícios como especificações e normas tecnológicas, visando a di-

ficultar o ingresso do produto estrangeiro. Mantém-se entretanto intensa competição interna. Esse modelo está sendo também bem-sucedido. O terceiro modelo é o que se chamaria modelo intervencionista — assistencial. Esse era o modelo inglês, pois hoje os ingleses, se estão inclinando para um modelo mais liberal. Foi também o modelo da Informática francesa de De Gaulle. Os resultados são, em ambos os casos, sabidamente medíocres. Na França a empresa estatal — "CII-BULL" — sempre foi uma fonte de déficit. Na Inglaterra a proeza comercial da ICL (International Computers Limited) foi mínima. Houve considerável proeza tecnológica na IMOS, que avançou muito na tecnologia do *transputer*. Mas o governo inglês está seriamente considerando a possibilidade de vender ambas essas empresas, voltando-se para uma política mais liberal, centrada sobre a iniciativa privada que já está implantado pelos informáticos em Cambridge e em Dr. Vivre Valley na Escócia. Isso quanto aos países industrializados.

Quanto aos países desenvolvidos ou "em desenvolvimento", para usar palavra mais elegante, detecto também 3 tipos de modelo: o primeiro é o modelo de capital aberto com incentivos governamentais para pesquisa e desenvolvimento. Esse é o esquema da Coréia, de Taiwan, de Cingapura, enfim, dos países da franja asiática, que têm enorme avanço de Informática. É um modelo aberto em termos de capital, pois não há nenhuma exigência quanto à composição de capital, coexistindo empresas, nacionais, estrangeiras e mistas. O segundo modelo é o nosso, o brasileiro, exclusivista e fechado com exigências rigorosas de composição de capital sendo vedação empresas mistas, em certas áreas anteriormente restritas mas cada vez mais abrangentes. Colocam-se mesmo sérias limitações à operação de empresas já existentes. Trata-se enfim absoluta reserva de mercado não só no sentido comercial mas no sentido financeiro. Há um terceiro modelo, que eu chamaria de misto, que é o modelo mexicano, recentemente adotado. No atual esquema mexicano é livre à implantação de qualquer empresa independentemente de controle governamental e mesmo de licenciamento governamental, se o capital mexicano representar 51% do capital votante.

Se o capital estrangeiro não for minoritário e sim majoritário, em qualquer proporção requer-se-á então, uma análise do projeto e um licenciamento governamental. E têm sido adotados critérios flexíveis, pois várias empresas com 100% de capital estrangeiro lá se têm estabelecido. Mas, em princípio, o ingresso é livre somente para aquelas empresas estrangeiras que se contentem com uma posição minoritária, até 49%.

Pergunto, então, ao Ministro: descartados os modelos dos países desenvolvidos, qual dos três modelos dos países em desenvolvimento ele apoia? Pareceu-me depreender de sua palestra uma simpatia por algo seme-

lhante ao modelo mexicano: liberdade de implantação para indústrias que tenham 51% de capital nacional.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Senador Roberto Campos, eu não estudei em profundidade, na parte de informática... Na parte de indústria de computadores, não conheço como foi feita a implantação em diversos países. Volto a um país desenvolvido — o Japão —, porque lá sei como foi feita a introdução da indústria da microeletrônica, a indústria de semicondutores. Durante um número muito grande de anos, o governo japonês inverteu quantias enormes encomendando o desenvolvimento de produtos que, na realidade, não eram necessários para a sua defesa, porque não os usa na sua defesa, eram parcialmente necessários às suas atividades governamentais, no entanto, eram de largo apoio para a indústria, de maneira geral, de semicondutores. Durante esse período, o governo japonês proibiu a implantação de qualquer indústria com 0,5% de capital estrangeiro no Japão para produzir esses produtos, até que a empresa japonesa adquirisse o conhecimento e a solidez do mercado, a fim de que pudesse enfrentar a indústria estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Perdão, Sr. Ministro. Minha informação é conflitante. A Texas Instruments está lá desde o início da informática japonesa e nunca deixou de produzir semicondutores. A Motorola também não.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Desde o início da informática, mas não desde o início dos semicondutores. A Texas queria implantar, mas não teve autorização. Podia levar condutores para lá, do exterior, mas não colocar uma fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Nossas informações são conflitantes. A informação que tenho é que nunca houve nenhum bloqueio ao direito de produzir lá. As firmas japonesas tinham, sim, especial apoio sob a forma de encomendas governamentais, de créditos muito generosos para comercialização e de financiamento governamental para a pesquisa.

O SR. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Talvez aí haja um pequeno problema de semântica. Na verdade não existia nenhuma proibição formal para a implantação da Texas no Japão. Para se implantar, a Texas tinha que seguir um procedimento de registros, que foram extremamente demorados. Demoraram tantos anos quantos foram necessários para a consolidação da indústria japonesa de semicondutores.

Em princípio, optaria pela solução mexicana, no entanto, dando-se atenção especial à indústria que tivesse capital 100% nacional.

Esses países fazem esse tipo de incentivo. É o tipo de incentivo mais apropriado para se fazer aqui: o incentivo

que não gera represálias, não gera discussões nem outros tipos de ações contrárias.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Aliás, é o que está previsto no meu projeto.

Muito obrigado, Sr. Ministro Euclides Quandt de Oliveira.

Consulto a Comissão, que está reduzida apenas a dois membros, sobre o seguinte problema: várias vezes tem sido abordada aqui a questão da indústria automobilística como um protótipo de desenvolvimento industrial dirigido, e tem-se verificado opiniões conflitantes. Alguns dizem que houve efetiva transferência de tecnologias; outros dizem que, se trata de um caso de colonialismo tecnológico. Uns dizem que a indústria cobra altos preços, protegida por barreiras aduaneiras excessivas; e outros dizem que a indústria tem os mais baixos preços do Mundo, pois o Governo, através de impostos, suga 50% do valor do carro, enquanto no resto do Mundo a percentagem de captação governamental, sob forma de impostos, não excede de 6 a 12%.

Sugiro que ouçamos um homem que esteve presente à criação da indústria automobilística e também muito dedicado a problemas de transferência de tecnologia, o Almirante Lúcio Meira. Talvez pudesse ser o último debatedor, no dia 27 de junho, já nas vésperas do encerramento do primeiro período desta Sessão Legislativa. O Almirante Lúcio Meira foi Presidente do GEIA, eu fui apenas um dos Membros desse Grupo Executivo, e nos poderá ilustrar sobre se realmente houve transferência de tecnologia. Acredito que sim, uma vez que estamos produzindo e exportando o "carro mundial" o que seria impossível se não tivesse havido transferência de tecnologia. Poderia ele também ajudar-nos a julgar o grau de eficiência da indústria, a qual se diz eficiente, apenas assoberbada por impostos governamentais, enquanto muitos aqui, expressaram ponto de vista de que a indústria cobra preços caros, sob a cobertura de uma proteção aduaneira excessivamente generosa.

Pergunto aos dois Senadores se têm ou não objeção a que o Almirante Lúcio Meira seja convidado.

O SR. JORGE KALUME — Não há dúvida alguma de que o convite ao ex-Ministro Lúcio Meira será honroso para a Casa, e é válido. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Nem sei se o Almirante Lúcio Meira estaria interessado em fazer a exposição. Vou consultá-lo.

Muito obrigado, novamente, ao Ministro Euclides Quandt de Oliveira, pela sua exposição, que considero excelente, equilibrada e racional. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às treze horas e quinze minutos.)